

EUGÊNIO CARLOS FERREIRA BRAGA

Composição e posições ocupacionais para outra sociologia
dos cientistas sociais

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, para
obtenção do Título de Doutor em Ciências Sociais

Orientação: Prof. Dr. Thomas Patrick Dwyer

CAMPINAS

2009

Bibliotecária: Sandra Ferreira Moreira CRB N° 5124

B73c

Orientador: Thomas Patrick Dwyer.

4. Pesquisa. 5. Estratificação social. 6. Prestígio. I. Dwyer,

Título em inglês: Occupational composition and positions for another sociology of social scientists

Palavras chaves em inglês (keywords) : Professions
Social science
Labor market
Survey
Social stratification
Prestige

Área de Concentração: Ciências Sociais

Titulação: Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora: Thomas Patrick Dwyer, Maria Lígia de Oliveira Barbosa,
Maria da Gloria Bonelli. Fernando Antonio Lourenço,
Gilda Figueiredo Portugal Gouveia

Data da defesa: 29-06-2009

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

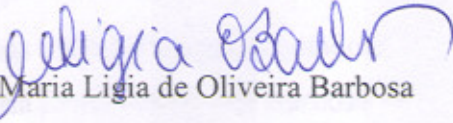
**COMPOSIÇÃO E POSIÇÕES OCUPACIONAIS PARA UMA OUTRA
SOCIOLOGIA DOS CIENTISTAS SOCIAIS**

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr.
Thomas Patrick Dwyer.

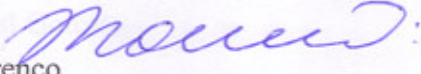
Este exemplar corresponde à redação
final da Tese defendida e aprovada
pela Comissão Julgadora em
29 / 07 / 2009.

BANCA


Prof. Dr. Thomas Patrick Dwyer (orientador)


Prof. Dra. Maria Ligia de Oliveira Barbosa


Prof. Dra. Maria da Glória Bonelli


Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço


Prof. Dra. Gilda Figueiredo Portugal Gouveia

Prof. Dra. Márcia de Paula Leite – (Suplente)

Prof. Dr. Antonio Augusto Pereira Prates - (Suplente)

Prof. Dra. Nádyá Araújo Guimarães – (Suplente)

Agradecimentos

Durante as várias fases que compuseram a realização desta pesquisa, contei com a ajuda de muitas pessoas e instituições.

Nada seria possível sem a colaboração das pessoas que responderam ao questionário. Nos contatos por telefone ou por e-mail, confiaram em um estranho em troca apenas da satisfação em contribuir com o avanço do conhecimento. E os tempos não estão mais favorecendo este tipo de confiança.

Fui extremamente bem acolhido em meus pedidos de informação por Regina Celi de Sales, Antonio Faggiani (Unicamp), Prof. Gabriel Cohn, Hilton José Soares, Prof. Flávio Rivetti, Wagner Cassimiro, Luiza Guimarães (USP), Prof. Pedro Rocha Lemos, Prof. Germano Rigacci Júnior, Rodrigo de Campos (PUC Campinas), Profa. Lúcia Bógus e Regina Oliveira (PUC São Paulo).

Meus agradecimentos também à instituição financiadora (CNPq) e ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais, onde consegui apoio não apenas financeiro à pesquisa através da Profa. Maria Filomena Gregori e da Maria Rita Gândara.

Também tive a oportunidade de discutir os textos que escrevi ao longo do período em alguns momentos: no GT de Profissões e Ocupações da SBS de 2007 e no 1º Seminário Perspectivas Profissionais nas Ciências Sociais, na UNESP Marília, em 2009. Agradeço principalmente os valorosos comentários feitos durante meu exame de qualificação pela Profa. Glória Bonelli e pela Profa. Gilda Portugal.

A um grupo de amigos sou grato duplamente: pelo convívio e pelos comentários que fizeram sobre partes deste texto: Alexandre Lucas Pires, Mariana Chaguri e Vitor Cooke. Minha dívida com Fabiana Mendes é ainda maior: além da leitura atenta ao texto e da convivência, me ajudou na execução de parte da pesquisa. Em todos os momentos contei com a presença dos amigos Mário Augusto, Fernando Silva, Gisele Ribeiro, Marco Malagodi e Leticia Tarifa. A ajuda de Clécio Ferreira sempre foi decisiva nos momentos de “tensão” estatística.

Agradeço mais uma vez ao meu orientador, Prof. Tom Dwyer, pela confiança inabalável no projeto, que por vezes nem eu mesmo tinha.

Agradeço particularmente a Milene Suzano, pela ajuda em inúmeros momentos durante a realização da pesquisa e na preparação dos textos, lendo, corrigindo, discutindo, e mais que isso, pela companhia e apoio em todos os outros.

Resumo

Este texto apresenta e expõe os resultados de um *survey* com egressos de Ciências Sociais e Economia dos últimos trinta e cinco anos de tradicionais instituições do estado de São Paulo. O foco da análise reside nos cientistas sociais, desenvolvida a partir de questões teóricas de uma sociologia dos cientistas sociais, que se difere de outras perspectivas e abordagens anteriores. O *survey* forneceu dados empíricos para: a) elaborar uma descrição do mercado de trabalho pela situação e pelas trajetórias ocupacionais, b) caracterizar o perfil social do grupo de egressos, c) definir uma estratégia de pesquisa (com o suporte de uma tradição de pesquisa em estratificação social) que conseguisse captar da profissão seus segmentos mais valorizados, de maior posição social ou de status e prestígio, e d) integrar os objetivos anteriores em uma análise da composição social das posições ocupacionais projetadas por meio deste critério social. Deste modo, foi possível esboçar as participações relativas das áreas do mercado de trabalho na absorção dos cientistas sociais, apreender estes segmentos em um contínuo valorativo segundo avaliações dos próprios membros da profissão e analisar a composição social destes segmentos (por cor e raça, sexo e origem social), buscando tendências de abertura e fechamento e nichos de concentração de atributos sociais. Com a extensão do *survey* foram possíveis comparações com egressos de Economia, seguindo os mesmos procedimentos realizado para os cientistas sociais.

Palavras-chave: Profissões, Ciências Sociais, Mercado de Trabalho, Pesquisa, Estratificação social, Prestígio

Abstract

This work presents a survey with Social Sciences and Economics alumni from a thirty-five years time span of traditional universities in the state of São Paulo. The focus of the analysis rests on social scientists, developed following theoretical questions of a sociology of social scientists, different from others previous perspectives and attempts. The survey brought empirical data with which we can: a) elaborate a description of the labor market by occupational current situation and work trajectories, b) delineate the social profile of the alumni group, c) define a research strategy (with the support of a tradition in the social stratification field) that could capture from a profession its most valued parts, of higher social position or higher status and prestige, and d) integrate all data into an social composition analysis of the occupational positions projected by that social criterion. In this way, I sketched the relative proportion of labor market areas in absorbing social scientists, grabbed its segments in a valorative continuum, made with evaluations from the members themselves, and analyzed the social composition of these segments (by race, gender and social origins), searching for openness and closure tendencies, and niches that concentrate social attributes. Extending the survey to Economics alumni also made comparisons possible, following the same procedures realized for social scientists.

Key words: Professions, Social Science, Labor Market, Survey, Social Stratification, Prestige

Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1. O percurso da investigação: questões, desenho da pesquisa e resultados iniciais	19
Pensando as questões.....	20
Demarcando o objeto e o procedimento	33
Descrição da amostra	42
CAPÍTULO 2. Mapeando a convergência teórica entre status e profissões	57
Teorias da estratificação e os clássicos.....	58
Status e prestígio.....	63
Profissões/ocupações e status.....	69
CAPÍTULO 3. Prestígio ocupacional: uma via de acesso para o(s) estudo(s).....	77
Os estudos de prestígio ocupacional.....	79
A virada funcionalista.....	88
As críticas e a resposta	95
Os estudos de prestígio ocupacional das últimas décadas	105
O que é, então, o “prestígio ocupacional” desta pesquisa?.....	111
Dados e resultados.....	113
CAPÍTULO 4. Dissenso, viés e segmentação intra-ocupacional nas hierarquias de prestígio.....	127
Classificando as ocupações (1): estratos.....	127
Dissenso e o viés ocupacional (1).....	133
Classificando as ocupações (2): hierarquias.....	147
Dissenso e o viés ocupacional (2).....	149
Segmentação intraprofissional de prestígio.....	163
CAPÍTULO 5. A composição social dos subgrupos e suas (co)variações.....	175
Uma análise na fronteira	176
A realização e suas inscrições	190
A composição social dos subgrupos intraprofissionais	193
CAPÍTULO 6. Em busca de comparação: perfil e composição dos economistas	205
Descrição da amostra	205
Prestígio ocupacional	214
Segmentação intraprofissional de prestígio.....	217
CONCLUSÃO.....	233
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	239
ANEXOS.....	247
ANEXO 1.1a. Questionário utilizado na coleta de dados (para cientistas sociais).....	249

<i>ANEXO 1.1b. Questionário utilizado na coleta de dados (página final para economistas)</i>	254
<i>ANEXO 1.2. Procedimento para elaboração dos pesos utilizados na análise dos dados</i>	255
<i>ANEXO 3.1. Comparação entre “prestige scores” das ocupações consideradas por esta pesquisa e alguns estudos anteriores</i>	258
<i>ANEXO 4.1. Classificação ocupacional utilizada nesta pesquisa e ocupações que as constituem (extraídas das respostas abertas do questionário para as perguntas sobre ocupação)</i>	261
<i>ANEXO 4.2. Cruzamentos e testes estatísticos de algumas ocupações selecionadas</i>	263
<i>ANEXO 5.1. Tabulação das trajetórias (classificação ocupacional e hierarquia interna das atividades dos cientistas sociais)</i>	290
<i>ANEXO 6.1. Hierarquia de prestígio das ocupações listadas no questionário (economistas)</i>	302
<i>ANEXO 6.2. Cruzamentos e testes estatísticos de algumas ocupações selecionadas (avaliação dos economistas)</i>	306
<i>ANEXO 6.3. Hierarquia de prestígio das atividades de cientistas sociais listadas no questionário (cientistas sociais para comparação com economistas)</i>	310
<i>ANEXO 6.4. Cruzamentos e testes estatísticos da atividade “cargos executivos em empresas” pelos economistas</i>	312

Introdução

Uma das formas com as quais eu poderia apresentar, em poucas linhas, o trabalho que segue, é dar, junto com sua temática central, destaque à particularidade do procedimento de coleta de dados: diria que este texto expõe os resultados de uma pesquisa com ex-alunos de Ciências Sociais (e de Economia), com foco em suas trajetórias profissionais; uma pesquisa daquele tipo que tenta localizar pessoas, até com a ajuda de possíveis parentes (pois compartilham o mesmo sobrenome) que estão na lista telefônica. Realmente, durante o fim de 2007 e boa parte de 2008 essa era a atividade que ocupava grande parte do meu dia: “telemarketing sociológico”, com a qual eu tentava vender a idéia, para cientistas sociais e economistas sorteados aleatoriamente, da importância de aceitarem receber e responder um questionário e me ajudar assim a realizar um retrato destas profissões. Acredito que esta descrição da pesquisa seria ainda mais conveniente para leitores sem familiaridade com o debate dentro da disciplina. Seu interesse, no entanto, corria o risco de durar pouco.

Mas para outro cientista social, especialmente de áreas afins, eu poderia dizer que meus propósitos eram um pouco mais ambiciosos (e mais complicados, principalmente para o seu executor): realizar uma investigação sobre o mercado de trabalho e a inserção profissional para os cientistas sociais, por meio de um *survey* com egressos dos últimos trinta e cinco anos de quatro tradicionais instituições do estado de São Paulo, algo que não tenho conhecimento que tenha sido realizada nesses mesmos moldes. As informações sobre o assunto que são utilizadas datam de estudos do início dos anos 90. Além disso, a investigação tinha como objetivo fornecer elementos teóricos e empíricos para abordar aspectos de desigualdade e estratificação em sua dimensão mais social, seguindo a tradição weberiana, buscando nas profissões seus segmentos mais valorizados, de maior posição social ou de status e prestígio. Isso significava retomar um tipo de pesquisa – de prestígio ocupacional – que quase passou despercebida pela sociologia brasileira (salvo por poucos trabalhos da década de 1960) mas que ainda permanece vivo no debate sociológico internacional e preserva sua utilidade analítica quando enfrentadas algumas questões. Em outras palavras, buscar o espaço de convergência entre estratificação social e sociologia das

profissões. E ainda integrar ambos os objetivos em uma análise da composição social das posições ocupacionais definidas por meio deste critério social, baseado nas respostas oferecidas pelos próprios cientistas sociais no *survey*. E visava, finalmente, proporcionar um parâmetro comparativo em relação a outra profissão com relevância teórica e que apontasse também para a possibilidade de estudos complementares em outras áreas. Por isso, o mesmo *survey* com algumas adaptações também foi realizado com egressos de Economia. Transversalmente, a intenção era de utilizar métodos quantitativos de análise de dados, sem perder de vista a fluência do texto para cientistas sociais. O resultado deste conjunto conectado de objetivos é o que será exposto nos seis capítulos que seguem.

Porém, como consequência, com tantos objetivos e áreas envolvidas, corro maiores riscos: os teóricos sentirão falta de um maior aprofundamento e os empíricos poderão dizer que eu deveria me concentrar mais nos dados; os estatísticos reclamarão da superficialidade das análises e os cientistas sociais da complexidade desnecessária; os sociólogos da estratificação social e os da área de profissões não encontrarão partes importantes dos debates. Para estes e para outros, apenas poderia responder que esta é uma pesquisa exploratória, com a qual, parafraseando Florestan Fernandes (1978: 23), tomei as Ciências Sociais como meu laboratório, e onde poderia encontrar melhor, mais aberto à investigação sistemática da realidade, à ruptura com o senso comum?

Nem todos os cientistas sociais pensam desse jeito, e aquela etapa do “telemarketing” mostrou isso. Em consideração aos outros, e em nome do rigor científico, optei por ser bastante rigoroso e detalhista na narrativa de como a pesquisa foi realizada. Todo o processo do *survey*, desde sua concepção até seus procedimentos mais operacionais estão no capítulo 1. Ao tratar de suas origens teóricas, entro no debate em torno da profissão e do mercado de trabalho dos cientistas sociais, apresentando uma sistematização dos principais textos e quais as questões de pesquisa que serão incitadas. Na última parte deste capítulo estão os resultados mais diretos de uma caracterização da situação ocupacional dos cientistas sociais (sempre limitando o escopo da interpretação às instituições pesquisadas no período definido). Mas outras variáveis também terão destaque, principalmente sexo, cor e raça, origem social e outros cursos (de graduação e pós-graduação) realizados.

Parte das questões de pesquisa dizem respeito à valorização diferencial que incorre ao indivíduo pelo grupo ocupacional que faz parte. A ocupação e suas marcas fazem parte do conjunto de informações sociais que as pessoas utilizam para decidir como proceder nas relações sociais, lançando mão de protocolos familiares de interação. Algumas impõem distância social, outras tornam seus ocupantes invisíveis. Nesses processos o que está em jogo são avaliações de prestígio ou status, que não se resumem a aspectos políticos ou econômicos. No capítulo 2, inicio um intervalo teórico – que se estende até boa parte do capítulo seguinte – em que esses conceitos relacionados à estratificação social serão trabalhados, sem deixar de direcionar a discussão para a convergência com os estudos de profissões. Este é um debate teórico de extrema importância e complexidade (teorias de status), mas esta dimensão social da estratificação esteve fora dos principais eixos de análise da sociologia brasileira, na qual a ordem social competitiva baseada em contratos sucedia (ou devia suceder integralmente) a ordem tradicional, em função de uma leitura histórica e seqüencial do conjunto status e contrato (ou classe). Seria preciso, porém, muito mais que um capítulo para dar conta desses conceitos, dessas transições, seus princípios e como se relacionam com a realidade atual.

O intervalo teórico é direcionado, no capítulo 3, para o prestígio ocupacional, revisando um conjunto de estudos realizados desde a década de 1940 até os mais recentes debates. Ao longo deste caminho, aparecerão estudos de prestígio ocupacional pioneiros no Brasil. Tento privilegiar também as críticas a este tipo de estudo e, após enfrentá-las, indico a utilidade e o significado das avaliações subjetivas de valorização diferencial de ocupações e áreas de trabalho dentro das Ciências Sociais e da Economia, obtidas pelos questionários. Na última parte deste capítulo, volto a apresentar dados, sobre a hierarquia de prestígio entre algumas ocupações, mas estes importam mais no que contribuirão para a validade metodológica deste procedimento. O modo como essas questões de prestígio são formuladas varia na literatura mas ainda há espaço para avanços operacionais. Trata-se de um procedimento “*second best*”, em vista principalmente da necessidade de um instrumento de pesquisa o mais curto possível. Em todo caso, é também no fato de que seus resultados fazem sentido teórico e empírico que reside parte de sua validade.

Dentre as críticas aos estudos de prestígio ocupacional destaca-se o privilégio ao

consenso em detrimento ao dissenso, criando regularidades artificiais. É por esta razão que o capítulo 4 se debruça sobre as variações nas avaliações de prestígio, principalmente no viés ocupacional. Novamente estudos anteriores serão revistos e apresentarei uma forma de apreendê-lo com os dados do *survey* para, em seguida, testar os argumentos de outros autores sobre o assunto. Esses resultados dependem de uma classificação ocupacional utilizada em toda a pesquisa e que se distingue, em alguns pontos, de outras. Mais detalhes metodológicos também serão abordados quando tratarei dos testes não-paramétricos que usei para desagregar as avaliações. A importância de discutir o viés ocupacional fica evidente quando se passa para avaliações de prestígio internas à uma ocupação, onde os segmentos mais numerosos ou mais valorizados podem impor sua direção aos dados agregados. Isso será testado a partir das teorias de status intraprofissional, que também serão revistas. Ao final teremos uma maneira de apreender alguns aspectos de um fenômeno que aparece freqüentemente na percepção dos membros de uma ocupação e na literatura sociológica: uma “hierarquia interna de uma profissão” ou “posições privilegiadas de uma carreira”, aqui tratado como segmentação ou estratificação interna de prestígio.

Mas antes de me aprofundar nisto, o capítulo 5 inicia a análise em outro tipo de posição, na fronteira entre o trabalho nas Ciências Sociais e o fora desta área. Este é um dos pontos em contensão com abordagens anteriores sobre os cientistas sociais. Aqui essa desagregação foi realizada por meio de uma categorização das atividades atuais dos respondentes, destacando também os acadêmicos dentro da área. O objetivo deste capítulo é investigar a composição social destas posições, indicadas pelas variáveis consideradas em agregado no primeiro capítulo, procurando por diferenças significativas. Estas diferenças foram analisadas estatisticamente por testes qui-quadrado e por regressões logísticas. O texto tenta apresentar essas análises de uma maneira mais simples e aplicada e do que técnica e formal. Em seguida, são as posições ocupacionais internas à profissão, definidas a partir da hierarquia de prestígio, que se tornam o objeto da análise. Com os dados do questionário, foi possível não apenas definir a composição social dos grupos (ou das posições) pela ocupação atual das pessoas, mas também considerando todas as pessoas que já passaram por uma das posição ao longo de sua trajetória profissional. Uma série de hipóteses pode então ser testada, relacionando hierarquia profissional, origem social, sexo,

cor e raça, e renda.

Finalmente, no capítulo 6, apresento a comparação com dados semelhantes possibilitados com a extensão do *survey* para egressos de Economia. Como o foco desta pesquisa está nos cientistas sociais, um outro conjunto de questões teóricas sobre a profissão de economista dará lugar a uma abordagem mais centrada na análise dos dados. Os resultados são apresentados seguindo a mesma sequência dos capítulos anteriores (descrição da amostra, avaliações subjetivas da posição das ocupações, avaliações das posições intraprofissionais, composição social das posições). Os dados dos cientistas sociais foram refeitos para acompanhar os resultados do *survey* com os economistas.

No entanto, os economistas não encontrarão aqui mais do que um esboço do que pode ser um estudo de estratificação para sua profissão, como o que espero ter realizado para os cientistas sociais e que está disposto nas páginas que seguem. Mas mesmo com esta limitação, e com todas as outras próprias de um estudo como este (principalmente de generalização, pois trato de apenas de parte do cenário institucional e nacional em que estas profissões estão presentes), a profissão e os profissionais desta área terão aqui traçadas pelo menos algumas linhas de uma abordagem sociológica, diferenciada, certamente, da sua própria auto-reflexão.

Para os cientistas sociais, que costumam lançar um olhar introspectivo com maior frequência, os resultados e as análises aqui expostas servem menos para indicar um novo caminho, uma sociologia ao todo diferente, e mais para repensar algumas partes do que já se consolidou como uma abordagem mais ampla, que chamo aqui de outra sociologia dos cientistas sociais.

Capítulo 1. O percurso da investigação: questões, desenho da pesquisa e resultados iniciais

Na pesquisa que realizei durante o mestrado com cientistas sociais atuantes no mercado da pesquisa (Braga, 2004), algumas questões que, pelo seu desenho, não puderam ser tratadas com profundidade chamaram a atenção por sua relevância, e ajudaram a definir o ponto de partida para uma nova investigação empírica: a posição profissional dos bacharéis em Ciências Sociais (cientistas sociais ou sociólogos são definições mais usuais), seu mercado de trabalho, os princípios internos de diferenciação entre os diplomados e os profissionais nas diferentes áreas de trabalho, a distribuição social do reconhecimento social entre essas áreas, a origem social dos ingressantes e dos diplomados, e a possibilidade de uma comparação com outras formações universitárias, dentro e fora das Humanidades. Estes seriam alguns aspectos para uma sociologia dos cientistas sociais, uma extensão do que se costuma considerar como atividade das Ciências Sociais no Brasil, que não se limitaria a um estudo de sociologia dos intelectuais ou de sociologia da sociologia, com foco nos grupos e corpos de conhecimentos da atividade no meio acadêmico.

Certamente aqui há uma questão operacional na definição de quem é um cientista social “profissional” já que se trata de um grupo ocupacional difuso, sem identidade única e coletiva no mercado de trabalho (mesmo depois de sua regulamentação, com a lei nº 6.888 de 1980 e o decreto 89.531 de 1984). Se, de um lado, as três disciplinas que hoje constituem as Ciências Sociais, ganham de um ponto de vista acadêmico contornos cada vez mais autônomos e independentes, de outro, fora deste âmbito científico aparecem sem atribuições exclusivas e sem apelo para o mercado de trabalho. Optei por tomar como base o conjunto dos diplomados em cursos de Ciências Sociais, resolvendo o problema da característica que interessava à investigação mas levantando outro, sobre a transição depois da diplomação até o ingresso como profissional da área. Esta, no entanto, mais que um problema, é também uma excelente questão a ser explorada.

Isto porque ficou claro, desde as primeiras definições da pesquisa, que precisaria impor certos limites ao que poderia ser considerado como atividade ou atribuição ou trabalho de cientista social. O emprego em uma multinacional ou realizando atividades

rotineiras de escritório, por exemplo, destino de formados de todos os cursos superiores, se resume, muitas vezes, a encaixar-se em uma posição com objetivos e atribuições previamente definidos, independentemente da formação. Por outro lado, há também quem considere que ciência social só se faz na universidade, onde influências externas e pressões de “clientes” inexistem ou são insignificantes frente à autonomia e independência do meio, ou ainda que a ciência social é uma atividade exclusivamente científica. Aqui, no entanto, neste estudo de sociologia dos cientistas sociais, tratarei de questões que envolvem a formação desse potencial grupo ocupacional na convergência entre a transmissão dos conhecimentos em suas instituições credenciadoras e o mercado de trabalho para a ocupação e em geral.

Pensando as questões

Sobre este conjunto de temáticas (pensando as Ciências Sociais enquanto profissão, ocupação, atividade, científica ou não, com seus requisitos de formação, demandas sociais e mercado de trabalho no Brasil), há um volume significativo de literatura, heterogênea em seu foco, marcos teóricos ou mesmo em sua preocupação com a pesquisa empírica¹.

Há trabalhos (os quais não poderei me deter aqui) que se concentram mais no curso de graduação – alguns resultam de discussões visando dar respostas às demandas dos estudantes a um conjunto de anseios profissionais ou resultados de discussões sobre alterações curriculares (Bomeny e Birman, 1991; Pessanha e Villas Bôas, 1995)². Parte destes focalizam o aluno de graduação em Ciências Sociais e mais adiante possibilitarão comparações com os resultados que serão aqui apresentados, mesmo que limitadas pelas diferentes metodologias utilizadas e pelo fato de que é incerto se o perfil do egresso é igual

¹ Me aterei às discussões sobre o mercado de trabalho ou sobre a profissão de cientista social apenas no Brasil. Em outros países, França e Estados Unidos como exemplos significativos, discussões sobre esta temática ocorreram e uma abertura para o reconhecimento das atividades aplicadas como integrantes da disciplina não ocorreu sem conflitos. Nesses países surgiram associações (*Association des Professionnels en Sociologie de l'Entreprise*, na França; *Sociological Practice Association* e *Society for Applied Sociology*, nos Estados Unidos), periódicos e eventos de intercâmbio de informações próprios para as atividades aplicadas.

² Preciso ressaltar que nessas duas coletâneas alguns autores desenvolvem temáticas correlatas às que desenvolverei aqui, principalmente Antônio Luiz Paixão, Leticia de Vicenzi, Roque de Barros Laraia e Simon Schwartzman (Bomeny e Birman, 1991) e Nelson do Valle Silva e Regina Celi Kochi, Simon Schwartzman e Lorena Holzmann da Silva (Pessanha e Villas Bôas, 1995).

ao do estudante (Werneck Vianna *et alii*, 1994; Schwartzman, 1995).

Há também outros textos mais “oficiais”, nos quais as associações profissionais ou seus representantes tentam fornecer uma leitura apropriada do desenvolvimento da profissão e de sua ampla perspectiva de atuação. O escopo deste trabalho não permitirá, no entanto, que consiga me deter sobre todos os tipos de trabalhos. O que farei em seguida é algo mais circunscrito, referindo-me a textos mais próximos de uma sociologia dos cientistas sociais, particularmente no que vejo como os principais pontos de comparação e desacordo. Parto da bibliografia selecionada sobre a profissão de cientista social elaborada em Bonelli e Donatoni (1996) excluindo aqueles que tratam as Ciências Sociais como exclusivamente acadêmica – ou seja, em um tratamento teórico afiliado a uma sociologia dos intelectuais ou enquanto Sociologia das Ciências Sociais universitárias – e adicionando outros.

De um modo geral, avança o número de trabalhos tematizando a profissão dos cientistas sociais, incluindo uma percepção das atividades não-acadêmicas, dialogando com a sociologia das profissões e cada vez mais com suporte em pesquisas empíricas, mesmo considerando sua timidez frente a outras áreas³. É o reflexo de uma tendência geral que está por toda parte nesta sub-área da sociologia: desintegrar a aura monolítica dos grupos profissionais, criada discursivamente pelas associações e pela elite dos grupos e teoricamente pela abordagem funcionalista – como, por exemplo, a “comunidade profissional” de Goode onde todos os membros, inclusive sua elite intelectual partilhava a mesma identidade, valores e padrões de conduta (Goode, 1957). Vistas de uma perspectiva mais abrangente, as profissões perdem parte dos benefícios elencados para a recuperação das associações profissionais no período pós-liberal, calcados nos argumentos de que subsistiria uma moral comum (Durkheim, 2004 [1902]), uma orientação para o bem coletivo, relações horizontais de controle mútuo e qualidade nos serviços.

³ Tomei conhecimento, durante meu trabalho de pesquisa, de vários outros trabalhos – monografias de graduação e dissertações de mestrado – sobre o assunto, como as de Patrício Enrique Dacaret Zaror (*Perspectivas profissionais do sociólogo: considerações sobre o debate atual*, graduação, UFSC, 2004), Naira Tomiello (*Ethos profissional: o curso de Ciências Sociais da UFSC na óptica dos egressos*, graduação, UFSC, 1995), Maria Eldeny Rodrigues da Silva (*A sociologia como profissão: a fábrica de ilusões*, graduação, UFC, 1987), Pedro Arturo Rojas Arenas (*Os sociólogos: elementos para uma tipologia da carreira profissional dos bacharéis em Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará*, mestrado, UFC, 2000) e Manoel Matias Filho (*Onde estão nossas cabeças?: os cientistas sociais e o exercício profissional*, mestrado, UFRN, 2004), mas que não alteram a leitura mais ampla do debate que será exposto.

Para a sociologia brasileira, há a questão de saber se essa diversidade interna é uma realidade atual ou se sempre foi uma parte desprezada da reconstituição histórica e sociológica da disciplina. Isso porque a formação de “técnicos com competência administrativa” (bem próxima do que poderia ser descrita como coleta sistemática de dados objetivos) era um dos objetivos da Escola Livre de Sociologia e Política desde sua fundação em 1933 ou desde a fundação de USP em 1934, em função da competição por alunos (Limongi, 1989)⁴. E, de certa forma, é o que faz pensar a importância que Florestan Fernandes requeria que se desse à formação do “técnico” nas Ciências Sociais, ao lado do investigador e do professor, todos com forte embasamento teórico e metodológico. Pela forma como Fernandes comenta o assunto, deveria ser uma questão candente também nos anos 50, negligenciada pela comunidade intelectual uspiana (Fernandes, 1978: 22). Isso tudo sem contar a evidência mais básica: mesmo com a alta evasão nos cursos de graduação da área, as vagas para pós-graduação são significativamente menores e também possuem altas taxas de evasão. Em outras palavras, existe (e parece que não é algo apenas recente) um significativo número de cientistas sociais formados que não ingressam na carreira acadêmica.

Mas perceber a existência de segmentos não implica necessariamente em problematizar o conteúdo de suas relações. Se há estratificação, seria ao longo de quais dimensões, gerando quais tipos de conflito? Estas são questões posteriores e que demandam – pelo menos idealmente – investigações teóricas e empíricas. Para o nosso caso particular em questão, outro passo subsequente é o de refletir em que essas novas perspectivas de pensar a profissão poderiam impactar na formação dos novos cientistas sociais (facilitando a inserção no mercado ou revisando os currículos). É por meio desses pontos que partirei para uma sistematização da breve literatura, indicada esquematicamente no Quadro 1.1.

⁴ Há uma lacuna no argumento de que com Donald Pierson, e com a pós-graduação, a ELSP caminharia apenas na direção de uma “academicização”, de uma sociologia sem aplicação (Limongi, 1989: 223), quando as referências de Pierson são na direção da formação de “sociólogos profissionais” enquanto pesquisadores científicos. Como escreve Oliveira, seria preciso verificar se houve o abandono dos objetivos originais, o que poderia ser investigado respondendo a seguinte questão: “Seus ex-alunos se tornaram ‘cientistas sociais’ e foram absorvidos pela USP ou foram trabalhar na administração pública municipal, estadual ou federal?” (Oliveira, 1987: 43). Seria preciso também investigar o que Pierson entendia por “sociologia profissional”, se ela estava situada exclusivamente entre os acadêmicos ou se consistia no levantamento original de dados empíricos, na capacidade dos cientistas sociais aplicarem a técnica científica onde quer atuassem. Não poderei encaminhar a discussão para este lado, no entanto.

Desde 1966, pelo menos, percebe-se que a profissão de sociólogo (ou cientista social) abarca um campo mais amplo que o estritamente universitário. Respondendo aos pontos que deram suporte ao veto presidencial à regulamentação da profissão, ainda nos anos 60, Evaristo de Moraes Filho (1966) reforça a importância dos sociólogos para a administração pública e mostra a presença de profissionais também em empresas de pesquisa e atuando como profissionais liberais. Há inclusive referências a textos específicos sobre a temática profissional (Parsons, Hatt etc.) mas este não é propriamente um texto de análise sociológica. Uma caracterização – breve mas incisiva – do tipo de relação entre as áreas de atuação dos cientistas sociais demorou mais alguns anos para aparecer na literatura especializada (mesmo que em outra especialidade). Comentando um programa de televisão sobre o mercado de trabalho para sociólogos, Durand (1984) expõe sua percepção de uma diferenciação interna, de legitimidade, de valorização e de remuneração, resultado de uma ligação histórica da profissão com as classes médias e superiores que desprezaram questões ligadas à profissionalização. Pela posição central na socialização dos jovens recrutados, o magistério superior passava uma definição demasiadamente academicista da profissão, implicando em uma atitude que beirava a hostilidade frente aos que trabalhavam em outras áreas, principalmente na pesquisa comercial. Por ser breve, no entanto, faltava a este comentário análise teórica e pesquisa empírica, que viriam em seguida.

Em Marinho (1987), o debate sobre a profissionalização está imbricado com uma apreensão da dinâmica interna dos grupos que compõem a profissão – essencialmente os sociólogos acadêmicos e os não-acadêmicos – que acentuava o conflito (monopólio de um segmento, cisão profissional): os não-acadêmicos “*ficam divorciados da comunidade que produz o conhecimento e têm seu prestígio como sociólogos prejudicado*” (Marinho, 1987: 230).

A cisão entre os dois grupos fez com que aparecessem interesses distintos frente à regulamentação da própria profissão, na década de 80: os acadêmicos eram contrários e os não-acadêmicos favoráveis, pois enquanto para os primeiros “*a sociologia não é uma profissão como outra qualquer (...) ao contrário, define-se como uma ‘profissão acadêmica’*” (Marinho, 1987: 227) ou como “*área de conhecimento*”, para os segundos a

regulamentação da profissão significaria uma “*tentativa de delimitação de um ‘território profissional’ exclusivo, uma tentativa de monopolização de uma área de prestação de serviço dentro da burocracia estatal, de forma a que se garanta a contratação específica de sociólogos*” (Marinho, 1987: 228).

Com esse texto, o debate também ganha contornos teóricos mais nítidos. No entanto, a opção por “compatibilizar” as abordagens funcionalistas (tentativas de decidir o que era uma profissão e o que era ocupação, baseadas nas etapas de profissionalização; a sociologia poderia assim ser classificada portanto como uma “ocupação em processo de profissionalização”) e as neo-weberianas (profissões como tentativas – umas mais bem sucedidas que outras – de monopolização de parte do mercado de trabalho e de bens e serviços, por meio do credencialismo; a sociologia seria uma profissão como outra qualquer, em busca de uma monopolização) faz com que seu argumento de que não existe área prática susceptível de ser monopolizada (a regulamentação seria um equívoco) – e que tem na “*esfera acadêmica seu efetivo espaço*” – penda para o lado funcionalista. Além disso, Marinho teve a desvantagem de escrever um ano antes do lançamento de um importante livro para a sociologia das profissões.

É indiscutível que o trabalho com mais impacto para esta esquina de sub-áreas (convergindo profissões, cientistas sociais e Brasil) é a tese de doutorado de Bonelli (1993). Um de seus principais méritos foi justamente o de ajudar a introduzir e difundir no Brasil a abordagem sistêmica para a sociologia das profissões de Abbott (1988), que se tornou um marco na literatura. Os esquemas de profissionalização, nos quais uma ocupação avança por uma série de etapas⁵ garantindo monopólios e barreiras até se tornar uma profissão, é substituído por uma dinâmica entre e dentro das profissões, na qual as posições são constantemente ameaçadas ou novas oportunidades são abertas. Seguindo Bonelli, a lógica das Ciências Sociais só pode ser, portanto, compreendida quando inserida dentro da lógica do sistema profissional, no qual as áreas de fronteira estão em constante atrito (Jornalismo, Administração, Educação, Arquitetura, Direito etc.), sem deixar de lado uma perspectiva

⁵ Uma sequência de etapas deste tipo incluiria, tipicamente, tornar-se uma atividade em tempo integral, passar a ser treinada em escolas, formar uma associação profissional, conseguir proteção do Estado e formalizar código de ética (Wilensky, 1964).

histórica a respeito de sua constituição, mas também com uma dinâmica própria, resultante da interação entre os segmentos que a compõem em competição intraprofissional (pesquisa de mercado, participação no governo, em entidades sindicais etc.). A composição destes segmentos é outro mérito deste trabalho: há uma busca de informações objetivas sobre a constituição do grupo ocupacional e um trabalho empírico qualitativo onde alguns integrantes expuseram partes dos discursos correntes e de suas identidades. Finalmente, o trabalho apresenta uma comparação com o caso norte-americano, indicando similaridades entre os dois países que redimensionam aquilo que poderia ser considerado como uma fragilidade da área no Brasil: a diversidade quando analisadas as áreas de atuação dos profissionais indicaria, ao contrário, que seu objetivo não se resume apenas à auto-reprodução. Em resumo, o estudo de Bonelli (1993) abriu novas perspectivas para um escasso campo, sem as quais este presente estudo não teria sido possível.

Mas entre os dois há mais complementaridade do que continuidade. Complementares porque desenvolvo algumas indicações presentes no texto de Bonelli relativas à segmentação, hierarquização ou estratificação da profissão – quando referências são feitas a “*ocupações bem posicionadas na hierarquia interna da profissão*” (Bonelli, 1993: 51), “*hierarquia da área*” (Bonelli, 1993: 56) e “*nas posições privilegiadas da carreira, a participação masculina aparece sobre-representada*” (Bonelli, 1993: 93) – e me baseio em dados provenientes de outras fontes. A “fotografia da categoria” que vemos em Bonelli tem sua origem na tabulação das fichas de 1988 filiados da ASESP (Associação Estadual de Sociólogos do Estado de São Paulo), complementados por dados dos filiados à SBPM (Sociedade Brasileira de Pesquisa de Mercado)⁶. Meus dados, ao contrário, foram construídos a partir de uma pesquisa empírica que realizei com aqueles diplomados de Ciências Sociais que fiz referência anteriormente. Compartilham, por outro lado, as limitações e a falta de representatividade frente ao quadro nacional da profissão⁷. A

⁶ À título de comparação, parte dos dados da ASESP sistematizados em Bonelli (1993) está disposta no Quadro 1.3, no fim deste capítulo. Em relação aos dados da SBPM, meus dados permitem uma comparação limitada. Em 1989, pela análise de Bonelli haviam 27% de cientistas sociais entre os sócios da SBPM e, em 2004, encontrei 8,9% de cientistas sociais entre os profissionais de nível superior nas empresas de pesquisa, mas tomei como base para a pesquisa a filiação a outra associação da categoria, a ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa).

⁷ Como exemplo, nas instituições que pesquisei, o universo de concluintes em Ciências Sociais para o ano de 1979 foi de 129 formados,

intenção de realizar uma investigação mais abrangente fez com que eu tivesse que tomar algumas decisões de pesquisa (que são também decisões teóricas) sobre o procedimento. E foi justamente o caso dos pesquisadores de mercado, que antecedeu esta pesquisa, que fez com que eu a pensasse em alguns pontos distintos dos de Bonelli (1993).

Os tipos de abordagem para as pesquisas sociais empíricas (qualitativa e quantitativa) por si só implicam em diferentes escolhas. Mas a pesquisa qualitativa apresentada em Bonelli está organizada em função de construções discursivas realizadas pelos entrevistados quanto à sua identificação como cientista social. A partir de um modelo genérico de palco e audiência, os entrevistados foram alocados nessas duas posições, e internamente em uma série de outras, de acordo com os “*sentimentos de pertencer às Ciências Sociais*” (Bonelli, 1993: 114). Não seria viável utilizar a mesma estratégia para o caso da presente pesquisa, onde se esperava alcançar uma abrangência maior do que a exigida para contatos com maior profundidade.

Além disso, na pesquisa que desenvolvi no mestrado, obtive fortes indícios para supor que o grupo de cientistas sociais atuantes no mercado da pesquisa, arranjado no palco da profissão, não tem uma identidade uniforme frente à profissão de cientista social ou sociólogo (vários não se consideram mais cientistas sociais ou o que fazem como parte das Ciências Sociais). Ao contrário, são perceptíveis conflitos éticos originados de um “*sentimento de culpa*” e de uma “*sensação de vigilância*” (nas relações com o meio acadêmico), além de tentativas privadas de justificação das escolhas profissionais que indicam posições desviantes, seguindo uma abordagem interacionista. Não seria, portanto, uma “*denominação que reflete identidade profissional vinculada às Ciências Sociais*” (Bonelli, 1993: 113) como a de pesquisador acadêmico⁸. Minhas conclusões estariam mais próximas das de Durand.

Porém, mais do que isso, as identidades estão em constante construção e dependem dos contextos das interações de acordo com diferentes definições da situação – o

enquanto que nacionalmente foram 1986 concluintes. Dados nacionais até 1987 estão em Bonelli (1993).

⁸ Uma das entrevistas coletadas com uma pesquisadora de mercado transcrita em parte em Bonelli (1993: 193) vai na direção das minhas entrevistas (pelo ano em que se formou, 1968, sei que não era parte do grupo que eu entrevistei para a minha pesquisa): sentimento de culpa, acusação, desvalorização da atividade – “se prostituiu no mercado”.

que faz, por exemplo, que em alguns casos seja preferível se utilizar de uma “máscara social” de pesquisador mais do que de sociólogo. Em suma, não é a identidade ou o pertencimento à profissão tal como sentido pelos respondentes que permitirá definir a forma como serão agrupados.

Evidentemente isso implica em escolher outra, correndo o risco da arbitrariedade. Ao contrário de Bonelli (1993), há aqui duas demarcações de fronteiras (tênuas, mas ainda assim fronteiras). A primeira é entre as Ciências Sociais acadêmicas e as extra-acadêmicas, sendo que as duas incorporam as atividades técnico-especializadas que a formação na área poderia ser pensada como provável de qualificar e atividades que requerem conhecimentos sobre relações sociais e problemas sociais, sem considerar aquelas cuja qualificação envolva apenas os quatro anos a mais de escolaridade. A listagem das atividades da área (incluindo docência, pesquisa, assessorias, consultorias, editorias, como quadros de órgãos públicos e privados ou em cargos políticos) foi testada e cheguei a um conjunto de 21 atividades que comporiam o campo de atuação para os cientistas sociais. Esperava-se que outras fossem incorporadas com as respostas mas esse conjunto conseguiu dar conta de modo mais do que satisfatório a todas as atividades especializadas indicadas.

A outra fronteira é entre o que está dentro e o que está fora da área. Atividades administrativas, comerciais, no setor de serviços ou em outras profissões (como resultado ou não de outros cursos superiores) estão neste último grupo⁹. De certo modo, por atuarem em outras áreas esses cientistas sociais não poderiam ser vistos, até operacionalmente, como parte de uma lógica a qual não constituem, sendo bastante plausível que suas identidades tragam outros elementos combinados, que dizem respeito às atividades que exercem. Ou seja, a “audiência” não faz, para este trabalho, parte constitutiva do mundo das Ciências Sociais ou “*parte indispensável ao funcionamento da profissão*” (Bonelli, 1993: 110).

Isto porque vai uma longa distância entre disputas jurisdicionais e disputas por vagas no mercado de trabalho. O fato de que muitos cientistas sociais estão, digamos,

⁹ Não quero com isso dizer que os cientistas sociais que não desenvolvem atividade na área não sejam cientistas sociais. Pela lógica do sistema credencialista de educação, sem registro profissional neste caso, apenas o diploma é suficiente.

trabalhando como jornalistas não significa que exista uma ameaça a jurisdição do jornalismo. Para haver um conflito jurisdicional, seguindo Abbott, grupos profissionais devem estar disputando conceitualmente uma ligação com uma área da realidade ou do trabalho, que podem ou não se desenvolver até se tornarem disputas legais (Abbott, 1988). Nas palavras do autor: “*Professions wish to aggrandize themselves in competition, taking over this or that area of work, which they constitute into ‘jurisdiction’ by means of professional knowledge systems*” ou “*(...) symbolic constituting of tasks into construed, identified jurisdictions (...)*” (Abbott, 2005: 246). É nesse sentido que se pode dizer que não há competição jurisdicional quando cientistas sociais trabalham fora de sua área; ao contrário, por mais que desenvolvam pessoalmente sínteses entre ambas, não se coloca em questão a legitimidade da outra área em abarcar, com seus conceitos e técnicas, aquela área do mundo do trabalho. E internamente, a competição entre os segmentos, em Abbott, quando não se trata de novas áreas jurisdicionais em disputa, segue as linhas de diferenciação e estratificação; são assim também disputas em torno do reconhecimento e pela distribuição do prestígio intraprofissional.

Assim, por exemplo, os dois representantes do que Bonelli incorpora como “negação”, parte da “audiência” – um diretor de recursos humanos¹⁰ e uma assessora parlamentar – por não se auto-posicionarem no “palco”, seriam aqui incluídos como dentro da área. E cientistas sociais trabalhando como oficiais de justiça ou bancários, que estão no “palco”, aqui estariam fora da área. Com esta diferenciação acredito que se pode ganhar em capacidade analítica sobre a diversidade do campo de atuação para a profissão, mais do que considerar donas de casa como parte constitutiva da lógica da profissão. Por outro lado, áreas fora das Ciências Sociais possuem uma distribuição do reconhecimento entre seus segmentos talvez completamente diferentes, e assim fazem parte, talvez, de segmentos com posições privilegiadas na hierarquia interna de prestígio.

O trabalho de Miglievich (1999), resultado de um conjunto de textos e discussões,

¹⁰ Por ser uma atividade onde potencialmente poderiam ser utilizadas as qualificações de um cientista social (além do fato de que muitos formados a tem como campo de trabalho), mesmo que as Ciências Sociais não disputem essa jurisdição com a Psicologia e a Administração.

segue o debate, também desenvolvendo pesquisa empírica. Dessa vez com sociólogos que trabalham em instituições de pesquisa e planejamento no Rio de Janeiro (FASE, IBASE, IBAM e SENAC) concluindo também na direção de uma “diferença” entre o grupo acadêmico e o não-acadêmico, mais uma vez externalizadas através de discursos que apontam suspeitas e críticas. A dissertação de Andrade (2002), mais descritiva, sem uma abordagem teórica própria da Sociologia das Profissões, serve para colocar em perspectiva o que podem ser características regionais da profissão de cientista social: na Bahia estiveram sempre historicamente vinculados ao planejamento governamental – parte da estrutura universitária da área foi montada com a intenção de formar técnicos especializados – o que faz que a situação de redução nas contratações no Estado induzisse a diversidade de atuação, desemprego e refúgio no meio universitário.

QUADRO 1.1. COMPARAÇÃO ENTRE TEXTOS SOBRE TEMAS DE SOCIOLOGIA E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS CIENTISTAS SOCIAIS

TEXTOS	Além do mundo acadêmico, quais áreas de atuação?	Dialoga com Sociologia das Profissões?	Estratificação interna? Conflito entre grupos das diferentes áreas?	Pesquisa empírica? Com egressos?	Discute formação, currículo ou necessária mudança do perfil do diplomado?	Outras observações
MORAES FILHO (1966)	Nas áreas de aplicação da ciência: como profissionais liberais, como assessores técnico-científicos da administração pública, em escritórios de inquéritos de opinião pública (ou seja, empregados públicos ou privados, ou por conta própria)	Não	Não	Não	Não	[<i>Texto responde aos pontos levantados pelo veto presidencial ao projeto que regulamentava a profissão de sociólogo</i>]
DURAND (1984)	Pesquisa comercial, postos no aparelho do Estado (como “técnico em planejamento”) e nos meios de comunicação, em editoras e jornais e em outras agências do campo da cultura e da indústria cultural	Não	Domínios da atividade não tem equivalência em termos de legitimidade, de remuneração, de horizontes de carreira e de participação nas entidades da categoria. Atitude do magistério superior às demais frentes de trabalho vai da complacência à hostilidade, em nome do militantismo político e/ou do pensamento teórico. Sociólogos da pesquisa comercial: viveram lá o mal-estar por que passam todas as vezes que pretendem que o meio acadêmico encare sua atividade de pesquisa como qualquer outro campo especializado da sociologia (dificuldade maior entre pessoal da pesquisa comercial e o restante, em especial o meio acadêmico)	Não	Estudante é formado quase exclusivamente por pessoas que partilham apenas um dos espaços de atividade; passam uma definição de sociólogo que aponta para uma idéia de trabalho intelectual impregnada dos maneirismos e recompensas das hierarquias universitárias	Comentário [<i>breve, de três páginas</i>] escrito após simpósio que a TV Cultura de São Paulo organizou sobre a profissão de sociólogo, em 1983.
MARINHO (1987)	Sociologia não-acadêmica (alocados em órgãos da administração pública)	Sim	Cisão profissional, processo político entre grupos internos. Sociólogos acadêmicos, ideológica e organizacionalmente, monopolizam a ocupação.	Não	Demanda por não-acadêmicos (a ser investigada) pode levar a reorientar cursos	Bases cognitivas frágeis para delimitar área prática [<i>tensão entre natureza acadêmica da sociologia e “profissão como outra qualquer”</i>]

TEXTOS	Além do mundo acadêmico, quais áreas de atuação?	Dialoga com Sociologia das Profissões?	Estratificação interna? Conflito entre grupos das diferentes áreas?	Pesquisa empírica? Com egressos?	Discute formação, currículo ou necessária mudança do perfil do diplomado?	Outras observações
BONELLI (1993)	Historicamente: difusão cultural, pesquisa de mercado, planejamento urbano, meio-ambiente. <i>[De acordo com a análise empírica:] diversidade de ocupações onde os sociólogos trabalham (dados ASESF) ou onde quer que tenham sociólogos que se identificam com a profissão [e todos, mesmo sem identificação, dentro da lógica da profissão]</i>	Sim	Competição e conflito compõem teoricamente a lógica do sistema (inter e intra) e assim também entre palco e audiência: disputas no mercado de trabalho e diferenças de visão e interesse, atritos intra-ocupacionais. Segmento acadêmico: barreiras que o torna inacessível aos outros segmentos; segmento acadêmico não compete com outros, apenas internamente. Disputa entre pesquisa de mercado e acadêmica se manifestaria em termos de estereótipos construídos sobre os dois lados.	39 entrevistas e 9 depoimentos de formados pela USP, PUC SP e FESP (1972 e 1982) + 4 recusas	Não	Lógica das Ciências Sociais: é preciso inseri-la dentro da lógica do sistema de profissões (competições inter e intra, micro e macro)
MIGLIEVICH (1999)	Não-academia: empresas privadas, organizações não-governamentais, quadros do poder público, consultores e assessores	Sim	<i>[Há diferença]</i> cientistas sociais vêm-se ‘embaraçados’ quando da perspectiva de ingressarem no trabalho não-acadêmico. Há ‘suspeita’ dos acadêmicos do ponto de vista da seriedade e competência e há crítica dos não-acadêmicos frente aos “vícios acadêmicos”	Pesquisa em 4 instituições de pesquisa e planejamento privadas com fins públicos (FASE, IBASE, IBAM e SENAC) com 21 sociólogos	De um lado, mercado de trabalho “pós-industrial” demandaria formação generalista (típica dos cientistas sociais); por outro, faz falta uma proposta de formação já na graduação para profissional com inserção dentro e fora da academia	Constituição da disciplina acadêmica-científica não incluiu em sua pauta a institucionalização de um espaço profissional não acadêmico; sem organização, sem comunidade profissional, sem identidade
ANDRADE (2002)	Foco no setor público estadual baiano (importante empregador durante décadas de 70 e 80 em pesquisa, projetos e planejamento para desenvolvimento regional); referência também ao ensino no 2º grau, terceiro setor (pós-90s) e consultorias	Não	Não	Egressos: 100 questionários [<i>total de formados nas décadas de 1970 a 1990 = 988</i>] e 10 entrevistas <i>[mas parte empírica pouco desenvolvida]</i>	Novos conteúdos teóricos e metodológicos deveriam ser acrescentados [<i>resultado de uma demanda de caráter tecnicista</i>]	Inserção dos formados ao longo do tempo reflete mudanças econômicas políticas e sociais no Estado brasileiro e no estado baiano, em particular

[Notas] Entre colchetes [] e em itálico são comentários meus.

A partir desta leitura particular, acredito que uma sociologia dos cientistas sociais no Brasil precisa responder, por meio da pesquisa empírica, às seguintes perguntas: Onde trabalham os cientistas sociais? Existe segmentação ou estratificação interna? Esta se relaciona com a origem social? Quem realiza as atividades mais desvalorizadas? Estes são elementos na direção de uma análise da forma como o ensino superior (de acesso ampliado nos últimos 40 anos) dinamiza os destinos sociais, abrindo oportunidades a indivíduos de todas as origens. Em outras palavras, são questões que não se encerram nas Ciências Sociais. Aplicada em outras disciplinas, esta estratégia de pesquisa daria uma idéia comparada de como as ocupações e profissões refletem, em maior ou menor grau, os padrões mais gerais da estratificação social. Nesta pesquisa terei que me restringir a uma comparação com a Economia, apresentada no último capítulo. É sobre o desenho da pesquisa que falarei a seguir.

Demarcando o objeto e o procedimento

Definidos os sujeitos da pesquisa – cientistas sociais em atividade no mercado de trabalho, dentro ou fora do âmbito acadêmico – o primeiro passo propriamente operacional foi demarcar a extensão da pesquisa, espacial e temporalmente. A idéia inicial era a de obter listas de egressos e, depois de uma seleção aleatória, coletar dados por questionário a respeito de suas trajetórias profissionais. Considerei praticamente arriscado extrapolar o estado de São Paulo (em razão dos contatos que imaginava que teria que efetuar com as instituições) mas tentei incluir uma certa diversidade de cursos, no entanto, com as cidades de São Paulo e Campinas, em instituições públicas e privadas: USP, Unicamp, PUC Campinas e PUC São Paulo. No que concerne à delimitação temporal, a possibilidade de realizar comparações entre períodos de diferente consolidação do sistema universitário e profissional do país fez com que incluísse um intervalo consideravelmente amplo, entre 1970 e 2005¹¹. Seria possível, potencialmente, obter as trajetórias de egressos já aposentados e no início da vida profissional.

A escolha de outras formações universitárias como forma de comparação, onde seriam utilizados os mesmos procedimentos, envolveu critérios e decisões mais complexos. Cada curso a mais equivaleria à duplicação de um amplo universo de pesquisa, e quanto mais distantes das Ciências Sociais, maiores seriam as dificuldades de convencer as pessoas a participarem. Ao longo do tempo, as várias dificuldades foram determinando que arestas fossem aparadas¹², deixando o foco nas Ciências Sociais e em uma formação para comparação. Assim, as escolhas foram me direcionando a uma pesquisa centrada nas Ciências Sociais, com “estratos amostrais” entre universidades e entre décadas, e com uma comparação externa com a Economia, escolhida por que além de ser uma das Humanidades, e ter portanto semelhanças importantes, tem também uma relação com o sucesso econômico, que poderia trazer elementos para pensar este último em sua relação com o status.

¹¹ Como parte da pesquisa empírica foi realizada na primeira metade de 2007, o intervalo até 2005 foi considerado como suficiente para que houvesse uma trajetória, mesmo que curta, de ingresso no mundo do trabalho.

¹² No início da pesquisa três cursos foram selecionados para comparação: Medicina, Economia e Filosofia.

Grande parte das dificuldades que impuseram o tal “corte de arestas” foi ocasionado pelo que se poderia chamar por “envolvimento e prontidão diferencial das instituições” que selecionei com as minhas solicitações de informação – neste caso, as listas de ex-alunos (a outra parte das dificuldades, que exporei mais adiante, foram resultado de questões mais operacionais da realidade da pesquisa). Minhas solicitações encontraram desde rápidas respostas até o completo silêncio. A forma como as listas me foram entregues também variou enormemente: listas impressas, listas em arquivo eletrônico, livros publicados com informações com todos os ex-alunos, alguns apenas com os nomes, outros com o cadastro completo.

Trabalhar com listagens (primeiro passo para a amostragem) não é tão simples quanto parece, principalmente porque as mais antigas e impressas possuem alguns erros facilmente corrigidos hoje em dia, como nomes repetidos no mesmo ano ou em anos diferentes. Além dessas repetições, nas mais antigas não se pode contar com as informações do cadastro, como endereço, e mesmo com o sobrenome (como foi o caso de algumas mulheres que se casaram ou divorciaram). Em suma, as listas precisaram ser digitadas (algumas delas), limpadadas (retirados os erros, as duplas entradas) e os nomes dispostos de acordo com critérios semelhantes antes da seleção aleatória¹³. Para o caso da Unicamp, onde os mesmos alunos podem obter diplomas em várias modalidades, optei por incluir o nome no ano da primeira diplomação, mesmo que o aluno ainda continuasse no curso (isso pode ter feito com que meus números sejam diferentes dos números institucionais de diplomas expedidos para os cursos em questão). Mais do que produzir um retrato comparativo sobre a produção de cientistas sociais nas instituições em questão, o número real de diplomados tem, para o tipo de pesquisa que desenvolvo aqui, papel fundamental no procedimento de ponderação da amostra, que exporei mais adiante. Os números consolidados para o universo de egressos nas instituições e nos anos selecionados estão dispostos na Tabela 1.1 abaixo.

¹³ Só para constar, o critério foi o seguinte: grupo de alunos de cada semestre (quando houvesse) de cada ano em ordem alfabética, desconsiderando se curso foi diurno ou noturno.

TABELA 1.1. CONTAGEM DOS EGRESSOS (a partir dos cadastros recebidos pelas instituições; sem nomes repetidos)

Curso/ Universidade ANO	CIÊNCIAS SOCIAIS				ECONOMIA		
	USP	Unicamp	PUC Camp	PUC SP	USP	Unicamp	PUC SP
1970	49	---	---	14	68	---	104
1971	78	---	2	20	136	---	86
1972	88	---	2	14	132	---	99
1973	150	8	3	16	163	17	96
1974	95	31	57	19	151	26	98
1975	104	20	32	7	161	27	94
1976	64	40	7	16	182	38	36
1977	79	22	9	7	163	27	59
1978	83	23	6	9	150	61	31
1979	81	30	7	11	123	55	79
1970s	871	174	125	133	1.429	251	782
1980	74	29	13		95	35	
1981	63	36	8		81	41	
1982	68	32	---		74	42	
1983	49	28	1		84	52	
1984	68	26	8		100	36	
1985	58	39	8		68	41	
1986	59	51	14		85	90	
1987	46	51	15		96	71	
1988	46	32	10		84	40	
1989	56	29	14		84	49	
1980s	587	353	91		851	497	
1990	85	21	17		85	42	
1991	77	26	14		100	60	
1992	68	26	24		40	38	
1993	70	43	14		92	53	
1994	78	27	12		111	46	
1995	113	49	7		143	58	
1996	95	49	4		130	54	
1997	85	41	8		114	49	
1998	76	53	18		175	53	
1999	87	61	12		192	64	
1990s	834	396	130		1.182	517	
2000	76	51	15	57	213	67	185
2001	106	73	14	37	162	48	180
2002	89	62	12	46	149	37	226
2003	105	86	22	36	164	59	219
2004	114	65	24	25	182	85	169
2005	163	81	23	52	143	50	202
2000s	653	418	110	253	1.013	346	1.181
TOTAL	2.945	1.341	456	386	4.475	1.611	1.963

[Notas] Nos casos de nomes repetidos, foi mantida a primeira aparição (exceto quanto nomes considerados comuns com intervalos maiores de cinco anos)

[Legenda] Traço (---) = sem formados ou curso inexistente / células sombreadas = sem informação confiável.

Como temos informação desde sua fundação até 2005, o curso de Ciências Sociais da Unicamp (primeiros formados em 1973), formou até aquele ano 1.341 pessoas¹⁴, com crescimento progressivo em todas as décadas, inclusive já nos últimos anos (o mesmo não ocorre com a Economia). Como os outros cursos foram fundados antes do intervalo da pesquisa, não temos aqui uma contagem de todos os ex-alunos, mas certamente temos incluídos uma parte mais do que significativa ou representativa.

As células sombreadas na contagem da PUC São Paulo mostram períodos que não foram incluídos por que eu não estava seguro de sua confiabilidade¹⁵. Como se tratava de uma questão relacionada ao sistema de informação que eles utilizavam em parte do período compreendido, isto se repetiu para o cadastro dos economistas da PUC São Paulo. Como, além disso, tive problemas no cadastro da FEA-USP¹⁶ e a receptividade e a localização desses ex-alunos foram mais difíceis que os cientistas sociais, as informações extraídas para este grupo ocupacional devem ser lidas com a devida precaução.

Pela tabela se percebe a ausência dos egressos de Economia da PUC Campinas. Este foi o caso de menor envolvimento e abertura possíveis com a pesquisa, onde inúmeros contatos, um processo de seis meses em um Comitê de Ética, e dois “de acordo” da própria administração da instituição não foram suficientes.

Enquanto as listagens definitivas estavam sendo elaboradas e os contatos com as instituições realizados, preparei um questionário e o testei em um grupo de egressos selecionados apenas dentre os da Unicamp. Esse questionário foi pensado de modo a coletar dados a respeito de um conjunto de variáveis: informações sociodemográficas, dados adicionais sobre educação posterior à graduação, sobre a atividade profissional naquele momento (também da de seus pais em outro período do tempo e de cônjuges ou

¹⁴ Na listagem dos egressos da Unicamp (com maior número de repetições) havia 1.379 entradas no período diurno e 362 no noturno.

¹⁵ A partir de meados da década de 1980, os números de formados mostravam forte aumento (por exemplo, em 1984, 18 formados em Ciências Sociais e 136 em Economia; em 1987, 268 em Ciências Sociais e 728 em Economia). Obtive outras listagens, mas apenas para formados a partir de 1995, que indicavam números mais realistas.

¹⁶ A FEA-USP não me enviou listagens. Fui direcionado a consegui-las via internet, no site <http://www.fea60anos.com.br/br/>. Mas ao longo da pesquisa encontrei nomes de pessoas que não haviam se formado ou mesmo não eram alunos da USP. A contagem que consta na Tabela 3.1 acima, apesar de “oficial”, tem números supervalorizados para este curso. A magnitude dessa diferença não pode ser avaliada. Meu grande problema com esses erros cadastrais não estava relacionado com as “estatísticas oficiais”: uma pessoa erroneamente incluída como ex-aluno significava um desvio desnecessário de custos e tempo já escassos para localizá-la, sendo que não seria incluída no banco de dados, e que poderiam ser gastos com diplomados.

companheiros), uma descrição simplificada de toda sua trajetória no mercado de trabalho e avaliações de prestígio, das ocupações – principalmente universitárias – e das sub-áreas da profissão para qual se formou (esta última parte do questionário é a única que difere para os egressos dos dois cursos). Apesar das mudanças no questionário inspiradas por este pré-teste, seu desenho geral continuou o mesmo. Como para cada ano haveria um questionário diferente (devido ao formato da questão sobre as trajetórias), anexei (Anexo 1.1a) um exemplo do questionário final para os egressos formados em Ciências Sociais pela PUC Campinas em 1985¹⁷.

O procedimento geral da pesquisa e a taxa de resposta¹⁸ que conseguiria obter também foram testados (como a listagem da Unicamp só fornecia o nome do egresso, sem qualquer informação sobre endereço, poderia-se ter uma estimativa pessimista do trabalho da pesquisa pois eram estes os casos mais complicados para a localização): a partir da listagem, selecionei aleatoriamente 55 nomes¹⁹, tentei localizá-las de todas as maneiras ao meu alcance (lista telefônica *online*, buscadores na internet, pelo telefone de parentes que constavam nas listas telefônicas, por e-mail) para convidá-las – sempre após falar pessoalmente com a pessoa – a participar voluntariamente da pesquisa. Neste contato telefônico ou eletrônico, a pesquisa era explicada para os respondentes, com ênfase a duas de suas características: sem custo e anônima. Aos respondentes que aceitavam participar era enviado um envelope contendo o questionário e um outro envelope endereçado e já selado para o retorno, e o valor deste selo permitia que enviassem a resposta sem precisar escrever o remetente. Durante o pré-teste, tentei obter ajuda da DAC (Diretoria Acadêmica da Unicamp) para conseguir os endereços de cinco egressos com grande número de homônimos porque considere que poderia enviar os resultados (já que pessoas com sobrenomes mais “comuns” poderiam estar em classes sociais mais baixas). Apesar da disposição da DAC em ajudar, entrando ela mesma em contato com a pessoa e falando sobre a pesquisa (três foram localizadas), uma vez que eu não poderia explicar a pesquisa

¹⁷ A página específica do questionário para os economistas está no Anexo 1.1b.

¹⁸ Mesmo sabendo que o fator “universidade” (já que eu compartilhava o vínculo “Unicamp” com os egressos do pré-teste) poderia sobrevalorizar meus resultados da taxa de resposta.

¹⁹ Utilizei o comando *Select cases/random sample of cases* no SPSS (ou seja, 4% do meu universo).

não considerei como um procedimento a ser adotado para o resto.

Dos 55 nomes selecionados para o pré-teste, apenas não localizei 4. Enviei 43 questionários e obtive 29 respostas, ou seja, uma taxa de resposta, entre enviados e respondidos, de 67,5%.

TABELA 1.2. LOCALIZAÇÃO DA AMOSTRA DE EGRESSOS NO PRÉ-TESTE

LOCALIZAÇÃO	Quantidade
Não localizados	4
Localizados – falecidos	2
Localizados – sem sequência ou “recusa”	6
Localizados – questionários enviados	43
Questionários retornados	29
Taxa de retorno I (retornados/enviados)	67,5%
Taxa de retorno II (retornados/amostra)	52,7%

Para o restante da pesquisa me baseei em dois cálculos: o primeiro cálculo foi a baixa não-localização (não obtive nenhuma informação sobre apenas 4 egressos) e o segundo que, pelo tamanho da pesquisa restante, o número de pessoas a localizar teria que ser o mais reduzido possível. Mas esta estratégia esbarrou em um problema com os Correios – mais precisamente com a caixa postal de retorno dos questionários – que pode ter diminuído artificialmente (em português claro, alguns questionários podem ter sido extraviados ou perdidos) a taxa de retorno. De modo geral, acredito que as taxas de retorno reforçaram a continuidade dos procedimentos de contato, envio e recebimento dos questionários.

Assim, para a fase principal da pesquisa, estabeleci o número de 45 nomes a serem selecionados, por universidade e por década, para conseguir uma quantidade (30 questionários) suficiente para realizar análises ao nível das décadas. Os “estratos” com resposta abaixo de 30 seriam então ponderados até esse número e posteriormente ponderados para a representatividade numérica entre décadas e universidades. Conseqüentemente, os números totais da pesquisa, de pessoas a serem localizadas, foram os seguintes:

TABELA 1.3. DESENHO DA PESQUISA: ESTRATOS E TOTAL DE EGRESSOS A LOCALIZAR

Curso/ Universidade DÉCADAS	CIÊNCIAS SOCIAIS				ECONOMIA			TOTAL
	USP	Unicamp	PUC Camp	PUC SP	USP	Unicamp	PUC SP	
1970s	45	45	45	45	45	45	45	315
1980s	45	45	45		45	45		225
1990s	45	45	45		45	45		225
2000s	45	45	45	45	45	45	45	315
TOTAL	180	180	180	90	180	180	90	1.080
	Ciências Sociais: 630				Economia: 450			

O total de 1.080 pessoas a serem localizadas impôs então um longo esforço de coleta de dados, freqüentemente frustrante, e que fica muitas vezes escondido por trás das tabelas (foram mais de nove meses de trabalho de localização). Devido aos problemas das listagens que fiz referência acima, a parte final da pesquisa (economistas da PUC São Paulo) precisaria de um tempo que preferi concentrar para os cientistas sociais. Consegui uma ajuda de custos para uma assistente de pesquisa realizar os contatos por três meses, mas o trabalho foi produtivo apenas nos dois primeiros. O volume de pessoas (e a dificuldade de localização, principalmente para os egressos dos anos 2000 – sem telefone em seu nome e sem trabalho fixo que possibilitasse encontrar nas páginas da internet) exigiu uma importante decisão para o desenho da pesquisa: não haveriam substituições, ou seja, os casos de recusa, falecimento ou impossibilidade de serem localizados (por homônimos ou total falta de informação) não seriam trocados por outros nomes selecionados aleatoriamente.

Assim, do total de 630 cientistas sociais selecionados, localizei e enviei questionário para 359, mais da metade, como se pode ver pela Tabela 1.4. Esse número de questionários enviados sub-dimensionam o processo de localização pois não incluem as recusas, falecimentos e contatos que não resultaram em envio de questionário (seja porque a pessoa não se decidia a participar ou porque não respondia e-mails). Em linhas gerais, acredito ter localizado aproximadamente dois terços da amostra de cientistas sociais. Para

os economistas, a localização apresentou outros obstáculos: problemas com as listagens (que se pode ver no total de pessoas que foram localizadas mas que não eram egressos), com o andamento no final da pesquisa (ausência da listagem da PUC Campinas e pouco tempo para a PUC São Paulo). Mesmo assim, dos 450 economistas selecionados na amostra, pelo menos 173 foram localizados, 146 questionários foram enviados e o banco de dados conta com 84 respostas. Os dados comparativos serão, no entanto, limitados aos 77 questionários de egressos da USP e da Unicamp, com ponderação apenas para o “estrato” universidade.

Somados os dois cursos, o número de questionários enviados foi próximo da metade da amostra (505 dos 1080) e conseguiu-se localizar mais da metade (pelo menos 562 dos 1080).

TABELA 1.4. CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS DA LOCALIZAÇÃO COM QUESTIONÁRIOS ENVIADOS E RETORNADOS

Curso/ Universidade		CIÊNCIAS SOCIAIS				ECONOMIA			TOTAL
		USP	Unicamp	PUC Camp	PUC SP	USP	Unicamp	PUC SP	
DÉCADAS									
1970s	Enviados	29	25	26	28	20	22	12	162
	Recusas e falecimentos (erros)	5	4	3	2 (2)	1	1	3	21
	RESPOSTAS	19	19	13	19	9	15	5	99
1980s	Enviados	31	26	23		17	17		114
	Recusas e falecimentos (erros)	1	2	2		3	2		10
	RESPOSTAS	23	15	16		12	11		77
1990s	Enviados	28	32	18		7	21		106
	Recusas e falecimentos (erros)	1	1	1		4 (6)	1		14
	RESPOSTAS	18	21	9		4	13		65
2000s	Enviados	30	26	19	18	13	13	4	123
	Recusas e falecimentos (erros)	2	1	1	2	1 (5)	---	---	12
	RESPOSTAS	20	16	11	11	9	4	2	73
TOTAL Enviados / Respostas		118 / 80	109 / 71	86 / 49	46 / 30	57 / 34	73 / 43	16 / 7	505 / 314
		Ciências Sociais: 359 / 230				Economia: 146 / 84			

[Notas] Entre parênteses: números de pessoas localizadas e que não se enquadravam no objeto da pesquisa (não eram diplomados).

[Observação] Número de respostas já incluem alterações necessárias devido a diferença de data de graduação que constavam nos cadastros e as informadas pelos respondentes (mantive as informações fornecidas pelos respondentes) em dois casos.

O procedimento inicial de envio e retorno dos questionários – impressos e retornados anonimamente pelo correio, por e-mail apenas em último caso – foram sendo flexibilizados ao longo do tempo. O e-mail foi também bastante utilizado para dar segurança para as pessoas de que a pesquisa era séria e que era exclusivamente acadêmica. Só contam como questionários enviados aqueles por e-mails em que conversei antes com a pessoa selecionada e onde ela concordou em participar da pesquisa ou em receber o e-mail e se decidir depois (ou seja, primeiros contatos por e-mail, endereço encontrado via internet e mensagem inicial padrão enviada não contam na localização).

Certamente que, pelo desenho e pelas condições em que a pesquisa foi realizada (localização por informações colhidas pela internet, em buscadores e em listas telefônicas), poderia ser questionada uma sobrerrepresentação de pessoas com informação na internet ou que possuam telefone em seu nome (características que podem indicar origem social entre classe média e alta ou graduados mais antigos), ou mesmo de acadêmicos, pois informações sobre esse subgrupo são mais facilmente coletadas junto aos currículos Lattes. Parte dessa crítica pode ser justa mas a experiência da pesquisa não permite regras gerais: por um lado, os números de envio e resposta não decrescem uniformemente com o passar das décadas e, por outro, conseguimos localizar várias pessoas através de parentes depois de inúmeras ligações e tentativas, e obtivemos recusas (até veementes) e contatos sem resposta de acadêmicos. Além da maior disponibilidade de informação, poderia ser argumentado que as motivações para a participação na pesquisa seriam consideravelmente maiores para os grupos mais valorizados da profissão. Nos contatos durante a pesquisa, incluindo a abordagem inicial por telefone e e-mail, ressaltai a necessidade da participação de todos, a despeito de onde trabalhavam no momento, para retratar de modo mais completo possível o destino social dos diplomados (e o anonimato das respostas tinha o mesmo propósito). Em suma, acredito que a aleatoriedade da seleção inicial foi mantida também na localização e nas respostas.

Finalmente, é preciso fazer referência à ponderação que utilizei para a análise das respostas. Conforme comentei acima, os pesos foram elaborados para corrigir a diferença entre a amostra planejada e a amostra efetiva, além da representatividade proporcional nos “estratos” (quatro universidades e quatro décadas), como mostra o Anexo 1.2. Os dados serão ponderados quando a intenção for a de extrapolar os limites da pesquisa e fazer inferências

sobre o conjunto de cientistas sociais representados pela amostra. Em parte da pesquisa, no entanto, as respostas serão analisadas independentes dessa inferência, e farei menção a isto ao longo do texto. As análises para os economistas que constam no último capítulo, no entanto, pelo que mencionei acima, estarão limitadas apenas a duas universidades, e um procedimento paralelo foi feito com a amostra de cientistas sociais para permitir a comparação.

Descrição da amostra²⁰

Descritos os procedimentos, posso agora apresentar os primeiros resultados da pesquisa e, em seguida, alguns pontos de comparação com outros estudos. A aleatoriedade e as ponderações farão com que os atributos descritos para a amostra possam ser considerados estimativas confiáveis para os parâmetros de todo o universo da pesquisa, ou seja, falaremos aqui pelo conjunto de cientistas sociais formados nessas quatro instituições, ao longo dos últimos 35 anos, que fará as vezes de um pequeno retrato (sempre datado e provisório) atual da profissão.

Uma comparação dos estratos que utilizei para a seleção dos respondentes ajuda a visualizar as conseqüências das ponderações. Estas fazem com que cada resposta adquira uma proporção semelhante à sua ocorrência nos cadastros. As diferenças entre a amostra sem e com a ponderação variam muito mais em relação ao perfil das universidades: isso porque a USP é a universidade que, dentre as quatro, mais formou cientistas sociais, e os pesos relativos variam muito, com as particulares mais similares entre si.

TABELA 1.5. COMPARAÇÃO ENTRE “ESTRATOS” DA AMOSTRA SEM E COM PONDERAÇÃO

DÉCADAS	Sem peso (em %)	Com peso (em %)
1970s	30,4	25,4
1980s	23,5	20,1
1990s	20,9	26,5
2000s	25,2	28,0

²⁰ Aqui trataremos apenas dos dados para os cientistas sociais; os dados relativos aos egressos de Economia estão concentrados no último capítulo deste texto.

UNIVERSIDADES	Sem peso (em %)	Com peso (em %)
USP	34,8	57,4
Unicamp	30,9	26,2
PUC Campinas	21,3	8,9
PUC São Paulo	13,0	7,5

De alguma forma, as respostas para a variável idade deveriam, por sua vez, refletir em linhas gerais as divisões das décadas. De modo geral, o perfil da amostra indica esta consistência nos dados. As maiores diferenças residem nas duas faixas extremas – 18,1% de respondentes entre 25 e 30 e 28,0% diplomados entre 2000 e 2005, e uma faixa superior com 8,2% com mais de 61 anos – mas as porcentagens não chegam a surpreender.

TABELA 1.6. DISTRIBUIÇÃO DA IDADE DOS RESPONDENTES DA AMOSTRA, POR FAIXAS

FAIXAS DE IDADE	(em %)	correspondência com DÉCADAS (considerando graduação aos 22 anos)
Entre 25 a 30 anos	18,1	Idade aproximada (em 2008) dos formados entre 2000 e 2005 – nascidos entre 1978 e 1983
Entre 31 e 40 anos	27,6	Idade aproximada (em 2008) dos formados entre 1990 e 1999 – nascidos entre 1968 e 1977
Entre 41 e 50 anos	23,3	Idade aproximada (em 2008) dos formados entre 1980 e 1989 – nascidos entre 1958 e 1967
Entre 51 a 60 anos	22,8	Idade aproximada (em 2008) dos formados entre 1970 e 1979 – nascidos entre 1948 e 1957
Mais de 61 anos	8,2	idade aproximada dos nascidos antes de 1947
TOTAL (N = 229)	100,0	

[Notas] N: sem ponderação

A seguir, mostrarei outras variáveis descritivas da amostra que não terão relevância teórico-explicativa nas análises (e nas relações estatísticas) apresentadas em um próximo capítulo. Servirão para precisar melhor o conjunto dos egressos nos seguintes atributos sociais: nível de consumo ou poder aquisitivo, estado civil, número de filhos, avaliação da situação econômica familiar e do tipo de bairro onde reside, religião e cidade onde reside.

TABELA 1.7. DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA POR PADRÃO DE CONSUMO (CRITÉRIO BRASIL)

“CLASSES”	Critério 2003 (amostra) (em %)	Distribuição de referência do critério 2003 (Brasil) (em %)	Critério 2008 (amostra) (em %)	Distribuição de referência do critério 2008 (Brasil) (em %)
A	36,5	6	37,6	5,0
B	55,9	23	58,6	24,6
C	7,6	36	3,8	42,5
D	---	31	---	25,4
E	---	4	---	2,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

[Notas] Itens de consumo sem respostas = 0.

[Observação] Procedimento para os cálculos, a partir da posse de bens de consumo, serviços domésticos e da educação do chefe da família (os próprios respondentes), estão disponíveis no site <http://www.abep.org>.

TABELAS 1.8. DISTRIBUIÇÃO DE VARIÁVEIS DESCRITIVAS RELACIONADAS A ELEMENTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DOS RESPONDENTES

ESTADO CIVIL	(em %)
Solteiro(a)	32,4
Casado(a)	31,0
União estável	21,7
Divorciado(a)	13,3
Viúvo(a)	1,6
TOTAL (N = 230)	100,0

TIPO DE RESIDÊNCIA	(em %)
Própria	74,6
Alugada	19,1
Emprestada	5,2
Coletiva/República	1,1
TOTAL (N = 230)	100,0

AVALIAÇÃO DO BAIRRO QUE RESIDE	(em %)
Excelente (todo tipo de infra-estrutura e facilidades, seguro e agradável; não pensa em se mudar)	47,1
Bom	39,9
Regular	12,0
Ruim	0,9
Péssimo (nenhuma infra-estrutura, violento, desagradável; se pudesse, mudava para outro)	---
TOTAL (N = 230)	100,0

[Notas] Ns: sem ponderação

POSSUI FILHOS?	(em %)
Não	51,0
Sim	49,0
TOTAL (N = 229)	100,0

NÚMERO DE FILHOS	(em %)
1	30,7
2	45,7
3	20,1
4 ou mais	3,5
TOTAL (N = 120)	100,0

NÚMERO DE CÔMODOS DA RESIDÊNCIA*	(em %)
Até 4	9,1
Entre 5 e 9	61,5
Entre 10 e 15	25,5
16 ou mais	3,9
TOTAL (N = 229)	100,0

* quartos, salas, banheiros, cozinha

AUTOPOSICIONAMENTO EM ESCALA DE BEM-ESTAR FAMILIAR / AUSÊNCIA DE PROBLEMAS FINANCEIROS	(em %)
5 (maior)	19,9
4	43,6
3	29,2
2	5,3
1 (menor)	2,0
TOTAL (N = 226)	100,0

Os dados apresentados mostram que, independente da origem social (que veremos a seguir), o conjunto de respondentes da pesquisa representa a parte superior da pirâmide econômica brasileira, tendo como base o poder de consumo de bens e serviços tal como mensurados pelas empresas de pesquisa. Quase não ocorreram casos que consideravam os bairros em que moravam como ruins ou péssimos, a grande maioria vive em residência própria e, em uma escala de ausência de problemas financeiros, a grande maioria se auto-posiciona acima da média.

Com a tabela seguinte, sobre a cidade onde reside é possível ter uma idéia da abrangência da pesquisa em termos geográficos. Apesar do foco em São Paulo e Campinas, mais de 10% residem fora do estado de São Paulo ou em outros países. Finalmente, fechando o grupo de variáveis com finalidade exclusivamente descritiva, a religião dos respondentes.

TABELA 1.9. DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE EM QUE RESIDEM OS RESPONDENTES

CIDADE ONDE RESIDE	(em %)
São Paulo – SP	57,6
Campinas – SP	17,0
Outras cidades do estado de São Paulo	14,6
Outras cidades de outros estados	9,8
Cidades em outros países	1,0
TOTAL (N = 229)	100,0

[Notas] N: sem ponderação

TABELA 1.10. DISTRIBUIÇÃO DA RELIGIÃO DOS RESPONDENTES

RELIGIÃO	(em %)
Sem religião	40,1
Católicos	39,5
Espírita	9,5
Judaica	2,0
Budista	1,0
Protestante	0,6
Evangélico	0,2
Outras	7,1
TOTAL (N = 227)	100,0

[Notas] N: sem ponderação

As variáveis mais relevantes para as análises posteriores aparecem em seguida. São as distribuições relativas ao sexo, cor/raça dos respondentes, à sequência de sua educação e as referentes à sua origem social. No que diz respeito a sexo, a amostra apresentou presença majoritária de mulheres, com 58,6%.

TABELA 1.11. DISTRIBUIÇÃO DO SEXO DOS RESPONDENTES

SEXO	<i>(em %)</i>
Feminino	58,6
Masculino	41,4
TOTAL (N = 230)	100,0

Em seguida, temos a distribuição segundo cor e raça. Como se tratava de uma informação importante, tentei minimizar a possível falta de respostas incluindo duas questões no questionário. A primeira, uma questão aberta, tinha o seguinte enunciado: “qual você diria que é sua cor?”, e a segunda, apresentava as cinco categorias do IBGE como alternativas para resposta. Essa estratégia fez com que alguns casos de “brancos” e de “negros”, por extenso, passassem como “pardos” nas categorias. Nestes casos, optei por utilizar a segunda resposta.

TABELA 1.12. AUTO-ATRIBUIÇÃO DE COR/RAÇA DOS RESPONDENTES

COR/RAÇA	<i>(em %)</i>
Branco	84,7
Pardos	9,2
Negros ou pretos	2,1
Amarelos	4,0
TOTAL (N = 226)	100,0

[Notas] N: sem ponderação

As duas tabelas que seguem mostram outros títulos concluídos (ou ainda em curso) pelos respondentes, primeiro no que diz respeito a outras graduações e em seguida a pós-graduações. Dos 27,1% que fizeram outra graduação, 11,5% cursaram Direito, um número que quase se iguala à soma de todos os outros cursos, 15,8%. Mas apenas 31,2% dos respondentes encerravam sua trajetória acadêmica com graduações: a grande maioria frequentou pós-graduação, sendo que 27,5% concluiu ou ainda cursa doutorado.

TABELA 1.13. RESPONDENTES QUE CURSARAM OUTRO CURSO SUPERIOR

DUPLA GRADUAÇÃO	<i>(em %)</i>
Não cursou ou está cursando outro curso de graduação	72,9
Cursou ou está cursando Direito	11,5
Cursou ou está cursando outra graduação em: <i>História, Pedagogia, Geografia, Psicologia, Administração, Administração Pública, Letras, Comunicação, Jornalismo, Veterinária, Engenharia, Arquitetura, Publicidade, Economia, Estudos Sociais</i>	15,8

[Observação] A soma das porcentagens não é igual a 100% devido a um caso com cursos superiores dos dois grupos.

TABELA 1.14. PÓS-GRADUAÇÃO – ÚLTIMO NÍVEL – CURSADO (OU EM CURSO) PELOS RESPONDENTES

PÓS-GRADUAÇÃO	<i>(em %)</i>
Especialização	21,5
Mestrado	19,8
Doutorado	27,5
Cursaram apenas graduação	31,2
TOTAL (N = 230)	100,0

A origem social será operacionalizada pela educação e ocupação dos pais. A primeira está disposta na tabela abaixo. Percebe-se que, no conjunto, os pais apresentam maiores níveis de escolaridade que as mães, o que, em parte, explica a distribuição de suas ocupações. No entanto, há também a barreira ocupacional (segmentação do mercado de trabalho, trabalho doméstico etc.) que faz com que, mesmo com graus semelhantes, existam mais homens que mulheres em atividades compatíveis. Se de um lado, há 57,4% de pais com pelo menos o nível secundário completo e também 57,4% dos homens nas três

categorias da pirâmide ocupacional (profissões, empresários e funcionários públicos), no caso das mulheres as 51,4% com secundário revelam apenas 30,8% nas mesmas categorias ocupacionais.

TABELA 1.15. DISTRIBUIÇÃO DA ESCOLARIDADE DOS PAIS DOS RESPONDENTES

ORIGEM SOCIAL: EDUCAÇÃO	PAI (em %)	MÃE (em %)
Analfabeto (ou nenhuma ou semialfabetizado ou apenas alfabetizado)	2,2	3,0
Ensino Fundamental incompleto (ou primário)	24,4	31,6
Ensino Fundamental completo (ou ginásio ou até 8ª série ou 1º grau) / Ensino Médio incompleto	16,0	14,0
Ensino Médio completo (ou secundário ou colegial) ou Técnico completo ou Curso Normal (ou Magistério) / Ensino Superior incompleto / Curso de contador / Ensino Básico	21,0	28,4
Ensino Superior completo	30,7	20,3
Pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado etc.)	5,7	2,7
TOTAL	100,0 (N = 211)	100,0 (N = 212)

[Notas] Ns: sem ponderação

TABELA 1.16. DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO DOS PAIS DOS RESPONDENTES

ORIGEM SOCIAL: OCUPAÇÃO	PAI (em %)	MÃE (em %)
Profissões antigas, altos cargos políticos e empresariais	15,1	1,0
Proprietários urbanos	10,9	3,2
Classe média (profissões recentes e assalariados não-manuais, funcionários públicos e professores)	31,4	26,6
Outras atividades não-manuais de rotina	7,0	2,1
Proprietários rurais	0,5	---
Trabalhadores manuais	31,9	8,6
Sem remuneração (dona de casa, voluntários)	---	57,5
Aposentados, pensionistas e desempregados	3,2	1,0
TOTAL	100,0 (N = 222)	100,0 (N = 226)

[Observação] 1. Questão solicitava indicação da atividade do pai e da mãe quando o respondente tinha aproximadamente 15 anos;
2. As categorias ocupacionais utilizadas aqui serão explicadas e apresentadas em capítulos posteriores.

[Notas] Ns: sem ponderação

Na Tabela 1.17 temos o cruzamento das informações ocupacionais dos pais com as décadas em que os respondentes se formaram. A principal alteração no perfil ocupacional

dos pais dos respondentes é a inversão da porcentagem dos trabalhadores manuais e da “classe média”, indicando uma distribuição ainda mais acentuada na sua sobre-representação dos estratos médios e superiores. No entanto, seria necessário balancear estes dados com a configuração geral da mão-de-obra brasileira ao longo das últimas décadas, o que extrapolaria os limites dessa pesquisa.

TABELA 1.17. DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO DOS PAIS DOS RESPONDENTES, POR DÉCADAS

ORIGEM SOCIAL: OCUPAÇÃO PAI	1970s (em %)	1980s (em %)	1990s (em %)	2000s (em %)
Profissões antigas, altos cargos políticos e empresariais	13,9	21,6	13,4	13,1
Proprietários urbanos	7,3	11,1	13,8	11,4
Classe média (profissões recentes e assalariados não-manuais, funcionários públicos e professores)	21,5	28,4	32,1	42,2
Outras atividades não-manuais de rotina	13,7	5,5	6,3	2,4
Proprietários rurais	---	2,3	---	---
Trabalhadores manuais	43,6	26,1	34,4	22,8
Sem remuneração (dona de casa, voluntários)	---	---	---	---
Aposentados, pensionistas e desempregados	---	5,0	---	8,1
TOTAL	100,0 (N = 67)	100,0 (N = 53)	100,0 (N = 46)	100,0 (N = 56)

[Notas] Ns: sem ponderação

Vistas as variáveis independentes, veremos a principal dependente (ainda que transformada pelo que será visto como uma dimensão de prestígio): a distribuição ocupacional dos egressos de Ciências Sociais. Este retrato das Ciências Sociais mostra de um lado, uma categorização mínima das respostas, de modo a permitir que se visualize seus componentes e, de outro, categorias mais inclusivas, com as quais é possível configurar o mercado de trabalho para os cientistas sociais. Agregando algumas categorias por suas semelhanças, é possível discernir que o grupo universitário compreende mais de um quarto do total: no momento em que responderam a pesquisa (entre o final de 2007 e meados de 2008) 21,9% dos respondentes eram professores universitários e 4,5% eram bolsistas (excluídos aqui outros pesquisadores universitários).

TABELA 1.18. DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO DOS RESPONDENTES

OCUPAÇÃO ATUAL	(em %)	ÁREAS	(em %)
Professores universitários	21,9	ENSINO	27,4
Professores de ensino infantil, fundamental e médio	3,9		
Supervisores e coordenadores em escolas	0,9		
Cargos de direção em escolas e universidades	0,7		
Oficiais de justiça, técnicos judiciários	1,9	ÁREA PÚBLICA	15,1
Técnicos especializados na área pública (<i>sociólogos, técnicos sociais e educacionais, assessores, coordenadores de projetos, analistas, supervisores, arquivistas</i>)	6,6		
Cargos públicos de direção (<i>diretores, chefes de departamento</i>)	1,3		
Assessores políticos ou parlamentares	1,0		
Funcionários públicos (em geral e auditores fiscais)	3,3		
Funcionários públicos (em cargos administrativos)	1,0		
Bolsistas (iniciação científica, mestrado e doutorado)	4,5	PESQUISADORES / BOLSISTAS	12,0
Pesquisadores de mercado, pesquisadores (área privada)	0,9		
Pesquisadores e assistentes (área pública e acadêmica)	5,7		
Pesquisadores e assistentes (ongs e outras instituições sem fins lucrativos)	0,9		
Cargos de direção (ongs e outras instituições sem fins lucrativos)	1,6	OUTRAS CARREIRAS FORA DA ÁREA PÚBLICA	8,0
Outros cargos em empresas de pesquisa	0,7		
Técnicos especializados (<i>consultores internos, analistas, gerentes, assessores, editores, antropólogos</i>) e outros quadros em empresas	2,6		
Técnicos especializados em ongs e outras instituições sem fins lucrativos	3,1		
Consultores em pesquisa de mercado	0,9	CONSULTORES	3,6
Consultores (em geral e outros tipos de consultores)	2,7		
Advogados e procuradores	6,8	OUTRAS PROFISSÕES E FORMAÇÕES	12,6
Jornalistas	0,9		
Psicanalistas e psicólogos	1,4		
Analistas de sistemas	0,8		
Tradutores	1,6		
Outros (<i>redatores publicitários, administradores</i>)	1,1		
Empresários, micro-empresários (em geral)	2,1	EMPRESÁRIOS	5,5
Empresários-editores	1,2		
Comerciantes	1,3		
Industriais	0,9		
Vendas (<i>corretores, representantes comerciais</i>)	2,0	VENDAS, SERVIÇOS E OUTRAS ATIVIDADES	8,5
Secretárias (<i>também bancários e agentes de viagens</i>)	3,3		
Serviços (<i>receptionistas, auxiliares de atendimento, motoristas</i>)	0,9		
Outras atividades não-manuais (<i>terapeutas corporais, designer, produção cultural e artística, profissional autônomo</i>)	2,3		
Aposentados	4,5	APOSENTADOS, DESEMPREGADOS E OUTROS	7,3
Desempregados	1,8		
Outros (<i>rentistas, pensionistas e voluntários</i>)	1,0		
TOTAL (N = 223)	100,0	TOTAL	100,0

[Notas] Categorização considera apenas a atividade considerada principal – a permanente ou a que fornecia maior renda, caso mais de uma tenha sido indicada / no caso de informações insuficientes, foram utilizadas outras respostas do questionário para a categorização (exemplo: professores, sem referência ao nível) / N: sem ponderação.

Se considerarmos o grupo encarregado do ensino em seus vários níveis, a tabela mostra que este representa 27,4% do total, seguido dos atuantes na área pública (15,1%) e dos pesquisadores e bolsistas (compreendidos aqui pela atividade em pesquisa, e não pelo tipo de instituição em que estão inseridos). Nesta tabela, estão agrupados como “outras profissões e formações”, “empresários”²¹ e “vendas, serviços e outras atividades” os que estão claramente trabalhando em áreas não relacionadas com a formação em Ciências Sociais, mas pode-se perceber como uma categorização baseada em “dentro e fora da área” poderia também ser realizada dentro do grupo definido aqui como “área pública” (farei isso em um capítulo posterior).

Quando cruzamos os dados da ocupação com os das décadas, é possível precisar como as áreas evoluíram dentro da amostra: a participação da área de ensino tem seu máximo nos formados na década de 90 (grande parte dos formados entre 2000 e 2005 ainda não teve tempo de concluir doutorado); a década de 2000 concentra os desempregados (nesta categoria na década de 1970 estão concentrados os aposentados) e os pesquisadores e bolsistas em formação; esta última década também apresenta significativa diferença superior para a ocupação em carreiras fora da área pública, mas também retoma uma participação dentro da área pública no nível da década de 80, talvez como primeira inserção no mercado de trabalho. Apesar da queda nos formandos da década de 80, a ocupação em empregos que exigem níveis educacionais menores (vendas, serviços) mantém-se constante, em torno de 10%

²¹ O caso dos empresários-editores (sócios ou proprietários de editoras) ilustra meu procedimento de categorização: como a pergunta sobre a ocupação atual era aberta (“atualmente qual a sua atividade profissional principal, que fornece a maior parte ou toda a sua renda?”) tive que usar, em alguns casos, outras informações do questionário para esta categorização. Quando o respondente indicava mais de uma atividade, optei por preservar a principal (ou a que fornecia maior parte de sua renda). Assim, os empresários-editores são também editores (e o curso de Ciências Sociais pode ter sido importante ou até fundamental para esta escolha), mas os incorporei como empresários, pois pressupus que seria desta atividade que obtinham a maior parte de sua renda e por isso ficariam “fora” da área, já que o fato de ser empresário independe da formação. De qualquer forma, com esta primeira categorização “descritiva” se pode apreender sua magnitude relativa. Casos de empresários de opinião pública seriam considerados como “dentro” da área, mas nenhum respondente mencionou esta atividade como ocupação atual.

TABELA 1.19. DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO DOS RESPONDENTES, POR DÉCADAS

DÉCADAS ÁREAS	1970s (em %)	1980s (em %)	1990s (em %)	2000s (em %)	TOTAL (em %)
ENSINO	30,6	34,9	37,5	9,3	27,4
ÁREA PÚBLICA	6,3	23,7	12,0	19,9	15,1
PESQUISADORES / BOLSISTAS	---	5,0	10,0	29,4	12,0
OUTRAS CARREIRAS FORA DA ÁREA PÚBLICA	5,2	5,6	4,5	15,6	8,0
CONSULTORES	5,0	7,8	---	3,0	3,6
OUTRAS PROFISSÕES E FORMAÇÕES	16,1	7,4	21,2	4,7	12,6
EMPRESÁRIOS	12,3	6,7	3,5	0,7	5,5
VENDAS, SERVIÇOS E OUTRAS ATIVIDADES	10,3	2,6	10,2	9,4	8,5
APOSENTADOS, DESEMPREGADOS E OUTROS	14,2	6,3	1,1	8,0	7,3
TOTAL	100,0 (N = 67)	100,0 (N = 52)	100,0 (N = 48)	100,0 (N = 56)	100,0 (N = 223)

[Notas] Ns: sem ponderação

Mencionei no início do capítulo que existem outras duas pesquisas sobre os estudantes de Ciências Sociais cujos resultados possibilitam comparações. Isolei no quadro a seguir alguns pontos de contato. Há, no entanto, também inúmeras diferenças entre as metodologias e, no caso da pesquisa de Werneck Vianna *et alii* (1994), a dessemelhança mais fundamental reside no fato de que incorpora apenas alunos matriculados e as taxas de evasão para o curso são tradicionalmente elevadas (neste próprio texto encontramos uma estimativa da evasão na UFRJ que aponta a taxas entre 50 a 65%, esta última entre 1982 e 1988). Assim, o grupo de estudantes pode ter perfil social bastante diferenciado dos egressos. E, além disso, por se tratar de um esforço de pesquisa que se pretendia ser nacional, e meus dados estão limitados ao estado de São Paulo, todas as variações podem ser plenamente compatíveis. Com o estudo apresentado por Schwartzman (1995) a comparação é mais direta, apesar de que a parte de egressos engloba apenas os formados nos 10 anos anteriores à pesquisa.

Com a primeira destas pesquisas, as diferenças nos resultados são portanto enormes, como se pode ver também pelo estado civil e pela idade média. Porém, mesmo dentro de estreitos limites comparativos, um dos argumentos dos autores não encontra sustentação nos dados aqui apresentados: uma democratização do acesso às Ciências Sociais estaria em processo e o novo perfil dos estudantes de graduação, com mais participação dos estratos inferiores, buscando durante o curso estratégias de mobilidade social por meio da profissionalização científica.

Quando mostrei os dados sobre a ocupação dos pais ao longo das décadas em que os respondentes se formaram, no entanto, o perfil parece sobre-representar ainda mais a parte superior das categorias (até a classe média). Pelo menos não houve diferença significativa na proporção de profissionais e de proprietários urbanos. Outro agravante é que as categorias ocupacionais dos dois estudos são bastante diferentes (o que poderia explicar as porcentagens de pais trabalhadores manuais). O caso de São Paulo pode apontar para uma situação em que já houve mais abertura para a participação de indivíduos de origem social modesta (ou pelo menos se manteve estável). Uma hipótese poderia ser levantada para explicar isso: como a maior parte da expansão das vagas no ensino superior nos últimos anos foi no ensino privado, e por isso não atingiu significativamente os cursos de Ciências Sociais, não seria descabido que, por uma redução das expectativas, indivíduos oriundos dos estratos inferiores optassem por cursos em que tanto o acesso seja garantido (e assim escolham escolas particulares) quanto com maiores perspectivas de trabalho (e assim procurem carreiras profissionalmente mais definidas). Novos dados e o acompanhamento das ações afirmativas (se os alunos chegarem a se formar) poderiam alterar o quadro, mas não se pode esquecer da hipótese de seletividade social durante o percurso entre o ingresso e a saída.

Além disso, o que se pode perceber é que as evidências com que o argumento busca se sustentar não são ideais: pelo cruzamento entre perfil familiar (em que instrução e ocupação dos pais são tratadas conjuntamente) e ano que o aluno está cursando (Werneck Vianna *et alii*, 1994: 448). Em outros termos, o intervalo de tempo considerado, por se tratar de uma pesquisa com alunos de graduação, é de apenas 4 anos. As indicações de tendência ficam fortemente baseadas em uma interpretação sobre como as Ciências Sociais

se inserem na realidade brasileira. E mesmo dentro deste pequeno intervalo, os dados que mostram uma grande participação de formandos do perfil familiar com maior desvantagem social (técnicos e serviços sem 2º grau e trabalhadores manuais), também mostram que, entre os ingressantes, a participação de filhos de profissionais com curso superior – a maior vantagem social – cresce em quase 20%.

QUADRO 1.2. COMPARAÇÃO ENTRE PESQUISAS COM ALUNOS OU EX-ALUNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Pontos de comparação	WERNECK VIANNA et alii (1994)	SCHWARTZMAN (1995)	ESTA PESQUISA
Período de realização	1992-1993	1991	2007-2008
N	271 estudantes de graduação	414 (157 ingressantes em 1991 e 257 egressos entre 1980 e 1991)	230 egressos
Número de instituições	12 (<i>survey</i> “nacional”)	1 (USP)	4
Idade média	24,6	---	43,5
Solteiros	82,9%	---	32,4%
Mulheres	50,9%	53,1% entre ingressantes e 62,7% entre egressos	58,6%
Negros e pardos	20,0%	---	11,3%
Dupla graduação	Ingresso tardio pela passagem por outros cursos antes: 39,1% freqüentou outro curso (9,2% já formados)	18,3% dos egressos possuíam outro diploma	27,1% cursou ou está cursando outra graduação; destes 14,5% o fizeram antes, 51,5% depois e 34% pelo menos parte ao mesmo tempo
Pós-graduação	---	32% dos egressos iniciaram algum tipo de pós (sem considerar matriculados na pós em Sociologia USP)	68,8%
Pai com nível superior	35,1%	40% entre ingressantes e 46,3% entre egressos	36,4%
Pai trabalhador manual	12,3% (operários, trabalhadores não-qualificados)	---	31,9%

Outro importante argumento dos autores diz respeito ao ingresso tardio no curso de Ciências Sociais devido ao fato de que cursaram ou freqüentaram outra graduação anteriormente. Os resultado sistematizados aqui indicam, ao contrário, que apenas 14,5% dos que concluíram outra graduação (não tenho dados sobre freqüência sem conclusão) o

fizeram antes. A grande maioria ou cursou pelo menos parte ao mesmo tempo ou depois, o que talvez indique que estratégias de mobilidade mais “eficientes” para os estratos inferiores (ou de manutenção de status para os estratos superiores) se encontram, alternativamente, em outras profissões ou formações. Em todo caso, a alta porcentagem encontrada de pessoas que cursaram alguma pós-graduação (em várias áreas), é compatível com qualquer um dos dois argumentos.

No que concerne à pesquisa de Schwartzman (1995), as diferenças nos resultados são menores, visto que compartilham em parte a análise da trajetória profissional de egressos. As maiores diferenças nos resultados residem na tabulação da ocupação atual, que está apresentada no Quadro 1.3 para facilitar as comparações, no qual também comparo com as principais categorias da tabulação apresentada por Bonelli (1993). Mais uma vez é preciso ressaltar as diferenças nas categorizações utilizadas, nas fontes de informação (fichas de associados e egressos) e o limite de tempo em que os egressos foram considerados.

Não existem discrepâncias muito acentuadas devido à dispersão dos cientistas sociais em vários setores ou áreas. Mas o peso relativo das atividades na configuração geral do mercado de trabalho é consideravelmente alterado dependendo da pesquisa. Em Bonelli (até pela natureza da fonte de informação) encontramos muitos sem ocupação, um grupo de ensino equilibrado entre universitários e professores de 1º e 2º grau, uma categoria geral de sociólogos (7,0%), apenas 3% de bolsistas e uma grande dispersão de atividades com proporções entre 0,1% e 2%. Em Schwartzman, os professores universitários estão em menor proporção (9,5%), mas o mais importante é que não representam a maior fatia da profissão, que está localizada no serviço técnico-profissional e nos institutos de pesquisa. Isso pode ser reflexo da condição de “em formação”, ainda cursando a pós-graduação, dos egressos mais recentes já que os dados não incluem aqueles que realizam pós-graduação em Sociologia na USP.

De acordo com os dados que apresentei, o ensino é a principal área de atividade dos cientistas sociais, sendo que os professores universitários estão em proporção bem superior aos de 1º e 2º grau. Além disso, a proporção de 12,0% de bolsistas (29,4% para a década de 2000) representa a consistência na reprodução da área de ensino. Mas os dados

estão longe de indicar a exclusividade do segmento universitário. Tanto na área pública (excluindo o ensino) quanto fora desta existem proporções significativas de cientistas sociais. Aqui, a menor taxa de desemprego encontrada entre as três pesquisas convive com delimitações mais precisas das áreas que só muito forçosamente poderiam ser consideradas como dentro das Ciências Sociais, nos dois extremos da classificação ocupacional para profissões não-manuais (em vendas/serviços e em outras profissões), compreendendo pelo menos 23% dos egressos (sem contar os desempregados) no que podem ser estratégias de sobrevivência ou de independência financeira que os empurram para fora dos limites da profissão, disputando recompensas e prestígio em outras arenas.

QUADRO 1.3. COMPARAÇÃO ENTRE CATEGORIAS NA OCUPAÇÃO ATUAL DOS CIENTISTAS SOCIAIS^a

BONELLI (1993)	SCHWARTZMAN (1995)	ESTA PESQUISA
<i>Filiados à ASEP em 1990 (1988 fichas)</i> SUBGRUPOS OCUPACIONAIS (em %) Professor universitário: 13,3 Professor de 1º e 2º graus: 9,6 Sociólogos (sem especificação): 7,0 Assistentes, analistas e técnicos: 5,7 Pesquisadores acadêmicos e pós-graduandos: 3,0 Funções burocráticas e de escritório: 3,0 Chefia intermediária nas atividades técnicas de C. Sociais (consultores, supervisores etc.): 2,1 Ocupações auxiliares de C. Sociais, Estatística e Análise de Sistema (codificador, estagiário): 1,7 Deputado, diretores, chefes superiores, assessores de políticos e de diretoria da adm. pública: 1,3 Sem ocupação: 15,0	<i>Egressos formados entre 1980 e 1991 (257)</i> SETOR DE ATIVIDADE (em %) Professor universitário: 7,76 Professor em instituição isolada de ensino superior: 1,72 Serviço técnico-profissional: 14,22 Ensino de segundo grau: 8,19 Ensino particular: 2,16 Instituto de pesquisa: 11,64 Serviço de utilidade pública: 8,19 Comunicações de massa: 7,33 Produção artística e cultural: 6,90 Serviços de assistência à comunidade: 3,88 Desempregados: 4,3^b	<i>Egressos entre 1970 e 2005 (230)</i> OCUPAÇÃO ATUAL (em %) Professores universitários: 21,9 Professores de ensino infantil, fundamental e médio: 3,9 Técnicos especializados na área pública: 6,6 Assessores políticos ou parlamentares: 1,0 Técnicos especializados e outros quadros em empresas: 2,6 Desempregados: 1,8 ÁREAS (em %) Ensino: 27,4 Área pública: 15,1 Pesquisadores e bolsistas: 12,0 Outras profissões e formações: 12,6 Outras carreiras fora da área pública: 8,0 Vendas, serviços e outras atividades: 8,5

[Fontes] Bonelli (1993: 47-48) e Schwartzman (1995: 75).

[Notas] a: nem todas as categorias listadas nos estudos citados estão inseridas neste quadro; b: dado extraído de Schwartzman (1992).

Capítulo 2. Mapeando a convergência teórica entre status e profissões

Reconhecimento, respeito, estima social, prestígio, distinção, honra, dignidade, deferência: todas essas palavras se referem a algumas características ou posições sociais valorizadas coletivamente. Nem todas as pessoas recebem o mesmo respeito ou são reconhecidas da mesma forma e parte da população mundial ainda tem seu valor como ser humano negligenciado ou considerado, legalmente ou de fato, inferior. O fenômeno social mais abrangente que se tem em vista com essas noções, a distribuição desigual da valorização social e sua consequência em termos de poder, privilégios e monopolização dos recursos sociais, está no centro da teoria e da pesquisa de parte significativa da tradição sociológica, de certa forma agrupadas com o conceito de “status”, e que, combinado com o conceito de “classe”, forma um dos pares analíticos fundamentais da disciplina.

Vistos separadamente, os dois conceitos (e não apenas o segundo) estão imbricados com o mundo do trabalho (se este fosse menos do que uma das principais fontes de formação da identidade e da auto-estima para os indivíduos): de um lado, as formas de reprodução social opõem grupos em sua relação com o processo produtivo e, de outro, o mundo do trabalho separa os grupos de atividades ocupacionais por um complexo de processos sociais que incluem a limitação das oportunidades no mercado de trabalho, matrimonial, educacional, o desenvolvimento de estilos de vida diferenciados etc.

Em linhas gerais, serão estes dois fenômenos sociais – ocupações/profissões e status – os objetos desta reflexão teórica, de modo tal a considerá-los em suas convergências, no que podem contribuir para um estudo de estratificação profissional. Ou talvez até, se considerarmos os diferenciais de deferência e valoração dentro dos grupamentos profissionais (estes construídos ideologicamente sobre os pilares de honra e deferência de seus membros), um estudo de dupla estratificação de status.

Ao longo da tradição sociológica, esses dois fenômenos apareceram, principalmente em alguns estudos empíricos, imbricados, o primeiro como indicador do segundo. Além disso, para complicar a tarefa, desenvolveram-se abordagens diferentes para se fazer pesquisa empírica sobre estratificação profissional. Isso faz com que, sem esquecer da polissemia dos conceitos e sua consequência na operacionalização da observação, seja

preciso definir minha utilização terminológica e empírica dos citados fenômenos. Neste capítulo, abordarei alguns desses conceitos, desenvolverei idéias a partir dos clássicos da sociologia, até chegar em pontos que servirão de balizamento teórico para o estudo que se desdobra. Essa parte teórica tem então um triplo objetivo: apresentar meu entendimento dos conceitos; em alguns casos, sistematizar as principais teorias e correntes dentro da área de estudo; e servir de apoio à investigação empírica sobre estratificação ou segmentação profissional.

Teorias da estratificação e os clássicos

Começemos então pelo termo que utilizei para “demarcar” o território dentro do universo da sociologia: “um estudo de estratificação profissional”. Seria preciso, de início, considerar o que entendo por “estratificação”. Entretanto, terei que recorrer a um outro conceito: estudar estratificação significa apreender como as sociedades estão estruturadas, qual a sua estrutura. E, mais uma vez, temos uma noção – de estrutura social – que é tão controversa e teórica quanto os outros termos apresentados: pode ser entendida nas acepções significativamente diferentes de regra/restrição, rede de relações, elementos constitutivos, e sistema de posições e oposições sociais. Por sua vez, a análise da estrutura social pressupõe uma constituição do mundo social²² e, por isso, configura teoricamente quais os fundamentos da divisão social que nos fornecem sua dinâmica, seu funcionamento ou sua organização. Mais do que apenas descritivos, os estudos de estratificação revelam desigualdades, diferenças sociais arraigadas, sobre um pano de fundo discursivo-ideológico que destaca a igualdade e a possibilidade de ascensão social (por meio do trabalho, da educação, do mérito, do talento etc.)²³.

²² Não é o caso de me estender aqui sobre minha leitura do debate teórico entre estrutura e ação, tema central para a teoria social, mas diferencio quatro dentro deste conjunto de questões: a constituição do mundo e da vida sociais, a constituição dos sujeitos sociais, a mudança social e a relação micro-macro (ou o todo e as partes). Por constituição do mundo e da vida sociais me refiro aos debates ontológicos e teóricos que pretendem responder a questões como: as estruturas são mecanismos econômicos/materiais de determinação (como um motor da história), a história em si (como em “as tradições de todas as gerações mortas”), nós de significação e padrões de ação ou formas de dominação e controle? Elas estão em um mesmo nível que a ação humana historicamente situada, ou seja, têm existência real ou são abstrações? Quais os principais determinantes estruturais em atuação?

²³ É o que faz, por exemplo, Bourdieu e Passeron, em *Les héritiers* (1964), ao fornecer uma poderosa crítica ao discurso meritocrático pelo desvelo das consequências da origem social – e do acesso diferencial dos grupos sociais ao mundo da cultura – nas atitudes e disposições dos estudantes universitários.

De forma geral, o que os estudos mostram é que “*all known societies have been characterized by inequalities of some kind*” (Grusky, 2001: 3). Em todas, existem ou existiram um conjunto socialmente valorizado de “ativos” ou “recursos” cuja distribuição desigual nas posições sociais fundamenta desigualdades, impondo aos grupos sociais diferentes inserções nesse sistema de relações. Ao longo da história, diferentes grupos de “ativos” foram valorizados socialmente: políticos, econômicos, culturais, familiares, relacionados à honra e ao status social etc. Nas sociedades contemporâneas, e em análises históricas concretas, várias estruturas de estratificação coexistem e se inter-relacionam: as sociedades e os grupos sociais se dividem pelo seus variados recursos à influência política, à capacidade de direcionar em benefício próprio os mercados de trabalho e de consumo, à propriedade territorial, aos meios de produção, à cultura ilustrada etc.

Pensando em uma espécie de balizamento teórico provisório, trataremos estratificação social aqui como o estudo dessas principais dimensões que, por sua distribuição desigual, estruturam a sociedade, impondo a esta uma ordem e uma hierarquia que se almeja manter, por seus interessados ou pela fixidez dos mecanismos que a sustentam, sendo estas dimensões relacionadas ao poder, à propriedade material, à honra e status ou a outros mecanismos de fechamento social.

Dos três principais teóricos fundadores da sociologia derivaram-se algumas das mais utilizadas abordagens atuais sobre estratificação, mesmo que nem sempre estrutura queira dizer a mesma coisa. Para Durkheim, a estrutura social é o conjunto dos elementos constitutivos de uma sociedade que, muito embora se refira à disposição interna das unidades básicas, adquirem estabilidade na relação destes tipos sociais com formas de organização social. Na obra *Da divisão do trabalho social*, Durkheim nos apresenta dois tipos sociais distintos, um baseado na divisão familiar ou territorial (clãs ou distritos geográficos) e outro, diferenciado qualitativamente, baseado na divisão do trabalho. Para cada tipo social há uma solidariedade (mecânica e orgânica) que confere a coesão dos seus elementos, uma pela semelhança e a outra pela complementariedade, que os mantém ligados, impedindo a pura vontade individual, a guerra incessante de todos contra todos.

Ocorre então que, nas sociedades industriais, cindidas internamente pela divisão do trabalho e onde a vida econômica desempenha um papel central na vida dos indivíduos,

a principal fonte de moralidade reside nos grupos secundários fundamentados nos ofícios e nas diferentes funções especializadas que, realizando a função social que antes pertencia à família, integra os indivíduos interna e externamente. Esta é uma forma difundida de se pensar a estratificação social: por meio da descrição das ocupações e do mercado de trabalho poderíamos ver como a sociedade se organiza e esse seria o principal fundamento da divisão social.

Para Marx, a estrutura da sociedade capitalista está primordialmente fundamentada na desigualdade entre proprietários ou não dos meios de produção, uma desigualdade propriamente de base material, econômica. Essa dualidade dá origem à relação de exploração que se estabelece entre essas duas posições sociais, a vantagem da primeira significando a desvantagem da segunda, cada qual com seus interesses diferentes. Se, por um lado, inúmeros autores reconhecem que a desigualdade em relação à propriedade não foi a única percebida por Marx²⁴, outros como Sorensen (2001) afirmam que as desigualdades de recursos no mercado de trabalho, como educação e habilidades, são de menor importância para Marx.

E são precisamente algumas das críticas a essas duas abordagens sobre a estratificação social que serão exploradas neste trabalho: apesar do foco nas profissões e sua destacada função social ser indicativa de como as entendo, Durkheim, mas também Marx, carecem de uma abordagem multidimensional sobre estratificação, além de destaques muito efêmeros à estratificação interna dos grupos profissionais. E, por isso, sem ignorar as agudas análises dos demais autores, tomaremos como ponto de apoio alguns comentários sobre a teoria weberiana da estratificação social.

Não obstante a importância de sua teoria da ação, do uso da idéia de compreensão (*verstehen*) e do individualismo como recursos metodológicos, a obra de Weber também abriga elementos de uma teoria da estratificação. Alguns de seus textos se tornaram centrais para essa sub-área. Desde seus primeiros textos fora do Direito, na década de 1890, percebe-se a centralidade da noção de estrutura social e de organização do trabalho

²⁴ Aguiar (1974) ressaltava em Marx também sua visão sobre a divisão do trabalho e o desenvolvimento de hierarquias internas às classes proprietárias – supervisão – e não-proprietárias – especialização.

(*Arbeitsverfassung*) particularmente nos seus estudos sobre a situação ao leste do rio Elba (Weber, 1979 [1894], 1979 [1895]). Alguns autores chamam a atenção para a tensão entre ação e estrutura na obra de Weber (Alexander *et alii*, 1987; Scaff, 1984), dando sentido tanto para a “ação social” quanto para a “gaiola de ferro” ou, mais corretamente, “rija crosta de aço” (Weber, 2006 [1904-05 e 1920]). Assim, na *Ética Protestante*, por exemplo, a emergência de uma mentalidade – o conjunto de disposições que incutia o trabalho sem descanso e sem o gozo de suas recompensas, exemplarmente descrita nas máximas de Benjamin Franklin – transforma-se em tradição: “Atualmente a ordem econômica capitalista é um imenso cosmos em que o indivíduo já nasce dentro e que para ele, ao menos enquanto indivíduo, se dá como um fato, uma crosta que ele não pode alterar e dentro da qual tem que viver. Esse cosmos impõe ao indivíduo, preso nas redes do mercado, as normas de ação econômica” (Weber, 2006: 47-48).

Analisar esta tensão em *Economia e Sociedade* é ainda mais interessante e daria ensejo a um outro trabalho. Isto porque trata-se em parte de uma compilação póstuma de textos feita por editores (inclusive sua esposa) que o próprio Weber não considerava prontos para publicação. Várias das partes mais relevantes para o estudo da estratificação, principalmente de status, foram deixadas apenas em esboço. Além disso, foram escritas em épocas diferentes, sendo que a primeira parte, espécie de resumo da segunda, foi a última a ser escrita e a única revista por Weber (Mommsen, 2005). Em outras palavras, há ainda muito a ser estudado em Weber no que se refere a seu pensamento sobre estratificação. Concorrem outras questões relacionadas à tradução, não apenas para o português. O extrato mais significativo e citado no que se refere a teoria weberiana sobre estratificação social no *Economia e Sociedade* é “Classe, ‘Status’, Partido”²⁵.

Neste texto, o que até agora foi chamado por estrutura, tem seu paralelo na idéia de ordem – um sistema de posições diferenciais, baseado em desigualdades de alguma natureza –, e esta tem variantes. Acima destas, e as subsumindo, está a distribuição de

²⁵ Para este texto (extrato do capítulo sobre “Comunidades políticas” que faz parte da segunda parte do *Economia e Sociedade*; no original alemão: “*Klassen, Stände, Parteien*”) utilizarei a boa tradução de Otávio Velho (Weber, 1977) apesar do livro ter tradução completa para o português. A tradução norte-americana será utilizada para o outro extrato.

poder em uma comunidade política (ou um estado). Desse modo, a ordem social, a ordem econômica e a ordem política são fenômenos da distribuição de poder, fundadas em distribuições variantes de prestígio ou honra social, de bens e serviços econômicos, e de poder político, respectivamente. Além disso, as ordens são autônomas entre si, mas não são independentes. Assim, por um lado, o prestígio pode ser a base para o poder econômico e político, por outro, também vemos que a *“ordem social é, obviamente, condicionada em alto grau pela ordem econômica, e por sua vez reage a ela”* (Weber, 1977 [1922]).

“Uma estimativa social específica, positiva ou negativa, de honra social ou prestígio (Ehre)” (op. cit.: 71) dá origem a grupos de status (*Stände*) por semelhança de situações de status (*ständische Lage*). Esta honra, por sua vez, *“pode estar ligada a qualquer característica compartilhada por uma pluralidade de indivíduos e, evidentemente pode estar relacionada com uma situação de classe”* (op. cit.: 71). A demarcação dos grupos de status é expressa em estilos de vida que os distinguem, chegando ao ponto de limitar o relacionamento social com os outros grupos. O desenvolvimento dos grupos de status se baseia em usurpação, impondo distâncias e monopólios materiais, matrimoniais, legais e ocupacionais. À diferença das classes, estratificadas de acordo com suas relações com a produção e a aquisição de bens, os grupos de status são estratificados de acordo com o consumo de bens, representados pelos estilos de vida.

Em outras passagens, Weber nos põe a refletir sobre as relações contraditórias entre os grupos de status e o poder econômico, sendo os primeiros restrições à plena realização dos princípios de mercado, ao estabelecerem ou reivindicarem monopólios. Tanto por isso, observa-se o que o autor chama de *“desqualificação dos indivíduos empregados rendosamente”*, além de uma outra desqualificação frente ao trabalho físico comum. O exemplo oferecido é o da atividade artística e literária que *“passa a ser considerada trabalho degradante assim que é explorada com finalidade de renda, ou pelo menos quando se relaciona a um esforço físico pesado”* (op. cit.: 77). De extrema importância para a temática profissional é a seguinte passagem: *“Um ‘grupo ocupacional’ é também um grupo de status, pois normalmente reivindica com sucesso uma honra social somente em virtude do estilo de vida especial que pode determinar”* (op. cit.: 80).

Status e prestígio

Mas este extrato expõe mais sobre como se expressam as diferenças entre grupos de status (estilos de vida, monopólios) do que no que se baseiam (as “características” que conferem honra social). Estas aparecem no fim da primeira parte do *Economia e Sociedade*, elaborada em um momento posterior. Agora mais sistematizada, a situação de status (*ständische Lage*) “shall mean an effective claim to social esteem (Schätzung) in terms of positive or negative privileges; it is typically founded on a) style of life, hence b) formal education, which may be empirical training or rational instruction, and the corresponding forms of behavior; c) hereditary or occupational prestige” (Weber, 1978 [1922]: 305-306). Adiante complementa: “Status groups (Stände) may come into being: a) (...) by virtue of their own style of life, particularly the type of vocation – “self-styled or occupational status groups”, b) (...) through hereditary charisma, by virtue of sucessful claims to higher-ranking descent – hereditary status groups, or c) through monopolistic appropriation of political or hierocratic powers: political or hierocratic status groups” (op. cit.: 306).

Há mais sobre prestígio, honra social e grupos de status em várias partes do *Economia e Sociedade*: por exemplo, no capítulo sobre comunidades políticas, quando trata do sentimento de prestígio relacionado com a glória do poder expansionista das grandes potências ou quando, ao se referir à expansão dos exames para o recrutamento característico das burocracias, indica o prestígio social adquirido por esses exames e a constituição assim de grupos de status. Mas não há, em *Economia e Sociedade*, um tratamento sistemático e acabado sobre as noções de status e classe. Outros autores seguiram este caminho, influenciados pelos esboços elaborados por Weber. Como Edward Shils.

Em 1965, Shils relaciona o conceito de status com a noção de carisma, mas não apenas como atributo individual que manifesta uma conexão com um poder divino, como faz Weber, mas também ligado a instituições. Assim, mesmo as sociedades burocráticas modernas estão legitimadas carismaticamente, sendo que este atributo se relaciona com a proximidade de algumas instituições com a criação, manutenção e destruição da ordem, social ou transcendental. E, nesse sentido, o poder se configura como um dos mais

importantes fenômenos sociais criador de ordem. Quanto mais ligada à criação de ordem, mais central, mais importante é a instituição (daí a centralidade dos governos, do pensamento científico, da intervenção médica e do ordenamento jurídico, como exemplos). Desta forma, os julgamentos de deferência ou status manifestam o reconhecimento das conexões carismáticas de alguns papéis situados no centro da sociedade e no centro da vida (Shils, 1965). Sua teoria de status (ou melhor, sobre a deferência), sobre essas mesmas bases, aparece acabada em outro lugar (Shils, 1968). Duas questões deixadas em aberto por Weber são atacadas: o que é deferência (ou status) e, depois de sabermos quais características a recebem, porque recebem?

À diferença de outras teorias de status, a deferência, para Shils, designa “*acts de appreciation or derogation*” com os quais os indivíduos atribuem superioridade, mérito e valor (*worthiness*) uns aos outros e, de certa maneira, a si mesmos. Estes atos são instigados por uma série de atributos: são “*(...) evoked by the perception, in the person or classes of persons perceived, of certain characteristics or properties of their roles or actions. These characteristics or properties I shall call deference-entitling properties or entitlements*” (Shils, 1968: 106). O autor nos apresenta então a lista desses “*entitlements*”: “*occupational role and accomplishment, wealth (including type of wealth), income and the mode of its acquisition, style of life, level of educational attainment, political or corporate power, proximity to persons or roles exercising political or corporate power, kinship connections, ethnicity, performance on behalf of the community or society in relation to external communities or societies, and the possession of ‘objective acknowledgments’ of deference such as titles or ranks*” (*op. cit.*: 106). Até aqui, é possível observar que a abordagem de Shils se diferencia da de Weber em dois pontos: ao contrário da weberiana, a de Shils é explícita na necessidade da manifestação do julgamento em atos de deferência, implicando em uma relação social; e as bases da atitude deferente são ainda mais variadas.

Isto remete ao motivo pelo qual estes atributos e não outros provocam os atos de deferência, e aqui são retomadas as ligações com a obra de Weber, por meio da noção de carisma: aqueles atributos tem uma “significância carismática”, isto é, representam uma ligação dos indivíduos com o todo social, ligação esta que confere sentido último a si mesmos: “*The society is not just an ecological fact or an environment (...) it is a significant*

cosmos from which members derive some of their significance to themselves and to others. This significance is a charismatic significance; i.e. it signifies the presence and operation of what is thought to be of ultimate and determinative significance” (Shils, 1968: 107). O fundamento último dessa ligação reside no fato de que os indivíduos não podem prescindir, nos mapas cognitivos que realizam, de um mapa da sociedade. Isto significa propor uma dependência com a vinculação social e com as instituições que, por sua significância carismática, mais o representam. Assim, Shils permanece relacionando status e carisma pela proximidade de alguns atributos dos centros da sociedade (*“the centres of society are those positions which exercise earthly power and which mediate man’s relationship to the order of existence – spiritual forces, cosmic powers, values and norms (...)”* (op. cit.: 107), sem se apoiar na noção de legitimidade carismática de instituições burocráticas, como em seu texto anterior.

Aprofundar-se na teoria de status de Shils implicaria em um refinamento teórico que extrapola os objetivos deste capítulo. Caberia, no entanto, ainda ressaltar uma observação do autor, quando comenta o papel ocupacional (um dos *“entitlements”*) em suas relações com outros: *“(...) occupational roles and their incumbents are also deferred to on account of certain highly correlated deference-entitling properties such as the income which the practice of the occupation provides, the educational level of its practitioners, the ethnic qualities of its incumbents, etc. (...) Nonetheless, occupational role is an independent entitlement to deference”* (Shils, 1968: 108).

Revisando ou reverberando, outras teorias de status derivam da posição weberiana. No entanto, não é uma fonte exclusiva. Em seu texto mais conhecido, *Cidadania e classe social* (escrito em 1949), T. H. Marshall lança mão inúmeras vezes da noção de status, com significados diferenciados (direitos, estatutos, estratos, posições, vínculo social, *“social membership”*). De qualquer modo, é importante ressaltar o seu imbricamento com o conceito de cidadania e com uma dimensão legal (ou mesmo pelos costumes que tendem a se materializar nas leis). Pelo desenvolvimento da cidadania, novos direitos (civis, políticos e sociais) foram sendo agregados ao status de pertencer plenamente a uma comunidade.

Uma das teorias de status mais abrangentes foi elaborada por Bryan Turner (1988). Turner desmembra a noção weberiana de status em duas dimensões: uma legal-política e

outra cultural. Status como noção legal-política, como “*entitlement*” (a idéia está aqui ligada a de cidadania, porque concede direitos), remete ao estatuto mesmo que define direitos, privilégios e alcance social de um tipo específico de vínculo social (“*membership*”). Um grupo de status é, por esta dimensão, um grupo organizado para manter ou expandir seus privilégios sociais por mecanismos de exclusão social em relação aos não-membros, controlando a alocação de recursos culturais e educacionais escassos. No outro extremo social, retomando a tradição de Marshall (tematizando a contraposição entre cidadania e capitalismo), Turner concebe muito da política contemporânea na direção da conquista político-legal de direitos, com grupos buscando inserção ou expansão de seus “*entitlements*”, forçando políticas universalistas de reconhecimento, recorrendo em suas ações práticas ao prometido pelo discurso da igualdade formal que é, no entanto, barrado pela desigualdade econômica inerente ao sistema econômico capitalista, baseado na propriedade, mas também impedidos de plena cidadania por filiação/nascimento, pelas desigualdades de gênero ou étnicas. A dimensão cultural do status está ligada à sua função tal como definida por Weber, ou seja, a de definir um estilo de vida, enfatizando distinções e diferenças culturais. Aqui temos os clássicos ordenamentos diferenciais por prestígio ou deferência.

Aliada a essas duas dimensões, a terceira, de classe, forma o modelo analítico de estratificação social de Turner, sem que cada uma tenha “*primazia causal ou privilégio teórico*” sobre as outras, de forma anti-reducionista (Turner, 1988). Nas duas dimensões relacionadas a status, é possível perceber a presença da idéia de reivindicações (“*claims*”), tanto nas políticas de status quanto na valorização e na aceitação social de um estilo de vida como superior a outros. Vêm à tona, então, a questão da legitimidade e das estratégias políticas (em sentido amplo) de legitimação. Isso é ressaltado aqui porque trata-se de uma idéia também presente no estudo das profissões.

A dimensão político-legal do status em Turner segue também a tradição do uso do termo desde Linton (1936), como “posição em um sistema social”, mas com maior ênfase em suas bases e consequências políticas.

Na tradição que seguiu Linton, representada principalmente pelo pensamento do estrutural-funcionalismo, status é uma unidade elementar dos sistemas sociais, ou seja, uma

abstração analítica; corresponde a inúmeros indivíduos com uma característica que marca uma posição bem definida socialmente. As bases mais comuns de status são idade, sexo, nascimento, genealogia e outras características biológicas e constitucionais. A uma posição social – um status – está vinculado um conjunto de expectativas a respeito do ator e de suas ações – um papel (Zelditch, 1968). Cada ator social concreto é caracterizado por vários “*statuses*” e, no cruzamento das expectativas e das atividades, podem ocorrer ambigüidades ou contradições e dilemas (Hughes, 1958). Esta dupla conceitual “status-papel” é central na (e para se entender a) sociologia americana, e este uso do termo status é até mais freqüente que aquele que se refere a prestígio nas pesquisas de estratificação e mobilidade.

Além disso, em Linton, encontramos a clássica distinção entre tipos de status: “*ascribed*”, inscrito, é “*assigned to individuals without reference to their innate differences and abilities. (...) can be predicted and trained for from the moment of birth*”, como as desigualdades sexuais e étnicas; e “*achieved*”, realizado, obtido, “*those requiring special qualities (...) not assigned to individuals from birth but are left open to be filled through competition and individual effort*”, como as posições educacionais e ocupacionais (Linton, 1936: 115).

Existem pelo menos cinco diferentes tradições em teorias de status, pelas ênfases em: a) fechamento social e monopolização; b) vínculo legal ou “*social membership*”; c) dupla “status-papel” ou posição social; d) na emergência de estruturas de status em pequenos grupos experimentais; e) na aplicação da teoria das trocas. Weber, por exemplo, inaugura a primeira tradição; Marshall, faz parte da segunda; e Turner sintetiza as duas. Status e papel fazem parte do instrumental analítico básico da sociologia americana, e não apenas dos funcionalistas. Menos conhecidas são a tradição baseada nas pesquisas empíricas sobre o surgimento de estruturas de poder e prestígio em situações experimentais, como em falsos júris ou para realização de tarefas (Strodtbeck *et alii*, 1957; Ridgeway e Walker, 2001) e a teoria de Goode (1978), devedora da teoria das trocas de Homans. Mas certamente estas abordagens teóricas não são as únicas. Uma leitura destas (e de outras) é facilitada pela observação dos principais pontos aos quais uma teoria de status costuma se referir, como espécies de linhas de diferenciação. De forma geral, poderíamos sistematizá-las ao longo de três contínuos que se cruzam, que dizem respeito às escolhas teóricas de

seus autores: em primeiro lugar, correspondendo a sua principal característica, o eixo da distribuição desigual; em segundo lugar, o eixo analítico-histórico; e em terceiro, o eixo do conteúdo.

Teorias de status ocasionalmente partem de uma consequência social para entender suas origens: a observação da formação de grupos exclusivistas (com diferentes estilos de vida) ou a desigualdade de prestígio atribuído a diferentes ocupações, por exemplo, indica uma distribuição desigual dos indivíduos ao longo das posições socialmente valorizadas (família, emprego, sexo, raça etc.); convergindo em um indivíduo, um conjunto de posições que fornece uma informação aos demais e gera uma expectativa em relação ao seu comportamento e à própria pessoa: é o que ocorre com os estereótipos, com os preconceitos e pré-julgamentos. É possível ler nas entrelinhas das diferentes teorias o que se poderia designar por diferentes graus de distribuição: em um extremo, vemos a deferência ser distribuída para todos, remetendo aos elementos “cerimoniais” da interação entre atores sociais, simbolizando um respeito (e por isso é ritualístico) aos indivíduos que advêm do sagrado coletivo, como o faz Durkheim (Goffman, 1956), e, no outro, a formação de grupos monopolistas com reivindicações de “qualidades” superiores e estilos de vida diferenciados. Mais além, poderíamos até incluir como temática teórica relevante as condições de possibilidade da formação desses grupos monopolistas, pois essa possibilidade não está também distribuída de forma igualitária. É nesse eixo que se tematiza a relação entre os grupos, o “desejo de status” das classes médias, os novos ricos e seus hábitos consumidores copiados da aristocracia etc.

O que chamei por eixo analítico-histórico remete às diferentes abordagens sobre a historicidade do conceito de status. Para muitos – e esta é uma interpretação que muitos dão à obra de Weber, apesar de que ele não a tenha concluído – status é um fenômeno social inscrito historicamente, onde fixos estamentos²⁶ impediam a mobilidade social e onde a mentalidade capitalista ainda não havia aniquilado os bens mais importantes para a nobreza: boas maneiras, boa educação, bom gosto; enfim, a arte de bem-viver. É possível,

²⁶ Em muitas traduções brasileiras de Weber, por exemplo, o termo alemão “*Stände*”, quase que consensualmente “*status*” em inglês, é traduzido por “estamento”.

no entanto, conciliar o fato do status ser um fenômeno datado, e ainda perceber sua influência nos dias de hoje. No outro extremo, vemos as teorias como as estruturais-funcionalistas que esvaziam qualquer resquício histórico do conceito, agora característica de qualquer sistema social.

Por fim, existe uma questão substancialista sobre a natureza e o conteúdo do status: quais seriam os “ativos” que, por sua posição, confeririam prestígio a um indivíduo? Já foi visto que para Weber isso decorre da educação, do nascimento e de uma ocupação. Em Shils, decorre da proximidade com as instituições que conferem ordem às sociedades. Pensar, por outro lado, que o alto prestígio é conferido às posições valorizadas socialmente é, de certa forma, esvaziá-las de conteúdo, mas ao mesmo tempo, permitir a possibilidade teórica das inúmeras mudanças culturais que ocorrem na vida social. O que hoje é alvo de deferência e respeito pode não ser mais após um curto período de tempo.

Vendo por este lado, por estes eixos, pode-se perceber que as ocupações ou profissões residem no cerne das teorias de status, por exemplo, com a formação de grupos ao redor das ocupações e a manutenção do fechamento social à atividade ou com a idéia das ocupações com um dos “ativos” que conferem uma posição na hierarquia social para os indivíduos. Ou seja, é bem difícil pensar em status sem considerar as profissões e ocupações. Tão difícil quanto pensar em profissões sem considerar status.

Profissões/ocupações e status

Talvez a pergunta mais importante, porque é definidora da própria área de estudos, para a sociologia das profissões é o que é específico de uma profissão, o que a faz diferente dos demais grupos ocupacionais²⁷. E uma resposta preliminar não seria totalmente equivocada em relacionar profissão com as noções até agora desenvolvidas de grupos de status, fechamento social, monopólio de credenciais educacionais e estilo de vida. E não é surpreendente que nós, sociólogos, estudemos tanto os médicos e os advogados e tão pouco os lixeiros, as costureiras e os próprios sociólogos. Para Shils e alguns funcionalistas,

²⁷ Esta pergunta ressurge no debate contemporâneo da sociologia das profissões, como mostra o texto recente de David Sciulli (2005).

aquelas profissões antigas estão no centro da sociedade. E assim, o próprio olhar manifesta um sistema de desigualdades de reconhecimento e valor atribuído entre as diversas atividades humanas (algumas mais honradas que outras). Vistas em conjunto (como atividade humana remunerada), ocupações e profissões falam da mesma coisa: trabalho. Tanto por isso, muitos estudiosos preferem tratar como ocupações/profissões. Mas a sociologia levou algumas décadas para tematizar essa desigualdade. Antes disso ocorrer, os estudos se preocupavam principalmente em definir, de modo exaustivo, as características de seu objeto.

Os trabalhos de Flexner, Carr-Saunders e Wilson, e Cogan são representativos dessa primeira vertente classificatória. Em resumo, as profissões são vistas como resultado da aplicação de um saber teórico aos problemas práticos da vida, saber este adquirido por meio de um processo prolongado de ensino técnico-especializado, a serviço dos outros ou do bem da sociedade. Além disso, se caracterizam pela auto-organização em associações e pela autonomia frente a sociedade, ou melhor, frente aos leigos. Este tipo de abordagem deu origem a inúmeros trabalhos de classificação, distinguindo as profissões das semi ou quasi-profissões e das “meras” ocupações.

Mas até que ponto um grupo ocupacional apresenta tais características, ou tratou de adaptar-se e a buscá-las para adquirir o estatuto de profissão? Os estudos sobre profissionalização, “a carreira de uma ocupação” de acordo com Hughes, levantam várias perguntas a respeito do essencialismo invocado pelas classificações. Por outro lado, o ideal da motivação altruísta, enfatizado pelos funcionalistas, foi visto como ideológico, e os sociólogos, apenas repetidores do discurso dos profissionais (Benguigui, 1972). Isso porque também estão interessados em transmitir para a sociedade suas próprias virtudes enquanto profissionais, enfatizando seu caráter intelectual. Mas os estudos de profissionalização incorreram, por sua vez, no erro de tratar o desenvolvimento das ocupações como algo linear, ao longo de uma linha de etapas a serem superadas (Abbott, 1988).

Há uma pergunta anterior, no entanto: por que os grupos ocupacionais almejam se tornar profissões, ou seja, por que promover prolongados períodos de formação, controlar o recrutamento e os meios de sua prática autônoma? Hughes (1958) responderia que existem dois processos interligados aqui, um ligado aos indivíduos e outro aos grupos como um

todo. Para entender o primeiro é preciso tematizar a importância do trabalho na constituição da identidade (*self*) dos indivíduos, partindo de seus marcos ritualísticos e dos tipos de personalidades associadas ao trabalho. O trabalho é uma das fontes mais importantes de identidade social e a valorização do trabalho é uma valorização de si. Os símbolos de prestígio – nomes pomposos, racionalizações que demonstrem seus valores etc. – tornam-se comuns aos homens ao se referir às suas ocupações e o fato de se projetar em uma profissão se explica pelo que pode contribuir para sua valoração enquanto pessoa.

O segundo processo, ligados aos grupos como um todo, que diz respeito a um outro nível de análise, compreende os movimentos de mobilidade coletiva das ocupações. Uma ocupação consiste em uma reivindicação bem sucedida de “licença” para desempenhar certas atividades, e isso implica no direito de viver um estilo de vida diferente. É uma licença para desviar dos modos comuns de comportamento. Ocupações com este tipo de licença, se possuem algum senso de auto-consciência e solidariedade podem reivindicar também um “mandato” para definir como os outros devem se portar em suas relações com os assuntos que abarca. Em outras palavras, definir um aspecto da vida, a forma como deve ser visto e pensado. Assim, de acordo com Hughes, uma profissão surge quando um grupo consegue estabelecer como legítimo um mandato não apenas difuso mas também legal, moral e intelectual, ou seja, quando conseguem estabelecer monopólios ou jurisdições. As profissões clássicas tem essa prerrogativa, e os grupos em vias de profissionalização almejam esse controle.

Essa camada de símbolos que envolvem as profissões (que fornece valor identitário e jurisdição incontestada) e o termo “profissão” – tanto porque se tratam de “*folk concepts*”, utilizados pelo senso comum – faz com que este último seja sociologicamente pobre, por não ser neutro. É o que ressalta Becker (1970). E assim, uma visão radical deve tomar o termo como designador de ocupações que conseguiram, na política do mundo do trabalho, ganhar e manter a posse desse título honorífico. Uma profissão é, então, um símbolo coletivo que demarca uma forma de organização ocupacional moralmente valorizada, como um ideal, e sua atribuição a determinados grupos no mundo real do trabalho esconde a disparidade entre realidade e símbolo.

A partir desta abordagem para as profissões, percebida em Becker, destaco a

primeira de um conjunto de seis abordagens convergentes entre a temática ocupacional-profissional e a de status, que dizem respeito às formas já trabalhadas na literatura para se pensar a relação entre os dois termos e que ajudarão a demarcar as relações teóricas e as estratégias da pesquisa que serão desenvolvidas:

1. *status das profissões*: o termo “profissão” é entendido como marcador de diferença entre os grupos ocupacionais, como um título honorífico que se almeja e que se consegue pela força social das reivindicações (“*claims*”) de seus membros. A visão de Becker parece indicar que não há qualquer diferença de fato entre profissões e os demais grupos ocupacionais, as primeiras sendo as “vencedoras” em legitimar suas reivindicações. Mas o status de profissão também pode nos remeter à posição e ao papel destacado que conseguiram no mundo do trabalho, por características organizacionais ou cognitivas internas. Esse parece ser o caminho traçado por Haug, ao tratar da desprofissionalização, ou da perda do status de profissão, um fenômeno que percebe em algumas das mais estabelecidas. Em Haug, salienta Freidson, o prestígio das profissões – fundamentado no monopólio de um campo do conhecimento, na construção efetiva de uma imagem pública positiva e no poder de definir suas próprias regras – está à caminho do desaparecimento (Freidson, 1984). Ainda temos aqui as abordagens que ressaltam o credencialismo acadêmico como estratégia de fechamento social por parte das profissões, princípio monopolizador do mercado de trabalho, e responsável pelo privilégios que possuem na hierarquia ocupacional (Diniz, 1996).

2. *ocupação como “atributo definidor” de status*: bons exemplos são as teorias que consideram o status (como posição ou como prestígio) como resultante de características, propriedades ou atributos das pessoas que são apreciados ou valorizados, como a de Shils. Também em Weber vê-se como a ocupação pode servir como base para um estilo de vida e assim para reivindicações de prestígio social, definido, no entanto, por um conjunto de elementos.

3. *status como indicador de ocupação*: ao pensar em uma sociedade tradicional, baseada em larga medida nas definições coletivas do trabalho individual, não é raro adotar um modelo de funcionamento social em que a posição (como tipo de vínculo social) de um indivíduo determina que tipo de atividade pode realizar. A ocupação se constitui um

aspecto determinado pelo nascimento ou pelo parentesco; é o que relacionamos com os exemplos do sistemas de castas. Mas o modelo não é apenas relevante para sociedades não-industriais. A dimensão político-legal do status de Turner e as bases para as posições de status nos remetem às características atribuídas ao nascimento (ou sem que o indivíduo tenha controle) que influenciam as trajetórias individuais nas posições, o reconhecimento e o valor social que pode obter e, não seria demasiado supor, também os tipos de ocupação “disponíveis” para determinado indivíduo.

4. *ocupação como indicador de status*: muitos trabalhos foram realizados a partir do pressuposto de que pela ocupação temos a indicação da posição social de um indivíduo na sociedade ou do prestígio e valorização enquanto pessoa que recebe dos outros. É o caso dos estudos de prestígio ocupacional, que serão apresentados e discutidos no próximo capítulo. Duncan desenvolve seu trabalho em outra direção, construindo o índice sócio-econômico que pretende que extrapole os estudos de prestígio ocupacional (Duncan, 1961). Também falarei mais sobre isto no próximo capítulo. No entanto, não foge da relação aqui estabelecida.

5. *classe média, profissão e status*: em algumas abordagens, encontramos uma relação entre classes médias ou posições contraditórias de classe (pensadas como lugares sociais onde se concentram os segmentos profissionais) e uma aspiração por status, no sentido de reconhecimento social e de um consumo “elitizado”, de tal modo que seja possível se diferenciar das classes inferiores. A sociologia e a literatura costuma pensar nessa formação ideológica como característica de “novos ricos” ou *parvenus*. É possível encontrar ecos desse pensamento em Bourdieu e Passeron (1964) quando tratam, em algumas passagens, da “boa vontade cultural” e da aceitação dos valores escolares pelos estudantes oriundos da pequena burguesia como forma de ascensão social. Por essas razões, a ideologia e a organização política das classes médias se tornam tão distintas das da classe operária. Em contraposição a isto, outros trabalhos enfatizaram o “fracionamento ideológico e político das classes médias”, revelando sua diversidade interna (Saes, 1985).

6. *prestígio interno às ocupações e profissões*: essa forma de pensar a relação entre os dois temas constituiu-se a partir de um olhar “microscópico” voltado para dentro das ocupações. Alguns, pela sua abordagem, trataram apenas de uma dicotomia interna entre

elite e massa. É o caso do trabalho de Freidson (1984), se referindo à mudança de controle das profissões, que passaram a um controle formal a cargo de uma elite administrativa e de uma elite do conhecimento, em contraposição ao antigo controle colegial. O estudo de Coelho (1999), por outros motivos, também ressalta a diferença entre uma elite e a massa dos advogados e médicos ao longo da história dessas profissões no Brasil. Em outros estudos, no entanto, “explodem” as possibilidades de estratificação. E, como ressalta Diniz, *“as profissões parecem ser uma dessas realidades que recomendam para seu adequado entendimento a substituição do princípio de classe pelo de status”* (Diniz, 1996: 123), trazendo assim à tona as inúmeras posições sociais e suas respectivas reivindicações legítimas ou em conflito por reconhecimento e deferência, as suas estratégias de fechamento social, a política intraprofissional ou inseridas no conjunto das trocas entre os grupos ocupacionais. Do conjunto de atividades ou sub-áreas de uma ocupação, algumas conseguiram ou conseguem maior prestígio entre seus membros (talvez, retomando o quarto modelo citado acima, se poderia aqui nomear algo como *“sub-área ocupacional como indicador de diferencial de status”*; e esta desigualdade tem passado e futuro, condicionantes e conseqüências).

Esta temática está intimamente relacionada com o que Leicht e Fennell (1997) chamam por segmentação profissional ou diversificação de interesses: a entrada nas profissões (tradicionais mas não apenas) de grupos sociais com origens ou atributos que não costumavam caracterizar seus recrutados. Percebe-se aqui uma abordagem derivada da funcionalista, onde *“status indica sub-área”* mas que a extrapola. Hoff (1998) também destaca a crescente diversidade demográfica – mulheres, minorias, classes baixas – dentro da Medicina e indica sua potencial relação com o crescimento do assalariamento nessa profissão nos Estados Unidos, por uma diferente configuração de suas escolhas no mercado de trabalho, por seus diferentes valores, expectativas e interesses.

Se, de um lado, uma profissão possui alto prestígio e uma imagem social de integração em uma comunidade – pela sua organização, pelo discurso –, internamente esse prestígio é distribuído desigualmente. Falando sobre o Direito – uma das profissões mais estudadas em termos da alocação de status – Erlanger (1980) busca as variáveis que se relacionam com as variações de prestígio internos à profissão (medido pelo tamanho da

firma, tipo de clientes e rendimento).

Mas é Abbott (1981, 1988) quem fornece não apenas os elementos teóricos para pensar o status interno às profissões mas, na sequência, uma nova abordagem para o estudo das profissões, dando um novo paradigma para a especialidade, através de uma crítica aos típicos estudos de profissionalização e sua tendência a pensar o desenvolvimento das profissões como algo linear, determinado e necessário, por meio das etapas, revelando agora as disputas entre profissões em torno da constituição de “jurisdições”, ou seja, das tentativas abstratas de se apropriar de uma área da vida social e constituir uma “tarefa”. O status intraprofissional é considerado como alocado diferencialmente de acordo com a utilização do conhecimento estritamente profissional. O contrário dessa “pureza profissional” é a estreita interação com os leigos, valorizada pelo público mas desprezada pelos próprios pares. Utilizando os termos que o autor desenvolve, são os profissionais que se envolvem com a “inferência” (pensando os problemas nos termos do conhecimento desenvolvido pela profissão), ao invés dos que lidam com o público no “diagnóstico” e no “tratamento” (em ambos os casos é preciso realizar uma mediação entre o conhecimento profissional e o leigo), os que concentram o status intraprofissional. Assim, são os acadêmicos e os especialistas, os que conseguem se manter com o menor contato com o mundo dos clientes e, por isso, adquirem maior status dentro de sua profissão. Mais sobre esta abordagem e esta teoria será discutido em um capítulo adiante, quando retornarei a este ponto com dados do *survey*.

Resgatadas as abordagens, revimos o instrumental teórico disponível para a pesquisa. Se é particularmente nesta última abordagem convergente que se buscou inserir o debate que se fará com este trabalho, ressaltando as desigualdades que não se encerram com o discurso igualitário profissional, as outras fornecem outros elementos para se pensar a intrincada relação entre ocupação/profissão e status: um respondente aqui significa um indivíduo de uma determinada origem social e de uma determinada inscrição étnica e de gênero, que se reflete no tipo de vínculo social/valor social e no conjunto de expectativas dos outros e próprias a respeito de suas escolhas e possibilidades, ocupacionais e educacionais. Neste estudo, no entanto, estando todos situados no mesmo ponto educacional – diplomados por instituições de ensino superior – essa probabilidade

diferencial de ultrapassar as barreiras educacionais serão buscadas em momento posterior, em outras credenciais. As do mercado de trabalho intraprofissional serão, todavia, o foco. Essas escolhas são realizadas em um campo profissional mapeado e valorado de acordo com preferências e experiências, perceptíveis nas avaliações que fazem sobre o prestígio ocupacional e intraprofissional. Esta será minha porta de re-entrada nos dados.

Capítulo 3. Prestígio ocupacional: uma via de acesso para o(s) estudo(s)

“Every adult member of society ordinarily is able to locate occupations on a hierarchy of prestige. These perceptions form part of the conscience collective. This permits one to rank oneself and others with respect to the social honor derived from occupational status” (Treiman, 1977: 1).

Quase cem anos separam os primeiros estudos de prestígio das ocupações e esta pesquisa²⁸. Neste capítulo, a “via de acesso” para os demais, tratarei de parte da literatura e da temática envolvida nos “estudos de prestígio ocupacional”; parte porque, em primeiro lugar, esse debate tem alcance e volume para uma tese; e, em segundo lugar, os objetivos da pesquisa não se esgotam aqui. Em todo caso, não posso aqui passar por cima desta temática tão importante para a pesquisa social: a partir daqui exporei o prestígio dentro das profissões de cientista social e economista, tentando fazer uma ponte entre estudos de estratificação e mobilidade ocupacional com a sociologia das profissões.

Tais estudos de prestígio ocupacional importam aqui porque foram pioneiros em operacionalizar as categorias sociológicas (profissão e status) que me dedico a analisar ao longo do texto. Apesar de soar quase que intuitivamente como a consequência natural da junção destes dois conceitos (a epígrafe de Treiman mais acima é bastante representativa disso), esses estudos são apenas uma das maneiras de pensar os termos unidos. Assim, apesar das vantagens óbvias de utilizar um procedimento de pesquisa tradicional na pesquisa sociológica, terei que considerar as desvantagens relacionadas ao uso e ao contexto teóricos a que estiveram relacionados. Preciso, portanto, apresentá-los e mostrar como podem servir de referencial para a análise da pesquisa, na medida em que incorporam a idéia de “posição das ocupações ao longo de um contínuo”, de modo tal que se possa falar em hierarquia e em mobilidade ascendente ou descendente – a partir de um critério que as ordena; neste caso, avaliações de prestígio ou de valorização de uma ocupação. Mais ainda, o diferencial deste estudo é que ele se refere a critérios intra-ocupacionais, relacionados às

²⁸ O estudo pioneiro mais citado é o de Counts, de 1925, mas Hall e Jones fazem referência a um realizado em 1911.

atividades das profissões universitárias²⁹.

Desenvolvidos como base empírica e em paralelo aos estudos de estratificação social (o que ajudou a direcionar a pesquisa social para o caminho dos “estratos ocupacionais” – deixando a discussão das “classes sociais” aos teóricos – além de ter um forte apelo por tentar resolver uma séria questão empírica: como classificar as ocupações?³⁰), os estudos de prestígio ocupacional, enquanto programa de pesquisa desenvolvido por um grupo de pesquisadores norte-americanos, estiveram ligados teoricamente ao funcionalismo, o que talvez ajude a explicar porque foram tão duramente criticados nas décadas posteriores ao seu ápice e porque hoje não pretendem nem de longe ter o alcance analítico que possuíram. Em seu início, no entanto, geraram uma quantidade enorme de pesquisas, realizadas em vários países, estabelecendo um padrão de pesquisas e questões a serem comparadas internacionalmente. Em linhas gerais, é possível esquematizar os estudos dessa área em algumas etapas: o início em estudos vocacionais e como suporte às pesquisas de mobilidade, em seguida a proliferação dos estudos nacionais (na década de 50), a generalização funcionalista (década de 60), a crítica e sua principal resposta (na década de 70), até as atuais retomadas (Ollivier, Zhou).

Aqui, tentarei realizar um breve resumo da literatura a partir de alguns textos significativos dessa área, sempre vislumbrando que estará à serviço de parte da pesquisa empírica que será desenvolvida neste capítulo. Por outro lado, se começo a apresentar a parte de estudo de prestígio já o adiantando como controverso é também para que, ao longo do texto, possa destacar suas falhas e possibilidades, e direcionar esse referencial para um análise atual da relação entre prestígio e profissões.

²⁹ De certa forma, ainda estou realizando parte do que pretendia no mestrado. Lá havia uma questão metodológica acerca do “que está por trás” dos métodos quantitativos, seus pressupostos e implicações. O que mostro aqui é que uma questão tão comum e até ingênua em muitos questionários tem uma longa história de debate. Para o pesquisador social que procura categorizar ou classificar ocupações a partir de um critério não-categorico (hierárquico), sem idéia de todo o debate envolvido, o controverso livro de Treiman, por exemplo, tão direto e operacional, pode enredá-lo em muitos sentidos, principalmente do ponto de vista teórico.

³⁰ Em linhas gerais são duas as possibilidades: em grupos (categorias ou estratos) ou hierarquicamente em um contínuo (de acordo com uma ou mais dimensões ou critérios), separadas ou combinadas.

Os estudos de prestígio ocupacional

Utilizarei como entrada os textos de North and Hatt (1947) e de Davies (1952). Apesar de não serem os primeiros trabalhos sobre prestígio ocupacional, têm a vantagem de remeter a duas características que marcam este tipo de estudo. Em primeiro lugar, uma relação que ainda estava presente no primeiro destes textos com a orientação vocacional, buscando investigar quais as carreiras mais valorizadas pelos jovens estudantes e por quais motivos, certamente devido ao interesse de algumas profissões específicas – professores e cientistas governamentais, neste caso – em captar o que achavam os estudantes (não é à toa que, conforme mostrarei a seguir, muitas pesquisas com essa temática foram realizadas tendo estudantes universitários como público-alvo). Em segundo lugar, era um campo de pesquisas no qual apareciam também nos desenvolvimentos das pesquisas de estratificação social: os pesquisadores norte-americanos com seu viés mais em direção a um conceito de “status social” e os ingleses com a definição das classes sociais, ambos operacionalizados a partir das ocupações.

Em Davies (1952) encontramos uma breve análise de pelo menos 13 pesquisas anteriores ao estudo de North and Hatt (desde 1925), onde se destacava a citada relação com a orientação vocacional e com o interesse de profissões específicas, todas realizadas com grupos não amostrais de estudantes, algumas com adultos.

Aliados a um grupo de instituições, uma delas interessadas no prestígio dos cientistas governamentais (o que dá um pouco do seu viés), North e Hatt preparam o primeiro *survey* nacional, aplicado em 1947 pelo NORC (*National Opinion Research Center*), onde era solicitado que as pessoas avaliassem 90 ocupações em termos de sua posição geral (“*general standing*”). Pelo teor do sumário que apareceu em 1947, a pesquisa se submetia ao interesse vocacional: como as pessoas escolhem seus empregos e suas ocupações? Feitos os cálculos, os empregos mais admirados foram o de juiz da Suprema Corte, médicos, governadores de estado, membros do gabinete do governo federal, diplomata, prefeito, professor universitário, cientista, deputado, para citar apenas os primeiros. Como se tratam fundamentalmente de empregos políticos e de profissões, o que faria então que um emprego fosse desejado seria o treinamento altamente especializado e

um grau considerável de responsabilidade pelo bem-estar coletivo. É isto que conferiria, segundo os autores, “*job-prestige*” a alguns empregos. Em outras palavras, o prestígio está associado à posição e não ao indivíduo e é sinônimo de alta avaliação popular em termos da posição geral que ocupa.

Extremamente importante foi a forma como os cálculos da “posição geral” das ocupações foram realizados: por meio de uma ponderação das respostas às cinco categorias das escalas de Likert (excelente, bom, médio, abaixo da média e pouco), as ocupações foram hierarquizadas em um contínuo ordinal que ia de 20 a 100 e esses “*prestige scores*” possibilitavam a incorporação de “ocupação” ou “status social” em análises quantitativas com inúmeras aplicações. No Anexo 3.1 apresento os escores desta e de outras pesquisas que exporei em seguida, como forma de comparação (mais dentro de cada pesquisa do que entre elas), porém apresento apenas as ocupações que tenham correspondências na minha pesquisa.

Os autores apontam, na desagregação dos dados, a existência de um “*prestige factor*” que faz com que uma pessoa avalie quase sempre consideravelmente melhor sua ocupação ou uma próxima que a média das avaliações. Continuarei a me referir a essa observação empírica retirada das pesquisas de prestígio ocupacional como “viés ocupacional”. Tratarei com mais cuidado disso no próximo capítulo.

Os resultados ficam mais complexos quando os autores apresentam as respostas referentes ao que torna alguns empregos excelentes. As duas respostas mais frequentes fazem referência aos altos salários (18%) e ao serviço que presta à humanidade (16%); e o prestígio social que leva junto (14%) aparece em terceiro junto com as menções à longa, custosa e trabalhosa preparação (14%). Ou seja, uma ocupação, avaliada como excelente por grande parte dos respondentes, pode ter ficado no *ranking* entre as mais bem avaliadas e assim, ter mais “prestígio” segundo os autores, em parte em função das recompensas materiais que fornece a quem as ocupa, um uso distinto do clássico sentido do conceito.

Já com o texto de Davies (1952) apresento uma outra grande vertente da literatura sobre assunto: as críticas. Mais adiante tratarei com detalhes das críticas. Aqui quero apontar dois pontos. Já nesta época, as pesquisas recenseadas por Davies mostravam o “surpreendente acordo” entre as hierarquias de prestígio nas desagregações dos

respondentes e ao longo do tempo. Além disso, Davies se impressionava com a falta de explicações mais amplas que incorporassem os achados empíricos: *“That so many studies of occupational prestige have produced so little light on these broader aspects of their subject, which they could ill afford to ignore, is perhaps their most disappointing feature”* (Davies, 1952: 146). Veremos adiante o tipo de explicação para este acordo ou consenso – que se não se tornou consensual pelo menos foi hegemônico – que um grupo de pesquisadores lançou mão.

Um pouco antes, em 1950, apareceram outros textos que também marcaram época para os estudos de prestígio ocupacional, por sua centralidade no estudo da estratificação social e da mobilidade. Hall e Jones (1950), por exemplo, tinham como objetivo maior elaborar a estrutura das classes sociais da Inglaterra e as linhas gerais de mobilidade entre as classes, revisando categorizações anteriores. A pesquisa de prestígio ocupacional foi a forma escolhida de testar a “validade externa” da categorização elaborada em fases anteriores da pesquisa ao compará-la com a avaliação que as pessoas fariam de um grupo de ocupações.

Para este estudo, os autores elaboraram sete categorias – 1. profissionais e topo administrativo; 2. gerentes e executivos; 3. inspetores, supervisores e outros não-manuais, superiores; 4. inspetores, supervisores e outros não-manuais, inferiores; 5. manuais qualificados e não-manuais de rotina; 6. manuais semi-qualificados; 7. manuais não-qualificados – e solicitaram aos respondentes que agrupassem 30 ocupações em 5 categorias (de A a E, ordenando-as também dentro de cada uma dessas classes). O resultado da comparação entre as categorias dos autores e o cálculo baseado na média das medianas dos grupos selecionados (desagregados por classe e idade) foi um grande acordo entre a ordem inferida pelos autores para as 30 ocupações segundo a categorização que testavam e a hierarquização que resultava das avaliações das pessoas. Ou seja, em linhas gerais, o prestígio social das ocupações tal como percebidas pelo público em geral era a referência para se pensar na hierarquia das classes sociais. De qualquer forma, a falta de interrupções claras entre todas as categorias colocou os autores em estado de alerta para a diferença entre o contínuo de prestígio ocupacional e sua categorização das classes sociais.

Além da concordância entre as categorias, os autores se surpreenderam com a falta

de desvio sistemático dos dados de prestígio ocupacional nas desagregações, tratando como consenso o que ocorria com as hierarquias. Porém, as outras características do estudo de Hall e Jones fizeram com que sua comparabilidade com o de North e Hatt fosse restrita: não se baseou em amostragem nacional, mas em escolha não aleatória de seus respondentes (membros de associações de trabalhadores sindicalizados, corretores de seguros, funcionários públicos e professores de educação de adultos) e utilizou-se de uma lista de apenas 30 ocupações, selecionadas para representar toda a estrutura ocupacional.

E no mesmo ano de 1950, um dos autores do estudo NORC indica agora com mais clareza o vínculo da pesquisa de 1947 com a temática da estratificação social de filiação teórica funcionalista (Hatt, 1961 [1950]).

Talvez pela diferença de público dos meios de comunicação em que apareceram – em 1947 no *Opinion News*, uma “*semimonthly publication summarizing findings of studies by public-opinion research organizations*” (Reiss *et alii*, 1961: v) e em 1950 no *American Journal of Sociology*, o periódico científico de maior tradição nos Estados Unidos – o fato é que nos dois artigos se percebe uma significativa diferença para o uso do termo “prestígio”. Mostrei acima as referências ao conceito em 1947: em primeiro lugar, como se tratava de uma pesquisa de “avaliação popular” sobre empregos e ocupações, os melhores empregos, aqueles com “*job-prestige*” eram aqueles que as pessoas acreditavam e indicaram que eram os melhores; e em segundo lugar, encontramos a categoria “*the job carries social prestige*” entre as respostas possíveis para o motivo de certos empregos possuírem uma posição excelente.

Já no segundo texto, a categoria prestígio perde parte de um sentido popular mais frouxo em função de uma linguagem mais técnica: é o conjunto de recompensas relacionadas a uma posição social, que podem ser financeiras, podem estar relacionadas com condições de trabalho vantajosas ou advirem de seu valor enquanto honraria ou “rendimento psíquico” (Hatt, 1961 [1950]: 240). E é a combinação das recompensas que constituem o valor invejável – *invidious value* – de uma posição e assim seu prestígio. Como cada posição é definida de acordo com uma estrutura social e um indivíduo participa de várias estruturas sociais, a posição societal total (desse indivíduo) seria a combinação dos vários status e das suas recompensas, modificada pela estima concedida pelos outros

como uma recompensa pela maneira com a qual as expectativas associadas a um status são atendidas. Prestígio, status e estima, com significações bem distintas do uso comum, fazem parte dos postulados da teoria funcionalista no que se refere à estratificação.

Em suma, pelo que é possível perceber, no espaço desses dois textos, adensaram-se as questões teóricas sobre estratificação social, tratadas de acordo com uma abordagem teórica específica. Analisando retrospectivamente, não podia se tratar apenas de uma pesquisa sobre orientação vocacional, mas de escrutinar as principais posições sociais, os nódulos que uniam as várias estruturas sociais. E o prestígio, que era um conceito combinatório, podia ser inferido pela opinião das pessoas, de acordo com “*the assumption that people are able to make a total positional judgement*” (Hatt, 1961 [1950]: 248). Esse foi o trabalho de justificação de Hatt no seu texto de 1950, passando por cima da questão do que os respondentes entendiam por prestígio. Mais embaraçosa ainda era como explicar a utilização somente do prestígio ocupacional como índice único para um conceito composto de uma estratificação múltipla: era mais simples e disponível do que o necessário para se realizar um estudo mais complexo e profundo como o de Warner, e particularmente devido às evidências de sua validade. Adiante veremos como a questão da validade esteve relacionada com a dimensionalidade do prestígio ocupacional.

A partir do estudo do NORC surgiram inúmeras pesquisas com o mesmo objetivo de captar como as pessoas em geral, e mesmo grupos específicos de pessoas, ordenavam uma lista pré-definida de ocupações, profissões e empregos, em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. As “brasileiras” servirão para dar uma idéia das demais.

O pioneiro estudo de prestígio ocupacional no Brasil foi, assim como o estudo inglês de Hall e Jones, uma preparação para um pioneiro estudo de mobilidade social (porque ocupação era tida como indicador de classe e de status sociais). Hutchinson (1957) refaz a pesquisa de Hall e Jones no Brasil em meados dos anos 50, com 500 alunos de primeiro ano de graduação da USP, também com o objetivo de preparar uma classificação das classes para um estudo posterior de mobilidade. Aqui a classificação (dos níveis ocupacionais, das classes sociais, das categorias de status – termos utilizados como sinônimos) que se pretendia confirmar “empiricamente” apresentava 6 classes (a diferença fundamental consistia em agregar as duas últimas classes de Hall e Jones). A estratégia era

a de fornecer aos respondentes cartões contendo nomes de 30 ocupações para serem ordenadas de modo global e designando em qual posição dentre os seis grupos (nomeados apenas por letras e também em ordem decrescente) cada uma das ocupações estaria em função do seu prestígio. A lista de ocupações utilizada para a Inglaterra, no entanto, não pode ser utilizada totalmente e o autor a alterou no que achou que não se adaptava ao caso brasileiro. 25 ocupações permaneceram e 5 foram alteradas. As ordens das ocupações – hierarquizadas pelos brasileiros e pelos ingleses – quando comparadas, apresentaram um coeficiente de correlação de mais de 0.9 (esta medida tem 1 como valor máximo). Falarei mais no próximo capítulo sobre a classificação utilizada e confirmada pelo estudo de Hutchinson. Mais interessante para o momento é o fato de que esta pesquisa, segundo o autor, “preliminar” e enviesada para o extremo superior da escala de status, muda significativamente de importância quando o texto é publicado no Brasil, com co-autoria de Carlo Castaldi, em 1960.

As mudanças no texto (mais precisamente em sua primeira parte³¹) são pequenas e os dados não são alterados. No entanto, no mesmo parágrafo que no texto de 1957 lemos *“this preliminary inquiry was therefore heavily weighted towards the upper end of the status scale – a shortcoming which will be remedied with the extension of the inquiry to a sample of the general population of the city”* (Hutchinson, 1957: 177), em 1960 lemos *“embora não existam razões para duvidar que se obteve uma amostra de estudantes realmente ao acaso, é importante notar, devido às conclusões que serão derivadas deste estudo, que a população de onde a amostra foi selecionada não é representativa da população total de São Paulo. Além da restrição óbvia de idade, que é inerente a uma amostra de universitários, é necessário considerar que a população de estudantes da Universidade tende preponderantemente para a parte superior da hierarquia de status”*, e um pouco depois *“apesar disso, como veremos mais adiante, a classe de origem não parece estar associada a diferenças significativas na ordem de classificação das ocupações”* (Hutchinson, 1960: 21). A pesquisa de Carlo Castaldi, apesar de inacabada, já

³¹ A segunda parte consiste no estudo de Carlos Castaldi com o mesmo formato realizado com imigrantes italianos.

constava no texto de 1957, em uma nota em que Hutchinson indicava que seus resultados pareciam coincidir com os da pesquisa com os alunos da USP. Mas em 1960, a única extensão da pesquisa que foi realizada foi aquela com imigrantes italianos (apesar da conclusão de 1957 que remetia à “*extension of the research to other sections of the general population*”), que agora aparece como “*por finalidade principal obter uma confirmação empírica dos resultados do estudo anterior*” (Hutchinson, 1960: 41).

De acordo com a pesquisa de Castaldi, um grupo de imigrantes italianos, escolhidos de forma não aleatória, submetidos ao mesmo procedimento de ordenação e classificação de ocupações obteve hierarquias semelhantes às aquelas originadas pelos estudantes da USP: considerando apenas os imigrantes com idades semelhantes às dos estudantes, a correlação foi de 0,91; e separando os imigrantes em grupos de idades, as correlações foram de 0,99 e 0,97, respectivamente entre os mais jovens (18 a 40 anos) e os de idade intermediária (40 a 60 anos) e entre os mais jovens e os mais velhos (mais de 60 anos).

No entanto, estes resultados – a pesquisa com imigrantes confirmando a com estudantes, e as duas confirmando a classificação de status sociais, sendo que esta última se apoiava na falta de diferença ou variação significativa das médias aritméticas das medianas ponderadas (!) das avaliações das ocupações realizadas pelos estudantes quando desagregadas por sexo, ocupação do pai, notas no vestibular e se trabalha ou não – vistos com os olhos de outra época, conseguem apenas limitada sustentação: o critério para a ponderação das medianas não é apresentado, o que inviabiliza a replicação; faltam os dados sobre as avaliações desagregadas onde se visualize a falta de variação; e, em outra direção, a variável “ocupação do pai” – uma das desagregações sobre a qual não se consegue saber muito – poderia inserir altos índices de erro de codificação (isso sem considerar a tautologia de se utilizar das categorias que se quer validar empiricamente em desagregações baseadas nelas mesmas).

Na Tabela 3.1, a seguir, estão dispostas comparações entre as hierarquias destes últimos estudos a que fiz referência, assim como de um outro estudo, exposto mais adiante. Além disso, no Quadro 3.1, no final deste capítulo, as principais características das pesquisas estão listadas, como o número de ocupações, a exata formulação da pergunta de prestígio e as formas de resposta.

TABELA 3.1. COMPARAÇÃO ENTRE ESTUDOS DE PRESTÍGIO SELECIONADOS

I. HALL-JONES (1950)	<i>posto na ordem</i>	II. HUTCHINSON (1957)	<i>posto na ordem</i>	III. GOUVEIA (1965)	<i>posto na ordem</i>
Medical officer	1	Médico	1	Médico	1
Company director	2	Diretor superintendente de companhia	4		
Country solicitor	3	Advogado	2	Advogado	6
Chartered accountant	4	Contador	10	Contador	14
Civil servant	5,5	Funcionário público de padrão médio	12	Chefe de repartição pública	9
Business manager	5,5	Gerente comercial de firma	7		
Works manager	7,5	Gerente de fábrica	8		
Nonconformist minister	7,5	Padre	3		
Farmer	9	Fazendeiro	6	Fazendeiro	7
Elementary school teacher	10	Professor primário	9	Professor primário	13
Jobbing master building	11	Empreiteiro	17		
News reporter	12	Jornalista	5		
Commercial traveller	13	Viajante comercial	14		
Chef	14	Cozinheiro – restaurante de 1ª classe	22,5		
<i>Insurance agent</i>	<i>15</i>	<i>Despachante</i>	<i>15</i>		
<i>Newsagent and tobacconist</i>	<i>16</i>	<i>Dono de pequeno estabelecimento comercial</i>	<i>11</i>		
Policeman	17,5	Guarda civil	18		
Routine clerk	17,5	Escriturário	13	Bancário	16
Fitter	19	Mecânico	19	Mecânico, eletricista ou outro técnico qualificado	12
Carpenter	20	Carpinteiro	22,5		
Shop assistant	21,5	Balconista	20		
Bricklayer	21,5	Pedreiro	28		
Tractor driver	23	Tratorista	24		
<i>Coal hewer</i>	<i>24</i>	<i>Sitiente</i>	<i>16</i>		
<i>Railway porter</i>	<i>25</i>	<i>Condutor de trens</i>	<i>25</i>		
Agricultural labourer	26	Trabalhador agrícola	27	Trabalhador rural	17
<i>Carter</i>	<i>27</i>	<i>Motorista</i>	<i>21</i>		
Barman	28	Garçon	26	Garçon	18
Dock labourer	29	Estivador	29		
Road sweeper	30	Lixeiro	30		

Obs.: Correlação (postos) entre I e II, retiradas as ocupações sem correspondências (em itálico e negrito) foi indicado pelo autor como de 0.916³² (Spearman) / Correlação (postos) entre II e III, nas 10 ocupações com correspondências indicadas pela autora seria de 0.855 (Spearman) ou 0.733 (tau c de Kendall).

Tanto Hall e Jones quanto Hutchinson destacaram que nos seus estudos a variabilidade das avaliações aumentava quando se descia o nível social dos respondentes ou das ocupações a serem avaliadas. Por outro lado, destacaram, o primeiro pelo alto consenso

³² Utilizando o teste tau c de Kendall o coeficiente cairia para 0,770.

nas desagregações e o outro pela alta correlação dos ordenamentos com o estudo anterior, a similaridade entre as hierarquias. Nas palavras de Hutchinson: *“O consenso de opinião sobre a escala social de ocupação obtida em São Paulo, através de nosso estudo, é também interessante por outras razões. A estreita coincidência entre a escala de ocupações e a posição atribuída a ocupações equivalentes na Grã-Bretanha e em outros países, amplia o significado dos nossos resultados. Parece, pois, demonstrável que o mundo ocidental, apesar das múltiplas diferenças de tradições culturais que apresenta, possui uma hierarquia de status que, com pequenas variações, funciona em todos os países”* (Hutchinson, 1960: 6).

Toda a pesquisa de mobilidade coordenada por Hutchinson, em outras palavras, estava sustentada por um instrumental teórico e analítico que, cada vez mais, encontrava e destacava as similaridades entre as avaliações de prestígio das ocupações onde eram construídas. Aqui, inclusive, pelas características dos outros pesquisadores envolvidos, a pesquisa exibia os contornos que marcaram os primeiros estudos de prestígio ocupacional: o caráter subsidiário para um objetivo maior, a investigação sobre a mobilidade social; a “surpresa” nas similaridades entre grupos sociais internamente e entre países, e os resquícios de sua associação com a orientação vocacional e com a escolha ocupacional dos jovens (como mostra o texto de Juarez Brandão Lopes, no mesmo livro). Em outros momentos, o trabalho parece indicar o que viria: possíveis explicações para as similaridades. Carolina Martuscelli Bori lança a hipótese de que o alto prestígio de algumas ocupações estaria relacionado à *“satisfação de necessidades importantes para o indivíduo, como a autopreservação”* (Bori, 1960: 70). E Hutchinson complementa, quando arremata as partes da pesquisa, com o fator escassez relativa, de tal modo que *“a satisfação das necessidades básicas que não correm o perigo de serem frustradas não leva necessariamente a falar em status social elevado”* (Hutchinson, 1960: 8).

Durante as décadas seguintes, os estudos de prestígio ocupacional sofreram uma alteração significativa: de subsidiários aos estudos de estratificação social se tornaram uma área à parte, onde se destacava o consenso entre as hierarquias realizadas em várias partes do mundo, medidas através de suas correlações, com uma forte influência do funcionalismo no pano de fundo teórico e na explicação dos resultados. O prestígio ocupacional ganhou

vida própria, virou “variável dependente” a ser explicado; passou a tratado como “*one of the great empirical invariants in sociology*” (Marsh, 1971). De certa forma, até a falta de representatividade amostral era tomada como indicador de como o consenso nas escalas era surpreendente (Valdes e Dean, 1965).

A virada funcionalista

Três artigos foram fundamentais para essa virada: Inkeles e Rossi (1956), Hodge *et alii* (1964) e Hodge *et alii* (1966). O primeiro destes textos parte de um interesse em pesquisar a relação entre o sistema ocupacional padronizado centrado na fábrica resultante de um processo disseminado de industrialização – operacionalizado pela hierarquia de prestígio ocupacional norte-americana – e os padrões nacionais locais de valoração das ocupações. Qual dos padrões de avaliação das ocupações prevaleceria? O pano de fundo teórico é claramente funcionalista: a questão por trás é se a estrutura de autoridade e de recompensas – maior autoridade correspondendo a maiores retornos, necessidade funcional para a eficácia da produtividade nas sociedades centradas na produção fabril – ultrapassaria os limites da indústria e escorreria para a avaliação de toda a estrutura ocupacional.

O teste empírico consistiu em comparar os resultados dos estudos de prestígio ocupacional realizados até aquela data em seis países: Estados Unidos (os dados de North e Hatt), Nova Zelândia, Inglaterra (os dados de Hall e Jones), Japão, União Soviética e Alemanha. Os problemas de comparabilidade dos estudos eram enormes: diferentes universos, métodos de abordagem, tamanho da amostra, número de ocupações avaliadas, formulação da questão (*general standing, social standing, desirability, general reputations*) e correspondência entre ocupações nos estudos. Enquanto tudo indicava que as diferenças nos estudos inviabilizariam as comparações, os autores chamam a atenção para o fato de que “*similarities in the prestige hierarchies, particularly when they are striking, are somewhat strengthened by the same lack of comparability in research designs and in the occupations matched to one another*” (Inkeles e Rossi, 1956: 332); ou seja, a comparação entre estudos tão diferentes entre si reforçava ao invés de enfraquecer o argumento dos autores. Calculados os coeficientes das correlações entre as hierarquias entre os países,

estes foram de mais de 0.9 em doze das quinze combinações de países possíveis, variando entre 0.97 entre Nova Zelândia e Inglaterra até 0.74 entre Japão e União Soviética. Desse modo, os resultados pareciam confirmar a visão estruturalista e sua hipótese de que as diferenças nacionais não afetariam as hierarquias de prestígio ocupacional, mas estaria se encaminhando, pelo efeito da industrialização, a uma uniformidade estrutural.

Seguindo a mesma hipótese, ao comparar os grupos ocupacionais em desacordo entre as avaliações nos países, as ocupações industriais teriam que se diferenciar das demais. O que os autores apresentam, no entanto, é que os dados indicam um acordo ainda maior entre as profissões e um acordo da mesma magnitude entre as ocupações políticas e manuais qualificadas (*"crafts"*). A explicação precisou, então, de um adendo: *"(...) the nations being compared have certain structural and cultural features in common, in addition to the presence of industry. For example, they share certain needs, as for socialization, and values, such as health and systematic knowledge, which insure relatively comparable standing to doctors, teachers, and scientists. Furthermore, all the countries compared have in common the national state (...)"* (Inkeles e Rossi, 1956: 338). Em suma, tanto a produção industrial, o estado nacional e certas necessidades ou valores (como o interesse na saúde) são os responsáveis pela regularidade nas hierarquias de prestígio observadas naqueles países.

Em 1963, o NORC realizou uma replicação da pesquisa de 1947 com amostra um pouco menor, analisada em Hodge *et alii* (1964). Com o tipo de amostragem, as perguntas realizadas e a listagem de ocupações quase idênticas, os pesquisadores encontraram uma correlação nas hierarquias da ordem de 0.98, indicando uma estabilidade geral entre as avaliações da estrutura ocupacional norte-americana. Acrescentando também, quando haviam ocupações correspondentes, estudos mais antigos como o de Counts, as correlações também permaneciam altas, todas acima de 0.93. A explicação para essa estabilidade estava centrada mais uma vez na argumentação teórica funcionalista: *"First, relative differential educational requirements, monetary rewards, and even something as nebulous as the functional importance of occupations are not subject to rapid change in an industrial society. Second, any dramatic shifts in the prestige structure of occupations would upset the dependency which is presumed to hold between the social evaluation of a job, its*

educational prerequisites, its rewards, and its importance to society. Finally, instabilities would further ambiguities or status inconsistencies if the prestige structure were subject to marked and rapid change” (Hodge *et alii*, 1964: 294). As poucas mudanças encontradas (maior valoração das profissões científicas, declínio das agrícolas) eram tratadas com hipóteses conjunturais a cerca da publicidade de algumas ocupações, expansão universitária e a crescente automação industrial. As explicações estavam tanto presas entre macro-estabilidade e pequenas mudanças conjunturais quanto entre a similaridade entre as avaliações de prestígio entre os grupos e as diferenças entre as faixas etárias ou dentro dos grupos ocupacionais desagregados.

No texto que segue o debate, Hodge *et alii* (1966), os principais autores desse “programa de pesquisa” parecem mais determinados a sustentar as explicações sustentadas por uma abordagem funcionalista. O objetivo dos autores aqui é o de estender a pesquisa de comparações entre hierarquias de prestígio entre países e incluir países em desenvolvimento, e assim verificar se a industrialização se mostra um fator decisivo na diferenciação entre as avaliações das ocupações nos países. Estudos de 24 países (incluindo o trabalho no Brasil de Hutchinson) foram comparados com a pesquisa NORC de 1963. A correlação média dos países com os Estados Unidos foi de 0.83 (retiradas as ocupações agrícolas). Mesmo com a indicação de uma diferença entre as ocupações manuais e as não-manuais, os dados deram argumento para os autores recusarem a posição culturalista que indicava a importância da cultura e das formas locais de integração com a produção industrial na definição na avaliação das ocupações. Por outro lado, não é a industrialização e a presença do estado que apontam para as similaridades: é o resultado da “*essential structural similarity shared by all nations of any degree of complexity*” (Hodge *et alii*, 1966: 321). Instituições especializadas que desempenham as funções sociais primordiais existem em todas as sociedades. A importância dessas funções faz com que as ocupações no topo dessas instituições sejam altamente valorizadas e, pelo equilíbrio ou consistência no sistema de estratificação, possuam os maiores requisitos de treinamento e sejam também altamente recompensadas.

Este texto traz ainda a sugestão de uma outra hipótese, como resultado da correlação entre as hierarquias de países não-ocidentais e o produto interno bruto per capita

(tomado como indicador de industrialização): como países não-industrializados apresentaram alta similaridade com a avaliação das ocupações dos estudos norte-americanos, a relação causal podia ser invertida, ou seja, ao invés do processo de industrialização levar às similaridades nas avaliações ocupacionais (como discutiu Inkeles e Rossi) o que poderia ocorrer nesses países em industrialização era que as similaridades estruturais eram produzidas a partir das similaridades nas avaliações ocupacionais. Nas palavras dos autores: *“Development hinges in part upon the recruitment and training of persons for the skilled, clerical, managerial, and professional positions necessary to support and industrial economy. Thus, acquisition of a ‘modern’ system of occupational evaluation would seem to be a necessary precondition to rapid industrialization, insofar as such an evaluation of occupations insures that resources and personnel in sufficient numbers and of sufficient quality are allocated to those occupational positions most crucial to the industrial development of a nation”* (Hodge et alii, 1966: 320). De fenômeno a ser explicado, as hierarquias de prestígio ocupacional alcançaram a posição de variável independente, explicativa.

Ainda como variável dependente, vários outros estudos se concentraram sobre explicações da hierarquia de prestígio ocupacional mas em um nível maior de concretude. O objetivo era explicar porque as profissões e as ocupações não-manuais em geral estavam no topo das hierarquias, ou seja, de um modo geral quais eram os determinantes do prestígio ocupacional. Marsh (1971), por exemplo, não descarta as macro-explicações funcionalistas mas argumenta que “razões mais precisas” residem nas outras propriedades das ocupações que, utilizadas como variáveis independentes, seriam responsáveis por parte significativa da variação do prestígio: educação, responsabilidade ou autoridade, e renda. Já Svalastoga (1975) indica a responsabilidade ou autoridade da ocupação, sua dificuldade, a informação que quem avalia tem dela e uma espécie de afinidade ideológica de quem avalia com ela como os *“factors that not only predict occupational prestige but in addition control or generate it”* (Svalastoga, 1975: 114), sendo os dois primeiros bem mais explicativos que os dois últimos.

Para outros autores, em jogo aqui estão as variáveis que se correlacionam com o prestígio ocupacional, e que assim poderiam ajudar a prever as hierarquias de prestígio para

ocupações não listadas. Garbin e Bates (1961), por exemplo, realizam um estudo para investigar a correlação entre as hierarquias de prestígio de trinta ocupações feitas por estudantes e as hierarquizações de outras vinte características ocupacionais. O resultado é que as três características com correlações mais acentuadas (0.90) com a ordem de prestígio foram “trabalho interessante e desafiador”, “requer inteligência” e “escassez de pessoal que realiza o trabalho”. Outras características como “renda” (0.78), “educação” (0.83) e “responsabilidade” (0.79) também se mostraram correlacionadas mas em coeficientes diferentes dos apresentados em outros trabalhos. Mais importante, para esses autores as variáveis que se correlacionam indicam um conjunto de características interrelacionadas que, combinadas diferencialmente para cada ocupação, compõem o que se capta com as hierarquias de prestígio ocupacional.

Em outra direção, Reiss investiga e confirma a correlação com educação e renda, mas também destaca a correlação com a elasticidade da força de trabalho e com a presença de minorias nas ocupações (Reiss *et alii*, 1961). No mesmo livro, Duncan consolida as variáveis educação e renda como boas preditoras das porcentagens de “excelente” e “bom” na hierarquia de prestígio do NORC, em um índice socioeconômico (SEI), que permitiu hierarquizar todas as ocupações listadas pelo censo mas que não foram incluídas no estudo do NORC, e se tornou posteriormente referência para a área de estratificação e mobilidade, utilizado como indicador de status ocupacional ou de status social (Duncan, 1961; Blau e Duncan, 1967).

Assim, de certa forma, os estudos empíricos posteriores de estratificação tomaram o prestígio como base de referência, pois era esta a variável dependente de Duncan e Blau. Por outro lado, como substituto das medidas de prestígio ocupacional, o índice socioeconômico (SEI) pretendia ser uma métrica ocupacional baseada em dados mais acessíveis e objetivos, apenas educação e renda. Pelo fato de estarem interligadas mas terem diferentes conceituações envolvidas principalmente na interpretação dos resultados das análises, as medidas e os estudos de prestígio ocupacional e de “*status attainment*” ou “*status achievement*” ou “realização de status” rivalizaram (Treiman, Hodge e Siegel de um lado, Featherman e Hauser de outro) como a melhor métrica para a ocupação dos indivíduos: a primeira era considerada mais embasada teoricamente e a outra mais

apropriada para estudos empíricos, como os de mobilidade (Hodge, 1981; Stevens e Featherman, 1981). Mas, de todo modo, os índices socioeconômicos (com suas várias atualizações) que seguiam a tradição de Blau e Duncan tinham os escores de prestígio ocupacional como parte fundamental dos modelos (“*path models*”).

Em outra direção estão as tentativas de hierarquização contínua das ocupações sem a variável de prestígio, tentando fugir do subjetivismo implícito naquelas formas de mapear o processo de estratificação pela avaliação social, se voltando para a “diferenciação social” (algo mais relacionado à posição objetiva das ocupações), como o faz Silva (1974) para a estrutura ocupacional brasileira, seguindo uma outra parte da tradição de “realização de status” (Bogue) de combinação linear das variáveis educação e renda. Desenvolvimentos metodológicos estatísticos também impulsionaram novas formas de hierarquização das ocupações por educação e renda sem o prestígio ocupacional. Bills *et alii* (1985) utilizaram *multiple discriminant analysis* para elaborar uma outra escala para as ocupações brasileiras (SIBO, *Socioeconomic Index of Brazilian Occupations*), suplantando a de Silva.

Mas voltemos àquelas que incorporavam o prestígio. Também nesta nova tradição de estudos de mobilidade, com as pesquisas de realização de status, a posição das ocupações desempenhou um papel central³³. As perguntas de Blau e Duncan eram: quais os fatores que explicam o status ocupacional? Seriam os atributos herdados mais importantes que os adquiridos? O que mais influenciaria a posição ocupacional de uma pessoa? A análise estatística por *path model* permitiu que os autores definissem quatro variáveis como as mais significativas: educação do indivíduo, educação de seu pai, status ocupacional de seu pai e status de seu primeiro emprego (Blau e Duncan, 1967: 170). A diferença estava em que essas variáveis eram pensadas em sequência temporal; a educação do pai, por exemplo, não tinha relação direta com o status ocupacional do indivíduo, mas apresentava uma relação indireta mediada pela sua relação direta na educação do indivíduo.

A título de exemplo, Iutaka e Bock (1972) realizam uma replicação do estudo de Blau e Duncan no Brasil no início da década de 60, utilizando amostras apenas de regiões

³³ Hoje os estudos de mobilidade podem prescindir de um critério dimensional (como as avaliações de prestígio) pela utilização de modelos categóricos log-lineares.

urbanas de três estados. Encontraram semelhanças entre os coeficientes dos modelos, exceção feita ao status social do pai, bem mais importante no Brasil que nos Estados Unidos. Em linhas gerais, no entanto, cabia a explicação corrente: *“The close parallel between the brazilian and american data perhaps points to a hierarchy of occupations that is said to be common to many nations and to be associated particularly with the process of industrialization”* (Iutaka e Bock, 1972: 221). E, mais adiante, relacionaram os estudos de prestígio ocupacional e *status attainment*, ambos em franco desenvolvimento: *“Modernization may invariably produce not only similar hierarchies of occupational prestige but also similar avenues for the achievement of these occupational statuses”* (op. cit.: 221). O modelo ajustado para o Brasil explicava um pouco menos que o original: 34% da variância do status ocupacional, contra 43% em Blau e Duncan, mensurado para o Brasil não pelo índice socioeconômico (SEI) mas classificados de acordo com as categorias de Hutchinson (1960).

Ainda tratando de Brasil, um reflexo das teorias de sua época, o texto de Gouveia (1965) apresenta uma pesquisa realizada em 1963 com professores do nível médio de três estados do país (São Paulo, Rio Grande do Sul e Pará), incluindo não só as capitais mas também o interior, sobre qual a avaliação que forneciam ao magistério. O objetivo maior era de confirmar se uma classificação ocupacional baseada em uma escala de prestígio tal como desenvolvida a partir de uma cidade industrializada (como a realizada em São Paulo por Hutchinson) também valeria para as demais regiões em uma pesquisa de amostragem nacional. Embora não aceite totalmente as teses funcionalistas, a autora tende a ver as diferenças entre as regiões pesquisadas (e os graus diferenciados de desenvolvimento econômico) como pequenas, sem afetar as grandes semelhanças exibidas pelos dados: *“mesmo que se façam sérias reservas quanto a teoria das recompensas ‘funcionais’ de Davis e Moore, pode-se imaginar que a posição de determinada ocupação em uma escala de prestígio, e, com mais razão, de renda, não seja inteiramente independente das condições do mercado de trabalho, ou mais precisamente, da relação entre a oferta e a procura”* (Gouveia, 1965: 67).

Há no texto uma tensão entre as diferenças que a autora encontra quando analisa os dados e, pelo apoio teórico em Reiss *et alii* (1961) e em Inkeles e Rossi (1956) e o

metodológico na correlação entre ordens, a linha da argumentação que pende para o lado do “consenso” e para o uso de uma escala ocupacional única. O fato de utilizar como universo amostral apenas uma categoria profissional serve também aqui para reforçar o argumento: *“Poder-se-ia entretanto argumentar que essa conclusão é baseada em dados referentes a uma única categoria de informantes e que talvez os resultados fossem diferentes se a sondagem tivesse abrangido uma amostra mais diversificada que incluísse indivíduos de diferentes grupos ocupacionais. Tal preocupação é legítima mas pode ser afastada com os dados provenientes de vários estudos empíricos (Reiss, 1961; Hutchinson, 1960), que indicam um notável consenso, entre as diferentes camadas da população, a respeito da estrutura de prestígio das ocupações”* (Gouveia, 1965: 78).

As críticas e a resposta

Este breve resumo de alguns dos principais textos da área de prestígio ocupacional mostrou (e já destaquei algumas) diversas falhas tanto teóricas quanto empíricas. Toda uma literatura crítica que começou com Davies (1952) se debruçou sobre os estudos. Em linhas gerais – isto porque essas linhas se cruzam em vários momentos – é possível dividir as críticas em três grandes grupos: teóricas, operacionais (ou na coleta dos dados) e metodológicas (ou na análise dos dados).

Uma das principais críticas teóricas enfrenta a difundida idéia (para alguns, o pressuposto) do consenso nas hierarquias de prestígio ocupacional, dentro das sociedades e entre países. Davies (1952) chama a atenção para o risco de assumir que diferentes públicos sejam tratados como uniformes em suas avaliações, ou seja, características como classe, ocupação, estrato, dos respondentes afetam suas avaliações. E aponta retrospectivamente para as partes não tão famosas da pesquisa NORC: *“In the single study [NORC] where a representative adult national sample has worked on a larger list, adequate analysis of disagreement is unfortunately lacking; though we are told that one-fifth of the items were subject to noticeably different regional assessment”* (Davies, 1952: 143). Ou seja, mesmo com evidências apontando na direção de variações nos grupos sociais sobre as avaliações – e o texto North e Hatt está repleto de exemplos – os estudos mais tradicionais preferem se ater às similaridades, elaborando teorias que reforçam circularmente seus argumentos.

Voltaremos a essa questão adiante. Goldthorpe e Hope (1972) mostram como esse argumento acerca do consenso interno foi a solução encontrada por alguns autores para lidar (não tão propriamente) com as questões acerca da validação das escalas de prestígio, seguindo um artigo de 1951 escrito por Duncan e Artis. Assim afirma Reiss: *“It has been noted that the validation of a construct like ‘general standing’ or ‘prestige-status structure’ rests upon the convergence of evaluations apart from any general agreement upon the criteria for making the evaluations. The high correlations among the ratings for occupations by individuals with ostensibly different evaluative criteria strongly suggests the existence of an underlying and agreed upon structure of occupational prestige”* (Reiss et alii, 1961: 195).

Além disso, esse consenso interno servia para respaldar a interpretação funcionalista que associava a hierarquia de prestígio ocupacional à uma estrutura de desigualdades, legítimas e legitimadas, porque consensuais, baseadas nos méritos de cada ocupação em contribuir com as principais instituições das sociedades, de qualquer nível de complexidade. A desigualdade de importância de contribuições e das recompensas associadas era necessária para que todos tenham incentivos em continuar em seus papéis. Stehr (1974) mostra como a centralidade do consenso nesses estudos era reflexo de sua dívida teórica com o funcionalismo, também mais centrado ao redor do consenso. Aqui caberia uma crítica teórica ao funcionalismo mas o que o texto de Goldthorpe e Hope (1972) traz é uma crítica à possibilidade de se captar avaliações normativas que revelassem algum critério de como os respondentes acham que uma sociedade deve ser, com o tipo tradicional de investigação de prestígio ocupacional. Mais do que isso, Goldthorpe e Hope também retomam o texto original de North e Hatt para lançar luz sobre outra crítica teórica aos estudos de prestígio ocupacional: é mesmo prestígio o que está se investigando? E a resposta é a dos próprios respondentes do primeiro estudo NORC: foram características materiais objetivas as mais citadas entre os motivos pelos quais um emprego era considerado excelente.

Em outras palavras, não se poderia dizer que os resultados dessas pesquisas dizem respeito a idéia de prestígio tal como conceitualizada classicamente. Se assim o fosse, teria que indicar diferenças de probabilidade de se receber deferência, aceitação social ou

exclusão (ou de associação diferencial) com base nos elementos simbólicos associados a um determinado papel ocupacional e interpretados subjetivamente como indicadores de superioridade ou inferioridade sociais (Goldthorpe e Hope, 1972). O que os autores percebem, no entanto, é uma concepção ampla de prestígio, como uma medida que combina várias outras, que daria uma idéia mais ou menos precisa da posição social. Esse é o conceito de prestígio consistente com as teorias funcionalistas (vimos em Hatt, acima) e com outras clássicas teorias de estratificação desenvolvidas nos Estados Unidos (Warner), algo mensurado por um índice composto entre educação e renda (como vimos em Duncan e em Bills).

Para os teóricos funcionalistas e para a operacionalização empírica de Duncan, “status social” não é o mesmo que “status”, que também não é o mesmo que “prestígio”. Uma diferença importante: o “prestígio” do funcionalismo inclui as recompensas materiais e, assim, a distribuição das oportunidades econômicas, e o “prestígio clássico” se constitui como tipo de estratificação diversa da econômica. O que as pesquisas de prestígio ocupacional conseguem medir é o tanto que as pessoas em geral acham que um emprego ou uma ocupação é boa ou a desejam (“goodness” ou “desirability”) e o que faz que uma ocupação seja desejada. É bem possível uma leitura em que os próprios North e Hatt tinham isso em mente no pioneiro estudo, antes de prestígio seguindo o clássico conceito sociológico. Segundo Goldthorpe e Hope, o fato das pesquisas usarem um conceito composto de “status social” é outro motivo que leva seus autores a pensar a validação da medida de “prestígio” em termos do consenso interno.

Interpretar os resultados não como hierarquias de prestígio mas como de “goodness” resolveria inclusive como conciliar os padrões de variação (considerável entre indivíduos mas insignificantes entre grupos): é razoável pensar que os indivíduos terão diferentes familiaridades com ocupações e avaliarão diferentemente os diferentes critérios objetivos de um emprego e que, ao mesmo tempo, concordarão com os atributos que fazem que um emprego seja bom ou desejável ou quais são os melhores empregos. Ou seja, este seria um consenso cognitivo mas não moral.

Mas o consenso interno serviu também para resolver o problema dos diversos critérios ou dimensões que os respondentes utilizavam quando respondiam a estímulos

sobre a “posição geral” ou o “prestígio social” de uma lista de ocupações. O estudo de Gusfield e Schwartz (1963), por exemplo, mostra que há elementos tanto de descrições quanto de avaliações normativas que se correlacionam com as hierarquias de prestígio; dependendo da profissão e do grupo respondente um maior peso podia recair sobre uma ou outra dimensão. O dilema posto era o seguinte: se, de um lado, o que os estudos tradicionais almejavam tratar era de um conceito de prestígio de modo clássico, as pesquisas tendiam a não checar se os respondentes, de modo uniforme, utilizaram o mesmo critério; por outro lado, se tratava-se de um conceito composto de posição social, não seria uma medida unidimensional que captaria sua complexidade. A unidimensionalidade se configurou como um problema particularmente relevante para Hatt, Reiss, Davies, e Goldthorpe e Hope. E não é por menos: como conciliar o principal objetivo desses estudos – que é por meio da estrutura ocupacional descobrir a configuração da estrutura social em termos de grupos ou classes sociais – com medidas constituídas por gradações de prestígio ocupacional que apresentam sobreposições e áreas “nebulosas” de transição?

Para Goldthorpe e Hope (1972), seria preciso explicitar as dimensões que se quer que os respondentes avaliem. E quando isso é feito, pode-se perceber que as avaliações nas dimensões diferem. No estudo que estes autores realizaram, quatro foram as dimensões destacadas para serem avaliadas: “*standard of living*”, “*power and influence over other people*”, “*prestige in the community*” e “*value to society*”. Apesar de ser apenas um estudo piloto (com apenas 10 pessoas), os autores mostram que a variável normativa – a última daquelas dimensões – apresentou um padrão de resposta bem diverso das demais, com o mais baixo grau de consenso entre os respondentes.

Blaikie (1977) também criticou os estudos de prestígio ocupacional pelo fato de que não encaravam o problema dos critérios utilizados pelas pessoas quando avaliavam as ocupações: “*it has not been demonstrated that any or all of these criteria are actually used by respondents, or if they are used, what relative weight respondents give them when they are asked to rank or rate occupations according to some general criterion*” (Blaikie, 1977: 105). O pressuposto era que pelos respondentes se conseguiria captar a estrutura ocupacional por trás da hierarquia de prestígio – ou que o “subjetivo”, só pelo fato de que em agregado ou média, daria acesso ao “objetivo”.

Algumas dificuldades operacionais foram levantadas por Reiss (1961): as mais “graves” dizem respeito à falta de representatividade da lista de ocupações incluídas no estudo North-Hatt (sobre-representação do grupo de profissões); há também referência ao tratamento de ocupações com alto número de desconhecimento e de não-resposta (os físicos nucleares, por exemplo, apresentaram 51% de “não sei”). Metodologicamente, alguns menções foram feitas a imprecisões no procedimento de pontuação e no escalonamento (estas últimas se referem à possibilidade de elaborar grupos em escala ordinal a partir de dados nominais). Mas talvez a principal dentre este tipo de crítica diz respeito ao “*hypnotic effects of high correlations coefficients*”, nas palavras de Blaikie (1977: 113).

As críticas quanto ao tratamento estatístico estão intimamente ligadas à questão das variações internas (e a tentativa de solução por meio da idéia de um consenso interno). Não é por outro motivo que Reiss dedica tanto espaço a essa questão no final do livro (1961), mostrando uma correlação entre as hierarquias realizadas pelas subcategorias sociais (alta escolaridade-baixa escolaridade, profissionais-manuais, nível econômico próspero-pobres, homens-mulheres etc.) não menores que 0.94. Sempre, é claro, utilizando o mesmo procedimento de correlação que tende a altos valores e, assim, a impressão de pouca variação.

Em outra direção, Haller *et alii* (1972) recolocam a questão da variação interna nas hierarquias de prestígio, por meio de uma pesquisa realizada em dois municípios rurais brasileiros – Açucena (MG) e Bezerros (PE). O que descobriram é que a correlação entre os resultados nesses municípios e os resultados do NORC (ou seja, uma sociedade urbana nos moldes norte-americanos) tem relação direta com a proporção da população nas áreas rurais. Ou seja, nas áreas rurais com contato físico e cultural reduzido com regiões urbanas impregnadas da cultura euro-americana, as hierarquias são muito diferentes para se falar em “similaridade intrasocietal” (a correlação encontrada entre a hierarquias em Açucena, a cidade mais isolada, e a do NORC foi de 0.67). As aparentes similaridades, dizem os autores, são o reflexo de dois desvios metodológicos: “(...) *american sociologists’ overgeneralization of research done in urban areas outside the United States and a few other European countries* (...)” (Haller *et alii*, 1972: 942) e “ (...) *biased samples of translatable occupations*” (*op. cit.*: 947) de tal modo que ocupações nos extremos da

hierarquia de prestígio eram sobre-representadas, produzindo altas correlações.

A maior resposta a esta e a várias outras críticas aos estudos tradicionais de prestígio ocupacional apareceu em 1977. Com Treiman (1977), o programa de pesquisa iniciado por Inkeles e Rossi (1956) foi reafirmado e expandido com uma “teoria estrutural da determinação do prestígio”. O argumento teórico – pensado como colocado à prova empiricamente – agora indicava a existência de uma hierarquia de prestígio ocupacional comum a todas as sociedades, como consequência das inevitáveis alterações sociais resultantes da divisão do trabalho. Onde quer que tenha ocorrido um processo de divisão do trabalho, foi o resultado do mesmo motivo subjacente: lidar com um conjunto de imperativos funcionais e organizacionais comuns a todas as sociedades – alimentar seus membros, provê-los com roupas e moradia, organizar as trocas e a política, guardar e transmitir sua herança cultural. Aos imperativos semelhantes seguem papéis ocupacionais semelhantes, semelhantemente diferenciados em termos do controle de recursos escassos para a realização de suas funções. Esses recursos (conhecimentos/habilidades, recursos econômicos/propriedade e autoridade) produzem diferenciais de poder que, por sua vez, produzem diferenciais de privilégios, ou seja, alargam ainda mais as diferenças. Isto se dá das seguintes formas: ao constituir uma posição de alto preço no mercado de trabalho ou ao manipular os sistemas políticos e econômicos em vantagem própria. E poder e privilégio são universalmente valorizados (“*there is no society where power is not accorded respect*” (Treiman, 1977: 21).

Avaliar ou comparar, propensão inata ao homem, é o que faz com que certas pessoas, objetos, atributos ou papéis sejam mais valorizados que outros (Treiman baseia-se aqui na idéia de “*invidious comparisons*” de Veblen). Estas avaliações são morais e refletem normas e valores compartilhados a respeito das posições dos objetos ou atributos nas hierarquias de valor. E arremata o autor: “*The currency of moral worth is prestige, known synonymously as honor, regard, respect, standing, and esteem*” (Treiman, 1977: 20). Com isto, Treiman tenta equalizar teoricamente a contestada relação semântica entre “posição” e prestígio (tentando ampliar o escopo do conceito que utiliza). Isso faz com que considere o argumento de Goldthorpe e Hope (1972) como “não persuasivo”: o fato de que os respondentes não citam diretamente o critério “prestígio” na avaliação das ocupações

seria um “artefato lingüístico” que poderia indicar que os respondentes o consideraram como sinônimo de posição social e, assim, não o mencionaram; além disso, indicou uma contradição nos autores que aceitavam que as avaliações de prestígio e não as “*desirabilities*” das ocupações fossem estruturadas socialmente – “[para Goldthorpe e Hope] *since there are no appreciable subgroup variations in occupational evaluations, such ratings must actually involve the desirability of occupations rather than their prestige*” (Treiman, 1977: 27). Por outro lado, enumerou vários outros estudos que apontavam as categorias ocupacionais como indicadores da probabilidade diferencial de obtenção de deferência e da proximidade associativa ou da posição social geral dos indivíduos.

Como nos estudos tradicionais, Treiman se baseia no argumento – e na prova empírica – do consenso interno (ou da falta de variação nos subgrupos) para a utilização de qualquer tipo de pesquisa sobre prestígio ocupacional, independentemente da população alvo, das perguntas e categorias de resposta e da representatividade das ocupações selecionadas. Aqui, seriam utilizados 85 estudos, de 60 “sociedades”, de 51 países – dentre os quais os estudos NORC, estudos com camponeses indianos, outros com estudantes universitários indianos (exemplos de duas sociedades de um mesmo país), pesquisas em Uganda, Zâmbia, Turquia e os já citados estudos de Hutchinson, Castaldi e Haller, Holsinger e Saraiva para o Brasil. Devido à importância para sequer iniciar sua análise, em Treiman a tese do consenso interno parece ainda mais afirmada que anteriormente: “*On the average, people in all walks of life, rich and poor, educated and ignorant, urban and rural, male and female, view the prestige hierarchy in the same way. With minor exceptions, there is extraordinary consensus throughout each society regarding the relative prestige of occupations. The prestige hierarchy appears to be a genuine Durkheimian social fact that exists independently of the particular values and attitudes of raters*” (Treiman, 1977: 59).

Nessa direção, Treiman não encontra diferenças de acordo com a raça, com o sexo ou com a ocupação dos respondentes. Em relação à ocupação, no entanto, há espaço para controvérsias. A falta de “viés ocupacional” (que ocorreria se os indivíduos fornecessem sistematicamente avaliações mais altas para suas próprias ocupações) é considerada, segundo suas palavras, “*at least not to any appreciable degree*” (Treiman, 1977: 61). No

entanto, parte do seu teste não é convincente e a outra parte se baseia em correlações de médias entre subgrupos (além do procedimento já ter sido alvo de críticas) com resultados que beiram o limite do 0.9, para os Estados Unidos, entre fazendeiros e profissionais, o que faz com que afirme: “*there may be small but real differences in the prestige evaluation of occupations by various occupational groups in the United States. However, they are not large enough to vitiate the basic conclusion of overwhelming intrasocietal consensus regarding the prestige evaluation of occupations*” (Treiman, 1977: 62). As diferenças não são consideradas grandes o suficiente e não permitem que se detecte diferenças sistemáticas entre os subgrupos: essas são os argumentos de Treiman sobre a falta de viés ocupacional. E o mesmo ocorreria em vários outros estudos, exceto nas pesquisas realizadas em países não-industrializados, que apresentaram correlação abaixo de 0.8.

Variações regionais também foram percebidas em um mesmo país, nos não-industrializados. O Brasil é desses cinco casos, e as diferenças entre as hierarquias de prestígio alcançou 0.57 entre Bezerros e São Paulo, e 0.82 entre Açucena e os Estados Unidos, suficiente para que Treiman se encontre diante de um obstáculo para sua teoria. A solução encontrada pelo autor é considerar as pesquisas das distintas regiões separadamente, razão pela qual existem mais “sociedades” que países na descrição dos dados utilizados.

Em suma, a hipótese de uma hierarquia genérica de prestígio ocupacional, uma única dimensão de prestígio – de tal modo que “*the prestige hierarchy of each society as reflecting both the common dimension and idiosyncratic structural and cultural features that affect the evaluation of particular occupations*” (Treiman, 1977: 80) – foi ancorada tanto teoricamente quanto metodologicamente. O teste empírico final eram os resultados da correlações entre as 60 pesquisas, com pelo menos 10 ocupações com correspondência: a correlação média entre pares de estudos foi 0.79 (com desvio padrão de 0.14); 0.83 entre os Estados Unidos e os demais países; e 0,82 quando retiradas as pesquisas que diferiam no critério de avaliação das ocupações e aquelas com dados considerados de baixa qualidade (27 pesquisas).

O passo seguinte é o de tentar compatibilizar o que, em uma teoria estrutural da determinação do prestígio ocupacional, onde o centro do argumento está na divisão do

trabalho, poderia explicar o espaço para as variações entre países, sem recorrer a explicações alternativas, pautadas na difusão cultural dos valores ocidentais ou na difusão estrutural através do processo de industrialização. Para corroborar a primeira alternativa teria que existir uma discrepância entre as avaliações de prestígio e as estruturas ocupacionais nos diversos países, o que poderia ser captada pela análise das variáveis determinantes do prestígio nos diversos países, que deveriam corresponder às hierarquias de poder e privilégio. Dos tipos de poder, só o centrado nos conhecimentos/habilidades poderia ser utilizado por meio da variável “educação” (pelos dados disponíveis para 15 países, 0.76 de média de correlação entre o nível educacional das diferentes ocupações; 0,81 se forem excluídos dois países com dados duvidosos). E a única medida de privilégio disponível é “renda” (pelos dados disponíveis para 11 países, 0.65 de média de correlação dos níveis de renda entre as ocupações). Para os 4 países com dados considerados confiáveis tanto de educação quanto de renda (Estados Unidos, Canadá, Índia e Iugoslávia) as duas variáveis explicam mais dois terços da variância do prestígio. A partir desses dados, Treiman conclui que há suporte empírico suficiente para o argumento de que existe uma estrutura ocupacional uniforme nos países. Logo, a alternativa cultural pode ser descartada.

O teste para a segunda alternativa, que relaciona a similaridade das avaliações de prestígio com a difusão da industrialização, foi ainda mais arriscado pois o caminho foi o de comparar as estruturas ocupacionais de sociedades antes da industrialização entre si e com o padrão contemporâneo. Treiman utilizou dados estimados sobre a riqueza ou renda de 6 sociedades antigas (Florença em 1427, Inglaterra em 1696, Estados Unidos no fim do século XVIII, Filadélfia, nos EUA, e Hamilton, no Canadá, no meio do XVIII, e Londres no fim do século XIX) e informações sobre prestígio em outras duas (uma ordenação oficial de castas no Nepal em 1395 e uma outra ordenação das guildas da Florença também em 1427). Feitas as correspondências entre os títulos das ocupações (a possibilidade dessa tarefa em si mesma era um suporte ao argumento do autor sobre a estabilidade das estruturas ocupacionais e das funções desempenhadas pelas ocupações por meio da divisão do trabalho), Treiman encontrou fortes correlações – tão fortes quanto as encontradas nas partes anteriores da pesquisa – entre as hierarquias de renda (média de 0,75) e entre estas e a escala ocupacional que desenvolveu (média também de 0.75). As hierarquias de prestígio

também apresentaram fortes correlações: 0.82 entre a de Florença e a escala padrão e 0.73 entre esta última e a do Nepal. A conclusão do autor era a de que a estrutura ocupacional se manteve estável ao longo do tempo nas sociedades complexas, inclusive no período pré-industrial, ao contrário do que supunha a segunda alternativa. Essa similaridade abrangia tanto as hierarquias de prestígio quanto os padrões de poder e privilégio e, por isso, sustentava uma teoria estrutural pura de determinação do prestígio.

A industrialização, no entanto, serviu para explicar algumas diferenças, porque alguns países apresentavam hierarquias de prestígio mais assemelhadas a outros. Assim, quanto mais assemelhados em termos da estrutura industrial, mais se assemelhavam também no padrão de avaliação de prestígio, e quanto maior o nível de industrialização, mais parecidos com a hierarquia encontrada nos Estados Unidos.

A última parte do livro de Treiman expõe a construção de sua escala padrão de prestígio, a *Standard International Occupational Prestige Scale* (SIOPS), que operacionaliza aquela hierarquia genérica de prestígio que as sociedades complexas compartilham, calculada a partir da média das avaliações de prestígio em cada estudo, depois de terem sido padronizados em sua métrica, de acordo com os títulos da classificação ocupacional ISCO-68 (*International Standard Classification of Occupations*) da Organização Mundial do Trabalho (OIT), possibilitando análises comparativas internacionais (parte daquela escala está disposta no Anexo 3.1).

Em síntese, este conjunto de idéias foi a mais abrangente e sistematizada pesquisa sobre prestígio ocupacional já realizada. Apesar das ressalvas que o próprio autor faz das generalizações possíveis (principalmente frente aos países não-industrializados e aos então socialistas), das lacunas que aponta na pesquisa (pela escassa quantidade de informações sobre outras fontes de poder, com as comparações com sociedades antigas e por não tratar de questões teóricas como as importâncias diferenciais que as diversas sociedades e épocas atribuem às diferenças de status e prestígio) e da tentativa de mostrar uma modéstia final – “*since available data are consistent with the structural theory but not with any of the alternatives explored, we conclude tentatively that the structural theory is confirmed*” (Treiman, 1977: 226) –, foi o mais contundente (era, afinal de contas, um fato social sendo estudado) e sistematizado argumento funcionalista (uma filiação teórica perceptível

principalmente no argumento que equaliza eficiência produtiva e desigualdade social) sobre os diferenciais de prestígio relacionados às ocupações.

O argumento estava baseado, repito, no consenso moral sobre as altas avaliações das posições de poder, uma idéia de inspiração durkheimiana. E nessa mesma linha, Kraus *et alii* (1978) invocaram Durkheim e a idéia de consciência coletiva para explicar os resultados da pesquisa que desenvolveram: solicitados a agrupar um conjunto de ocupações sem qualquer dimensão ou critério pré-definido, os respondentes – no caso, israelenses – o fizeram de modo compatível com as avaliações de prestígio unidimensionais, comumente extraídas das pesquisas tradicionais de prestígio ocupacional.

Foi visto até agora que muitos aspectos relativos às pesquisas de prestígio ocupacional foram alvo de controvérsia e crítica durante as décadas de 1960 e 1970. É surpreendente então que a obra que levou a teoria e a metodologia convencional (funcionalismo e altas correlações) ao limite só apareceu em 1977, bem depois de muitos textos críticos que apresentei acima. De qualquer modo, se o pico do debate sobre prestígio ocupacional pode ser localizado naquelas duas décadas – também porque o centro das pesquisas de mobilidade estão já na órbita do pólo objetivo e as medidas compostas de posição social também se desenvolveram por um longo debate – a produção das últimas décadas mantém a produção daquele pico como referência obrigatória, em reavaliações e buscando outras formas de trabalhar e interpretar os dados.

Os estudos de prestígio ocupacional das últimas décadas

Mesmo depois do declínio das explicações sociológicas pautadas pelo estrutural-funcionalismo (privilegiando o consenso), das várias críticas (parte delas indicadas anteriormente) e dos resultados empíricos controversos, os estudos de prestígio ocupacional tradicionais ainda conseguiram manter seu programa de pesquisa. Em 1989, o NORC realizou mais uma pesquisa, incluída como parte de seu projeto maior, o *General Social Survey*, tomando como referências operacionais as alterações realizadas em 1964 e 1965, apresentadas na tese de doutorado de Paul Siegel. São significativas as alterações na interpretação de seus resultados: de um lado, destaca-se a “*remarkable demonstration of the*

overall stability of the prestige order” (correlação de 0.97 entre 160 ocupações comuns com as pesquisas de 1964-65); mas, de outro, “*other analyses also undermine the notion of bedrock stability in occupational prestige*” (Nakao e Treas, 1994: 15/17), isso porque percebeu-se que 44% das ocupações apresentaram alterações significativas nos seus escores entre as duas pesquisas. E mesmo a alta correlação encontrada agora foi interpretada incorporando algumas das críticas que vimos acima: “*in good measure, respondents’ subjective prestige evaluations reflect what they know about the objective characteristics of occupations (e.g., their educational requirements, remuneration, workplace authority, working conditions), and workers are very successful in maintaining the relative advantages of their occupations over time*” (op. cit.: 15). Assim, parte da escassez de estudos em prestígio ocupacional reflete esse dilema de privilegiar as interpretações objetivas sobre as hierarquias ocupacionais, as mesmas que se considerava mais adequadamente trabalhadas pelas medidas socioeconômicas ou de status ocupacional.

Nesse sentido, as tensões que marcaram os trabalhos da área ainda persistiam, recolocadas e retrabalhadas: entre prestígio como contínuo ou hierarquia e como grupos sociais e fechamento social (poderíamos incluir aqui aquela tensão entre prestígio como status socioeconômico e como conceito clássico); entre unidimensionalidade e multidimensionalidade; entre consenso e dissenso; e entre avaliação cognitiva e normativa.

Em texto sobre a direção dos estudos para os anos 90, Wegener (1992) indica que a tarefa para os estudiosos da área estaria em conciliar as duas perspectivas sobre prestígio, como hierarquia de posições sociais individuais e como agregado social resultante de processos de fechamento social (de modo paralelo, entre os estudos de prestígio ocupacionais tradicionais ou ligados às pesquisas de *status attainment* e a crítica à sua inadequação frente ao conceito clássico de prestígio). Esta dualidade se cruzaria com outra – entre prestígio enquanto realidade objetiva ou enquanto avaliações subjetivas – criando as matrizes teóricas que tentaram explicar o prestígio. Tal como no debate entre ação e estrutura, as alternativas teóricas entre hierarquia e agregado aqui também estariam imbricadas. Enquanto forem plausíveis e na falta de uma teoria abrangente que as concilie, ambas seriam sociologicamente relevantes para a construção teórica e para a pesquisa: “(...) *prestige theory is still lacking the structural mechanisms which transform differences in*

social honor into a prestige hierarchy. I argue here that until we find these mechanisms, prestige research is well advised to study the two phenomena in separation and not to confine itself to the dominant view” (Wegener, 1992: 274).

Mas foi da parte do prestígio enquanto fechamento social que os estudos ganharam mais ímpeto, ainda segundo Wegener, tanto substantivamente quanto metodologicamente. De um lado, continuaram a aparecer estudos que tematizaram o dissenso nas hierarquias de prestígio, ao tratar do “egoísmo ou viés ocupacional”, a distribuição desigual de consenso a respeito do prestígio entre os grupos sociais (distribuição esta testada em Guppy, 1984) e a dependência que as percepções de prestígio tem do status dos respondentes. As inúmeras tentativas de sustentar as diferenças de prestígio também em diferenças horizontais, de áreas ou “indústrias” (*situs*), desde a de Hatt (1950), também tinham como finalidade relativizar a hierarquia contínua das avaliações. A questão de gênero ganhou força com pesquisas mostrando que as avaliações dependiam do sexo e de se a ocupação era tipicamente feminina ou masculina. Pelo outro lado, o metodológico, a utilização de técnicas como “*psychophysical scaling*” e “*magnitude estimation*” indicam outras formas de resposta para os avaliações de ocupações, sem as tradicionais categorias pré-definidas (Wegener, 1992).

Há em Ollivier (2000) outras dessas tensões em destaque. O artigo apresenta uma pesquisa realizada pela autora no Canadá com professores universitários, eletricitas e estudantes de educação de adultos. A todos foi solicitado ordenar um conjunto de ocupações primeiramente com o critério de suas preferências e, em seguida, a partir de três critérios: prestígio e posição na sociedade em geral, utilidade social, e respeito e admiração que pessoalmente sentiam pelos seus membros. Os resultados mostraram que, apesar do fato de que as hierarquias de prestígio são pensadas de modo apenas factual ou cognitivo (depois de Goldthorpe e Hope) ou apenas pelos retornos econômicos e culturais envolvidos, avaliações normativas também tomam parte nas hierarquias que as pessoas fazem da estrutura ocupacional. No caso especial daquela pesquisa, os eletricitas lançaram mão desses critérios normativos para indicar que certas ocupações, apesar do alto prestígio, não o mereciam. Critérios como a utilidade social e a admiração eram utilizados para alavancar suas posições em detrimento do critério de posição social, dominado pelas profissões e

pelos trabalhadores não-manuais. Nas palavras da autora: “*occupational prestige scales, I argue, appear to tap into what people perceive as a dominant value system*” (Ollivier, 2000: 447).

O que existe, então, é um equilíbrio variável entre avaliação cognitiva e normativa, dependendo da posição dos respondentes na estrutura social. Assim, apesar dos três grupos apresentarem “egoísmo ocupacional”, valorizando mais suas próprias ocupações ou perspectivas futuras, os professores universitários não utilizaram avaliações normativas para contrabalancear sua baixa posição na hierarquia socioeconômica. Assim, além de pensada em termos materiais e objetivos – como retornos econômicos e vantagens culturais – as hierarquias de prestígio envolvem também avaliações morais, diferentemente do que pensavam Goldthorpe e Hope. De certa forma, isso é bastante compatível com o argumento durkheimiano de Treiman pautado no consenso moral como responsável pelos altos acordos entre os grupos sociais em termos das hierarquias que realizam (e sua consequência para a legitimação da desigualdade). Se Goldthorpe e Hope incluíram um critério adicional de “valor à sociedade” para trazer essa característica à tona, as respostas multidimensionais se mostraram, em Ollivier, compatíveis com as avaliações de valoração que os mesmos respondentes fizeram em um momento posterior. O extrato a seguir resume um pouco as conclusões de Ollivier: “*prestige scales may be seen as widely-shared representations of what people perceive as dominant evaluations of social positions. In market-driven and ostensibly egalitarian late modern societies, these evaluations primarily reflect the material resources and advantages afforded by occupations. The line between factual and normative elements, however, is not always clear. As evidenced by the relatively high correlation between prestige and worth among the three groups of respondents, occupational ratings do appear to have some legitimating significance with regard to social inequality*” (Ollivier, 2000: 460). Em outras palavras, favorece a argumentação de Treiman³⁴.

E, finalizando esta revisão das principais pesquisas sobre prestígio ocupacional, algumas palavras são necessárias sobre o trabalho de Zhou (2005), o qual propõe uma outra

³⁴ Ollivier também destaca o amplo acordo entre as hierarquias de prestígio nos grupos estudados e a congruência entre os critérios, também na direção de Treiman.

abordagem teórica e metodológica. Significativo das mudanças ocorridas ao longo do percurso sociológico das últimas décadas, o texto tenta superar o funcionalismo da forma tradicional dos estudos sem, no entanto, sepultar a área, que nem de longe desperta o interesse que tinha na década de 60 e 70. Isto porque a (agora já mais próxima de uma) significativa similaridade entre as hierarquias de prestígio ocupacional persiste como fenômeno a ser explicado, independentemente das críticas teóricas e metodológicas relacionadas a como se costumava interpretá-las e investigá-las. Basta pensar em como as profissões antigas e estabelecidas (Direito e Medicina, por exemplo) estão posicionadas no topo das hierarquias ocupacionais em grande parte dos países ocidentais ou na desvalorização sistemática das ocupações manuais em favor das não-manuais. Além disso, o conceito de prestígio precisa ser recolocado teoricamente (de outra forma uma medida ocupacional socioeconômica é até mais recomendada). Da mesma forma que Ollivier tangencia a temática mais específica da legitimação da desigualdade a partir de Durkheim, Zhou apresenta uma aproximação com a sociologia das profissões, a partir de Weber.

Mas a “lógica institucional do reconhecimento social” que Zhou formula e que serve de base para as hierarquias de prestígio tem maior apoio na teoria de Shils (também Treiman se diz devedor desse último), no que ele denomina de “ordem institucional de valores e crenças”: são os *a priori* que servem como parâmetros para conferir legitimidade e propriedade (de “apropriado”) a artefatos e comportamentos sociais. É a partir desse parâmetro que posições sociais que estão próximas recebem deferência, prestígio ou status social. O “reconhecimento social” da teoria serve para destacar que não se trata apenas de um processo de estratificação das posições sociais com relação às normas de uma sociedade; os critérios precisam também ser extrapolados para o conjunto da sociedade, pois é essa intersubjetividade que confere legitimidade às hierarquias. Este processo de incorporação – dos diferentes grupos sociais à ordem institucional – não é total, deixando margem para significativas diferenças entre os grupos quanto às hierarquias de prestígio.

À diferença do argumento funcionalista de Treiman para as hierarquias de prestígio, Zhou retoma a idéia weberiana de que o prestígio (ou a ordem social) não está necessariamente vinculado ao poder (ou ordem) econômico e questiona o pressuposto de que as diferenças de prestígio são naturalmente aceitas pelos grupos sociais. Agora, é por

meio de reivindicações (“*claims*”) de adequação e legitimidade frente aos valores e crenças compartilhados que as posições sociais procuram adquirir ou manter prestígio – para as sociedades contemporâneas, principalmente argumentos relacionados à racionalidade e à natureza. Em outras palavras, pela manipulação simbólica da proximidade desigual frente ao conhecimento científico e abstrato. Há aqui claros paralelos com as teorias de Bourdieu e Abbott. Mas, por outro lado, essas reivindicações são avaliadas diferencialmente pelos diversos grupos sociais e as hierarquias de prestígio em um determinado contexto revelam essa dinâmica.

Operacionalmente, o trabalho procede em duas frentes pois os processos de diferenciação estão mais relacionados ao nível das ocupações (capacidade de organização, tempo de formação, conhecimento abstrato requerido etc.) e os processos de incorporação ao nível dos indivíduos (composição étnica, de gênero, ocupacional e educacional). Assim, de um lado, os *rankings* médios das ocupações avaliadas (utilizando a pesquisa NORC 1989) se mostraram relacionados positivamente com a proeminência de conhecimento formal e abstrato (medido a partir das características das ocupações), o que aponta para a “naturalização” de sua legitimidade, e também para o poder de suas associações; e negativamente com a saliência de posições de autoridade, pois tensões sociais e contestações são mais prováveis (por minorias, mulheres e outros grupos não incorporados à ordem institucional oficial), dificultando suas reivindicações de legitimidade. Pelo outro lado, o da incorporação, os grupos sociais diferem nas avaliações: as minorias e as mulheres dão menores *rankings* para ocupações com saliência em autoridade (o contrário ocorre com os mais escolarizados e com os gerentes e profissionais). Já a relação do prestígio com o tamanho de uma ocupação, nos processos de diferenciação, não é linear: apesar de um aumento inicial do tamanho ter um impacto positivo sobre as avaliações (isso porque, como nos diz o autor, a possibilidade de acesso igual à ordem aumenta sua aceitação social), a partir de um certo ponto o efeito se inverte (porque reivindicações de conhecimento e de fechamento social não conseguem se sustentar).

Zhou reconhece que as limitações da lógica institucional que propõe não explicam todas as variações nos *rankings*, abrindo mais uma vez espaço para a incorporação da avaliação objetiva dos retornos econômicos de uma ocupação (desejabilidade) como uma

dimensão do fenômeno e não como uma explicação alternativa: *“I explicitly acknowledge that the rating of occupational prestige involves multiple processes. For example, when asked to evaluate ‘the social standing’ of an occupation, a rater’s response may be influenced not only by the institutional logic proposed here, but also by other attributes (e.g., income) related to the social desirability of the occupation to him or her. What I do claim is that, even after controlling for other sources, the proposed logic should have significant explanatory power for the observed patterns of prestige ranking”* (Zhou, 2005: 102).

O que é, então, o “prestígio ocupacional” desta pesquisa?

Foi visto que, depois de Goldthorpe e Hope (1972), ficou estabelecido que não se poderia falar em prestígio ocupacional da mesma forma que se fazia antes. As hierarquias que resultam de avaliações da posição social de uma lista de ocupações indicariam mais adequadamente o consenso em torno dos melhores empregos de acordo com seus retornos. No entanto, explicações para as avaliações diferenciais das diferentes ocupações em termos morais, normativos, de poder, de respeito social ou de compatibilidade com valores compartilhados permanecem em aberto, como vimos em Treiman, Ollivier e Zhou. De qualquer modo, o prestígio ocupacional envolvido na pesquisa aqui apresentada, se terminar fornecendo elementos que indicam algum desses extremos ou permanecendo na tensão, não precisa tomar isto como pressuposto. Inclusive porque da forma como a pesquisa foi desenhada, nenhuma questão envolvendo os critérios ou dimensões foi estruturada.

Meu desenho privilegiou uma noção de prestígio ocupacional como uma das formas de mapear a estrutura ocupacional por meio das avaliações de um grupo de pessoas que tiveram parte de suas trajetórias em comum – neste caso, a estrutura ocupacional de duas profissões por meio dos egressos de cursos de formação. Diferentemente de outros estudos, parte das críticas sobre o desconhecimento dos respondentes sobre as ocupações listadas não cabiam: nenhuma das atividades que constituem as atividades dos cientistas sociais ou dos economistas era desconhecida pelos próprios. Uma versão reduzida sobre o

prestígio de ocupações e profissões foi incorporada com fins de validação e comparabilidade, sem nenhuma intenção de que fosse representativa da estrutura ocupacional brasileira.

Ainda assim é uma característica tradicional dos estudos do prestígio ocupacional uma certa indeterminação sobre a interpretação dos respondentes sobre o que é “posição social”³⁵, por exemplo. De qualquer modo, as diferenças de critérios dos respondentes podem ser entendidas como contribuindo para captar as várias dimensões do fenômeno. Em uma outra direção, é possível supor que, por serem altamente escolarizados e, pelo menos em se tratando dos cientistas sociais, terem contato com a noção de prestígio, os diferentes critérios seriam mais ou menos equalizados. Tanto mais por se tratarem de profissionais, grupo ocupacional pensado costumeiramente como mais preocupado com questões de prestígio do que os demais.

Há três bons argumentos que podem ser levantados a favor da utilização de questões de posição social como indicadores de contínuos ocupacionais: 1) vários estudos que tematizaram a multidimensionalidade também destacaram que a dimensão prestígio pode ser considerada como “eixo central” para o espaço ocupacional (Goldthorpe e Hope) ou como uma das principais dimensões da estrutura ocupacional (Ollivier); 2) mesmo considerando que as respostas tenham sido produzidas por uma variedade de critérios individuais ou coletivos – entre estes últimos poderia citar as que pagam melhor, as que dão maior segurança, as que requerem maior dedicação e estudo – quase todos os estudos mostram altas correlações entre as variáveis de prestígio ou posição social e outras dimensões (no estudo de Goldthorpe e Hope, por exemplo, correlação de 0.93 com “padrão de vida” e 0.94 com “poder e influência”); e 3) Hodge (1981) incluiria também o fato de que as escalas de prestígio remetem a um conceito analítico bem definido na teoria da estratificação, ao contrário das escalas socioeconômicas, que não significam nada além de uma operação matemática de combinação de indicadores (em outras palavras, podem ser trabalhadas no sentido de dotá-las de maior consistência conceitual e empírica).

³⁵ O mesmo ocorreria se a formulação da questão estivesse em termos de “prestígio” de uma lista de ocupações.

Dados e resultados

Com o propósito de apreender como se configura o conjunto das atividades possíveis dos cientistas sociais em termos de sua valoração subjetiva diferencial (tateando sobre sua estrutura ocupacional), constava no questionário duas questões ligadas a prestígio ocupacional. A primeira solicitava que os respondentes indicassem, em uma escala de 1 a 5 (1 para o nível mais baixo e 5 para o mais alto) qual considerava que era a *posição social* que homens ou mulheres em geral conseguiam em uma lista de ocupações. E a segunda pedia o mesmo para o mercado de trabalho para cientistas sociais³⁶. Com a primeira questão, o objetivo não era o de preparar uma listagem representativa de toda a força de trabalho nacional ou de argumentar que a hierarquia que surgisse podia ser considerada comparável com outras. A inclusão de uma profissão ou ocupação na lista obedeceu a alguns critérios: ser uma profissão universitária (isto é, ter feito parte do conjunto de alternativas para os egressos quando entraram no ensino superior) ou ser uma ocupação conhecida o suficiente (tanto de alta quanto de baixa posição social) para não levar a mal-entendidos e ajudar a validar este tipo (ainda que limitado) de instrumento. O tratamento da segunda questão, sobre as divisões intraprofissionais – a ser discutido posteriormente – depende, em alguma medida, do que se conseguirá aqui.

Em todo caso, podemos, sim, utilizar a análise dos resultados da primeira questão e buscar indícios para explorar quatro pontos, neste e no próximo capítulo: 1. verificar a consistência ou validade deste tipo de instrumento de pesquisa e estabelecer a possibilidade ou não de estendê-lo para a segunda questão (isso foi feito com a inserção de ocupações geralmente menos valorizadas socialmente do que as profissões universitárias); 2. investigar como os egressos em geral posicionam sua própria profissão e outras universitárias; 3. analisar os diferenciais nos resultados das hierarquias de acordo com desagregações, baseados tanto em variáveis sócio-demográficas como ocupacionais; e 4. analisar como a posição social ou ocupacional de um indivíduo pode influenciar a avaliação que faz de sua ocupação. Em suma, realizarei aqui comparações em busca de variações

³⁶ Nas questões de prestígio, duplas respostas ou em intervalos (por exemplo: “entre 3 e 5”) foram tabuladas com a menor das respostas.

sistemáticas que possam surgir na análise dos dados, a partir de um conjunto inicial de hipóteses, uma espécie de entrada nos dados, explorados mais intensamente no próximo capítulo.

Ressalto que apesar do caráter limitado das comparações possíveis, com outros estudos e com a estrutura ocupacional como um todo, é possível considerar os dados como uma avaliação de um grupo de ex-alunos acerca dos diferenciais de valorização que as carreiras universitárias adquirem quando as vislumbramos pelo lado do mercado de trabalho.

É preciso, antes, realizar um breve desvio metodológico e estatístico. Isto porque os dados desta questão de prestígio foram obtidos a partir de uma escala crescente de posição social de 1 a 5, ou seja, trata-se uma variável ordinal. Com este tipo de medida, temos algumas limitações analíticas: podemos tratá-la como tal ou como categórica / nominal (isto é, com a frequência das respostas em cada categoria de resposta). De acordo com a teoria estatística das medidas, o máximo que podemos ir com dados ordinais é obtendo as medianas das distribuições e alguns tipos de correlações de postos; média, desvio-padrão e a grande maioria das análises estatísticas pressupõem dados em um nível acima de medida – intervalar / métrica – onde faça sentido falar nas diferenças entre duas medidas. No caso desta pesquisa, as diferenças entre 5 menos 3 e entre 3 menos 1 não são iguais e não fazem qualquer sentido em termos de posição social, e sempre estamos limitados pelos critérios utilizados pelos respondentes; em outras palavras, não se trata de uma escala métrica. Por outro lado, desde a sistematização da teoria mais aceita sobre as medidas (com Stevens) que os estatísticos debatem as “proibições” que tentam limitar que tipo de análise se pode fazer com este ou aquele tipo de dado (Velleman e Wilkinson, 1993). O próprio Stevens, em 1946, também afirmava: *“As a matter of fact, most of the scales used widely and effectively by psychologists are ordinal scales. In the strictest propriety the ordinary statistics involving means and standard deviations ought not to be used with these scales, for these statistics imply a knowledge of something more than the relative rank-order of data. On the other hand, for this ‘illegal’ statisticizing there can be invoked a kind of pragmatic sanction: in numerous instances it leads to fruitful results”* (Stevens, 1946: 679).

Mesmo assim, não é à toa que vários dos estudos de prestígio ocupacional que

revisamos aqui focalizaram na falta de desvio sistemático nos subgrupos sociais que compõem as amostras: ao se basear nas medianas, as diferenças ficam mais difíceis de aparecer do que baseadas na médias, por exemplo. Em outra direção, vários estudos se basearam na transformação da variável nominal em escala ordinal (que ordenasse as ocupações), utilizada em muitos estudos como métrica – é este o caso dos “*prestige scores*” que já fiz referência antes. E além disso, existiu toda uma polêmica sobre a atribuição de números às variáveis ordinais que possibilitasse a realização de descrições métricas e análises multivariadas (Labovitz, 1967, 1970 e 1971; comentários críticos acompanham o texto de 1971).

Como alternativa farei da seguinte forma a exposição das avaliações de prestígio: as tabelas conterão as distribuições em cada categoria de resposta ou suas frequências (como uma variável categórica), as estatísticas descritivas possíveis enquanto variáveis ordinais e, nas últimas colunas da direita, outras descrições típicas de variáveis intervalares ou métricas – média e desvio-padrão, considerando a escala ordinal “como se fosse” uma intervalar. Essas últimas devem, evidentemente, ser vistas com cuidado, devido ao que já foi mencionado.

De volta aos resultados, a Tabela 3.2 contém os elementos para discutir os primeiros tópicos (validade do instrumento e avaliação geral das ocupações). Considerando então a lista de ocupações, pode-se, à princípio, pensar em um conjunto de hipóteses que, se rejeitadas, teriam potencial suficiente para colocar o instrumento em risco: as ocupações de baixo prestígio ou posição social colocadas no questionário (secretárias, policiais e vendedores) deveriam ficar na base da hierarquia, assim como as profissões antigas (médicos, advogados, juízes e engenheiros) deveriam estar no topo. Pela tabela abaixo é possível ver a distribuição das respostas (por exemplo: 76,1% dos respondentes indicaram o máximo de posição social para os juízes), o *prestige score* (calculado segundo a padrão das primeiras pesquisas NORC³⁷), a mediana, a média com e sem a ponderação da amostra e o

³⁷ Os *prestige scores*, tal como foram calculados na pesquisa NORC de 1947 (e que sofre alteração depois que o número de categorias sobe para 9), resultam de uma ponderação das frequências das categorias: para uma determinada ocupação, multiplica-se a porcentagem de respostas para a categoria “excelente” por 5, a porcentagem na categoria “boa” é multiplicada por 4, a “média” por 3, “abaixo da média” por 2, e “pouca” por 1. O resultado é em seguida dividido por 5. Por serem ordinais, os valores são comumente tratados sem as

desvio-padrão. Somente pelas medianas é impossível escalonar as ocupações, e indiquei na tabela também quatro critérios possíveis para realizar a hierarquia (os *rankings* de 1 a 4, respectivamente): pela soma das duas maiores categorias (4 e 5)³⁸, pelos escores, pela média e pela média com a ponderação da amostra.

A alta posição indicada aos empresários, no entanto, recoloca a questão dos critérios envolvidos nas respostas, ou seja, se posição social não foi entendida como renda ou como poder político. Há, no entanto, outros dados que apontam em uma hierarquia combinada de critérios como, por exemplo, a diferença entre professores universitários e de nível médio e infantil, a relativamente baixa posição dos contadores e dos enfermeiros e de várias das ocupações referentes às Ciências Humanas. Em linhas gerais, essa forma de elaborar hierarquias ocupacionais dá uma idéia da valorização e da desejabilidade das carreiras e, no conjunto de ocupantes com atributos médios, possibilita inferir, com alguma margem de erro compartilhada, o nível de deferência, respeito (advindos de suas realizações ocupacionais) que usufruem por sua posição social, ou seja, possui correlação positiva (mas não completa) com uma hierarquia de prestígio. Por outro lado, existe sempre uma linha tênue entre a posição social como indicada pelos respondentes (com uma avaliação implícita da percepção da sociedade em volta) e o fato de avaliar sua própria ocupação e a de grupos ocupacionais próximos e distantes (com a possibilidade do viés ocupacional).

De um intervalo máximo nos escores entre 20 e 100, as ocupações listadas apresentaram o máximo de 93,3, para os juízes de direito, e o mínimo de 39,2, para os policiais. Conforme o esperado, as ocupações associadas a baixa posição social estão na parte inferior da tabela (sendo que vendedores, que à primeira vista poderia surpreender por se localizar antes de uma profissão universitária como a de assistentes sociais, foi a penúltima ocupação em três dos quatro *rankings*). É preciso ressaltar que pequenas diferenças não tem muito significado (como a que se pode perceber entre sociólogos e antropólogos) e que há uma região intermediária (devido também à tendência dos

casas decimais. As incluí ao longo da análise dos dados para minimizar os empates.

³⁸ Esta é a ordem em que é apresentada a listagem das ocupações na Tabela 3.2.

respondentes de optarem pela categoria central) onde as diferenças são pequenas e os *rankings* variam significativamente de acordo com o critério. Isso aponta para que mais importante sejam as desagregações que serão realizadas a seguir baseadas nestes dados. Mesmo com todas as ressalvas, é possível destacar que os cientistas sociais colocam os cientistas políticos em uma posição privilegiada frente aos seus colegas sociólogos e antropólogos, e a diferença entre a posição dos professores universitários em relações aos professores de ensino médio e infantil. Evidentemente que, no caso desta pesquisa, estar próximo à base da tabela não significa estar entre as mais baixas posições sociais da estrutura ocupacional: não houve intenção de realizar uma lista de ocupações que a representasse.

Outra informação que pode ser obtida por meio da Tabela 3.2 diz respeito ao nível de acordo dos respondentes quanto à avaliação das ocupações. Juízes apresentaram o menor desvio padrão, seguidos de biólogos (talvez porque, pela dificuldade em avaliar, a maioria indicou a categoria mediana), e os maiores ficaram com políticos profissionais, atores, militares e padres (ocupações tradicionalmente destacadas pela literatura pelo alto desvio nas respostas).

TABELA 3.2. HIERARQUIA DE PRESTÍGIO DAS OCUPAÇÕES LISTADAS NO QUESTIONÁRIO

Tipo de escala	Categórica / ordinal (frequências)							Transformação de escala / ordinal			Ordinal “tomada como” métrica					sem resposta
	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	TOTAL	ranking 1 (freq. 5 + freq. 4)	PRESTIGE SCORES	ranking 2 (pelos scores)	mediana	MÉDIA	ranking 3 (pelas médias)	Desvio padrão	MÉDIA (com pesos)	ranking 4 (pelas médias com pesos)	
JUÍZES DE DIREITO	1,4	0,5	4,6	17,4	76,1	100,0	1	93,3	1	5	4,67	1	0,714	4,69	1	12
EMPRESÁRIOS	1,4	2,3	5,1	30,3	60,9	100,0	2	89,4	2	5	4,47	2	0,813	4,49	2	15
MÉDICOS	0,5	0,9	16,9	39,7	42,0	100,0	3	84,4	3	4	4,22	3	0,788	4,23	3,5	11
FAZENDEIROS	2,3	4,6	11,5	33,7	47,9	100,0	4	84,1	4	4	4,20	4	0,974	4,23	3,5	13
POLÍTICOS PROFISSIONAIS	8,3	5,0	12,4	28,9	45,4	100,0	5	79,6	5	4	3,98	5	1,237	3,94	5	12
ENGENHEIROS	1,4	0,9	28,0	51,4	18,3	100,0	6	76,9	6	4	3,84	6	0,776	3,89	6	12
DENTISTAS	0,9	3,2	33,8	44,7	17,4	100,0	7	74,9	7	4	3,74	7	0,812	3,77	7	11
PUBLICITÁRIOS	1,8	6,4	31,5	43,4	16,9	100,0	8	73,4	9,5	4	3,67	9,5	0,894	3,74	8,5	11
ARQUITETOS	0,9	4,1	35,2	46,6	13,2	100,0	9	73,4	9,5	4	3,67	9,5	0,791	3,74	8,5	11
ADVOGADOS	1,4	5,5	34,1	41,0	18,0	100,0	10	73,7	8	4	3,69	8	0,878	3,71	10	13
PSICANALISTAS	1,4	9,6	31,0	44,3	13,7	100,0	11	71,9	12	4	3,59	12	0,890	3,68	11	11
PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS	1,8	6,4	37,4	41,6	12,8	100,0	12	71,4	13	4	3,57	13	0,861	3,62	13	11
ADMINISTRADORES DE EMPRESAS	0,9	6,4	39,5	38,1	15,1	100,0	13	72,0	11	4	3,60	11	0,854	3,65	12	12
ECONOMISTAS	0,9	9,2	43,8	36,4	9,7	100,0	14	69,0	14	3	3,45	14	0,827	3,53	14	13
JORNALISTAS	2,7	15,1	52,1	27,4	2,7	100,0	15	62,5	15	3	3,12	15	0,795	3,21	15	11
ATORES	7,3	23,9	40,4	18,8	9,6	100,0	16	59,9	18,5	3	3,00	18,5	1,054	2,97	18,5	12
MILITARES	8,7	26,6	37,6	19,7	7,4	100,0	17	58,1	20	3	2,90	20	1,049	2,87	22	12
CIENTISTAS POLÍTICOS	5,5	19,2	51,1	18,7	5,5	100,0	18	59,9	18,5	3	3,00	18,5	0,906	2,97	18,5	11
PSICÓLOGOS	2,3	14,6	59,4	21,0	2,7	100,0	19	61,4	16	3	3,07	16	0,744	3,12	16	11
BIÓLOGOS	2,3	17,3	58,9	19,2	2,3	100,0	20	60,4	17	3	3,02	17	0,742	3,03	17	11

(continuação da Tabela 3.2)

Tipo de escala OCUPAÇÕES	Categórica / ordinal (frequências)							Transformação de escala / ordinal			Ordinal “tomada como” métrica					sem resposta
	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	TOTAL	ranking 1 (freq. 5 + freq. 4)	PRESTIGE SCORES	ranking 2 (pelos scores)	mediana	MÉDIA	ranking 3 (pelas médias)	Desvio padrão	MÉDIA (com pesos)	ranking 4 (pelas médias com pesos)	
PADRES	19,1	30,7	30,2	15,3	4,7	100,0	21	51,2	30	3	2,56	30	1,104	2,53	31	15
ARTISTAS PLÁSTICOS	8,7	25,2	46,3	15,2	4,6	100,0	22	56,4	22	3	2,82	22	0,952	2,88	21	12
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	9,3	21,9	50,2	17,2	1,4	100,0	23	55,9	23,5	3	2,80	23	0,883	2,78	25	15
ESTATÍSTICOS	6,8	21,9	53,0	16,0	2,3	100,0	24	57,0	21	3	2,85	21	0,851	2,90	20	11
MÚSICOS	10,0	36,1	37,9	12,3	3,7	100,0	25	52,7	29	3	2,63	29	0,950	2,63	29	11
SOCIÓLOGOS	7,3	23,8	53,4	13,2	2,3	100,0	26	55,9	23,5	3	2,79	24	0,845	2,83	23	11
ANTROPÓLOGOS	10,1	28,3	47,0	12,8	1,8	100,0	27	53,6	27	3	2,68	27	0,887	2,70	27	11
MATEMÁTICOS	5,5	28,3	52,9	11,9	1,4	100,0	28	55,1	25	3	2,75	25	0,786	2,79	24	11
CONTADORES	7,3	29,7	50,2	11,0	1,8	100,0	29	54,1	26	3	2,70	26	0,829	2,75	26	11
FILÓSOFOS	10,1	39,7	37,9	10,5	1,8	100,0	30	50,8	31	3	2,54	31	0,879	2,56	30	11
HISTORIADORES	7,4	32,6	48,6	9,6	1,8	100,0	31	53,2	28	3	2,66	28	0,823	2,69	28	12
ENFERMEIROS	16,0	38,3	40,2	4,1	1,4	100,0	32	47,3	33	2	2,37	33	0,848	2,36	33	11
VENDEDORES	23,7	51,6	19,2	4,6	0,9	100,0	33	41,5	37	2	2,07	37	0,832	2,03	37	11
ASSISTENTES SOCIAIS	12,0	40,3	42,6	4,2	0,9	100,0	34	48,3	32	2	2,42	32	0,791	2,40	32	14
PROF. ENSINO MÉDIO	13,8	43,8	37,8	4,1	0,5	100,0	35	46,7	34	2	2,34	34	0,783	2,34	34	13
PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL	22,5	46,8	27,0	2,3	1,4	100,0	36	42,7	35	2	2,13	35	0,835	2,12	35,5	12
SECRETÁRIAS	20,6	52,5	23,7	2,7	0,5	100,0	37	42,0	36	2	2,10	36	0,766	2,12	35,5	11
POLICIAIS	27,5	51,9	18,3	1,8	0,5	100,0	38	39,2	38	2	1,96	38	0,758	1,94	38	12

N (para cada ocupação) = 230 – número de “sem resposta”

Apesar das diferenças entre os quatro *rankings* indicados na tabela, eles apresentam altas correlações (rho de Spearman)³⁹ uns com os outros, como se pode observar pela tabela abaixo. O *ranking* 2 (pelos *scores*) e o 3 (pelas médias) são intercambiáveis. As maiores diferenças são entre o primeiro (não muito utilizado, por suas claras limitações quando se aproxima da base da tabela) e o último (baseado na média ponderada da amostra). Para as análises deste capítulo, e de parte do próximo, quando estaremos buscando variações sistemáticas ou as diferenças nas avaliações de acordo com certos atributos, não utilizaremos as médias ponderadas. Aqui, cada questionário ou cada resposta contará da mesma forma, salvo quando houver a intenção de inferir sobre uma hierarquia de prestígio aplicável ao conjunto dos cientistas sociais formados nas quatro universidades pesquisadas.

TABELA 3.3. MATRIZ DE CORRELAÇÕES ENTRE RANKINGS DAS OCUPAÇÕES (*rho de Spearman*)

	ranking 1	ranking 2	ranking 3	ranking 4
ranking 1	---			
ranking 2	0,977	---		
ranking 3	0,977	1,000	---	
ranking 4	0,972	0,998	0,997	---

Uma informação que chamou a atenção foi a diferença na base desta hierarquia e a que resultou do pré-teste do questionário, onde os sociólogos foram indicados como a ocupação com menor média, abaixo inclusive dos policiais, empatado com filósofos (média de 2,18, com 28 casos)⁴⁰. No entanto, as diferenças entre as etapas e os questionários são muitas: após o pré-teste grande parte do instrumento de coleta foi alterado, e principalmente as questões de “prestígio ocupacional”: no pré-teste, a pergunta versava sobre “o valor social e o respeito que a maioria das pessoas confere a tais profissionais”; a lista de ocupações foi alterada de 30 (com a exceção dos policiais, exclusivamente composta por

³⁹ Medida de correlação não-paramétrica, distinta da paramétrica utilizada na maior parte dos estudos de prestígio (“*product-moment*”).

⁴⁰ Outros resultados encontrados no pré-teste (para efeito de comparação): 1º juiz de direito (média 4,86); 2º médico (4,71); 3º engenheiro (4,21); 19,5º funcionário público (2,57); 21º cientista político (2,46); 25º antropólogo (2,25); 26º policial (2,21); 27,5º sociólogo (2,18).

profissões universitárias) para 38 (inclusão de vendedores, políticos profissionais, empresários, psicanalistas, fazendeiros, dentistas, artistas plásticos, secretárias, professores universitários e estatísticos); a ocupação “sociólogo” estava, no pré-teste, na parte final da lista e, no restante da pesquisa, ficou na parte intermediária⁴¹; mas, talvez o mais importante, foi que no pré-teste apenas ex-alunos da Unicamp foram entrevistados, além, é claro, da diferença da quantidade de respondentes entre as duas etapas. E isso leva diretamente a uma questão a respeito das diferenças de valorização da própria profissão que os subgrupos apresentaram, aqui principalmente em relação às instituições onde se graduaram.

Para iluminar essa questão será necessário comparar o universo de respondentes do pré-teste e da pesquisa total no que diz respeito a outras potenciais variáveis de interferência. A Tabela 3.4 a seguir tem essa finalidade. Uma outra provável fonte de divergência nas atribuições de posição social para a própria profissão, a atividade em que trabalha atualmente, será explorada no próximo capítulo, onde exporei a princípio como as classifiquei. A tabela também mostra que há uma proporção relativamente maior de egressos concluintes entre 2000 e 2005 no pré-teste. Em outras palavras, precisamos verificar se as variáveis “universidade” e “década em que se formou” tem alguma relação com as avaliações.

TABELA 3.4. COMPARAÇÃO DOS ATRIBUTOS DOS RESPONDENTES NO PRÉ-TESTE E RESTANTE DA PESQUISA

ETAPA DA PESQUISA	N	MULHERES	NÃO-BRANCOS	IDADE (média)	DÉCADAS	UNIVERSIDADES
Pré-teste	29	65,5 % (19)	17,9% (5)	39,79	70s: 24,1% 80s: 24,1% 90s: 10,3% 00s: 41,4%	Unicamp: 100%
Pesquisa	230	59,1% (136)	13,7% (31)	45,10	70s: 30,4% 80s: 23,5% 90s: 20,9% 00s: 25,2%	Unicamp: 30,9% USP: 34,8% PUC-SP: 13,0% PUC-Campinas: 21,3%
Pesquisa (com pesos)	230	58,6%	15,3%	43,51	70s: 25,4% 80s: 20,1% 90s: 26,5% 00s: 28,0%	Unicamp: 26,2% USP: 57,4% PUC-SP: 7,5% PUC-Campinas: 8,9%

⁴¹ Não foi encontrada, no entanto, correlação entre a ordem da lista das ocupações e ordem de acordo com as médias, ou seja, a listagem do questionário não teve relação com a posição na hierarquia da Tabela 3.2 (teste não-paramétrico entre hierarquias tau c de Kendall = - 0.131).

Para comparar os subgrupos me restringirei neste capítulo às médias das respostas para algumas ocupações (as mais relevantes para o momento). Já me referi ao debate em torno da utilização de uma estatística fundamentalmente métrica para algo categórico ou nominal, mas em nosso caso as médias possuem também um significado. Mas servirá principalmente ao duplo propósito de início da análise estatística (que fica mais complexa ao longo dos próximos dois capítulos) e comparação com alguns dados presentes no próximo.

A média aritmética é uma estatística fácil de lidar, na maioria dos casos. A ressalva mais óbvia é que por ser uma medida de centralidade tende a ignorar a variação nos dados. Costuma-se indicar alguma medida de dispersão para remediar esse problema. Segue daí que enquanto estimador amostral de um atributo populacional o uso da média não caracteriza as variações possíveis dos valores. A lógica é que se outras amostras (oriundas da mesma população) forem selecionadas e o mesmo procedimento de pesquisa utilizado, existe uma grande probabilidade que os dados difiram. Mas essa diferença estaria contida em um intervalo de confiança, para o qual se pode ter um nível determinado de certeza de que conterá a média. A estratégia analítica aqui então é a de verificar se algum subgrupo desagregado tem média significativamente distinta dos demais, ou seja, se seus intervalos de confiança calculados com probabilidade de 95% estão distantes uns dos outros ou se coincidem e apresentam “sombras” ou “*overlaps*”.

A próxima ressalva é que os intervalos de confiança dependem do pressuposto da normalidade para serem calculados⁴². De acordo com os estatísticos, amostras maiores de 30 ou 50 casos, independentemente da forma da distribuição das variáveis, seriam suficientes para que a média amostral tenha uma distribuição normal (Mooney e Duval, 1993: 43). Em algumas desagregações, no entanto, alguns subgrupos apresentam número de casos menor que 50 e outros estão próximos a esse limite. Passarei por cima dessa limitação calculando intervalos de confiança não-paramétricos pelo método *bootstrap*. Este tipo de procedimento é utilizado quando se quer evitar o pressuposto da normalidade (porque não

⁴² 95% de confiança, por exemplo, significa retirar os valores das margens da curva (quando a distribuição tem o formato da normal), nos dois extremos, desconsiderando os 2,5% mais improváveis, e isso é feito adicionando 1,96 medidas de variação amostral antes e depois da média. Essa medida de variação é o erro padrão, que é igual ao desvio padrão dividido pela raiz quadrada do número da amostra (optei por não incluir fórmulas ao longo do texto).

se conhece o tipo de distribuição ou porque o número de casos é pequeno). O princípio é o de selecionar outras amostras aleatórias a partir da amostra aleatória original (*resamples*), com a possibilidade de reposição dos dados, repetindo a operação muitas vezes (para a média recomenda-se 1000 repetições). Calcula-se então a estatística para cada amostra, que em conjunto forma a distribuição empírica dos valores da média (e não por valores que teriam em uma distribuição normal). Ordenadas as médias pelos valores, os intervalos de confiança, realizados aqui pelo método *percentile*, são agora os valores entre o 25º maior e o 25º menor (Mooney e Duval, 1993)⁴³.

Como forma de comparação, na Tabela 3.5 abaixo estão dispostas as duas formas de calcular os intervalos de confiança. O intervalo paramétrico para a avaliação da profissão de sociólogo pelos egressos da USP foi entre 2,66 e 3,03 e para os demais egressos foi entre 2,62 a 2,91 (o segundo é menor porque o número de casos é maior). Plotados em um eixo, se pode perceber que quase todos os pontos do intervalo menor estão contidos no maior, sendo de 0,25 a variação comum (ou seja, alta probabilidade que, retirados outras amostras, as médias possam ser iguais).

Pela tabela é possível perceber que, na maioria dos casos, os *overlaps* pelos *bootstraps* são menores, porque os intervalos são menores, indicando estatísticas mais robustas. Mas essa diferença nunca ultrapassa 0,03. Além disso, os menores *overlaps* (em destaque na tabela) são quase rigorosamente iguais. Menores *overlaps* significam menores probabilidade de avaliações de prestígio iguais, ou seja, de diferença entre os subgrupos. A pergunta a ser respondida então é: qual dos subgrupos apresentou diferença significativa frente aos demais? Rigorosamente falando, apenas os egressos da PUC Campinas na avaliação para a ocupação de antropólogo. Mas as avaliações para sociólogos e para professores universitários também apresentam diferenças acentuadas quando feitas por estes egressos, todas no mesmo sentido, com médias menores que o resto da amostra. O único caso de diferença no estrato décadas referiu-se a avaliação de professores universitários pelos formados em 2000 (indicaram médias significativamente maiores).

⁴³ O único inconveniente para a realização dos intervalos por *bootstrap* é que não é possível fazê-los com o mais popular software estatístico para as Ciências Sociais, o SPSS.

TABELA 3.5. COMPARAÇÃO ENTRE INTERVALOS DE CONFIANÇA PARAMÉTRICOS [P] E NÃO-PARAMÉTRICOS (POR BOOTSTRAP) [B], E OVERLAPS

OCUPAÇÕES GRUPOS	P ou B	Sociólogos			Antropólogos			Cientistas políticos			Professores universitários		
		intervalo de confiança (i.c.) do grupo (95%)	i.c. do resto (95%)	overlap	intervalo de confiança (i.c.) do grupo (95%)	i.c. do resto (95%)	overlap	intervalo de confiança (i.c.) do grupo (95%)	i.c. do resto (95%)	overlap	intervalo de confiança (i.c.) do grupo (95%)	i.c. do resto (95%)	overlap
USP	P	2,66 – 3,03	2,62 – 2,91	0,25	2,57 – 2,97	2,48 – 2,78	0,21	2,81 – 3,19	2,83 – 3,15	0,32	3,41 – 3,77	3,41 – 3,71	0,30
	B	2,67 – 3,02	2,62 – 2,91	0,24	2,58 – 2,97	2,48 – 2,78	0,20	2,82 – 3,18	2,84 – 3,14	0,30	3,41 – 3,77	3,41 – 3,70	0,29
Unicamp	P	2,71 – 3,08	2,61 – 2,89	0,18	2,59 – 2,99	2,49 – 2,78	0,19	2,75 – 3,22	2,86 – 3,14	0,28	3,51 – 3,88	3,37 – 3,66	0,15
	B	2,71 – 3,07	2,61 – 2,89	0,18	2,60 – 2,97	2,49 – 2,78	0,18	2,76 – 3,21	2,86 – 3,13	0,27	3,51 – 3,86	3,38 – 3,65	0,14
PUC-SP	P	2,60 – 3,11	2,66 – 2,91	0,25	2,52 – 3,05	2,53 – 2,80	0,27	2,84 – 3,37	2,85 – 3,11	0,26	3,34 – 3,95	3,44 – 3,68	0,24
	B	2,61 – 3,07	2,67 – 2,91	0,24	2,53 – 3,03	2,54 – 2,79	0,25	2,86 – 3,36	2,85 – 3,11	0,25	3,36 – 3,93	3,43 – 3,67	0,24
PUC-Campinas	P	2,22 – 2,84	2,75 – 2,98	0,09	2,02 – 2,62	2,66 – 2,90	0	2,61 – 3,26	2,88 – 3,14	0,26	3,00 – 3,64	3,52 – 3,76	0,12
	B	2,25 – 2,83	2,75 – 2,98	0,08	2,06 – 2,59	2,65 – 2,89	0	2,64 – 3,23	2,89 – 3,14	0,25	3,02 – 3,64	3,52 – 3,75	0,12
1970s	P	2,58 – 2,94	2,67 – 2,95	0,27	2,43 – 2,83	2,56 – 2,85	0,27	2,80 – 3,23	2,84 – 3,13	0,29	3,25 – 3,64	3,48 – 3,77	0,16
	B	2,58 – 2,94	2,67 – 2,94	0,27	2,43 – 2,80	2,55 – 2,84	0,25	2,80 – 3,24	2,83 – 3,14	0,31	3,25 – 3,64	3,49 – 3,76	0,15
1980s	P	2,55 – 3,03	2,67 – 2,92	0,25	2,44 – 2,98	2,54 – 2,80	0,26	2,79 – 3,28	2,84 – 3,12	0,28	3,17 – 3,75	3,48 – 3,73	0,25
	B	2,56 – 3,04	2,66 – 2,92	0,26	2,44 – 2,96	2,54 – 2,80	0,26	2,79 – 3,27	2,84 – 3,12	0,28	3,19 – 3,73	3,48 – 3,73	0,25
1990s	P	2,72 – 3,24	2,62 – 2,87	0,15	2,54 – 3,02	2,52 – 2,79	0,25	2,88 – 3,34	2,82 – 3,11	0,23	3,42 – 3,88	3,42 – 3,68	0,26
	B	2,72 – 3,26	2,62 – 2,88	0,16	2,54 – 3,02	2,54 – 2,79	0,25	2,91 – 3,35	2,83 – 3,11	0,20	3,43 – 3,85	3,42 – 3,67	0,24
2000s	P	2,44 – 2,93	2,70 – 2,96	0,23	2,37 – 2,89	2,56 – 2,83	0,27	2,55 – 3,12	2,92 – 3,18	0,20	3,54 – 3,98	3,37 – 3,64	0,10
	B	2,44 – 2,94	2,70 – 2,96	0,24	2,39 – 2,91	2,57 – 2,82	0,25	2,54 – 3,09	2,91 – 3,18	0,18	3,54 – 3,96	3,37 – 3,64	0,10

[Notas] Intervalos de confiança por *bootstrap* realizados com o software Poptools (*add-in* para Excel), <http://www.cse.csiro.au/poptools>, e procedimento tal como descrito em <http://www.ppsw.rug.nl/~sda/>; método *percentile*, com 1000 repetições, *missing values* retirados.

Ns: USP = 78; Total menos USP = 141; Unicamp = 66; Total menos Unicamp = 153; PUC-SP = 28; Total menos PUC-SP = 191; PUC-Campinas = 47; Total menos PUC-Campinas = 172

1970s = 67; Total menos 1970s = 152; 1980s = 52; Total menos 1980s = 167; 1990s = 46; Total menos 1990s = 173; 2000s = 54; Total menos 2000s = 165

Em suma, as avaliações de prestígio das ocupações selecionadas forneceram elementos para indicar algumas diferenças entre elementos do subgrupo “universidades” quanto à diferenças sistemáticas. As interpretações para as diferenças poderiam agora indicar uma variedade de fatores. Ainda mais porque apresentei até aqui apenas as diferenças relativas a 4 ocupações – e no questionário constavam 38! Faltaria ainda, no entanto, tratar dos subgrupos ocupacionais em busca dessas diferenças (talvez relacionadas com as universidades), e que podem nos fornecer elementos mais claros de como interpretá-las.

Esta primeira aproximação com os resultados serviu para mostrar que com o instrumento da pesquisa foi possível elaborar uma hierarquia de ocupações válida e compatível com as pesquisas realizadas (dando acesso então às hierarquias intra-ocupacionais que correspondem à segmentação profissional, tema dos próximos capítulos), inclusive no que toca às dimensões envolvidas. Uma forma mais intensiva de tratamento dos dados será desenvolvida no próximo capítulo, envolvendo não apenas as avaliações das ocupações, mas mais importante para o objetivo desta pesquisa, as hierarquias intra-ocupacionais.

QUADRO 3.1. COMPARAÇÃO ENTRE PESQUISAS DE PRESTÍGIO OCUPACIONAL APRESENTADAS AO LONGO DO TEXTO

PESQUISA	QUESTÃO SOBRE PRESTÍGIO	CATEGORIAS DE RESPOSTA	Nº DE OCUPAÇÕES AVALIADAS
NORTH AND HATT (1947) = NORC 1963	For each job mentioned, please pick out the statement that best gives your own personal opinion of the general standing that such a job has.	5 categorias – excellent, good, average, somewhat below average, poor (+ don't know)	90
HALL AND JONES (1950)	We should like to know in what order, as to their social standing, you would grade the occupation in the list given to you.	5 categorias (ou classes) – A, B, C, D, E – e ordenamento global e dentro de cada categoria	30
HUTCHINSON (1957)	(...) sort the occupations-cards into groups of descending social status – using as a criterion the status which the informant considered the community in general would accord to each occupation.	6 categorias (ou classes) – A, B, C, D, E, F – e ordenamento global e dentro de cada categoria	30
HUTCHINSON (1960) = versão em português de 1957	(...) que o informante dividisse os cartões em seis grupos e em ordem decrescente de status social, usando como critério de julgamento o prestígio que, na sua opinião, a comunidade em geral atribui a cada ocupação.	Igual a HUTCHINSON (1957)	30
NORC 1964 e 1965	Each respondent was asked to evaluate the occupations according to their “social standing”	Cartões com os títulos das ocupações eram solicitados a serem arranjados em uma escada de 9 degraus (1 para o menos e 9 para o maior)	204
GOUVEIA (1965)	(...) apresentando-se ao sujeito uma lista de ocupações e solicitando-se-lhe que indicasse “a sua idéia a respeito do prestígio de que goza” cada uma.	5 categorias – muito alto, alto, médio, baixo, muito baixo	18
GOLDTHORPE E HOPE (1972)	(...) rate these occupations in a number of different respects. The first of these is standard of living. I would like you to arrange the cards in a column so that the occupation which you think carries the highest standard of living is at the top (...) + Prestige in the community + Power and influence over other people + Value to society	Sem número pré-definido de grupos ou categorias a conterem as ocupações	40
HALLER, HOLSINGER E SARAIVA (1972)	(...) indicate the prestige (‘prestígio’, a word in common usage in Brazil) which “people attribute to” the occupation.	Respondentes apontavam posição em uma escada com 5 degraus	71 (Açucena) 75 (Bezerros)
NORC 1989 (parte do GSS General Social Survey)	Igual ao NORC 1964 e 1965	Igual ao NORC 1964 e 1965	740 (10 subamostras, cada uma avaliando 110)
ESTA PESQUISA	(...) qual você considera que é a posição social que as pessoas (homens ou mulheres) em geral conseguem por estarem nessas ocupações, considerando-se em atividade remunerada nas suas formações	Escala de 1 a 5 (1 para o nível mais baixo e 5 para o nível mais alto)	38

Capítulo 4. Dissenso, viés e segmentação intra-ocupacional nas hierarquias de prestígio

Na parte final do capítulo precedente iniciei a análise dos dados das avaliações de prestígio das ocupações incitadas por esta pesquisa utilizando um método de estimação de intervalos de confiança. Em alguns casos, pode-se observar diferenças significativas entre as distribuições das avaliações. Neste capítulo, farei esta exploração das diferenças significativas (ou, utilizando os termos do debate, dissensos internos às hierarquias) de modo mais abrangente, mais uma vez com técnicas estatísticas não-paramétricas (aquelas diferenças que foram encontradas no capítulo anterior devem reaparecer aqui, se estiverem corretas). Mas antes será preciso uma apresentação da classificação ocupacional que utilizarei para os dados ocupacionais (que serão utilizados também no próximo capítulo). E assim poderemos procurar evidências de um tipo de dissenso/variação nas avaliações que dizem respeito ao “egoísmo ou viés ocupacional”.

Além disso, será apresentada a segunda parte das avaliações ocupacionais que constavam no questionário, onde os egressos hierarquizavam pela posição social as atividades ou sub-áreas da profissão de cientista social. Será analisando o viés ocupacional da lista das ocupações quee poderemos dar o passo adiante analisando o viés dentro das avaliações internas às Ciências Sociais (e esse é o objetivo central do capítulo). A partir daí teremos elementos para considerar empiricamente teorias de segmentação profissional e dos diferenciais de prestígio dentro das profissões, e para interpretar os dados encontrados nesta pesquisa.

Classificando as ocupações (1): estratos

São variadas as escolhas para a classificação das ocupações. Pode-se utilizar de uma pronta, oficial ou acadêmica; e em ambos os casos há mais de uma opção. Além disso, no caso de uma pesquisa de *survey*, há a alternativa de agruparmos as respostas em grupos por setor ou atividade quando mencionadas (como se faz com qualquer resposta aberta), sem tratar da estrutura ocupacional como um todo. Optei, no entanto, por considerar a outra

alternativa: que a classificação desse conta de um conjunto mais amplo de possibilidades de respostas, mesmo que não ocorressem entre os respondentes. A vantagem é que assim posso dialogar com os estudos de mobilidade realizados para o conjunto da estrutura ocupacional e estabelecer parâmetros de comparação (além dos limites dessa pesquisa).

Mas preferi elaborar uma própria, me apoiando em outras classificações e refazendo estratos que dariam maior suporte aos dados enquanto os sistematizava. Um inconveniente de muitas classificações (e importante para esta pesquisa) é que agregam todas as profissões em um único grupo, sempre no topo. E aqui meu interesse está explicitamente nas diferenciações internas de valorização nas profissões (por exemplo, dentro do grupo dos advogados); mesmo considerando-as como estratos caracterizados por “situações de trabalho e mercado homogêneos”, como faz Goldthorpe, considero mais pertinente a desagregação desse estrato geral de profissionais.

Com uma classificação muito simplificada corria-se o risco de que todos os respondentes ficassem concentrados em um estrato, visto que todos, pelo menos teoricamente, tinham a possibilidade de realizar trabalhos semelhantes. Assim, ao contrário de outras classificações (devido ao meu foco), optei por três estratos para os grupos profissionais. Por outro lado, utilizo distinções menos detalhadas para as ocupações manuais. O Quadro 4.1 apresenta uma comparação entre a classificação dos estratos ocupacionais que utilizo, as de outros autores e uma oficial.

QUADRO 4.1. CLASSIFICAÇÃO OCUPACIONAL ELABORADA E COMPARAÇÃO COM OUTRAS CLASSIFICAÇÕES

Classificação ocupacional utilizada nesta pesquisa	Classificação Brasileira de Ocupações 2002 Grandes grupos ocupacionais	NVS (2003)	EGP (1979)	HUTCHINSON (1960)
<i>I.</i> Profissões antigas em prática privada + Industriais + Grandes produtores ou proprietários rurais <i>II.</i> Executivos em corporações + Cargos públicos de alta posição + Cargos políticos (topo da administração pública e privada) <i>III.</i> Proprietários urbanos <i>IV.</i> Profissões recentes em prática privada + Profissões antigas em situação de assalariamento + Professores universitários + Altas carreiras administração pública (concurso para curso superior específico) <i>V.</i> Profissões recentes em situação de assalariamento (com perfil técnico-profissional) + Carreiras públicas (por concurso para qualquer nível superior) <i>VI.</i> Ocupações não-manuais em geral + Professores não-universitários <i>VII.</i> Ocupações não-manuais baixo (vendas, secretárias) + Serviços pessoais <i>VIII.</i> Pequenos proprietários rurais (com empregados) <i>IX.</i> Ocupações manuais qualificadas <i>X.</i> Ocupações manuais semi ou não-qualificadas <i>XI.</i> Trabalhadores agrícolas + Serviço doméstico <i>XII.</i> Sem remuneração (voluntários, donas de casa) <i>XIII.</i> Aposentados (e pensionistas) <i>XIV.</i> Desempregados	0. Membros das Forças Armadas, policiais e bombeiros militares 1. Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público, e de empresas, gerentes 2. Profissionais das ciências e das artes 3. Técnicos de nível médio 4. Trabalhadores de serviços administrativos 5. Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados 6. Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca 7. Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais 8. Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais 9. Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	1. Profissionais liberais (<i>Engenharia e Arquitetura, Medicina, Odontologia, Direito e Economia</i>) 2. Dirigentes 3. Proprietários empregadores 4. Outros profissionais universitários 5. Supervisores do trabalho manual 6. Ocupações técnicas e artísticas 7. Empresários por conta própria 8. Ocupações não-manuais de rotina 9. Trabalhadores indústria moderna 10. Trab. serviços gerais 11. Vendedores ambulantes 12. Trab. indústria tradicional 13. Trab. serviços pessoais 14. Trab. serviço doméstico 15. Proprietários empregadores rurais 16. Trabalhadores rurais	I. Higher-grade professionals, administrators and officials + managers in large industrial establishments + large proprietors II. Lower-grade professionals, administrators and officials + higher-grade technicians + managers in small business and industrial establishments + supervisors of non-manual employees III. Routine non-manual employees in administration and commerce + sales personnel + other rank-and-file service workers IVa. Small proprietors + artisans, etc., with employes IVb. Small proprietors + artisans, etc., without employes IVc. Farmers and smallholders + self-employed fishermen V/VI. Lower-grade technicians + supervisors of manual workers + skilled manual workers VIIa. Semi- and unskilled manual workers (not in agriculture) VIIb. Agricultural workers	A. Profissões liberais e altos cargos administrativos (<i>Médico, Advogado, Diretor Superintendente de Companhia, Fazendeiro</i>) B. Cargos de gerência e direção (<i>Padre, Jornalista, Gerente comercial, Gerente de fábrica, Contador</i>) C. Altas posições de supervisão, inspeção e outras ocupações não-manuais (<i>Professor primário, Dono de pequeno estabelecimento comercial, Funcionário público, Viajante comercial, Despachante</i>) D. Posições mais baixas de supervisão, inspeção e outras ocupações não-manuais (<i>Sitiente, Empreiteiro, Cozinheiro – restaurante primeira classe</i>) E. Ocupações manuais especializadas e cargos de rotina não-manuais (<i>Escriturário, Guarda civil, Mecânico, Balconista, Motorista, Carpinteiro, Tratorista – agricultura, Condutor de trens</i>) F. Ocupações manuais semi-especializadas e não-especializadas (<i>Garçom, Trabalhador agrícola, Pedreiro, Estivador, Lixeiro</i>)

A diferenciação interna dos profissionais foi elaborada tendo em vista as alternativas de trabalho para egressos do ensino superior: (o indivíduo pode escolher, ou ser escolhido, entre) profissão antiga estabelecida (como a Medicina) ou profissão recente; prática privada ou assalariamento; concursos para ingressar em carreiras públicas; concursos com nível superior ou apenas nível médio como requisitos; ocupações não-manuais ou mesmo manuais abaixo de sua qualificação educacional; além dos variados tipos de magistério e docência. O raciocínio para a definição da classificação, em sua parte não-manual, obedeceu também a uma lógica “gradualista”: funcionários públicos estão em quatro categorias – com nível médio e sem perfil técnico, na categoria VI; com nível superior e perfil técnico, na categoria V; como forma de assalariamento para profissões antigas (quase sempre em concursos de nível superior reservados a médicos e advogados), como categoria IV; e como diretores e alta administração pública, como categoria II. O mesmo vale para os indivíduos que fazem parte do quadro de empresas. Também um indivíduo de profissão recente como o jornalismo, economia ou sociologia, por exemplo, pode entrar na classificação de várias formas: em prática autônoma, como categoria IV; em assalariamento, com perfil técnico, como categoria V; em ocupações não-manuais sem perfil técnico, mesmo que exijam nível superior (exceto concursos), como VI. A intenção explícita é de combinar uma classificação de estratos ocupacionais com atribuições diferenciais (baseadas nas definições deste pesquisador) de prestígio entre ocupações e carreiras, daí o “gradação” que me referi antes. Além disso, os estratos foram construídos pretendendo distinguir entre “profissão em que se formou” e “ocupação atual”, algo que não fica claro em algumas classificações⁴⁴.

Para tomar um exemplo da classificação, diferentemente da utilizada por Silva (2003), que também separava algumas profissões liberais que constituíam o topo de estrutura ocupacional, faço distinções mais finas entre profissões antigas e recentes, e entre prática privada (uma situação de trabalho que confere mais autonomia e, pela falta de

⁴⁴ Em outras palavras, o fato de um respondente mencionar sua ocupação atual, ao invés de um termo genérico que indique sua formação acadêmica (como “jornalista” ou “médico”, que não precisam de complementos) pode revelar algo sobre a identidade ocupacional que prefere utilizar nas interações.

segurança, remunerações mais altas) e assalariamento. Assim, na categoria que abre a classificação é “Profissões antigas em prática privada + Industriais + Grandes produtores ou proprietários rurais”, a parte das profissões se refere a médicos, juizes de direito, advogados autônomos e dentistas⁴⁵ enquanto que Silva inclui também engenheiros, arquitetos e economistas. Aqui, no entanto, os engenheiros foram considerados como profissão antiga em assalariamento (pelo fato desta ser a situação de trabalho típica da profissão), ou seja, categoria IV, e os economistas como profissão recente, ou seja, como categoria IV ou V. Menções feitas a termos genéricos, sem precisar empregadores ou situação de trabalho (como no caso dos “economistas” que podem trabalhar tanto de modo autônomo quanto como assalariados), foram considerados como prática privada.

Duas exceções foram feitas às respostas “geógrafos” e “pedagogos” que, seguindo o raciocínio anterior deveriam ser incluídas como profissão recente, e pela falta de indicações mais completas, como prática privada. No entanto, as inclui na categoria V tanto porque a situação típica de trabalho é o assalariamento ou quanto porque, mesmo em prática privada, estão entre as mais desvalorizadas dentre as profissões recentes.

Nesse sentido, algumas definições dos estratos ocupacionais foram definidos durante a codificação das respostas, possibilidade que os pesquisadores que trabalham com dados agregados não tem. Por outro lado, a falta de informações mais detalhadas (como, por exemplo, quantos empregados um comerciante ou empresário possui) é uma limitação tanto da minha classificação quanto de pesquisas com dados agregados. A classificação e todas as respostas que apareceram ao longo da pesquisa (apenas para os cientistas sociais) constam no Anexo 4.1.

A vantagem da classificação que utilizo não está, como se poderá notar, na homogeneidade dos estratos em termos de situações de trabalho, visto que agrego algumas diferentes (prática liberal e assalariamento). Mas sim em condensar uma linha de gradação de prestígio entre as carreiras possíveis para os egressos das formações universitárias com estratos ou agrupamentos (é difícil falar nesse ponto em classes sociais) caracterizados por

⁴⁵ Estes foram os casos que surgiram durante a codificação das respostas.

similaridade de posição social, aliada também – é o que vem a seguir – com a hierarquia de prestígio interna à uma determinada profissão; ao modo de degraus de tamanho similar, cujas distorções nas distâncias entre eles serão gradativamente visualizadas. Ainda que arbitrária, como toda classificação, a esperança é que esse refinamento da classificação ocupacional forneça força teórica e analítica. No entanto, avaliar sua validação e utilidade extrapola os limites dessa pesquisa.

O fato de ser “prolongada” em direção às profissões não-manuais é algo que a classificação utilizada aqui compartilha com a de Hutchinson (1960), como se pode ver pelo Quadro 4.1. Mas, à diferença desta, ainda não possui os inconvenientes deixados pelo tempo: hoje seria difícil fundamentar a junção de padres e jornalistas com gerentes comerciais e gerentes de fábrica ou entre professores primários e pequenos comerciantes (quase todos casos de ocupações que perderam muito de seu prestígio ocupacional nesses 50 anos). Além disso, as definições das categorias, por mais que arbitrárias, não parecem apropriadas, principalmente para as “categorias de status” B e C.

Neste pioneiro estudo de Hutchinson a cerca da mobilidade social no Brasil (sobre o qual fiz outros comentários no capítulo anterior), além de ordenar as 30 ocupações listadas, ao modo de um clássico estudo de prestígio ocupacional, os respondentes também deviam classificá-las em seis grupos, de A a F, por status descendente. E estas mesmas categorias *a priori* indicadas no Quadro 4.1, utilizadas para análise da mobilidade, poderiam então ser comparadas com as percepção dos respondentes – como já vimos, estudantes da USP. Os resultados da análise das respostas mostra considerável desacordo – e se poderia perguntar o quanto seria suficiente para colocar as categorias *a priori* em questão – já que apenas 4 ocupações apresentaram acordo de mais de 80% e em vinte ocupações o acordo não alcançou 50%. Em cinco casos, houve desacordo entre as classificações: padre, jornalista, professor primário, escriturário e cozinheiro – sendo que para as três primeiras ocupações (as que já havia me referido acima), os informantes no seu conjunto as posicionaram em categorias mais elevadas do que a classificação *a priori*). De qualquer modo, diz o autor, “é evidente que a classificação das ocupações em seis

categorias, feitas pelos informantes, de maneira geral concorda com a classificação a priori” (Hutchinson, 1960: 34)⁴⁶. Não fica claro, no entanto, se essas alterações incitadas pelos informantes foram incorporadas na classificação; há uma frase final em que lemos: “*Portanto, a validade da escala a priori de seis categorias de status foi plenamente confirmada, embora determinadas modificações devam ser introduzidas antes que a escala seja aplicada*” (Hutchinson, 1960: 51) mas não esclarece quais são estas modificações, ainda mais quando a pesquisa nos mesmos moldes realizada por Carlos Castaldi com o grupo de imigrantes italianos posicionou os escriturários em uma categoria de status diferente da definida *a priori* e da realizada pelos estudantes.

Dissenso e o viés ocupacional (1)

No capítulo anterior, fiz referência ao destaque que os tradicionais estudos de prestígio ocupacional deram à falta de variação sistemática nas hierarquias elaboradas pelos diversos grupos sociais. Esta “evidência” ficou durante bastante tempo no centro do fenômeno: o consenso interno aos grupos sociais fundamentava os mais ambiciosos argumentos do consenso internacional e temporal. No entanto, essas mesmas evidências eram posteriormente criticadas (nas várias ondas de críticas) pela dependência em medidas de centralidade ou pela correlação entre medidas já centralizadas (problema de agregação). Mas nenhum dos lados do debate consegue eliminar seu contraditório – os entusiastas (como Treiman) não podem esconder que há alguma variação e os críticos não podem fugir que existem similaridades (interna e entre países). E as evidências, dependendo de como vistas e analisadas, dão suporte a ambos os argumentos.

Fiz também algumas referências mais específicas a uma das mais importantes dessas fontes de (in)variação – também a mais importante pelo que pretendo mostrar neste capítulo – referidas na literatura como viés ou egoísmo ocupacional (essencialmente um dissenso nos grupos ocupacionais em suas avaliações de prestígio).

Talvez o primeiro trabalho tematizando uma investigação específica do viés

⁴⁶ No texto de 1957: “*the a priori classification agreed fairly closely with the six-grade classification by the informants*” (Hutchinson, 1957: 186).

ocupacional foi o de Blau (1957), utilizando inclusive os mesmos dados da pesquisa NORC de 1947. Nesse último estudo, que apresentei no capítulo anterior, uma de suas conclusões (praticamente esquecida nos anos seguintes) era que *“the prestige factor seemed to have a marked effect on the way in which different types of workers rated occupations. For instance, when a person rated his own job or one closely related to it, his evaluation was almost always considerably higher than the average evaluation of the position”* (North e Hatt, 1949: 468). No entanto, utilizando os mesmos dados de 1947, Blau chega a uma conclusão bastante diversa. Em parte porque o desenho de sua pesquisa é significativamente diferente: o que está em teste aqui é o que chama de “identificação de grupo”, que resulta quando ocupações a serem avaliadas e as ocupações dos respondentes são divididas em categorias – neste caso, em oito amplas categorias⁴⁷. O indicador de viés que utiliza é também mais sofisticado do que a simples percepção das diferenças, como fazem North e Hatt: à média dos escores que, por exemplo, os profissionais dão a ocupações categorizadas como profissionais, é subtraída os escores dados pelos mesmos a todas as ocupações; esse “excesso” dado às profissões pelos profissionais é subtraído do “excesso” (que pode ser negativo) que todas os respondentes deram às profissões. Realizados os cálculos, foram encontrados apenas pequenos “excessos” ou diferenças entre os grupos. Isso fez com que concluísse na seguinte direção: *“There is widespread consensus in occupational ratings among various occupational strata. To be sure, some differences exist. Men of higher status have generally stricter standards and give lower occupational ratings than those of lower status. But since these standards are applied rather uniformly to all occupations and people exhibit little bias in their ratings of their occupational group, the rank order of occupational ratings is hardly affected by the rater’s status”* (Blau, 1957: 398). E acrescenta mais adiante: *“A methodological implication of this general agreement in occupational evaluations is that even ratings based on a fairly small and not entirely representative sample are likely to be reliable”* (op. cit.: 398).

⁴⁷ Um outro tipo de viés é o que o autor chama por “envolvimento do ego”, quando é a própria ocupação do respondente que está sendo avaliada, ou seja, não incorporam as avaliações a ocupações consideradas próximas à do respondente. O viés por “identificação de grupo” vem com o pressuposto de que as avaliações dos trabalhadores manuais qualificados, por exemplo, influenciariam, pelas relações e laços sociais que possuíam, as avaliações de todas as ocupações incluídas na mesma categoria.

Também nessa “frente de batalha” as críticas aos estudos tradicionais apareceram com variadas intensidades. Gerstl e Cohen (1964), por exemplo, recolocam algumas das críticas de Davies (1952) sobre os estudos de prestígio ocupacional. Focalizam, em seguida, em apresentar a pesquisa que desenvolveram com uma lista restrita de 10 ocupações (bem estabelecidas em diversos países), ordenadas por uma amostra de engenheiros e outra de pessoas em geral. Os engenheiros, nas suas avaliações de prestígio, demonstraram sua tendência “egocêntrica” ao colocar sua própria ocupação acima da posição que alcançou na amostra total (em quinto por eles mesmos e em oitavo pela amostra total). Outras ocupações que se referiam ao ambiente industrial e corporativo também foram alavancadas para cima, à exceção da ocupação com a qual mais diretamente concorriam por status e trabalho (“*research physicist*”), rebaixada algumas posições para baixo. De qualquer modo, toda área ou *situs* de referência foi alvo de dissenso entre as amostras. E mesmo assim, não foram encontradas diferenças significativas nas posições na amostra total de acordo com as características sociais (inclusive o status ocupacional) dos respondentes. As claras diferenças encontradas não apareciam na amostra total. A sugestão era que “*the seeming consensus upon rankings by the national sample (...) would appear to be based not so much upon actual agreement, but upon the effect of small variations cancelling each other out*” (Gerstl e Cohen, 1964: 257). Neste caso, ao contrário da pesquisa anterior onde o princípio do viés ocupacional não saiu ileso do teste, ele não estava sendo testado: o que estava na disputa eram as explicações estrutural-funcionalistas que ressaltavam o consenso nesses estudos, negligenciando as evidências de diferenças encontradas em várias outras pesquisas.

Para os críticos, nesse sentido, encontrar evidências de falta de acordo (ou dissenso) entre grupos sociais – distinguidos e operacionalizados por meio de posição social ou ocupação – significava colocar todo aquele “consenso” em suspeita. Este é um dos motivos pelos quais o viés ocupacional se refere a uma questão fundamental para os estudos de prestígio ocupacional.

O estudo de Alexander (1972) vai nesta direção, procurando testar a proposição de que a posição social de uma pessoa influencia sua percepção sobre a estrutura de distribuição de status em sua sociedade. O contrário disso, o argumento do consenso

interno, não vai contra apenas ao argumento do dissenso, mas também à grande parte da teoria sociológica, que relaciona – e muitas considera até como *a priori* – a existência e a condição social (de classes, de posição etc.) com formações ideológicas ou percepções distintas. Alexander realiza então, por meio os dados do NORC de 1947 e de duas investigações em escolas de ensino médio nos Estados Unidos, testes empíricos que sugerem todos a mesma conclusão: quanto menor o status do respondente (ou sua popularidade, no caso dos estudantes), menor a “dispersão” nas respostas, ou seja, menos freqüentemente fornecerá respostas que indicam alta posição social, e assim avaliará mais favoravelmente do que pessoas de alta posição social.

A pesquisa de Stehr (1974) também encontra resultados que apontam na direção de diferentes avaliações de acordo com a posição do respondente: quanto mais próximas – em termos interacionais e ideológicos – mais altas serão as avaliações de prestígio. Em resumo, o procedimento adotado foi o seguinte: um conjunto de treze ocupações foram avaliadas por ocupantes da elite política, econômica e intelectual alemã; essas ocupações foram então divididas entre “científicas” e “não-científicas” e três indicadores das proximidades mencionadas foram utilizados para verificar se alteravam as avaliações de pares de ocupações; a proximidade interacional foi operacionalizada através de uma pergunta sobre se o respondente mantinha interações próximas e pessoais com membros das ocupações em questão; e a proximidade ideológica através de uma pergunta sobre a percepção frente às consequências da ciência e da tecnologia e outra versando sobre a freqüência em que lia literatura científica. Ambas as proximidades mostraram diferenças substanciais nas avaliações de prestígio. A diferença de Stehr, no entanto, é que não trata de viés ocupacional, mas vai além: *“This assertion goes beyond merely postulating that ‘egocentrism’ or ‘occupational bias’ affects the prestige of occupations and especially occupations which are rather similar. Invoking egocentrism or occupational bias as an explanation presumes the possibility of a non-egocentric or a non-biased ranking of occupation by the raters. Our assertion, however, only postulates that selective interaction and a ‘partial’ view towards the consequences of certain occupations is an integral part of social life highly manifest in the prestige accorded to different groups of occupations”* (Stehr, 1974: 415).

Depois da publicação de Treiman (1977), os argumentos baseados nos diferentes consensos ganharam um forte apoio teórico e empírico. Parte da crítica se baseava nas evidências de diferenças entre avaliações de acordo com as ocupações dos respondentes para questionar o que agora era um “fato social”. Como vimos no capítulo anterior, na teoria de Treiman a hierarquia de prestígio tinha um fundamento moral, pois refletiam normas e valores compartilhados, o que explicava sua universalidade, refletida na falta de variação nos subgrupos internos. Guppy (1984) e Guppy e Goyder (1984) testam empiricamente os pressupostos envolvidos de consenso entre e dentro dos grupos sociais, a partir de dados nacionais obtidos pelo NORC em 1964 e pela replicação canadense de 1965 (“*social standing*” em escala de nove pontos). Os dados utilizados, além da tradicional agregação (correlação entre hierarquias segundo a ordem dos *prestige scores*), incluíam também a comparação entre as respostas de pares de indivíduos (correlação indivíduo-indivíduo). Estas, quando definidas de acordo com os atributos dos respondentes (incluindo posição social), indicariam os níveis de acordo dentro dos grupos sociais. Assim, se de um lado a correlação agregada entre as hierarquias de trabalhadores manuais e não-manuais foi de 0.97 nos Estados Unidos e 0.99 no Canadá, de outro, as correlações indivíduo-indivíduo são de 0.69 para o grupo de trabalhadores não-manuais, 0.45 para manuais e 0.53 para pares formados por um de cada grupo (Guppy, 1994). Esses e outros resultados desagregados por raça e educação sustentam então que o consenso dentro do grupo aumenta com sua posição social, argumentos teoricamente afins aos de Parkin e Mann sobre o maior acordo ideológico ou nos sistemas de significado nas classes alta e média do que na trabalhadora. Assim, segundo o autor: “*Levels of agreement between individuals in less privileged groups would be significantly lower on the Mann/Parkin argument and therefore tend to cancel out in the process of aggregation. In that instance, middle-class consensus would survive aggregation and thus predominate in cross-national comparisons, obliterating the lower correlations in the lower strata*” (Guppy, 1984: 75). Em um outro nível, portanto, as avaliações de prestígio seguem variando com as características sociais dos respondentes.

Os resultados das avaliações de prestígio das 38 ocupações empreendida com os egressos de Ciências Sociais permitem que algumas desses temas presentes na literatura de

prestígio ocupacional sejam investigados. Quando desagrupados de acordo com algumas características sociais (década em que se formou – que dá uma idéia de sua idade; universidade – fornece pistas sobre a cidade, a origem social e o tipo de socialização universitária; sexo; ocupação atual; e ocupação do pai – um indicador tradicional de origem social), o que se perceberia: consenso ou dissenso?

Além disso, duas outras variáveis-grupos foram construídas para indicar explicitamente o viés ocupacional. A primeira fornece respostas quando a ocupação avaliada é a mesma do respondente (aqui, a inclusão foi bem restritiva, sendo que apenas foram utilizados casos em que coincidiam totalmente; comerciantes, por exemplo, não estão incluídos no grupo de empresários). A segunda agrupa respondentes que mencionaram que parentes próximos (pai, mãe e cônjuge) tinham a mesma ocupação que aquela a ser avaliada. A idéia era a de testar o quanto os respondentes tendiam a sobrevalorizar sua própria ocupação (o que Blau chamou de “*ego involvement*”) e o quanto valorizariam também as ocupações de pessoas próximas interacionalmente (como diria Stehr)⁴⁸. E seguindo Alexander poderemos avaliar se a posição do respondente faz com que forneçam respostas em categorias mais altas.

A principal ferramenta analítica para a comparação dos grupos será o teste de Mann-Whitney (ou teste de Wilcoxon). A estratégia, assim como a utilizada no final do capítulo anterior, é comparar os diversos grupos que podem ser formados com a amostra total em busca de diferenças que tenham significância estatística, isto é, que tenham pouca (ou muita) chance de ocorrer em uma mesma população (da mesma forma que em outros testes de significância). Se a probabilidade é pequena, podemos considerar que os grupos tem distribuições diferentes, ou seja, neste caso, que o subgrupo selecionado é diferente do resto da amostra. Este teste tem a vantagem de se aplicar a variáveis categóricas e ordinais e, por ser não-paramétrico, independer do pressuposto sobre a normalidade da distribuição das variáveis. Seu correspondente paramétrico, o teste *t*, também foi calculado, para dar subsídios à conveniência de se utilizarem dados ordinais como métricos, pelo menos nesta

⁴⁸ É preciso tomar cuidado aqui porque conseguimos dar conta da proximidade do respondente com apenas uma pequena parte de sua rede de relações próximas.

pesquisa. Resumidamente, o teste de Mann-Whitney é realizado pelo cálculo do U , uma medida que compara, após ordenar os elementos de dois grupos em ordem crescente, quantos de um deles precede o outro. Para grandes amostras, é calculado a partir da soma dos *rankings* de cada grupo⁴⁹. Os valores de U , assumindo a hipótese nula, tem distribuição normal, e as probabilidades de ocorrência dos valores da hipótese alternativa diminuem, para os dois lados da curva, da mesma forma que a estatística z . Assim, baixos valores de probabilidade (p) indicam que o grupo selecionado está significativamente distante, para os dois lados da curva, dos valores prováveis para o resto da amostra.

No conjunto formado pelas Tabelas 4.1 e pelo Anexo 4.2 constam as desagregações das avaliações. A análise não foi realizada para as 38 ocupações listadas no questionário porque não é essa a principal hierarquia a ser estudada aqui; em todo caso, naquelas em que foram realizadas, as informações disponíveis permitem inúmeras abordagens.

Vejamos o caso das avaliações para a ocupação “advogado”. Ao fato de não estar situada no topo (ou pelo menos não antes de “dentistas” e “publicitários”), variando de *ranking* entre 8ª e 10ª, poderia ser levantada a hipótese de uma desvalorização ao longo do tempo (desvalorização aqui, bem entendida, apenas entre os egressos de Ciências Sociais), resultado da ampliação das vagas em cursos de Direito nos últimos trinta anos. Mas os *prestige scores* (calculados a partir das frequências, e apesar da casa decimal, deve ser lido como escala ordinal) e as médias (considerando aqui “como se fossem” escalas intervalares) mostram aumento ao longo das décadas – inclusive, conforme mostra a tabela, os respondentes da década de 70 e entre 2000 e 2005 podem ser considerados cada um grupos significativamente distintos dos demais em termos da distribuição das respostas, tanto pelo teste não-paramétrico quanto pelo paramétrico, sendo que a diferença nos mais jovens é mais acentuada (significância menor que 0,03, rejeitando assim a hipótese nula de que os grupos foram extraídos de uma mesma “população”).

⁴⁹ Maiores informações sobre o teste e as fórmulas para o cálculo podem ser encontradas em Siegel (1956). Há um debate na literatura estatística sobre os efeitos de um grande número de empates (em tabelas de contingência $2 \times k$) nos valores de U , como é o caso dos dados desta pesquisa, que está, por exemplo, em Emerson e Moses (1985). Tomarei Siegel como base, que é também a base para o algoritmo do teste no software que utilizei (SPSS) e que incorpora a correção dos empates.

A diferença é ainda maior quando dividimos a amostra pela universidade: as respostas dos ex-alunos da PUC-Campinas foram também significativamente distintas dos demais (em ambos os testes) e a mediana das respostas também foi menor⁵⁰. Esta foi maior que o valor de referência da amostra no caso dos respondentes das duas primeiras categorias ocupacionais e no grupo de ex-alunos cuja ocupação atual é também a de advogado (grupo mais restrito que pela grupo de categorias ocupacionais). Também estão indicados as posições no *ranking* de cada ocupação, considerando apenas o subgrupo: em 8º na amostra geral, vai de 3º para o grupo com viés próprio e 12º entre os alunos da USP e entre as mulheres.

As diferenças entre os subgrupos são menores para as respostas para a ocupação “sociólogos”. A única diferença com significância (no nível 0,05) nos dois testes foi entre os egressos da PUC-Campinas e os demais, sendo que aqueles forneceram respostas consistentemente menores. Mas mesmo nesse caso não apareceram diferenças nas medianas. Em todo caso, a comparação entre as frequências nas categorias da amostra e de cada subgrupo pode funcionar de modo menos sistemático como relação entre a frequência esperada e a observada⁵¹. Assim, é possível destacar que o subgrupo com maior *prestige scores* para sociólogos, maior média, melhor colocação em *rankings* e distribuição observada significativamente superior à esperada foi os proprietários urbanos (categoria III), que envolve tanto empresários quanto comerciantes, mas todos fora da área de atuação das Ciências Sociais.

São muitas as observações possíveis com os dados deste conjunto de tabelas. Por exemplo, que há diferença – nesse caso para menos – nas respostas que os professores universitários deram para a própria ocupação ou que não há diferença entre homens e mulheres para as respostas para “secretárias”. As diferenças com significância pelo menos no nível 0,1 (pois utilizam hipóteses nulas de diferença) estão indicadas na Tabela 4.2.

⁵⁰ É importante lembrar que a falta de variação entre as medianas nas desagregações foi um argumento bastante utilizado para justificar as noções relacionadas de consenso interno, internacional e temporal das hierarquias de prestígio, como apresentei no capítulo anterior.

⁵¹ O teste qui-quadrado, que tem esta mesma lógica, não foi utilizado para explorar as associações entre os subgrupos pelo fato de que, em alguns casos, mais de 20% das células poderiam não apresentar casos, o que inviabiliza a interpretação do teste.

TABELA 4.1. CRUZAMENTOS E TESTES ESTATÍSTICOS DE ALGUMAS OCUPAÇÕES SELECIONADAS (as demais constam no Anexo 4.2)

ADVOGADOS		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	1,5	9,1	36,4	42,4	10,6	0,066	70,3	4	3,52	0,864	11°	0,057	66
	1980s	3,9	7,8	31,4	41,2	15,7	0,450	71,4	4	3,57	0,985	9°	0,316	51
	1990s	---	2,2	41,3	32,6	23,9	0,611	75,6	4	3,78	0,841	8°	0,392	46
	2000s	---	1,8	27,8	46,3	24,1	0,026	78,5	4	3,93	0,773	7°	0,013	54
UNIVERSIDADES	USP	1,3	5,2	39,5	31,6	22,4	0,834	73,7	4	3,68	0,927	12°	0,977	76
	Unicamp	---	6,1	22,7	56,1	15,1	0,155	76,0	4	3,80	0,769	8°	0,168	66
	PUC Campinas	4,3	8,5	48,9	25,5	12,8	0,003	66,8	3	3,34	0,962	9°	0,006	47
	PUC SP	---	---	21,4	57,2	21,4	0,041	80,0	4	4,00	0,667	7°	0,015	28
SEXO	homens	2,2	2,2	34,8	38,2	22,5	0,277	75,3	4	3,76	0,905	6°	0,285	89
	mulheres	0,8	7,8	33,6	43,0	14,8		72,6	4	3,63	0,859	12°		128
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	9,1	---	18,2	18,2	54,5	0,057	81,8	5	4,09	1,300	6,5°	0,307	11
	2 (<i>III</i>)	5,6	---	22,2	44,4	27,8	0,194	77,8	4	3,89	1,023	7°	0,386	18
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	0,7	4,0	31,8	45,3	18,2	0,076	75,3	4	3,76	0,820	7°	0,078	148
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	---	---	44,5	37,0	18,5	0,953	74,8	4	3,74	0,764	8°	0,703	27
	2 (<i>III</i>)	---	3,3	50,0	36,7	10,0	0,178	70,7	3	3,53	0,730	10°	0,238	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	---	7,6	25,7	37,9	28,8	0,032	77,6	4	3,88	0,920	6,5°	0,040	66
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	3,0	6,0	34,3	41,8	14,9	0,424	71,9	4	3,60	0,922	11°	0,330	67
VIÉS PRÓPRIO/ FAMILIAR ^b	mesma ocupação do respondente	---	---	22,2	22,2	55,6	0,028	86,7	5	4,33	0,866	3°	0,049	9
	mesma ocupação de familiares	---	---	20,0	60,0	20,0	0,239	80,0	4	4,00	0,667	5,5°	0,164	10
valores de referência	toda a amostra	1,4	5,5	34,1	41,0	18,0		73,7	4	3,69	0,878	8°		217

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio e familiar foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / nos casos em que a ocupação indicada é a mesma do respondente e também de familiares, foi incluído apenas como “mesma ocupação do respondente” / na lista de “empresários”, não foram incluídas para o viés as menções a “comerciantes” / na lista de “funcionários públicos” estão incluídas menções a carreiras públicas como auditores fiscais; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

SOCIÓLOGOS		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	4,5	26,9	58,2	8,9	1,5	0,595	55,2	3	2,76	0,740	24°	0,679	67
	1980s	5,8	30,8	44,2	17,3	1,9	0,833	55,7	3	2,79	0,871	21°	0,954	52
	1990s	2,2	26,1	50,0	15,2	6,5	0,216	59,5	3	2,98	0,882	22,5°	0,112	46
	2000s	16,7	11,1	59,2	13,0	---	0,695	53,7	3	2,69	0,907	24°	0,300	54
UNIVERSIDADES	USP	2,6	29,5	52,6	11,5	3,8	0,859	56,9	3	2,85	0,807	23°	0,494	78
	Unicamp	6,0	16,7	59,1	18,2	---	0,130	57,9	3	2,89	0,767	23°	0,230	66
	PUC Campinas	19,1	27,7	38,3	10,6	4,3	0,019	50,7	3	2,53	1,060	22°	0,048	47
	PUC SP	3,6	17,8	67,8	10,8	---	0,590	57,2	3	2,86	0,651	24,5°	0,606	28
SEXO	homens	9,0	24,7	53,9	10,1	2,3	0,276	54,4	3	2,72	0,853	23°	0,277	89
	mulheres	6,1	23,1	53,1	15,4	2,3		56,9	3	2,85	0,840	23°		130
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	---	18,2	63,6	9,1	9,1	0,332	41,8	3	3,09	0,831	18,5°	0,250	11
	2 (<i>III</i>)	11,1	11,1	38,9	27,8	11,1	0,058	63,3	3	3,17	1,150	19°	0,160	18
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	6,0	23,5	58,4	11,4	0,7	0,688	55,5	3	2,77	0,754	24°	0,603	149
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	6,9	17,2	58,6	17,2	---	0,493	57,2	3	2,86	0,789	21°	0,627	29
	2 (<i>III</i>)	6,7	16,7	60,0	13,3	3,3	0,429	58,0	3	2,90	0,845	23,5°	0,466	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	6,1	21,2	57,6	13,6	1,5	0,589	56,6	3	2,83	0,796	23,5°	0,645	66
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	7,5	31,3	44,8	13,4	3,0	0,321	54,6	3	2,73	0,898	25°	0,480	67
VIÉS PRÓPRIO/ FAMILIAR ^b	mesma ocupação do respondente	---	14,3	85,7	---	---	0,819	57,1	3	2,86	0,378	20°	0,686	7
	mesma ocupação de familiares													2
valores de referência	toda a amostra	7,3	23,8	53,4	13,2	2,3		55,9	3	2,79	0,845	24°		219

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio e familiar foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / nos casos em que a ocupação indicada é a mesma do respondente e também de familiares, foi incluído apenas como “mesma ocupação do respondente” / na lista de “empresários”, não foram incluídas para o viés as menções a “comerciantes” / na lista de “funcionários públicos” estão incluídas menções a carreiras públicas como auditores fiscais; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

Esta tabela contém uma síntese das variações com significância estatística (entre asteriscos quando a diferença foi no nível tradicional de 0,05; nos outros casos, no nível 0,1) para ocupações selecionadas. Do capítulo anterior, retomo que foram encontradas “sombras” entre os intervalos de confiança (quanto menor a “sombra” menor a probabilidade de que façam parte da mesma população) para sociólogos, antropólogos e professores universitários no subgrupo PUC-Campinas e para professores universitários nas décadas de 70 e 2000. Destes, apenas as avaliações para professores universitários, por respondentes da década de 70, não foi também confirmada por esta outra análise (embora a probabilidade encontrada esteja quase no limiar da significância, 0,128, como se pode ver no Anexo 4.2).

TABELA 4.2. SÍNTESE DOS RESULTADOS COM SIGNIFICÂNCIA NOS TESTES NÃO-PARAMÉTRICOS DE MANN-WHITNEY (grupo com diferença frente aos demais / direção da diferença em relação aos valores de referência / diferença acusada ou não pelo teste *t* no mesmo nível de significância ou menor)

DESAGREGAÇÕES POR OCUPAÇÕES	Décadas	Universidades	Sexo	Ocupação atual	Origem social	Viés próprio / familiar
ANTROPÓLOGOS	---	PUC Camp / menor / T*	---	---	---	---
SOCIÓLOGOS	---	PUC Camp / menor / T*	---	Grupo 2 / maior	---	---
CIENTISTAS POLÍTICOS	---	---	---	Grupo 3 / maior	Grupo 3 / menor	---
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	1980s / menor / T* 2000s / maior / T*	Unicamp / maior / T	---	---	---	Familiar / menor*
PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS	2000s / maior / T	PUC Camp / menor / T	---	---	---	Próprio / menor / T*
JUÍZES DE DIREITO	1970s / menor / T* 2000s / maior*	---	---	---	---	---
EMPRESÁRIOS	2000s / maior	PUC SP / maior / T	---	---	---	---
ENGENHEIROS	2000s / maior*	PUC Camp / menor / T*	---	Grupo 2 / maior	---	Familiar / menor / T*
ADVOGADOS	1970s / menor / T 2000s / maior / T*	PUC Camp / menor / T* PUC SP / maior / T*	---	Grupo 1 / maior G3 / maior / T	G3 / maior / T*	Próprio / maior / T*
SECRETÁRIAS	2000s / menor / T*	PUC Camp / menor / T*	---	G1 / maior / T	Grupo 2 / maior G3 / menor / T	---

[Notas] * = asterisco indica *p* (probabilidade de significância) menor que 0,05; sem asterisco indica *p* entre 0,051 e 0,1 (*two-tailed*).

Observando a Tabela 4.2 nota-se que a variável sexo não teve qualquer influência nas respostas (para as ocupações em que esta análise foi realizada), e ocupação atual e ocupação do pai apresentaram diferenças menos freqüentemente, e com menor força (já que apenas uma está no nível 0,05) do que as variáveis décadas e universidades. Mais importante aqui são as diferenças que indicam viés próprio e familiar, que explicarei em seguida. Antes, é preciso relativizar um pouco a relação das variáveis décadas e universidades mostrando, com a Tabela 4.3 abaixo, que, utilizando as médias, as avaliações dos respondentes da PUC Campinas foram sistematicamente e significativamente menores, o que faz com que se precise de cuidado quando tratarmos desses casos. A tabela mostra, por exemplo, que egressos da década de 70 deram 7.761 em notas (de 1 a 5) às 38 ocupações listadas no questionário e a média geral nesse grupo foi de 2,91, bem próxima da média geral para toda a amostra, de 2,93. Em *prestige scores* (calculados apenas com as respostas válidas), as respostas da década de 70 significaram 61,4, sendo a média total de 61,9. A média encontrada para os egressos da PUC Campinas foi de 2,73 e escore de 57,4, tendendo assim esse grupo a rebaixar os escores, as médias e as medianas em geral. É possível perceber o que isto indica com a coluna “posto na ordem” no conjunto de Tabelas 4.1. No caso da ocupação “sociólogos”, que apresentou distribuição significativamente diferente para os egressos da PUC Campinas ($p = 0.019$ no teste não-paramétrico), na direção de respostas que indicam menor posição social – como está indicado pela diferença de escores, de médias, ou mesmo pela distribuição das respostas –, sua posição mais alta nos *rankings* foi na mesma universidade. De acordo com os postos nos *rankings*, o grupo que mais “desvalorizou” esta ocupação foi o de origem social na classe de trabalhadores manuais (em 25º entre as 38 ocupações).

TABELA 4.3. MÉDIAS E PRESTIGE SCORES DAS RESPOSTAS A TODAS AS 38 OCUPAÇÕES AGRUPADAS, SEGUNDO DÉCADA E UNIVERSIDADE

DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS	SOMA (todas as respostas de cada grupo para todas as ocupações)	N	MÉDIA GERAL (cada pessoa do grupo, cada ocupação)	PRESTIGE SCORES (somente respostas válidas)
DÉCADAS	1970s	7.761	70	2,91	61,4
	1980s	5.973	54	2,91	60,8
	1990s	5.510	48	3,02	63,2
	2000s	6.416	58	2,91	62,6
UNIVERSIDADES	PUC Campinas	5.093	49	2,73	57,4
	Unicamp	7.903	71	2,93	63,4
	USP	9.261	80	3,04	62,6
	PUC São Paulo	3.403	30	2,98	64,1
TOTAL		25.660	230	2,93	61,9

O outro grupo que de acordo com a Tabela 4.2 poderia também ter uma diferença constante era o de egressos nos anos 2000, pelo número de diferenças significativas encontradas, com distribuições maiores que a média. Mas, pela Tabela 4.3 pode-se ver que não indicaram o mesmo tipo de tendência no conjunto dos dados que os egressos da PUC Campinas, com *prestige score* de 62,6. Em outras palavras, os cientistas sociais mais jovens tendem a valorizar outras ocupações que não as suas, sendo a única exceção a de secretária. Mais importante para os formados há mais tempo, no entanto, quando suas trajetórias no mercado de trabalho poderiam os ter distanciado de sua formação acadêmica, seria considerar apenas aqueles que trabalham atualmente como sociólogos. Esta é uma das informações possíveis de serem visualizadas pela Tabela 4.4, que isola apenas os casos de viés ocupacional. Aqui, o grupo (pequeno devido à intenção de separar neste grupo apenas aqueles que se identificam e que trabalham atualmente dentro da área⁵²) de sociólogos indicou respostas mais positivas do que o conjunto da amostra, apesar de que não foram estatisticamente significativas.

Como mostrou a Tabela 4.2, e que estão dispostos novamente na Tabela 4.4, quatro

⁵² Como pode-se ver no Anexo 4.2, o número de casos não ultrapassou 5 nas duas variáveis tanto para cientistas políticos quanto para antropólogos.

resultados foram destacados entre as seis ocupações onde este tipo de análise foi possível: de viés próprio ou “*ego involvement*”, os advogados para mais e os professores universitários para menos; de viés familiar ou “proximidade interacional”, ambos os engenheiros e os funcionários públicos para menos. Vistos em conjunto, o padrão de viés ocupacional que parece surgir dos dados abaixo (a serem confirmados mais adiante) faz supor que existe uma tendência a supervalorizar – e bastante, em alguns casos – a própria ocupação (todos os escores acima dos valores de referência, com exceção dos professores universitários); por outro lado, a tendência é a de desvalorização das ocupações dos familiares (à exceção dos advogados). Uma possível explicação para isso pode estar no fato de que nossos respondentes estão satisfeitos com as recompensas de suas ocupações (tratadas aqui em comparações em linhas gerais); o contrário ocorre com os professores universitários: não consideram receber recompensas – financeiras, de prestígio e identitárias – que julgam apropriadas para sua ocupação⁵³. Já o contrário ocorre com a ocupação dos familiares: a interação em família faz com que perceba com mais força as deficiências nas recompensas financeiras e honoríficas das ocupações, salvo o caso dos advogados, reconhecidamente uma profissão de importância social e política no Brasil principalmente para as gerações anteriores.

TABELA 4.4. SÍNTESE DOS RESULTADOS DO VIÉS PARA AS OCUPAÇÕES (que constam nas Tabelas 4.1. e no Anexo 4.2)

VIÉS PRÓPRIO / FAMILIAR	valores de referência		mesma ocupação do respondente			mesma ocupação de familiares		
	<i>Prestige score</i>	mediana	<i>Prestige score</i>	mediana	M-W (T)	<i>Prestige score</i>	mediana	M-W (T)
EMPRESÁRIOS	89,4	5	91,4	5	---	84,0	5	---
ENGENHEIROS	76,9	4				70,6	3	* (T)
ADVOGADOS	73,7	4	86,7	5	* (T)	80,0	4	---
PROFESSORES UNIVERSIT.	71,4	4	65,7	3	* (T)	70,8	4	---
SOCIÓLOGOS	55,9	3	57,1	3	---			
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	55,9	3	57,5	3	---	48,3	2	* (T)

[Notas] * = asteriscos indicam significância estatística ($p < .05$) no teste Mann-Whitney / (T) = indica significância também no teste T (considerando as variáveis como métricas).

⁵³ Observando que a “segurança identitária” é precipitada pelo fato de reconhecer sua ocupação na listagem do questionário. É possível pensar que muitos sociólogos que não se identificam com a profissão provavelmente mencionaram seus empregos, ao invés de sua formação. Ou seja, a própria formulação da questão pode ter favorecido respostas de pessoas altamente identificadas com as ocupações em destaque.

Apesar das limitações no tamanho dos grupos, é possível encontrar nos dados suporte para a idéia de viés ocupacional positivo e de, ao contrário do que mostrou Stehr, viés interacional negativo, ambos porém dependentes de fundamentos em comparações subjetivas (que só poderiam ser tratados em um trabalho de pesquisa posterior) entre as expectativas pela posição social de uma ocupação e as recompensas que a seguem. Já a tendência exposta em Alexander não encontra muito suporte aqui: os agrupamentos realizados de acordo com a ocupação atual dos respondentes não apresentam um padrão de respostas naquela direção, mas estamos aqui limitados pelo fato de que apenas ocupações não-manuais estão incluídas nos subgrupos desagrupados pela ocupação atual (*I a VI* da classificação ocupacional desta pesquisa). Por último, pode-se perceber inúmeras evidências de dissenso – e de consenso. Ressaltar um em detrimento do outro é um risco que se corre quando se sustenta com esse ponto de partida o conjunto dos argumentos teóricos ou dos procedimentos metodológicos.

Classificando as ocupações (2): hierarquias

A tentativa de mapear com detalhe a estrutura ocupacional ficou inserida dentro das ocupações que escolhi para a investigação por seus egressos. A elaboração do item de prestígio das atividades dos cientistas sociais e dos economistas pretendeu incluir as diferentes possibilidades para os formados, de acordo com os conhecimentos adquiridos durante a formação universitária (procurando diferenciar das alternativas abertas com o nível secundário de ensino). Certamente, considerar uma atividade como “dentro da área” das Ciências Sociais, por exemplo, é matéria que pode levar a controvérsias, e por isso fui o mais inclusivo possível, considerando até atividades que a formação tradicionalmente não abarca, como algumas funções intermediárias e executivas em empresas (que não fossem em áreas comerciais ou técnicas de outra formação). É desnecessário afirmar que a listagem não consegue esgotar todas as possibilidades para os formados, o que só uma pesquisa mais abrangente que esta poderia fornecer. Entretanto, abarcou satisfatoriamente as respostas ao longo desta pesquisa.

Estas atividades intra-ocupacionais foram definidas também com referência às

linhas de segmentação interna por prestígio nas profissões. Assim, procurou-se representar os níveis de docência (no ensino médio e superior)⁵⁴, trabalho público e privado, proprietários e assalariados, empregos públicos de carreira e cargos de confiança, serviço a sindicatos de trabalhadores e patronais. Em alguns casos, categorias ocupacionais foram inseridas não porque se esperava que incluíssem um número significativo de pessoas mas de modo a fornecer contrapontos com outras, e assim facilitar a comparação de suas diferenças. O caso da assessoria em sindicatos patronais é um exemplo: mesmo que algum dos respondentes pudesse mencionar esta atividade como sua, o interesse primordial estava em compará-la com a assessoria em sindicatos de trabalhadores e assessoria em ONGs.

O detalhamento das atividades intra-ocupacionais equivale, em certo sentido, a um olhar microscópico sobre parte da estrutura ocupacional já desenhada em linhas mais grossas com a classificação ocupacional⁵⁵. Mas, mesmo que integre, a avaliação dos “interessados” (pelo viés ocupacional ou com ocupações próximas) é sempre diferente da avaliação pública em geral. A utilização de uma hierarquia das avaliações médias não implica em que todos os grupos concordem totalmente. Além disso, à diferença da hierarquia de prestígio das ocupações vista anteriormente, procura inserir a dinâmica do mercado de trabalho esperado para as formações universitárias.

Dois pressupostos estão embutidos no raciocínio que trabalha com a elaboração das hierarquias de prestígio, que pensa em médias e em diferenças sistemáticas. O primeiro é o do escrutínio social, isto é, que os respondentes conseguem elaborar uma visão geral da área em que trabalham, discernindo, mesmo que parcialmente enviesados, os diferenciais nas posições sociais (e de reconhecimento, prestígio e valorização) que os segmentos profissionais adquirem em virtude de suas atividades. Alguns estudos trabalham com duas variáveis de prestígio, onde os respondentes são solicitados a indicar como pessoalmente valorizam e como acham que as pessoas em geral valorizam as ocupações e segmentos. Aqui, no entanto, essa diferença de critérios não poderá ser avaliada: no questionário essa

⁵⁴ Docência de nível superior em áreas diferentes da formação em Ciências Sociais (de egressos com dupla graduação) e magistério no Ensino Fundamental ou Infantil foram considerados como “fora da área”.

⁵⁵ A lista de prestígio nas ocupações apresentada até há pouco não tinha nenhuma intenção, como já havia indicado, de representar a estrutura ocupacional ou universitária em toda a sua complexidade.

duplicidade foi intencionalmente resolvida por uma formulação que não direcionasse o entrevistado para os extremos, ressaltando sua capacidade de escrutínio social (relembro a formulação das questões de prestígio: “indique segundo uma escala de 1 a 5 (1 para o nível mais baixo e 5 para o nível mais alto) qual você considera que é a posição social que as pessoas (homens e mulheres) em geral conseguem por estarem nessas ocupações – ou nas atividades –, considerando-se em atividade remunerada nas suas formações”).

O segundo pressuposto é que ao longo dos processos sociais pelos quais passam as pessoas em virtude de suas condições sociais – diferentes tipos de socialização de acordo com suas condições familiares, sua experiência universitária, trajetória no mercado de trabalho, distinções estatutárias em virtude de sua raça e gênero, e que cruzam com outras em diferentes intensidades nos diferentes processos sociais – subsistiriam formas específicas e duradouras de perceber o mundo (ou pelo menos as diferenças entre as posições sociais de algumas ocupações ou atividades) que, na medida em que não se diferenciam da tendência geral do público, não apresentam força suficiente para ser percebida nas hierarquias de prestígio. Em outras palavras, temos aqui a segunda importância do dissenso ocupacional: por meio dele, se pode avaliar como o escrutínio médio e a diferença que resulta do pertencimento a alguns grupos convivem no mesmo fenômeno.

Dissenso e o viés ocupacional (2)

Solicitados então a indicar em quais níveis de posição social, por uma escala de 1 a 5, estavam as pessoas que trabalham nas áreas indicadas, o conjunto dos egressos em Ciências Sociais forneceram a hierarquia de prestígio que consta na Tabela 4.5 abaixo.

Professores em universidades públicas e empresários de opinião pública representam, de acordo com os respondentes da pesquisa, o topo em prestígio para os cientistas sociais formados. Em seguida estão cargos políticos ou de confiança e analistas de temas políticos e sociais nos meios de comunicação de massa. Estas quatro atividades, que apresentam algumas variações de acordo com o *ranking* utilizando, indicam uma significativa diferença frente às demais: muito raramente, quando consideramos as desagregações em subgrupos, aparecem em *rankings* abaixo de quarto. Há um intervalo de

quase 4,2 *prestige scores* para a atividade de consultoria, em quinto, diferença esta que só reaparece em número semelhante ou maior na base da tabela. Este segundo grupo, além de consultores, que poderia ser distinguido não pela diferença entre os escores, mas por uma relativa pouca variação nos *rankings* quando desagregados pelos diferentes grupos, envolve também editores ou redatores em meios de comunicação especializados, professores em universidades particulares e pesquisadores acadêmicos. Em seguida, há um grupo mais diversificado – se poderia chamar de “centro indiferenciado da profissão” – que abrange atividades próximas em escores e com grandes variações de *ranking* entre os subgrupos. E há finalmente a base da hierarquia de prestígio composta por um quarto grupo constituído por professores no ensino médio (de sociologia ou de outras disciplinas), com diferença na ordem de 4,4 escores para os professores de cursos de curta duração, junto com as funções mais simples da pesquisa acadêmica ou comercial.

Três observações sobre esta tabela: 1) as atividades ligadas a empresas apresentam uma certa dualidade – de um lado, os empresários da área de opinião pública e marketing político estão no topo da hierarquia mas, de outro, várias outras atividades relacionadas a empresas estão na base daquele grupo maior de atividades com pouca diferença em escores, mas onde se pode notar que estão atrás de atividades semelhantes operadas em outras áreas (*situs*) como organismos não-governamentais ou instituições governamentais; 2) a docência no ensino médio foi indicada como extremamente desvalorizada, de modo consistente através dos subgrupos, como veremos adiante, e o fato de ser na disciplina de sociologia ou em outras não faz muita diferença; 3) por outro lado, há uma diferença bem grande entre os escores da posição social atribuída (ou seja, em valorização e em diferentes recompensas sociais) entre a docência universitária pública e privada. Uma ressalva importante é que estamos nos referindo aqui ao conjunto dos respondentes da pesquisa, considerados cada qual como uma resposta única, sem as correções amostrais que incorporam os pesos. Além disso, muitos dos respondentes, apesar do diploma em Ciências Sociais, por idiossincrasias de suas trajetórias pessoais ou por necessidades candentes, mudaram de área de trabalho e tomaram parte de outras socializações diferentes daquelas que se espera para os cientistas sociais que trabalham na área. No limite, suas outras identidades profissionais podem esconder tendências próprias dos cientistas sociais. Mais sobre isso será dito adiante.

TABELA 4.5. HIERARQUIA DE PRESTÍGIO DAS ATIVIDADES DE CIENTISTA SOCIAL LISTADAS NO QUESTIONÁRIO

Tipo de escala	Categórica / ordinal (frequências)							Transformação de escala / ordinal			Ordinal “tomada como” métrica					sem resposta
	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	TOTAL	ranking 1 (freq. 5 + freq. 4)	PRESTIGE SCORES	ranking 2 (pelos escores)	mediana	MÉDIA	ranking 3 (pelas médias)	Desvio padrão	MÉDIA (com pesos)	ranking 4 (pelas médias com pesos)	
Empresário da área de opinião pública ou de marketing político	3,6	8,6	13,2	45,0	29,6	100,0	1	77,7	2	4	3,88	2	1,045	3,95	2	10
Professor em universidade pública	---	5,5	26,4	39,5	28,6	100,0	2	78,2	1	4	3,91	1	0,874	3,98	1	10
Cargos políticos ou de confiança em instituições públicas	4,1	5,0	26,2	40,4	24,3	100,0	3	75,2	3	4	3,76	3	1,012	3,72	4	12
Analista de temas políticos e sociais nos meios de comunicação de massa (jornais, televisão etc.)	2,7	9,1	24,7	39,3	24,2	100,0	4	74,6	4	4	3,73	4	1,016	3,77	3	11
Consultor (para empresas ou instituições públicas)	3,2	7,3	35,8	41,8	11,9	100,0	5	70,4	5	4	3,52	5	0,912	3,52	5	12
Editor ou redator de conteúdo em meios de comunicação especializados (revista de divulgação, periódico)	3,6	11,0	36,1	37,0	12,3	100,0	6	68,7	6	3	3,43	6	0,967	3,50	6	11
Professor em universidade particular	2,3	9,1	47,5	33,8	7,3	100,0	7	66,9	7	3	3,35	7	0,834	3,38	7	11
Pesquisador acadêmico	3,6	17,3	42,7	26,4	10,0	100,0	8	64,4	8	3	3,22	8	0,969	3,24	8	10
Assessoria em organizações não-governamentais	2,3	16,4	48,0	30,6	2,7	100,0	9	63,0	9	3	3,15	9	0,807	3,15	9	11
Analista de dados e pesquisador em instituições governamentais	2,7	19,3	48,2	23,8	6,0	100,0	10	62,2	10	3	3,11	10	0,878	3,08	10	12
Assessoria em sindicatos patronais	6,8	21,5	42,9	24,7	4,1	100,0	11	59,6	13	3	2,98	13	0,950	3,02	11,5	11

(continuação da Tabela 4.5)

Tipo de escala	Categórica / ordinal (frequências)							Transformação de escala / ordinal			Ordinal “tomada como” métrica					sem resposta
	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	TOTAL	ranking 1 (freq. 5 + freq. 4)	PRESTIGE SCORES	ranking 2 (pelos escores)	mediana	MÉDIA	ranking 3 (pelas médias)	Desvio padrão	MÉDIA (com pesos)	ranking 4 (pelas médias com pesos)	
ATIVIDADES DE TRABALHO PARA CIENTISTAS SOCIAIS																
Funcionário público, por concurso (exceto professores), como profissionais de Ciências Sociais	5,0	18,7	48,9	22,4	5,0	100,0	12	60,7	11	3	3,04	11	0,903	3,02	11,5	11
Funcionário público, por concurso (exceto professores), como profissionais de qualquer curso superior	4,1	20,1	51,2	21,9	2,7	100,0	13	59,8	12	3	2,99	12	0,835	2,95	13	11
Assalariado da área de opinião pública ou de marketing político	6,9	25,1	47,0	16,4	4,6	100,0	14	57,3	14	3	2,87	14	0,927	2,85	15	11
Assessoria em sindicatos de trabalhadores	4,1	26,0	51,6	16,9	1,4	100,0	15	57,1	15	3	2,85	15	0,794	2,88	14	11
Analista de dados e pesquisador em empresas	5,5	26,0	51,1	14,2	3,2	100,0	16	56,7	16	3	2,84	16	0,852	2,82	16	11
Assalariados de nível intermediário em empresas (RH, planejamento etc.)	5,9	29,2	52,5	11,9	0,5	100,0	17	54,4	17	3	2,72	17	0,768	2,69	17	11
Professor em cursos temporários de curta duração	8,2	33,6	47,7	10,5	---	100,0	18	52,1	18	3	2,60	18	0,784	2,61	18	10
Professor para ensino médio (em aulas de sociologia)	12,2	45,0	36,4	5,0	1,4	100,0	19	47,7	19	2	2,38	19	0,816	2,36	19	10
Professor para ensino médio (em outras disciplinas)	17,3	40,9	35,4	5,9	0,5	100,0	20	46,3	20	2	2,31	20	0,842	2,30	20	10
Entrevistador, pesquisador de campo, coletores de dados	30,6	46,7	19,9	2,3	0,5	100,0	21	39,1	21	2	1,95	21	0,800	1,87	21	14

Seguindo o procedimento já realizado com a outra hierarquia de prestígio, o próximo passo é o de comparar os diferentes *rankings* possíveis de serem feitos com os dados e verificar sua consistência. Mais do que antes, percebe-se pela Tabela 4.6 que são extremamente semelhantes, sendo que os extraídos pelos escores e os das médias são idênticos (o que faz com que, em alguns casos, eu os utilize alternativamente). O *ranking* com os pesos (*ranking 4*), por sua vez, apresentou correlações também quase totais, indicando pouca diferença entre os resultados com ou sem os pesos.

TABELA 4.6. MATRIZ DE CORRELAÇÕES ENTRE RANKINGS DAS ATIVIDADES (*rho de Spearman*)

	<i>ranking 1</i>	<i>ranking 2</i>	<i>ranking 3</i>	<i>ranking 4</i>
<i>ranking 1</i>	---			
<i>ranking 2</i>	0,995	---		
<i>ranking 3</i>	0,995	1,000	---	
<i>ranking 4</i>	0,996	0,995	0,995	---

Na sequência, desagregamos as respostas fornecidas às avaliações das atividades dos cientistas sociais procurando variações que indiquem diferenças significativas estatisticamente. Mais uma vez, o volume de informações impõe um olhar direcionado para os dados. Veremos então com mais detalhes as duas atividades no topo da hierarquia e, em seguida, uma outra tabela servirá como síntese das diferenças encontradas.

TABELA 4.7. CRUZAMENTOS E TESTES ESTATÍSTICOS DE ALGUMAS ATIVIDADES DOS CIENTISTAS SOCIAIS (as demais constam no Anexo 4.3)

PROF. UNIVERSIDADE PÚBLICA		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	---	6,1	33,3	48,5	12,1	0,004	73,3	4	3,67	0,771	3°	0,004	66
	1980s	---	7,7	26,9	34,6	30,8	0,868	77,7	4	3,88	0,943	1°	0,796	52
	1990s	---	2,1	23,9	37,0	37,0	0,144	81,8	4	4,09	0,839	1°	0,123	46
	2000s	---	5,4	19,6	35,7	39,3	0,062	81,8	4	4,09	0,900	1°	0,091	56
UNIVERSIDADES	USP	---	2,6	27,3	38,9	31,2	0,436	79,7	4	3,99	0,835	2°	0,352	77
	Unicamp	---	6,0	22,4	34,3	37,3	0,150	80,6	4	4,03	0,921	1°	0,208	67
	PUC Campinas	---	6,3	33,3	41,7	18,7	0,083	74,6	4	3,73	0,844	2°	0,094	48
	PUC SP	---	10,7	21,4	50,0	17,9	0,340	75,0	4	3,75	0,887	4°	0,302	28
SEXO	homens	---	5,4	26,1	37,0	31,5	0,619	78,9	4	3,95	0,894	1°	0,648	92
	mulheres	---	5,4	26,6	41,4	26,6		77,8	4	3,89	0,862	2°		128
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (I e II)	---	---	16,6	41,7	41,7	0,180	85,0	4	4,25	0,754	1°	0,140	12
	2 (III)	---	---	27,8	44,4	27,8	0,758	80,0	4	4,00	0,767	1,5°	0,628	18
	3 (IV, V e VI)	---	6,1	27,7	37,2	29,0	0,639	77,8	4	3,89	0,897	1°	0,588	148
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (I e II)	---	6,9	24,2	37,9	31,0	0,858	78,6	4	3,93	0,923	2°	0,913	29
	2 (III)	---	9,9	26,7	46,7	16,7	0,168	74,0	4	3,70	0,877	3°	0,159	30
	3 (IV, V e VI)	---	3,1	21,5	36,9	38,5	0,032	82,2	4	4,11	0,850	1°	0,032	65
	4 (IX, X e XI)	---	6,0	29,8	40,3	23,9	0,279	76,4	4	3,82	0,869	4°	0,298	67
VIÉS PRÓPRIO ATUAL / NA TRAJETÓRIA ^b	mesma atividade atual	---	---	19,2	34,6	46,2	0,029	85,4	4	4,27	0,778	1°	0,020	26
	ao menos um ponto na trajetória	---	---	24,2	39,4	36,4	0,172	82,4	4	4,12	0,781	1°	0,111	33
valores de referência	toda a amostra	---	5,5	26,4	39,5	28,6		78,2	4	3,91	0,874	1°		220

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio atual e na trajetória foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / o viés na trajetória não inclui a atividade atual de trabalho; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

EMPRESÁRIO DE OP. PÚBLICA		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	1,5	7,6	12,1	51,5	27,3	0,757	79,1	4	3,95	0,919	1º	0,470	66
	1980s	3,9	11,5	23,1	28,8	32,7	0,368	75,0	4	3,75	1,153	3º	0,335	52
	1990s	---	8,7	13,1	47,8	30,4	0,569	80,0	4	4,00	0,894	2º	0,339	46
	2000s	8,9	7,1	5,4	50,0	28,6	0,982	76,5	4	3,82	1,193	3º	0,649	56
UNIVERSIDADES	USP	2,6	7,8	10,4	37,7	41,5	0,014	81,5	4	4,08	1,036	1º	0,041	77
	Unicamp	6,0	6,0	11,9	59,7	16,4	0,100	74,9	4	3,75	1,005	2º	0,195	67
	PUC Campinas	4,2	14,6	18,7	33,3	29,2	0,206	73,7	4	3,69	1,170	3º	0,184	48
	PUC SP	---	7,1	14,3	50,0	28,6	0,740	80,0	4	4,00	0,861	1º	0,456	28
SEXO	homens	5,4	6,5	16,3	45,7	26,1	0,312	76,1	4	3,80	1,072	2º	0,356	92
	mulheres	2,4	10,2	10,9	44,5	32,0		78,7	4	3,94	1,025	1º		128
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (I e II)	---	8,3	8,3	41,7	41,7	0,310	83,4	4	4,17	0,937	2º	0,302	12
	2 (III)	11,1	---	5,6	50,0	33,3	0,553	78,9	4	3,94	1,211	3º	0,819	18
	3 (IV, V e VI)	4,1	10,8	11,5	43,9	29,7	0,695	76,9	4	3,84	1,092	2º	0,427	148
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (I e II)	3,5	10,3	13,8	31,0	41,4	0,439	79,3	4	3,97	1,149	1º	0,672	29
	2 (III)	3,3	10,0	16,7	46,7	23,3	0,417	75,3	4	3,77	1,040	2º	0,518	30
	3 (IV, V e VI)	---	13,8	15,4	40,0	30,8	0,834	77,6	4	3,88	1,008	2º	0,963	65
	4 (IX, X e XI)	3,0	3,0	10,5	52,2	31,3	0,145	81,2	4	4,06	0,903	1º	0,072	67
VIÉS PRÓPRIO ATUAL / NA TRAJETÓRIA ^b	mesma atividade atual													---
	ao menos um ponto na trajetória													2
valores de referência	toda a amostra	3,6	8,6	13,2	45,0	29,6		77,7	4	3,88	1,045	2º		220

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio atual e na trajetória foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / o viés na trajetória não inclui a atividade atual de trabalho; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

Segundo os dados que podem ser vistos na primeira Tabela 4.7, os professores universitários apresentaram escores entre 73,3, pelo grupo dos egressos mais antigos, e 85,4, de acordo com o grupo de respondentes com essa mesma ocupação atual (no geral, o escore ficou em 78,2). Esses extremos – isso não significa que ocorra em todas as distribuições – apresentaram inclusive diferenças estatisticamente significativas nos testes não-paramétricos e paramétricos. Em outras palavras, pode-se afirmar com uma margem razoável de certeza que as respostas desses grupos são diferentes das demais.

Para as atividades foi possível além disso incluir uma outra variável em que estão agrupados os respondentes que indicaram que já trabalharam naquela atividade em algum momento de sua trajetória no mercado de trabalho (essas informações serão alvo de outras análises em outro ponto desta tese). Assim, no grupo de “viés próprio na trajetória” estão aqueles já trabalharam como professores universitários, por exemplo, o que poderia fazer com que tivessem uma percepção diferenciada dessa atividade na hierarquia.

Os dados de viés familiar, no entanto, não puderam ser computados aqui. Neste caso em destaque fez menos diferença do que a ocupação atual.

Pela Tabela 4.7 também é possível visualizar que os *rankings* seguindo as médias (assim com os seguindo os escores) variam também pelos subgrupos, mesmo que as medianas permaneçam constantes. Os egressos da PUC SP e os com pais trabalhadores manuais indicaram os professores universitários em 4º lugar (e pela tabela seguinte, dos empresários da área de opinião pública e marketing político, vemos que esses dois grupos dão a esta atividade o topo da hierarquia).

Para esta última atividade, apenas o grupo de egressos da USP apresentou diferença significativa no teste de Mann-Whitney no nível 0,05, indicando escores e médias maiores que as indicadas pelos demais respondentes. Uma análise das demais tabelas que constam no Anexo 4.3 mostra ainda que há casos em que medianas variam bastante dentro dos grupos (o que indicaria dissenso em uma tradição desses estudos), como no caso dos professores em universidades privadas. O caso dos entrevistadores, pesquisadores de campo e coletores de dados mostra um consenso total em torno de sua posição – a base da hierarquia das atividades avaliadas; todos a colocaram na 21ª ou última posição – sendo que os respondentes que já exerceram esta atividade indicaram uma diferença acentuada para

menos. Há ainda um caso em que nenhuma diferença foi encontrada (analista de dados em empresas), o que provavelmente indica uma dificuldade na avaliação e uma tendência para a média, e dois casos em que o sexo do respondente fez diferença. A síntese está disposta na Tabela 4.8 abaixo (a tabela está dividida pelos grupos de atividades que isolei anteriormente).

A variável sexo faz diferença na avaliação de professores de cursos temporários de curta duração e de professores de universidades particulares, em ambos os casos as mulheres deram respostas significativamente maiores. Isso pode indicar que valorizam mais atividades que não demandam dedicação total.

TABELA 4.8. SÍNTESE DOS RESULTADOS COM SIGNIFICÂNCIA NOS TESTES NÃO-PARAMÉTRICOS DE MANN-WHITNEY (grupo com diferença frente aos demais / direção da diferença em relação aos valores de referência / diferença acusada ou não pelo teste t no mesmo nível de significância ou menor)

DESAGREGAÇÕES POR ATIVIDADES (abreviações)	Décadas	Universidades	Sexo	Ocupação atual	Origem social	Viés próprio atual / na trajetória
Professor universidade pública	1970 / menos / T* 2000s / maior / T	PUC Campinas / menor / T	---	---	G3 / maior / T	Atual / maior / T*
Empresário de opinião pública	---	USP / maior / T* Unicamp / menor	---	---	---	---
Cargos políticos ou de confiança	2000s / maior / T	---	---	---	---	---
Analista nos meios de comunicação de massa	1970s / menor	---	---	G3 / menor / T	---	---
Consultor	2000s / maior	---	---	G3 / menor / T	---	---
Editor ou redator em meios de comunicação especializados	---	USP / maior / T PUC Campinas / menor / T* PUC SP / maior	---	---	---	---
Professor universidade particular	2000s / maior / T*	---	H / menor / T M / maior / T	G1 / maior / T* G3 / menor / T*	---	Trajetória / menor
Pesquisador acadêmico	2000S / maior / T	PUC Campinas / menor	---	---	---	Trajetória / maior / T*
Assessoria em ONGs	2000s / maior	PUC SP / maior	---	---	---	---
Funcionário público (como profissional de C. Sociais)	---	---	---	G3 / menor / T*	---	---
Funcionário público (profissional de qualquer curso superior)	---	---	---	G3 / menor / T*	---	---
Assessoria sind. trabalhadores	1970s / menor 2000s / maior	---	---	---	---	---
Assessoria sind. patronais	---	USP / maior / T	---	G1 / maior	G4 / maior / T	---
Assalariados em empresas (nível intermediário)	1980s / menor	PUC Campinas / menor* PUC SP / maior / T*	---	---	G4 / menor / T*	Trajetória / maior / T*
Analista de dados no governo	1970s / menor / T* 2000s / maior / T*	---	---	---	---	---
Analista de dados em empresas	---	---	---	---	---	---
Assalariados da área de opinião pública	---	---	---	G3 / menor / T*	---	---
Professor cursos curta duração	1970s / menor* 2000s / maior / T*	---	H / menor / T* M / maior / T*	---	---	---
Professor ensino médio (Soc.)	---	---	---	G1 / maior / T* G2 / maior G3 / menor / T*	G4 / menor / T*	---
Professor ensino médio (exceto Soc.)	---	---	---	G1 / maior / T* G3 / menor / T*	G4 / menor / T	---
Entrevistador, pesquisador de campo	---	---	---	G3 / menor / T*	G4 / menor	Trajetória / menor / T*

[Notas] Asterisco (*) indica p (probabilidade de significância) menor que 0,05; sem asterisco indica p entre 0,051 e 0,1.

Para outras variáveis, os dados da síntese são de interpretação mais complexa porque teríamos que encontrar algo que pudesse explicar, por exemplo, porque os egressos da PUC São Paulo forneceram respostas significativamente diferentes para editores ou redatores de comunicação especializada, assessoria em ONGs e posições intermediárias em empresas. Interpretações ficam ainda mais difíceis quanto se nota que as médias totais pelos grupos (principalmente para décadas e ocupação atual) são mais variadas do que as que encontramos na tabela similar anterior – o que se pode visualizar pela Tabela 4.9. Será mais prudente, portanto, tecer comentários apenas sobre as variáveis universidades (os egressos da PUC Campinas parecem desvalorizar áreas mais acadêmicas, os da USP valorizaram mais as relacionadas a hierarquia econômica, ao contrário dos da Unicamp), origem social (salvo uma exceção, o grupo de egressos com pais trabalhadores manuais posicionaram a base da hierarquia com respostas menores que os demais, além de uma valorização do trabalho em sindicatos patronais; os de origem na classe média, valorizaram a atividade de professor universitário) e, finalmente, o viés intra-ocupacional (as informações mais relevantes da síntese estão incluídas na Tabela 4.10, que será discutida logo abaixo).

TABELA 4.9. MÉDIAS E PRESTIGE SCORES DAS RESPOSTAS A TODAS AS 21 ATIVIDADES AGRUPADAS, SEGUNDO DÉCADA, UNIVERSIDADE E OCUPAÇÃO ATUAL

DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS	SOMA (todas as respostas de cada grupo para todas as atividades)	N	MÉDIA GERAL (cada pessoa do grupo, cada atividade)	PRESTIGE SCORES (somente respostas válidas)
DÉCADAS	1970s	4.138	70	2,81	60,1
	1980s	3.282	54	2,89	60,5
	1990s	2.994	48	2,97	62,1
	2000s	3.734	58	3,06	63,7
UNIVERSIDADES	PUC Campinas	2.974	49	2,89	59,3
	Unicamp	4.292	71	2,88	61,2
	USP	5.017	80	2,98	62,2
	PUC São Paulo	1.865	30	2,96	64,3
OCUPAÇÃO ATUAL	1 (I e II)	842	12	3,34	67,1
	2 (III)	1.166	18	3,08	63,6
	3 (IV, V e VI)	9.374	156	2,86	60,4
TOTAL		14.148	230	2,93	61,5

Os dados sobre o viés indicam mais variação para as atividades do que para as ocupações, e uma tendência de valorização da própria atividade não aparece como na análise similar anterior (considerando que apenas conseguimos dados paralelos sobre o “*ego involvement*”). Em todo caso, quatro casos apresentaram diferenças significativas, sendo que três destes quando incluímos quem já trabalhou na atividade em questão. Mas também aqui, essas diferenças não caminham todas no mesmo sentido: enquanto que professores em universidades públicas, pesquisadores acadêmicos, assalariados em empresas indicaram viés positivo, quem já trabalhou como entrevistador ou coletor de dados apresentou viés negativo. O que se pode verificar pela Tabela 4.10 é que o “*ego involvement*” parece diminuir com o tempo (os escores para a “mesma atividade atual” são, com apenas uma exceção, maiores do que para “ao menos um ponto na trajetória”).

TABELA 4.10. SÍNTESE DOS RESULTADOS DO VIÉS PARA AS ATIVIDADES (que constam nas Tabelas 4.7. e no Anexo 4.3)

VIÉS PRÓPRIO ATUAL / NA TRAJETÓRIA	valores de referência		mesma atividade atual			ao menos um ponto na trajetória		
	<i>Prestige score</i>	mediana	<i>Prestige score</i>	mediana	M-W (T)	<i>Prestige score</i>	mediana	M-W (T)
Professor universidade pública	78,2	4	85,4	4	* (T)	82,4	4	---
Cargos políticos ou de confiança	75,2	4	73,4	4	---	71,4	4	---
Consultor	70,4	4	80,0	4	---	74,1	4	---
Editor ou redator em meios de comunicação especializados	68,7	3				60,0	3	---
Professor universidade particular	66,9	3	65,3	3	---	63,6	3	---
Pesquisador acadêmico	64,4	3	69,2	4	---	68,2	3	* (T)
Assessoria em ONGs	63,0	3	70,0	3,5	---	59,1	3	---
Funcionário público (como profissional de C. Sociais)	60,7	3	61,1	3	---	59,5	3	---
Funcionário público (profissional de qualquer curso superior)	59,8	3				56,0	3	---
Assessoria sind. trabalhadores	57,1	3				58,2	3	---
Assalariados em empresas (nível intermediário)	54,4	3	52,0	3	---	61,0	3	* (T)
Analista de dados no governo	62,2	3				56,0	3	---
Analista de dados em empresas	56,7	3				60,0	3	---
Assalariados da área de opinião pública	57,3	3				62,2	3	---
Professor ensino médio (Soc.)	47,7	2				50,8	3	---
Professor ensino médio (exceto Soc.)	46,3	2				44,9	2	---
Entrevistador, pesquisador de campo	39,1	2				31,8	1	* (T)

[Notas] * = asteriscos indicam significância estatística ($p < .05$) no teste Mann-Whitney / (T) = indica significância também no teste T (considerando as variáveis como métricas).

No entanto, o resultado para os representantes do meio acadêmico são os que mais interessam aqui. Para as ocupações, foi visto que o viés dos próprios professores universitários foi no sentido de desvalorizar a ocupação. Agora, tanto professores de universidades públicas quanto pesquisadores acadêmicos valorizam mais do que os demais, ao contrário dos professores de universidades particulares, que apresentaram escores menores do que os valores para a amostra total. Em suma, mudado o grupo de referência (do conjunto das ocupações para o mercado de trabalho dos cientistas sociais), os professores de universidades públicas parecem perceber uma posição privilegiada frente aos demais segmentos – sendo que a falta de outro viés próprio atual com significância pode até indicar a falta de outro segmento valorizado (ou que se considere valorizado) dentro do conjunto das Ciências Sociais.

Ainda sobre formas de analisar as diferenças entre os subgrupos, na próxima tabela estão dispostos os *rankings* de algumas atividades em comparação (aquelas que me referi anteriormente como “contrapontos” a atividades mais comuns dos cientistas sociais). No primeiro grupo de três atividades, o centro está na atividade de “pesquisa” e poderemos então comparar as variações na valorização dos subgrupos que resultam do local onde esta pesquisa se realiza. Para a amostra total, a sequência de valorização foi pesquisador acadêmico, depois em instituições governamentais e em seguida, em empresas. Dois subgrupos (egressos da PUC Campinas e de origem social mais modesta) indicaram uma inversão nesta ordem, valorizando mais a atividade realizada em instituições governamentais do que acadêmicas. O segundo grupo de atividades compara três possíveis áreas de trabalho: organizações não-governamentais, sindicatos patronais e de trabalhadores, sendo esta a ordem da amostra total. Neste caso, inversões ocorreram com maior frequência, mas em nenhum caso o trabalho em sindicatos de trabalhadores apresentou o maior posto. O último par de atividades, que compara meios de comunicação de massa e meios especializados, não apresentou inversão da ordem de postos em nenhum dos subgrupos.

TABELA 4.11. COMPARAÇÃO DOS RANKINGS DE ATIVIDADES SELECIONADAS (sombreadas estão inversões dos valores de referência)

GRUPOS	1970s	1980s	1990s	2000s	USP	Unicamp	PUC Campinas	PUC São Paulo	Homens	Mulheres	Ocup. G1	Ocup. G2	Ocup. G3	Origem G1	Origem G2	Origem G3	Origem G4	valores de referência
Contrapontos																		
Pesquisador acadêmico	9°	8°	9,5°	7,5°	8°	8°	10,5°	8°	8°	8°	8°	7°	8°	7°	6°	7,5°	11°	8°
Analista de dados e pesquisador em instituições governamentais	13°	9°	12°	9°	11°	9°	8,5°	10°	10°	10°	17,5°	10°	10°	8,5°	9°	11°	10°	10°
Analista de dados e pesquisador em empresas	16°	15°	15,5°	14,5°	15°	14,5°	15°	17°	16°	14°	19°	14,5°	15°	15°	14°	15°	16°	16°
Assessoria em organizações não-governamentais	8°	10°	13°	11°	9°	12°	7°	7°	9°	9°	10,5°	9°	9°	11°	13°	9°	8°	9°
Assessoria em sindicatos patronais	10°	11,5°	9,5°	16,5°	10°	16°	14°	12°	12,5°	13°	9°	11°	12°	14°	11°	13°	9°	13°
Assessoria em sindicatos de trabalhadores	17°	13,5°	14°	13°	14°	13°	16°	15,5°	15°	16°	14°	17°	14°	17°	16°	14°	15°	15°
Analista de temas políticos e sociais nos meios de comunicação de massa (jornais, televisão etc.)	4°	4°	3°	4°	3°	4°	4°	2°	3°	4°	3,5°	1,5°	4°	3°	4°	4°	3°	4°
Editor ou redator de conteúdo em meios de comunicação especializados (revista de divulgação, periódico)	6°	6°	4,5°	7,5°	5°	6°	8,5°	5,5°	6°	6°	6°	5°	6°	5,5°	8°	6°	6°	6°

Segmentação intraprofissional de prestígio

Pelo que apresentei até aqui, vários passos foram dados na direção de uma estimativa para a hierarquia de prestígio interna à profissão. Faltaria restringir um pouco o grupo de respondentes de modo a representar apenas aqueles em atividade de cientista social enquanto ocupação atual. É claro, no entanto, que um teste mais robusto exigiria uma amostra maior de cientistas sociais e um grupo controle (composto por pessoas de todos os extratos sociais). Mas como pesquisas sistemáticas sobre a organização interna às profissões são escassas, o que farei aqui servirá como substituto temporário. Utilizando algumas das principais teorias sobre o prestígio intra-ocupacional, poderá se ver em qual direção os dados desta pesquisa apontam.

A percepção dos profissionais das mais diversas áreas de que mudanças estariam ocorrendo em detrimento dos interesses de seu grupo é quase tão antiga quanto as profissões. Formada com base em suas experiências, foram seguidas pelas tendências elaboradas pelos acadêmicos que indicavam crescente proletarização e assalariamento, responsáveis por retirar parte de seu brilho (que nem sempre brilhavam tanto quanto os acadêmicos gostariam). Não tão preocupantes eram, para os líderes profissionais, as questões sobre a divisão interna do trabalho e os diferenciais de recompensas (materiais ou não) que resultam daí – inclusive as conseqüências que geram sobre o recrutamento das profissões. Fenômeno recente ou apenas percebido recentemente, a estratificação interna às profissões já acumula considerável quantidade de análises e pesquisas – centradas principalmente nas profissões tradicionais como a Medicina e o Direito. Isto porque eram estas profissões que mais se adequavam ao modelo de conhecimento esotérico, autonomia frente aos clientes e relações horizontais com os pares em comunidade que sustentava o brilho e a respeitabilidade das profissões liberais. Nada mais longe desse ideal do que diferenciais de poder e influência, restrição dos contatos e oportunidades entre iguais, no limite, fechamento social dos segmentos.

Mas as grandes questões para esta área ainda tem uma longa história pela frente – por exemplo, o que ocorre primeiro: profissões e segmentos ou especialidades intraprofissionais mais desvalorizados seriam ocupados por grupos sociais de baixo status

(como mulheres, minorias étnicas e com origem social nas classes manuais) pela menor expectativa de prestígio que exigem, adaptadas a membros com necessidades econômicas mais prementes, ou quanto mais uma profissão, segmento ou especialidade “democratiza” seu recrutamento, incorporando grupos sociais de baixo status, por mudanças externas, mais seriam desvalorizadas pelos seus pares e pelas pessoas em geral? Por outro lado, como aponta Hoff (1998), parte do efeito dos novos grupos sociais que entram na Medicina (mulheres, negros, hispânicos, de origem social baixa ou média) pode também, mais que resultado de barreiras estruturais à prática privada, estar associado a preferências distintas destes grupos pelo assalariamento, resultado de valores diferentes dos tradicionais.

Já havia um significativo debate sobre este tema para o Direito quando Laumann e Heinz (1977) estudaram os diferenciais de prestígio das especialidades entre os advogados de Chicago. Esta pesquisa é de maior interesse aqui porque é pioneira em utilizar procedimentos metodológicos similares aos dos estudos tradicionais de prestígio ocupacional derivados do estudo NORC – perguntando sobre “*general prestige*”, com respostas em 5 categorias e hierarquia ordenada por escores, calculados, no entanto, de modo ligeiramente diferente (outras características deste estudo e de outros que serão discutidos estão no Quadro 4.2). A partir do mesmo grupo representativo de advogados que realizou as avaliações de prestígio foi possível descrever a composição social das diversas especialidades (raça, religião, se estudaram em escolas de elite etc.). Além disso, um grupo de 19 especialistas da área forneceu avaliações para cada especialidade a respeito de suas características intrínsecas, relacionadas com a dificuldade do conteúdo legal envolvido. Assim, os autores tinham informações sobre os indivíduos, os clientes, os ambientes de trabalho, a exigência de exclusividade e o desafio intelectual que representavam.

Devido à sua filiação com os estudos tradicionais de prestígio, Laumann e Heinz levantam a questão do viés ocupacional e indicam sua importância em outra direção (além da relação corrente entre consenso, estabilidade internacional e temporal e validação das hierarquias de prestígio). Conforme afirmam em uma nota, “*the degree of consistency among the respondent-judges in their prestige evaluations, especially with respect to the impact of their own specializations on their allocations of prestige, is a matter of considerable theoretical import. If lawyers active in the specialties that rank low in the*

overall prestige standing tend to invert the order of prestige of the specialties, or if the higher prestige specialists tend to inflate the prestige of their own specialties to an exaggerated degree, then a key assumption of the analysis – namely, that deferent behavior requires the voluntary complicity of the subordinate member of the transactional exchange – is cast into serious doubt” (Laumann e Heinz, 1977: 173). Os autores procuram nos dados o que esse capítulo também procurou, só que com outros propósitos e implicações – *“there are some statistically significant differences between the judges in high-ranked and in low-ranked specialties with respect to evaluations of particular specialties”* (idem) – e chegam à conclusão de que o viés encontrado não era “exagerado”, que havia uma concordância generalizada.

Em outra direção, os autores também indicaram as principais variáveis explicativas, nos modelos de regressão múltipla, para as diferenças de prestígio entre as especialidades: o tipo de cliente e o desafio intelectual. As especialidades do Direito com maiores proporções de grandes corporações como clientes (ou de advogados trabalhando dentro delas) foram as que apresentaram maior prestígio. Tanto por isso, a correlação entre a hierarquia de prestígio e a elaborada a partir dos especialistas sobre o nível de “altruísmo” da especialidade foi de $-0,51$. Uma especialidade mais “altruísta” (como a que se encarrega dos direitos e liberdades civis) certamente lida com clientes mais humildes e minorias e o prestígio da profissão anda em outra direção: *“the values served by the legal profession are the core economic values of our society”* e *“relatively few lawyers now confront human suffering very directly in the course of their work, and those who do lose social standing as a result”* (Laumann e Heinz, 1977: 205 e 206). O desafio intelectual, a outra variável importante para explicar os diferenciais de prestígio de acordo com os autores, apesar de independente, também reforçaria o prestígio associado aos valores econômicos: no “hemisfério” dos clientes individuais e dos pequenos negócios (diferente do “hemisfério” das corporações) aqueles com maior posição social traziam questões legais mais complexas, enquanto que a maior parte do trabalho para clientes de baixa posição social é altamente rotinizada e desinteressante pelo seu valor intelectual.

A única variável de composição social com significância no modelo ajustado pelos autores foi a proporção de judeus, em relação inversa ao prestígio das especialidades, mas

com coeficiente bem menor que os demais. Nessa mesma direção estão os resultados obtidos por Erlanger (1980), alinhado à tradição de pesquisa em *status attainment*, aqui interna às profissões. Erlanger utiliza dados nacionais para buscar a combinação de variáveis que melhor explica as diferenças de status, só que agora essa “posição” é operacionalizada pelo tipo de cliente e pelo tamanho da empresa de advocacia onde se trabalha, e não mais por uma variável composta de posição social. Do conjunto de variáveis de composição social incluídas (religião, renda familiar, ocupação e nível educacional do chefe da família etc.) poucas apresentaram significância e nenhuma alcançou os coeficientes das variáveis educacionais do respondente (qualidade da escola de Direito em que estudou e desempenho na escola). De qualquer modo, os modelos apresentaram fraco ajustamento frente aos dados de “posição”.

Por fazerem perguntas distintas, as tradições de prestígio ocupacional e de *status attainment* respondem de modo distinto aos resultados. Como seus dados se afastaram dos resultados de outras pesquisas realizadas em cidades norte-americanas (principalmente pela forte correlação com religião e ocupação do pai como autônomo), Erlanger viu nos dados agregados nacionais o nivelamento das diferenças entre cidades que, nas suas particularidades, comporiam efeitos diferenciados para os atributos da composição social na “realização” (que não é a mesma coisa que prestígio) dentro das ocupações.

Vistos em conjunto, esses estudos em estratificação interna das ocupações (e a de prestígio é particularmente mais interessante para nosso caso), indicam a necessidade de se buscarem formas de entender as complexas intersecções entre as ocupações e a sociedade: a relação de mão dupla entre composição social e prestígio, as formas como se organizam institucionalmente, suas características de trabalho e prática (relações com clientes, ambientes de prática) e os contextos nacionais e locais que dinamizam a relação conhecimento-prática-necessidade social (apesar de que em alguns casos é uma variável substituta de prestígio, como tamanho da firma ou assalariamento, que se tenta explicar).

Abbott (1981) propôs uma teoria que vai em outra direção. Por trás das hierarquias de prestígio intraprofissionais estão as diferenças intrínsecas à divisão do trabalho interno ao grupo ocupacional que possibilitam que uns se aproximem mais do que o autor define como “pureza profissional”: “*by professional purity I mean the ability to exclude*

nonprofesional issues or irrelevant professional issues from practice. Within a given profession, the highest status professionals are those who deal with issues predigested and predefined by a number of colleagues. These colleagues have removed human complexity and difficulty to leave a problem at least professionally defined, although possibly very difficult to solve” (Abbott, 1981: 823-824). O cerne da definição reside no conhecimento profissional enquanto sistema cultural, e que tenta excluir as “impurezas” que mancham as classificações e categorias definidas, o que no caso das profissões acontece quando este conhecimento se depara com a realidade (e a conseqüente falta de encaixe perfeito entre os problemas reais e as classificações elaboradas pelos sistemas de conhecimento). Utilizando outros termos comuns a teoria de Abbott (1981 e 1988), maior prestígio terão os grupos responsáveis pela inferência (ou seja, que atuam dentro do próprio sistema de conhecimento profissional) do que os responsáveis pelo diagnóstico e pelo tratamento (quando os problemas precisam ser transformados e traduzidos, do cliente para o profissional e vice-versa).

Desse modo, para o caso do Direito, os advogados que trabalham em grandes corporações tem mais prestígio porque, segundo Abbott, a própria corporação é uma criação dos advogados. Quanto mais uma especialidade depende exclusivamente do contato com clientes, em situações que envolvem sentimentos e comportamentos que não se encaixam no tipo de conhecimento próprio de uma profissão, menor será seu prestígio de acordo com seus pares – e, para Abbott, a mesma variável “desafio intelectual” utilizada por Laumann e Heinz (1977) seria uma evidência nessa direção, pela valorização do conhecimento e da resolução de problemas estritamente dentro dos limites do Direito.

O paradoxo que Abbott (1981) nos apresenta é que o prestígio das ocupações em geral, conferido pelo público reside justamente no que denomina por “contato efetivo com a desordem”, idéia baseada na teoria da deferência de Shils: “(...) *professionals enjoy high status because of the order-giving power that proceeds from their application of esoteric knowledge. While this power over disorder is most obvious in medicine, psychiatry, law, and the clergy, in fact all the professions attempt to tame disorder or to create new order*” (Abbott, 1981: 829). O carisma da desordem, da impureza (contido no seu potencial de transformação), é transferido para quem o controla, e isso se dá no contato ativo entre os

sistemas profissionais de conhecimento e a complexidade do mundo real. Assim, “*the admired specialties are not referral specialties with their high incomes, but front-line, lower income specialties in immediate contact with disorder. Even the poorest country doctor can look death in eye*” (Abbott, 1981: 830).

Como valorizam atributos diferentes nas ocupações e nos seus segmentos, o resultado do paradoxo é que os profissionais, buscando o respeito de seus pares, desenvolvem estratégias de “regressão profissional” – em direção a pureza, se afastando do contato – que vão na contramão do público, o que ocasiona a perda de seu prestígio em geral.

Finalmente, alguns comentários sobre a pesquisa de Sandefur (2001), que testa comparativamente as teorias de Laumann e Heinz e de Abbott a partir de novos dados coletados em uma pesquisa com advogados de Chicago em 1995, também utilizando a mesma estrutura geral dos estudos NORC. Aqui os escores de prestígio utilizados foram a soma das duas categorias de maior prestígio. E uma série de variáveis representando as duas teorias – os tipos de clientes e o desafio intelectual *versus* a quantidade de trabalho de direção e supervisão de outros advogados em matérias legais e não administrativas, a frequência a cortes de apelação e, mais uma vez, o desafio intelectual das especialidades. Esta última variável, presente em ambas, tem diferentes articulações teóricas (para a teoria do tipo de cliente, faz parte de uma explicação que destaca as relações das especialidades com a ordem econômica, ou seja, com clientes de posição social mais elevada; para a teoria da pureza, não é tanto o desafio que confere prestígio mas sim o fato do desafio ser estritamente jurídico). Os modelos de regressão múltipla para cada uma das duas teorias explicaram mais de 50% da variação dos escores. Quando testadas em conjunto, as variáveis relativas às características do trabalho das especialidades apresentaram coeficientes maiores que as relativas aos tipos de clientes. No entanto, essas últimas variáveis também apresentaram efeitos, depois de controladas as demais. Em outras palavras, ambas as teorias encontraram suporte nos dados.

No caso desta pesquisa com os egressos em Ciências Sociais, os dados possibilitam verificar, em linhas gerais, a adequação da teoria de Abbott (a de Laumann e Heinz diz respeito apenas ao Direito). Outras análises que remetem às interrelações entre ocupação e sociedade serão discutidas a partir dos dados da composição social dos grupos

de prestígio no capítulo seguinte, apesar da limitação dos dados (seriam necessárias informações sobre as características das atividades, níveis de autoridade e responsabilidade etc.). À diferença destes estudos relativos ao Direito e à Medicina que apresentei anteriormente, não trato aqui de especialidades mas de atividades. Nessas outras áreas tanto os grupos acadêmicos quanto os não-acadêmicos estão estabelecidos e a parte acadêmica é proporcionalmente menor, apesar de sua importância no que diz respeito ao prestígio; como diz Abbott: “*within a given profession, academic professionals receive salaried notoriously incommensurate with their high status*” (Abbott, 1981: 821).

Desse modo, é a linha entre ciência social acadêmica e não-acadêmica que mais interessa aqui, visto que representa mais claramente o que Abbott considera como diferenças de “pureza profissional”. A hipótese é que a hierarquia de prestígio feita pelos pares valorizaria mais as atividades de pesquisa ou universitárias do que a feita pelo público. Como “público” aqui utilizaremos aqueles formados em Ciências Sociais que, por não trabalharem na área, apresentam trajetórias no mercado de trabalho relacionadas a outras profissões ou atividades “fora” das Ciências Sociais. Além disso, essa valorização teria que ser percebida mesmo excluindo as avaliações dos acadêmicos ou universitários.

Assim, vou me utilizar daquela distinção que mencionei no primeiro capítulo sobre as atividades dos meus respondentes que indica se estão “dentro” ou “fora” da área. O parâmetro para as atividades da área (e que ajudaram também a compor as 21 atividades presentes no questionário) foi: de alguma medida essa ocupação pode requerer – tipicamente – o conhecimento aprendido – idealmente – nos cursos de Ciências Sociais? Nesta categorização inclusiva aqueles cuja ocupação envolve como requisito apenas os quatro anos a mais de escolaridade também foram incorporados (contanto que não em outra profissão ou área específica), como no caso dos funcionários públicos sem atividades especializadas em conexão com as Ciências Sociais, considerados como dentro da área (as exceções foram para funcionários concursados em nível médio ou em áreas administrativas). Como há um toque de arbitrariedade em toda categorização, listarei a seguir todas as respostas em que poderia haver margem para diferentes interpretações, em alguns casos preservando parte da íntegra das respostas (para que os respondentes não possam ser identificados).

1. “DENTRO” (categorias das atividades [**em negrito**] e respostas tal como no questionário [*em itálico*]):

1.1. ACADÊMICOS

- **Professor em universidade (pública e particular)**
- **Pesquisador acadêmico** (*bolsista de pós-graduação, pesquisador pós-doutorando, pesquisador assistente*);
- Houve um caso de alto cargo em instituições universitárias (*pró-reitora em universidade particular*)
- Poderia incluir também aposentados com trajetória acadêmica (mas não teve nenhuma ocorrência)

1.2. EXTRA-ACADÊMICOS

- **Cargo político ou de confiança em instituições públicas** (*coordenadora de setor em prefeitura, assessoria política e parlamentar, funcionários públicos enquanto diretores, assessores temporários*)
- **Funcionário público, como profissionais de Ciências Sociais** (*profissional em organização de arquivos históricos, agente de relações internacionais e cooperação internacional, assistente de direção e coordenador de projetos, analista de desenvolvimento institucional, técnico social*)
- **Funcionário público, como profissionais de qualquer curso superior** (*servidor público, técnica em educação, analista de educação ambiental, funcionário público federal, auditor fiscal tributário municipal, supervisor de arrecadação, analista financeiro, supervisão de assistência social, assistente técnico*)
- **Assessoria em organizações não-governamentais** (*dirigente de instituição sem fins lucrativos, pesquisadora em ongs, formadora de empreendimentos populares, assistente de pesquisa em ong, coordenação de projetos*)
- **Assalariado de nível intermediário em empresas** (*analista de sustentabilidade em empresa, consultora interna de RH, antropólogo em empresa de urbanismo, assessoria técnica em segurança do trabalho*)
- **Analista de dados e pesquisador em empresas** (*analista de informação em agência de comunicação*)
- **Assessoria em sindicatos de trabalhadores** (*técnicos e formadores sindicais em instituição sindical*)
- **Editor ou redator de conteúdo em meios de comunicação especializados** (*editora*)
- **Analista de dados e pesquisador em instituições governamentais**
- **Assalariado da área de opinião pública ou de marketing político**
- **Consultor (para empresas ou instituições públicas)**
- **Professor para ensino médio (em qualquer disciplina)**

1.3. FORMADOS ENTRE 2000 E 2005

- Todos exceto aqueles em outra profissão – por outro curso superior ou especialização em outra área (*produção cultural e artística, funcionário público administrativo, recepcionista, auxiliar de atendimento, designer, corretor, desempregado, rentista, voluntário*)

2. “FORA”

- **Outras profissões e formações** (*advogados e procuradores, jornalistas, psicanalistas e psicólogos, analistas de sistemas, tradutores, redatores publicitários, administradores*)
- **Empresário e comerciante**
- **Professor de ensino infantil e fundamental**
- **Cargo de direção, supervisor e coordenador em escolas** (*educadora – coordenação em escola*)
- **Funcionário público de nível médio e na área administrativa** (*assistente de planejamento e controle administrativo, oficial de justiça, técnica judiciária, assistente técnico-administrativa*)
- **Vendas, serviços e outras atividades** (*gerente de vendas, secretárias, agente de viagens, bancária, terapeutas corporais, profissional autônomo*)
- **Alguns tipos de consultores** (*consultoria em tecnologia da informação*)
- **Aposentado e pensionista**

Desse modo, os respondentes foram separados de acordo com sua ocupação atual e trajetória: “dentro” estão aqueles categorizados, de modo bem inclusivo, nas atividades listadas pelo questionário como de cientistas sociais; apenas parte do grupo considerado “dentro” é formado então pelos acadêmicos – principalmente professores de universidades públicas e privadas, pesquisadores acadêmicos e bolsistas; e “fora” estão os demais, ou seja, em atividades não relacionadas tipicamente ao trabalho de cientista social ou em áreas profissionais ou ocupacionais diversas. Incluídos “dentro” da área estão também os formados entre 2000 e 2005 pela instabilidade que caracteriza a transição para o mercado de trabalho e pela socialização ainda recente, contanto que não apresentem outra formação superior.

Pelo fato de que interessa agora extrapolar nossa amostra e pensar nas diferenças de valorização de um grupo mais amplo de cientistas sociais (esta será a base com a qual analisarei as trajetórias profissionais no próximo capítulo), os dados que formaram os *rankings* da Tabela 4.12 estão ponderados.

Uma comparação entre os valores de referência (última coluna da tabela, onde estão os resultados para toda a amostra) e apenas aqueles considerados “dentro” indica muitas semelhanças. Apenas duas inversões de postos (em destaque com sombreado) e entre posições adjacentes. Esta hierarquia feita pelos pares que trabalham “dentro” da área representa de modo mais acurado uma estimativa da segmentação intraprofissional de prestígio entre os cientistas sociais (embora pequenas diferenças não sejam suficientes para caracterizar fronteiras entre as atividades). Mesmo sem os respondentes em atividade no ambiente acadêmico, e assim seu viés ocupacional pode ser eliminado, a atividade de professor em universidade pública ainda permanece como o posto mais alto, embora com pequena diferença frente aos cargos políticos de confiança, que passa ao segundo posto. Este segundo *ranking* apresentou uma maior diferença frente aos valores de referência, principalmente na parte inferior da tabela, mas todas são pontuais e não indicam grande variação frente à amostra total. É interessante notar que as atividades acadêmicas, indicadoras de “pureza profissional” estão posicionadas de modo semelhante nos dois primeiros *rankings*: isso pode ser interpretado como consistente com a teoria de Abbott, já que mesmo sem considerar os acadêmicos, as posições que representam maior “pureza” apresentaram valorização semelhante entre os que estão “dentro” da área.

TABELA 4.12. RANKING DAS ATIVIDADES PELOS CIENTISTAS SOCIAIS ATUANTES NA ÁREA (SEGMENTAÇÃO INTRAPROFISSIONAL)

Posição dos respondentes em relação à área ATIVIDADES	“DENTRO” (N 141) <i>prestige scores</i>	ranking	“DENTRO” sem acadêmicos (N 80) <i>prestige scores</i>	ranking	“FORA” (N 86) <i>prestige scores</i>	ranking	valores de referência amostra total (N 230)
Professor em universidade pública	80,9	1	79,5	1	76,8	3	79,6 / 1
Empresário da área de opinião pública ou de marketing político	77,4	2	77,3	3	83,0	1	79,1 / 2
Analista de temas políticos e sociais nos meios de comunicação de massa (jornais, televisão etc.)	73,6	4	74,5	4	78,0	2	75,4 / 3
Cargos políticos ou de confiança em instituições públicas	76,4	3	78,3	2	69,5	7	74,4 / 4
Consultor (para empresas ou instituições públicas)	70,0	5	70,2	5,5	71,0	5	70,4 / 5
Editor ou redator de conteúdo em meios de comunicação especializados (revista de divulgação, periódico)	68,4	6	70,2	5,5	73,3	4	70,0 / 6
Professor em universidade particular	65,6	8	67,4	8	70,6	6	67,5 / 7
Pesquisador acadêmico	67,7	7	67,9	7	58,6	12	64,8 / 8
Assessoria em organizações não-governamentais	63,3	9	66,2	9	62,9	9	63,0 / 9
Analista de dados e pesquisador em instituições governamentais	63,2	10	62,7	10	59,0	11	61,7 / 10
Funcionário público, por concurso (exceto professores), como profissionais de Ciências Sociais	61,7	11	62,6	11	57,6	13	60,5 / 11
Assessoria em sindicatos patronais	59,1	12	59,3	13	64,0	8	60,3 / 12
Funcionário público, por concurso (exceto professores), como profissionais de qualquer curso superior	58,4	13	58,8	15	59,5	10	58,9 / 13
Assessoria em sindicatos de trabalhadores	58,3	14	59,7	12	57,2	15	57,6 / 14
Assalariado da área de opinião pública ou de marketing político	57,1	15	55,6	16	57,3	14	56,9 / 15
Analista de dados e pesquisador em empresas	56,1	16	59,1	14	56,4	16	56,4 / 16
Assalariados de nível intermediário em empresas (RH, planejamento etc.)	54,7	17	54,1	18	52,1	17	53,9 / 17
Professor em cursos temporários de curta duração	52,9	18	55,1	17	51,6	18	52,2 / 18
Professor para ensino médio (em aulas de sociologia)	45,4	19	49,9	19	50,7	19	47,3 / 19
Professor para ensino médio (em outras disciplinas)	43,9	20	48,4	20	49,7	20	45,9 / 20
Entrevistador, pesquisador de campo, coletores de dados	36,7	21	38,3	21	39,3	21	37,3 / 21

[Notas] Cálculos utilizaram amostra ponderada / Tabela ordenada segundo os valores de referência / Ns sem ponderação / Soma do “dentro” e do “fora” é diferente da amostra total devido a 3 casos de sem resposta (não foi possível incluir em um dos grupos).

Já o *ranking* apenas dos que estão “fora” da área indicou diferenças bem significativas (sombreadas aqui estão os postos que não apresentaram alteração), um resultado que confirma que as trajetórias profissionais influenciam a valoração das atividades dos cientistas sociais. Agora, são os empresários de opinião pública que estão no topo do *ranking*, seguidos pelos analistas nos meios de comunicação de massa, atividades relacionadas com o contato ordenador frente à complexidade dos fenômenos sociais, a linha de frente das Ciências Sociais em contato com a mídia e com a política. Apesar de professor em universidade pública e pesquisador acadêmico apresentarem menor valorização, a de professor em universidade particular alcançou seu maior posto, provavelmente porque quem está “fora” não vê muita diferença entre os ambientes da docência superior.

Apesar de fornecer elementos para entender as diferentes hierarquias, a dinâmica do prestígio profissional como descrita por Abbott não é a única em operação (ainda mais porque o indicador utilizado aqui representa múltiplos critérios). O fato de que os cientistas sociais considerados como “dentro” indicaram uma avaliação bem elevada para empresários, analistas na mídia e cargos políticos (ao invés de deferência centralizada majoritariamente na pureza profissional) pode indicar os reflexos da multiplicidade de critérios e processos ou a permeabilidade das Ciências Humanas com os campos “externos” mesmo após a institucionalização acadêmica (Schwartzman, 1991).

Os três grupos concordam com a base da hierarquia das atividades: os professores de ensino médio e os coletores de dados são os menos recompensados. E são seguidos de perto pelos que trabalham em empresas, como assalariados de nível intermediário ou como analistas de dados, apesar de uma certa inclinação positiva na avaliação daqueles de “fora”, tendência também percebida para a atividade de assessoria em sindicatos patronais. É interessante notar também que neste último grupo a atividade de funcionário público como profissional de Ciências Sociais é menos valorizada que a de qualquer outro curso superior. Em geral, é possível distinguir padrões de valorização diferentes entre os primeiros dois e o último grupo, que, apesar de não constituir um público externo, mantém relação distante (ou em processo de distanciamento) em relação à formação e à carreira. A partir da hierarquização realizada pelos que ainda estão próximos poderei, no próximo capítulo,

analisar a composição das atividades e a trajetória dos meus respondentes.

QUADRO 4.2. COMPARAÇÃO ENTRE PESQUISAS DE PRESTÍGIO INTRA-OCUPACIONAL APRESENTADAS AO LONGO DO TEXTO

PESQUISA	QUESTÃO SOBRE PRESTÍGIO	RESPOSTAS	Nº DE ÁREAS/ SEGMENTOS AVALIADOS
HEINZ AND LAUMANN (1977) [pesquisa realizada em 1975]	On the following specialty list would you please indicate the general prestige of each specialty within the legal profession at large.	5 categorias, “from outstanding to poor”	Direito: 30
SANDEFUR (2001) [pesquisa realizada em 1995]	Respondents were asked to rate each field of law (...) in terms of its “general prestige... within the legal profession at large”	5 categorias, de 1 a 5, onde 1 indicava “poor” e 5 indicava “outstanding”	Direito: 42
ESTA PESQUISA	Analisando somente o mercado de trabalho para cientistas sociais, em qual posição social você considera que estão aqueles que trabalham nas seguintes atividades	Escala de 1 a 5 (1 para o nível mais baixo e 5 para o nível mais alto)	Ciências Sociais: 21 Economia: 15

Capítulo 5. A composição social dos subgrupos e suas (co)variações

No final do capítulo anterior, apresentei dois constructos para uma análise sociológica dos subgrupos ocupacionais: a fronteira de atuação dentro e fora da área e o que poderia ser a hierarquia interna de prestígio intra-ocupacional para as Ciências Sociais, a partir das avaliações realizadas pelos egressos. Ambos estão baseados em discussões teóricas apresentadas em outros pontos deste texto. Para este capítulo, ambos convergirão para uma análise de dados mais intensiva a respeito da composição social dos segmentos ocupacionais e das diferenças entre eles. Em outras palavras, a pergunta a ser respondida aqui é: há diferenças significativas na composição social (mais mulheres ou mais brancos ou mais indivíduos extraídos das classes manuais, por exemplo) entre esses subgrupos? As variáveis sócio-econômicas que indiquei no primeiro capítulo como as mais relevantes serão retomadas (com o acréscimo da variável “renda”), algumas como explicativas, e nossos constructos serão as variáveis que se pretende explicar, nas relações e modelos adiante.

A forma como estas diferenças serão procuradas (incorporando variáveis em modelos e buscando significância estatística) tem aqui sustentação analítica nos procedimentos estatísticos baseados na razão das chances (“*odds ratio*”). A razão das chances funciona como medida de associação em tabelas de contingência (ou de dados qualitativos cruzados) indicando os efeitos de uma variável (independente ou preditora ou explicativa) sobre outra (resposta ou dependente). Aqui, estas últimas (dependentes) serão sempre codificadas como dicotômicas (ou “*dummy*”), ou seja, em duas categorias complementares⁵⁶, o que faz com que possam ser tratadas, também nos seus resultados com referência à razão das chances, por meio de regressões logísticas binárias.

O uso dessas técnicas nas Ciências Sociais vêm crescendo bastante desde a década de 70, paralelamente à análise de dados categóricos⁵⁷ baseada em modelos log-lineares, e o

⁵⁶ Por exemplo, como a probabilidade de um evento ocorrer (P) e não ocorrer (1 – P), do sexo do respondente ser homem (P) ou mulher (1 – P) etc.

⁵⁷ Alguns autores preferem a terminologia “dados qualitativos” ou “nominais” para este tipo de dado em que as relações numéricas são buscadas não nas magnitudes dos atributos em si, mas na frequência em que aparecem (e as categorias podem inclusive indicar diferentes magnitudes). Eu prefiro “categóricos” para diferenciá-los da pesquisa social qualitativa, cuja análise não é tratada estatisticamente.

mesmo acontece com a literatura (Morgan e Teachman, 1988; Silva, 1990; Pampel, 2000; O’Connell, 2006) e com a complexidade das questões que poderiam ser abordadas em uma área de pesquisa dinâmica como essa (as melhores medidas de ajuste, a estandardização dos coeficientes, a interpretação das mudanças em termos de probabilidades, os modelos que acrescentam as dimensões ordinais das variáveis dependentes etc.). Porém, uma vez mais, optei por não sobrecarregar o texto com a linguagem técnica estatística (equações e fórmulas) e com debates que extrapolem o objetivo central deste capítulo. O que talvez seja uma utilização um pouco superficial tem sua justificativa no intuito de retirar daqui informações substantivas.

Ao longo do capítulo, estarei às voltas com outras limitações: a primeira diz respeito ao tamanho da amostra, pelo fato de que aqui tipifico e analiso subdivisões em grupos – alguns desses subgrupos ficarão com poucos casos e ocorrerão até mesmo grupos sem nenhum caso, limitando o tipo de tratamento estatístico que pode ser realizado; a segunda refere-se à construção dos dados: as análises estão vinculadas para a resposta fornecida à questão sobre a “principal atividade profissional atual”, o que poderia “cristalizar” a dinâmica da mobilidade entre os grupos em uma composição social apenas momentânea. Para suplantar este último limite utilizei dados a respeito de toda a trajetória dos respondentes, tal como eles me informaram em uma outra seção do questionário.

Mas primeiro apresentarei dados sobre a composição social dos subgrupos (ao longo de uma crescente diferenciação) para em seguida proceder à análise por *odds ratio*. Este será o procedimento básico até as regressões logísticas, onde poderei utilizar uma abordagem mais intensiva de análise de dados.

Uma análise na fronteira

Em um nível descritivo, podemos desagregar os dados (o que chamo aqui por “composição social”) e procurar diferenças nas porcentagens nos atributos entre os grupos,

como sexo, idade, cor e origem social⁵⁸. E a primeira divisão possível para esta desagregação é entre os respondentes que trabalham dentro ou fora da área das Ciências Sociais, tal como indiquei anteriormente. Mas com uma diferença de procedimento: a categorização incluirá todos os respondentes, mesmo aqueles formados entre 2000 e 2005 que, apesar de não estarem trabalhando na área, foram incorporados ao grupo que trabalha dentro dela no capítulo anterior, considerando a possibilidade de que compartilhariam as avaliações das diferentes atividades dos cientistas sociais. As questões agora possuem um substrato mais “posicional”, mesmo sendo, ao fim e ao cabo, grupos puramente abstratos. Com a Tabela 5.1 é possível visualizar um conjunto de informações comparativas sobre os dois lados dessa fronteira imaginária.

Tomando a distribuição de toda a amostra como referência, as diferenças nas porcentagens entre os dois grupos variam bastante: a menor diferença foi na composição étnico-racial (9,4% contra 13,3%) e a maior na proporção de concluintes de mestrado e doutorado (71,3% contra 15,2%). No geral, o grupo dos que trabalham fora da área indicaram uma sobrerrepresentação de mulheres, de pardos e negros, de origem social nos estratos manuais e menos escolarizados. O grupo dos que trabalham na área avança mais freqüentemente além da graduação (pelo viés profissional no meio acadêmico). Este fato combinado com a parcela significativa de pós-graduandos formados nas últimas duas décadas faz com que, no agregado, tanto a faixa etária quanto o nível salarial deste grupo sejam inferiores. Os valores salariais médios refletem também a maior porcentagem de dupla graduação (e conseqüentemente, mais alternativas de inserção profissional) para os que trabalham fora da área.

⁵⁸ Não estou preocupado neste ponto se essas diferenças são estatisticamente significantes (ou seja, se tem uma chance remota de ocorrer caso estivéssemos com outra amostra) e valem para toda a população, que é uma função do tamanho da amostra.

TABELA 5.1. COMPOSIÇÃO SOCIAL DOS SUBGRUPOS DENTRO E FORA, POR VARIÁVEIS SELECIONADAS

SUBGRUPOS	Dentro	Fora	TOTAL
VARIÁVEIS			
<i>(analíticas 1: dummies)</i>			
Sexo (<i>1 = feminino</i>)	55,4 %	61,4 %	58,6 %
Cor e raça (<i>1 = pardos, negros ou pretos</i>)	9,4 %	13,3 %	11,3 %
<i>(analíticas 2: ordinais para origem social)</i>			
Pai com educação superior ou mais	43,2 %	23,7 %	36,4 %
Mãe com educação superior ou mais	25,5 %	18,9 %	23,0 %
Pai trabalhador manual	25,7 %	43,5 %	31,9 %
Pai de profissão antiga ou com alto cargo político e empresarial	17,3 %	11,7 %	15,1 %
<i>(analíticas 3: mais educação superior)</i>			
Dupla graduação (<i>1 = cursou ou cursa</i>)	20,5 %	37,4 %	27,1 %
Pós-graduação (<i>1 = mestrado e doutorado</i>)	71,3 %	15,2 %	47,3 %
<i>(descritivas)</i>			
Menos de 40 anos de idade	55,2 %	33,4 %	45,7 %
Média da renda mensal (da atividade principal) ^a	4.296,00	5.789,00	4.865,00
Média da renda mensal (todas as atividades) ^a	4.742,00	6.844,00	5.558,00
N do grupo (sem ponderação) ^b	126	101	230 ^c

[*Legendas*] a. A “atividade principal” a que esta média de renda faz referência é aquela com a qual foram feitas as demais categorizações; a diferença para a renda de todas as atividades seria nula caso todos indicassem apenas uma atividade; evidentemente, há também a possibilidade de não-resposta em cada; quando mais de um valor foi indicado (em faixa ou diferenciando bruto e líquido) foi considerada o menor / b. Não estão incluídas nesses totais as não-respostas para cada uma das variáveis / c. inclui toda a amostra, inclusive as três respostas em que não foi possível posicionar como dentro ou fora.

Outro modo de descrever as diferenças entre os grupos é pela razão das chances (*odds ratio*). Peguemos o exemplo da variável sexo: a diferença porcentual de 6,0% na composição de mulheres diz respeito às seguintes frequências em uma tabela de contingência 2x2, logo abaixo (Tabela 5.2): entre as mulheres, a distribuição nos grupos é de 72 dentro e 58 fora (em outras palavras, a chance – *odds* – de uma mulher na amostra trabalhar na área é de 1,24, ou 72 / 58, para cada uma que trabalha fora da área); e entre os homens, 59 dentro e 37 fora (chance de 59 / 37 ou 1,59). Se a distribuição entre os dois grupos fosse igual a chance seria de 1 para 1. Em outras palavras, tanto homens quanto mulheres tem mais chance de trabalhar na área do que fora.

Outra forma de calcular as chances é pela razão das porcentagens dicotômicas

calculadas na linha, isto é, 55,4% de mulheres neste grupo (vimos na primeira coluna da Tabela 5.1) dividido por seu complemento (100% – 55,4% ou 44,6% de mulheres fora). Apesar da direção das chances estar nos dois casos no mesmo sentido (maiores que 1), os homens levam uma pequena vantagem. Assim, comparadas com os homens, as mulheres tem menos chance de trabalharem dentro da área: a razão das chances – *odds ratio* – é de 0,779 para 1 (o mesmo resultado seria possível ao dividir os produtos cruzados das frequências)⁵⁹. Se ambos os grupos tivessem a mesma distribuição de sexo, a razão das chances também seria de 1 para 1, agora de mulheres frente aos homens, ambos trabalhando na área. Se a comparação for entre homens frente as mulheres, inverte-se numerador e denominador na razão das chances (1,28 para 1). No caso em questão, a diferença nas razões das chances indica a associação do sexo com a composição dos subgrupos dentro e fora. É possível precisar o que as diferenças nas chances implicam em termos da mudança percentual, calculando $100 \times (odds\ ratio - 1)$; no caso em questão, as mulheres possuem aproximadamente 22% menos chances que os homens de trabalharem na área, apesar de serem a maioria entre os egressos da amostra.

O passo seguinte consiste em comparar esse resultado com o de um teste qui-quadrado para a mesma tabela, de modo a ver se podemos descartar a possibilidade de encontrarmos a mesma diferença nos dados em uma situação de independência entre as variáveis. Como já comentei anteriormente, se a composição dos grupos não estiver associada em relação a sexo, a razão das chances seria 1 e as porcentagens das células da tabela 2x2 (analisadas no sentido das colunas) seriam as mesmas, como está calculado na parte inferior da Tabela 5.2.

⁵⁹ As pequenas diferenças que existem entre alguns valores resultam dos arredondamentos e da ponderação.

TABELA 5.2. CÁLCULO DA RAZÃO DAS CHANCES (odds ratio) E DO TESTE QUI-QUADRADO PARA SEXO NA COMPOSIÇÃO DOS SUBGRUPOS DENTRO E FORA (dados ponderados)

SUBGRUPOS SEXO	Dentro	Fora	TOTAL	Odds a	Odds b
Feminino	72	58	130	$72 / 58 = 1,24$	$55,4 \% \text{ (ou } 72 / 130) / 44,6 \% \text{ (ou } 58 / 130 \text{ ou } 1 - 0,554) = 1,24$
Masculino	59	37	96	$59 / 37 = 1,59$	$61,5 \% \text{ (ou } 59 / 96) / 38,5 \% \text{ (ou } 37 / 96 \text{ ou } 1 - 0,615) = 1,59$
TOTAL	131	95	226	Odds ratio (F D) = $1,24 / 1,59 = 0,779$ (ou $72 \times 37 / 59 \times 58 = 2664 / 3422 = 0,778$) Odds ratio (M D) = $1,59 / 1,24 = 1 / 0,779 = 1,28$	

(frequência esperada sem associação)

SUBGRUPOS SEXO	Dentro	Fora	TOTAL	OBSERVADO – ESPERADO	Dentro	Fora
Feminino	$(130 \times 131) / 226 = 75,4$	$(130 \times 95) / 226 = 54,6$	130	Feminino	$72 - 75,4 = -3,4$	$58 - 54,6 = 3,4$
Masculino	$(96 \times 131) / 226 = 55,6$	$(96 \times 95) / 226 = 40,4$	96	Masculino	$59 - 55,6 = 3,4$	$37 - 40,4 = -3,4$
TOTAL	131	95	226	$X^2 = (-3,4)^2 / 75,4 + (3,4)^2 / 54,6 + (3,4)^2 / 55,6 + (-3,4)^2 / 40,4 = 0,836 \text{ (gl} = 1) \mid p = \mathbf{0,361}$		

Assim, em uma situação de independência, as mulheres representariam 57,5% (ou 130 / 226) nos dois grupos, ou seja, 75,4 dentro e 54,6 fora. Mas as frequências observadas foram, respectivamente 72 e 58. O valor do qui-quadrado consiste na soma das diferenças quadradas entre frequência observada (72) e esperada sem associação (75,4), cada uma dividida pela frequência esperada. Os resultados podem ser então comparados com uma tabela de valores críticos de qui-quadrado, encontrada em inúmeros livros de estatística, de acordo com o tipo de tabela (o que equivale a calcular o número de “graus de liberdade” pelo produto entre o número de colunas menos 1 e número de linhas menos 1; o que importa aqui ressaltar é que, no caso de uma tabela 2x2, existe apenas 1 grau de liberdade).

Com uma tabela deste tipo, pode-se ver que, com 1 grau de liberdade e no nível de significância que estou utilizando (5% ou 0,05), o valor crítico de X^2 é 3,84; em outras

palavras, essa seria a diferença mínima entre os valores observado e esperado para que se possa descartar a hipótese de independência. Por ser um teste que leva em consideração o tamanho da amostra, o que não ocorre com a razão das chances, os valores das diferenças encontradas fazem referência também a probabilidade de que sejam encontradas também na população. No caso em questão, significa que, se selecionarmos amostras do mesmo tamanho, o valor de qui-quadrado de 0,836 poderia ser encontrado em 36,1% delas (valor p ou significância), todas elas com as duas variáveis independentes. Grandes diferenças e altos valores do qui-quadrado são então raros de ocorrer em situação de independência (reduzidas probabilidades) e fornecem assim baixos valores de p, sendo que o limite convencional da significância estatística é aquele menor que 0,05. Em suma, sobre a relação entre sexo e composição dos subgrupos dentro e fora, a razão das chances foi suficiente para indicar uma tendência mas os valores não atingiram significância, ou seja, não podemos rejeitar a hipótese de que não estejam relacionados.

Outra forma (e analiticamente paralela) de mensurar a força da relação entre as duas variáveis, ambas dicotômicas, é por meio de uma regressão logística, tomando a posição dentro ou fora como dependente (y) e sexo como independente (x). Modelos deste tipo relacionam linearmente mudanças na variável x (neste caso, homens ou mulheres) com *logits* (ou logaritmo natural das chances de ocorrência de y)⁶⁰. E outras variáveis podem ser incorporadas no modelo de modo aditivo. Para encontrar a razão das chances, basta exponenciar os coeficientes (B), sempre cuidando das categorias tomadas como referência nas dicotomias; aqui, “dentro” e “mulheres” são as referências e, assim, a razão das chances fornecida pelos coeficientes indicaria a chance de mulheres estarem trabalhando na área em relação aos homens, exatamente como na Tabela 5.2 acima. Um modelo simples de regressão logística binária entre as duas variáveis fornece o seguinte resultado:

⁶⁰ Em outras “palavras”, $\ln [P(y) / 1 - P(y)] = a + Bx$, sendo a = constante ou intercepto.

TABELA 5.3. REGRESSÃO LOGÍSTICA BINÁRIA COM POSIÇÃO NO SUBGRUPO DENTRO OU FORA COMO VARIÁVEL RESPOSTA E SEXO COMO EXPLICATIVA

	B	erro padrão	Wald	gl	sig.	exp(B)	intervalo exp(B)
Sexo (<i>1 = feminino</i>)	-0,256	0,275	0,871	1	0,351	0,774	0,452 – 1,326
Constante	0,471	0,211	5,004	1	0,025	1,602	

O modelo relacionando as duas variáveis poderia ser escrito da seguinte forma: $\ln(\text{chance Dentro} \mid \text{Fora}) = 0,471 + (-0,256) \times \text{SEXO}$, sendo que “sexo” pode assumir os valores 0 (homens) ou 1 (mulheres).

Se *SEXO* for igual a 1 (mulheres), $\ln(D \mid F) = 0,471 - 0,256 = 0,215$, cujo exponencial natural (que é o inverso do logaritmo natural) é 1,24; se *SEXO* for igual a 0 (homens), $\ln(D \mid F) = 0,471$, cujo exponencial natural é 1,60; ambos valores correspondem às *odds* como calculadas na Tabela 5.2. O mesmo vale para o coeficiente B de -0,256, que é o mesmo valor, exponenciado, da razão das chances de ambas as categorias de referência (ou seja, 0,774 mulheres trabalham na área para cada 1 homem). Uma interpretação mais resumida é a seguinte: uma mudança de 0 a 1 na variável “sexo” (ou seja, de homem para mulher) significa diminuição de 0,256 no logaritmo das chances de trabalhar na área, isto é, de 0,471 para 0,215, levando a uma razão das chances igual a 0,774.

Além disso, com o cálculo do erro padrão dos coeficientes (uma função do tamanho da amostra), a questão da significância também pode ser avaliada, com o teste Wald – quadrado do coeficiente dividido pelo erro padrão – cujos valores são distribuídos como os do qui-quadrado, sendo os dois resultados equivalentes, apesar da pequena diferença que encontramos aqui ($X^2 = 0,836$ e $\text{Wald} = 0,871$). A probabilidade de ocorrência desses valores também é equivalente (0,361 e 0,351) considerando que a decisão de não rejeitar a hipótese da independência é a mesma. Uma forma de avaliar o reflexo deste último resultado é pela análise do intervalo de confiança da razão das chances – entre 0,452 e 1,326 – que inclui o valor 1 e, assim, poderia estar abaixo ou acima desse valor. Em

suma, os resultados são os mesmos, novas informações são agregadas e a interpretação se torna mais fácil, pois o sinal de B indica a tendência do grupo de referência frente ao seu complemento.

Na Tabela 5.4, compilei os resultados dos testes citados acima, para todas as variáveis relevantes teoricamente, que poderiam indicar uma influência de atributos sociais (status) herdados ou inscritos (sexo, cor e origem social) ou de atributos “realizados” (nível educacional do respondente) no posicionamento frente à fronteira analítica da profissão.

Desse modo, é possível ver se, ao contrário do sexo, em outras variáveis encontram-se relações mais fortes, destacadas na análise estatística. Para esta tabela, as variáveis foram inseridas em cruzamentos e em modelos logísticos binários, cada uma por vez, sendo o trabalho dentro da área a variável resposta. As variáveis de origem social (educação dos pais e ocupação do pai)⁶¹ foram incluídas como ordinais e, alternativamente, cada categoria (algumas agregadas) como dicotômicas. Como no caso da variável “educação do pai”: como ordinal, de 1 a 4, sendo 1 para a mais baixa escolaridade e 4 para a mais alta, temos um resultado de qui-quadrado significativo (ou seja, há associação)⁶², um coeficiente significativo positivo de 0,382, indicando um acréscimo de 1,466 na razão das chances para cada acréscimo de 1 nas categorias educacionais; o intervalo de confiança está integralmente acima do valor 1, reforçando ainda mais a direção positiva da relação – quanto maior a escolaridade do pai maior a chance de trabalhar na área. Desagregando as variáveis ordinais em dicotômicas (sendo que as duas primeiras foram agregadas para que células não ficassem com pouca frequência), é possível identificar que essa relação é forte somente nos extremos educacionais, sendo que para respondentes com pais de nível superior implica em uma chance 2,4 vezes maior frente os demais. A educação da mãe não apresentou a mesma força, apesar de uma relação significativa encontrada no extremo inferior. E o caso da ocupação do pai mostrou uma relação significativa quando codificada como ordinal, mas que esconde, nas categorias, sua força apenas para os pais trabalhadores manuais, com um efeito negativo estimado como uma chance de 0,453 para 1 frente aos

⁶¹ Não inclui ocupação da mãe pela alta concentração na categoria “dona de casa”.

⁶² Em uma tabela deste tipo (4x2, ou seja, com 3 graus de liberdade), o valor crítico de χ^2 é 7,81 no nível 0,05.

respondentes com pai de outra extração social. Em suma, no que toca à origem social, foram os estratos sociais manuais e menos escolarizados os que apresentaram as mais fortes relações entre a composição social e a posição dos respondentes, todas negativas.

TABELA 5.4. RESULTADOS ANALÍTICOS DA RELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS INDEPENDENTES E POSIÇÃO NO SUBGRUPO DENTRO OU FORA

DENTRO (1) variáveis independentes separadamente (X^2 em tabelas de contingência e coeficientes das regressões logísticas)	X^2	B	exp(B) ou odds ratio	intervalo de confiança (95%) da odds ratio
Sexo (dicotômica: 1 = feminino)	0,836	-0,256	0,774	0,452 – 1,326
Cor (dicotômica: 1 = pardos, negros ou pretos)	0,979	-0,396	0,673	0,288 – 1,574
Educação do pai (ordinal: categorias 1 a 4) ^a	15,695 **	0,382 **	1,466	1,159 – 1,854
Pai analfabeto, com educação primária ou fundamental incompleto (dicotômica: 1 = sim)	11,566 **	-1,063 **	0,345	0,184 – 0,648
Pai com educação fundamental (dicotômica: 1 = sim)	1,866	0,491	1,634	0,742 – 3,600
Pai com educação secundária ou técnica (dicotômica: 1 = sim)	0,717	-0,277	0,758	0,389 – 1,478
Pai com educação superior ou mais (dicotômica: 1 = sim)	8,259 **	0,895 **	2,446	1,322 – 4,528
Educação da mãe (ordinal: categorias de 1 a 4) ^a	5,449	0,266 *	1,305	1,028 – 1,656
Mãe analfabeta, com educação primária ou fundamental incompleto (dicotômica: 1 = sim)	5,139 *	-0,654 *	0,520	0,292 – 0,926
Mãe com educação fundamental (dicotômica: 1 = sim)	0,002	-0,007	0,993	0,440 – 2,243
Mãe com educação secundária ou técnica (dicotômica: 1 = sim)	1,647	0,423	1,527	0,817 – 2,855
Mãe com educação superior ou mais (dicotômica: 1 = sim)	1,318	0,385	1,469	0,746 – 2,892
Ocupação do pai (ordinal: categorias 1 a 4) ^b	8,162 *	0,338 *	1,402	1,056 – 1,859
Pai trabalhador manual (dicotômica: 1 = sim)	7,348 **	-0,792 **	0,453	0,253 – 0,811
Pai classe média ou outras atividades não-manuais de rotina (dicotômica: 1 = sim)	1,353	0,310	1,364	0,779 – 2,388
Pai proprietário urbano (dicotômica: 1 = sim)	1,349	0,473	1,605	0,643 – 4,010
Pai de profissão antiga ou com alto cargo político e empresarial (dicotômica: 1 = sim)	1,334	0,468	1,596	0,719 – 3,543
Dupla graduação (dicotômica: 1 = cursou ou cursa)	8,182 **	-0,839 **	0,432	0,293 – 0,783
Pós-graduação (dicotômica: 1 = mestrado e doutorado)	69,059 **	2,632 **	13,895	7,063 – 27,337

[Legenda] * = significativo no nível 0,05 ($p < 0,05$); ** = significativo no nível 0,01 ($p < 0,01$).

a. categorias ordinais para “educação”: 1 = analfabeto, educação primária ou ensino fundamental incompleto; 2 = fundamental ou 1º grau completo; 3 = educação secundária ou ensino médio completo; 4 = ensino superior completo (inclui pós-graduação)

b. categorias ordinais para “ocupação do pai”: 1 = trabalhadores manuais (IX, X e XI pela classificação ocupacional utilizada nesta pesquisa); 2 = classe média ou outras atividades não-manuais de rotina (IV, V, VI e VII); 3 = proprietários urbanos (III); 4 = profissões antigas e altos cargos (I e II) / proprietários rurais e aposentados excluídos desta análise.

As duas variáveis que indicam outras credenciais educacionais também indicaram relações significantes, sendo que a realização de uma pós-graduação *stricto sensu* multiplica por 13 as chances de trabalhar dentro da área (incluindo aqui atividades não-acadêmicas). Inserida em um modelo logístico contendo simultaneamente as variáveis da Tabela 5.4 (as de origem social, à princípio apenas como ordinais, no modelo 1 abaixo), ter ou não mestrado ou doutorado adquire força ainda maior, aumentando as chances em 16 vezes frente aos que não tem as mesmas credenciais em trabalhar dentro da área. Esse modelo também indica que, controlado o efeito da pós-graduação, nenhuma outra variável tem efeito significativo (a mais próxima desse limite é ocupação do pai). Esse limite (de significância) foi alcançado no modelo 2, onde foram incluídas apenas as categorias de origem social que maximizavam os seus efeitos, conforme a tabela anterior: além de pós-graduação, somente a variável dicotômica “tem ou não pai trabalhador manual” teve efeito significativo, neste caso, negativo, nas chances de se trabalhar dentro da área. Mas os dois modelos são bem próximos, em termos da variação explicada, como indicam as medidas de ajuste (R^2).

TABELA 5.5. MODELOS DE REGRESSÃO LOGÍSTICA MÚLTIPLA PARA POSIÇÃO NO SUBGRUPO DENTRO OU FORA

regressão logística múltipla (MODELO 1)	B	erro padrão	Wald	gl	sig.	exp(B)	intervalo exp(B)
Sexo (dicotômica: 1 = feminino)	0,121	0,405	0,088	1	0,766	1,128	0,510 – 2,496
Cor (dicotômica: 1 = pardos, negros ou pretos)	-0,065	0,631	0,011	1	0,918	0,937	0,272 – 3,227
Educação do pai (ordinal: categorias 1 a 4)	0,385	0,255	2,275	1	0,131	1,469	0,891 – 2,421
Educação da mãe (ordinal: categorias de 1 a 4)	-0,351	0,265	1,760	1	0,185	0,704	0,419 – 1,182
Ocupação do pai (ordinal: categorias 1 a 4) ^b	0,442	0,245	3,265	1	0,071	1,556	0,963 – 2,515
Dupla graduação (dicotômica: 1 = cursou ou cursa)	-0,735	0,430	2,922	1	0,087	0,480	0,207 – 1,114
Pós-graduação (dicotômica: 1 = mestrado e doutorado)	2,823	0,424	44,390	1	0,000	16,827	7,334 – 38,606
Constante	-1,632	0,649	6,329	1	0,012	0,196	
Nagelkerke $R^2 = 0,466$							

regressão logística múltipla (MODELO 2)	B	erro padrão	Wald	gl	sig.	exp(B)	intervalo exp(B)
Sexo (<i>dicotômica: 1 = feminino</i>)	0,167	0,407	0,168	1	0,682	1,182	0,532 – 2,626
Cor (<i>dicotômica: 1 = pardos, negros ou pretos</i>)	0,167	0,649	0,066	1	0,797	1,182	0,331 – 4,219
Pai analfabeto, com educação primária ou fundamental incompleto (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	–1,012	0,611	2,742	1	0,098	0,363	0,110 – 1,204
Pai com educação superior ou mais (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	–0,037	0,525	0,005	1	0,943	0,963	0,344 – 2,697
Mãe analfabeta, com educação primária ou fundamental incompleto (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	0,711	0,592	1,442	1	0,230	2,037	0,638 – 6,504
Pai trabalhador manual (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	–1,140	0,502	5,159	1	0,023	0,320	0,120 – 0,855
Dupla graduação (<i>dicotômica: 1 = cursou ou cursa</i>)	–0,627	0,440	2,030	1	0,154	0,534	0,225 – 1,266
Pós-graduação (<i>dicotômica: 1 = mestrado e doutorado</i>)	2,970	0,451	43,318	1	0,000	19,500	8,051 – 47,228
Constante	–0,282	0,452	0,388	1	0,533	0,754	
Nagelkerke R ² = 0,482							

[Notas] Coeficientes B não padronizados.

Mas para lançar mais luzes sobre o que esses resultados parecem indicar – que são os diplomas de pós-graduação *stricto sensu* as credenciais para entrar dentro da profissão, mesmo não-acadêmica – é necessário acrescentar um outro subgrupo, subdividindo as atividades dentro da área, e analisar sua composição, da mesma forma que fiz acima. Será o caso também de comparar os efeitos das variáveis que estão sendo testadas, e suas “refrações” quando atravessam as linhas imaginárias em direção ao modelo da atividade profissional (bem entendido, acadêmico) das Ciências Sociais.

O passo seguinte na composição social dos grupos intraprofissionais, separados os acadêmicos dos demais, está disposto na Tabela 5.6. Para algumas variáveis, pode-se entrever princípios de um efeito semelhante a um “filtro social”, com o qual se limita parte do acesso aos grupos de status com desvalorização social quando avançam em posições

ocupacionais valorizadas⁶³. Analisando apenas as diferenças percentuais, isso acontece com as proporções de mulheres e de egressos com pais no topo da escala ocupacional (a diferença para cor e raça é muito pequena). Mas relações não-lineares surgiram nos demais aspectos que destaquei para a origem social: a proporção de pais e mães com nível superior ou mais é maior entre os não-acadêmicos, e a proporção de pais trabalhadores manuais é, neste grupo, a menor. Por essas linhas gerais, portanto, não se percebe uma convergência estrita entre as hierarquias de prestígio ocupacionais e a composição pelos grupos de status. Mas terei mais a dizer sobre essa questão no que segue. Por ora, destaco a grande diferença percentual a respeito dos que concluíram mestrado ou doutorado nos três grupos. O que chama a atenção não é a proporção de 96,4% para os que trabalham na área acadêmica (porque é requisito), mas os 46% entre os não-acadêmicos, indicando entrada tardia no mercado de trabalho. Se há, em parte, algo da expansão das políticas públicas de fomento à pesquisa com bolsas de estudo (e talvez isso explique as diferenças etárias entre os grupos e a alta proporção de pais trabalhadores manuais), os freios ao acesso à pós-graduação podem apontar para a necessidade de entrar no mercado de trabalho ou de realizar outro curso superior (ou ambos).

⁶³ Não me refiro aqui a deliberadas decisões de vontade individual ou grupal de criar obstáculos a “estrangeiros”, “outros”, “diferentes” ao grupo (apesar de que isso também pode existir). Tratam-se de efeitos estruturais que, no nível individual, revelam padrões de expectativa e auto-limitação social; aquilo que Bourdieu chamaria por uma “comunhão de habitus”, direcionando as escolhas; probabilidades diferenciais de ocorrência de “circunstâncias adversas ou problemas pessoais”; e as consequências sociais das vantagens educacionais (não necessariamente privilégios) que alavancam a ascensão ou a manutenção do status dentro dos grupos. O tipo de análise de empreendo aqui apenas tateia estes processos, por meio dos seus resultados.

TABELA 5.6. COMPOSIÇÃO SOCIAL DOS SUBGRUPOS DENTRO (ACADÊMICO E NÃO-ACADÊMICO) E FORA, POR VARIÁVEIS SELECIONADAS

SUBGRUPOS VARIÁVEIS	Dentro acadêmicos	Dentro não-acadêmicos	Fora	TOTAL
<i>(analíticas 1: dummies)</i>				
Sexo (<i>1 = feminino</i>)	48,3 %	62,1 %	61,4 %	58,6 %
Cor e raça (<i>1 = pardos, negros ou pretos</i>)	9,1 %	9,6 %	13,3 %	11,3 %
<i>(analíticas 2: ordinais para origem social)</i>				
Pai com educação superior ou mais	41,6 %	44,8 %	23,7 %	36,4 %
Mãe com educação superior ou mais	21,8 %	29,3 %	18,9 %	23,0 %
Pai trabalhador manual	35,2 %	16,5 %	43,5 %	31,9 %
Pai de profissão antiga ou com alto cargo político e empresarial	20,9 %	13,8 %	11,7 %	15,1 %
<i>(analíticas 3: mais educação superior)</i>				
Dupla graduação (<i>1 = cursou ou cursa</i>)	16,1 %	25,0 %	37,4 %	27,1 %
Pós-graduação (<i>1 = mestrado e doutorado</i>)	96,4 %	46,0 %	15,2 %	47,3 %
<i>(descritivas)</i>				
Menos de 40 anos de idade	54,0 %	56,5 %	33,4 %	45,7 %
Média da renda mensal (da atividade principal) ^a	4.796,00	3.799,00	5.789,00	4.865,00
Média da renda mensal (todas as atividades) ^a	5.280,00	4.206,00	6.844,00	5.558,00
N do grupo (sem ponderação) ^b	61	65	101	230 ^c

[*Legendas*] a. A “atividade principal” a que esta média de renda faz referência é aquela com a qual foram feitas as demais categorizações; a diferença para a renda de todas as atividades seria nula caso todos indicassem apenas uma atividade; evidentemente, há também a possibilidade de não-resposta em cada; quando mais de um valor foi indicado (em faixa ou diferenciando bruto e líquido) foi considerada o menor / b. Não estão incluídas nesses totais as não-respostas para cada uma das variáveis / c. inclui toda a amostra, inclusive as três respostas em que não foi possível posicionar como dentro ou fora.

No entanto, como indiquei anteriormente, a análise pode ir além das diferenças percentuais e buscar relações significantes entre as variáveis. A Tabela 5.7 traz os resultados do qui-quadrado e das regressões logísticas (analisando os efeitos separados das variáveis) para dois pares de grupos: os que trabalham na área extra-acadêmica frente aos que estão fora da área, na primeira parte da tabela, e os dois grupos que trabalham na área (acadêmicos e extra-acadêmicos), na segunda. Em outras palavras, utilizando ainda a idéia (aqui puramente heurística porque não tem delimitação empírica real) de grupos e fronteiras, buscar-se-á as variáveis que tornam as passagens mais ou menos prováveis.

TABELA 5.7. RESULTADOS ANALÍTICOS DA RELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS INDEPENDENTES E POSIÇÃO NOS SUBGRUPOS

variáveis independentes separadamente (χ^2 em tabelas de contingência e coeficientes das regressões logísticas)	FORA (0) DENTRO NÃO-ACADÊMICOS (1)				DENTRO NÃO-ACADÊM. (0) DENTRO ACADÊM. (1)			
	χ^2	B	exp(B) ou odds ratio	intervalo de confiança (95%) da odds ratio	χ^2	B	exp(B) ou odds ratio	intervalo de confiança (95%) da odds ratio
Sexo (<i>dicotômica: 1 = feminino</i>)	0,004	0,029	1,029	0,538 — 1,969	2,254	-0,559	0,572	0,285 — 1,146
Cor (<i>dicotômica: 1 = pardos, negros ou pretos</i>)	0,658	-0,367	0,692	0,248 — 1,930	0,000	-0,058	0,943	0,290 — 3,071
Educação do pai (<i>ordinal: categorias 1 a 4</i>) ^a	16,690 **	0,413 **	1,511	1,138 — 2,008	3,320	-0,055	0,947	0,699 — 1,281
Pai analfabeto, com educação primária ou fundamental incompleto (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	10,641 **	-1,317 **	0,268	0,117 — 0,612	1,144	0,466	1,594	0,636 — 3,994
Pai com educação fundamental (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	3,669	0,789	2,200	0,917 — 5,280	1,977	-0,652	0,521	0,207 — 1,309
Pai com educação secundária ou técnica (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	1,373	-0,487	0,615	0,265 — 1,423	0,748	0,391	1,478	0,603 — 3,620
Pai com educação superior ou mais (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	7,369 **	0,961 **	2,615	1,284 — 5,325	0,193	-0,132	0,876	0,432 — 1,779
Educação da mãe (<i>ordinal: categorias de 1 a 4</i>) ^a	5,399	0,309 *	1,363	1,029 — 1,805	2,052	-0,101	0,904	0,667 — 1,225
Mãe analfabeta, com educação primária ou fundamental incompleto (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	4,838 **	-0,794 *	0,452	0,222 — 0,921	0,458	0,268	1,308	0,602 — 2,839
Mãe com educação fundamental (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	0,267	0,200	1,222	0,482 — 3,097	0,727	-0,444	0,641	0,224 — 1,834
Mãe com educação secundária ou técnica (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	0,505	0,254	1,289	0,611 — 2,716	0,684	0,325	1,385	0,651 — 2,944
Mãe com educação superior ou mais (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	2,101	0,577	1,781	0,822 — 3,859	0,851	-0,399	0,671	0,298 — 1,509
Ocupação do pai (<i>ordinal: categorias 1 a 4</i>) ^b	14,476 **	0,443 **	1,557	1,106 — 2,192	9,808 *	-0,161	0,851	0,600 — 1,207
Pai trabalhador manual (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	12,783 **	-1,339 **	0,262	0,119 — 0,575	5,729 *	0,989 *	2,688	1,152 — 6,276
Pai classe média ou outras atividades não-manuais de rotina (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	2,965	0,574	1,775	0,919 — 3,430	1,887	-0,543	0,581	0,283 — 1,193
Pai proprietário urbano (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	4,107 *	0,921	2,511	0,941 — 6,702	4,302 *	-1,149	0,317	0,097 — 1,034
Pai de profissão antiga ou com alto cargo político e empresarial (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	0,285	0,212	1,236	0,472 — 3,242	1,048	0,480	1,616	0,628 — 4,156
Dupla graduação (<i>dicotômica: 1 = cursou ou cursa</i>)	3,102	-0,582	0,559	0,278 — 1,123	1,265	-0,558	0,572	0,241 — 1,359
Pós-graduação (<i>dicotômica: 1 = mestrado e doutorado</i>)	18,762 **	1,562 **	4,767	2,268 — 10,017	41,142 **	3,456 **	31,679	7,877 — 127,404

[Legenda] * = significativo no nível 0,05 ($p < 0,05$); ** = significativo no nível 0,01 ($p < 0,01$).

a. categorias ordinais para “educação”: 1 = analfabeto, educação primária ou ensino fundamental incompleto; 2 = fundamental ou 1º grau completo; 3 = educação secundária ou ensino médio completo; 4 = ensino superior completo (inclui pós-graduação)

b. categorias ordinais para “ocupação do pai”: 1 = trabalhadores manuais (*IX, X e XI* pela classificação ocupacional utilizada nesta pesquisa); 2 = classe média ou outras atividades não-manuais de rotina (*IV, V, VI e VII*); 3 = proprietários urbanos (*III*); 4 = profissões antigas e altos cargos (*I e II*) / proprietários rurais e aposentados excluídos desta análise.

Considerando a primeira passagem, as variáveis que representam associações e coeficientes significantes com o pertencimento ao grupo que trabalha na área extra-acadêmica (marcadas na Tabela 5.7 com um ou dois asteriscos, dependendo da força da relação) são praticamente as mesmas da análise anterior, exceção feita à dupla graduação e pai proprietário urbano (a primeira não atinge agora o nível convencional e o contrário vale para a segunda). As variáveis referentes à ocupação do pai tem agora efeito reforçado e a relação com a realização de pós-graduação é atenuada, apesar de continuar significativa. Em todo caso, apesar dos efeitos em parte mais fortes da origem social, é o fato de cursar ou concluir pós-graduação *stricto sensu* que aumenta mais as chances de se entrar dentro da profissão, mesmo nas atividades extra-acadêmicas (um modelo múltiplo com todas as variáveis como o modelo 1 da Tabela 5.5 para a variável resposta que trato agora – não incluído no texto – sustenta a interpretação de que, controlada a realização de pós-graduação, a ocupação do pai tem o segundo maior efeito, agora significativa).

A segunda passagem, interna à profissão, tem apenas as variáveis ocupação do pai e realização de pós-graduação com efeitos significantes. Ocorrem, no entanto, alterações na direção dos coeficientes entre as categorias de ocupação do pai: o efeito negativo de possuir uma origem social entre trabalhadores manuais (*odds ratio* de 0,262, ou seja, 73,8% menos chances de trabalhar na área), passa a ser positivo (*odds ratio* de 2,688, ou seja, 168% mais chances de trabalhar na área acadêmica), sugerindo um caminho típico para os que superam aquele primeiro obstáculo; e o contrário parece ocorrer com aqueles com pais proprietários urbanos (embora não alcance o nível de 0,05 na segunda passagem). É nesta passagem que, longe de surpreendente, o efeito da pós-graduação é mais forte. Mas também esta variável pode ser decomposta e é o que farei a seguir.

A realização e suas inscrições

Até o momento, essa variável de status “realizado” (*achieved*), concluir ou estar cursando pós-graduação *stricto sensu*, que encaminha para área acadêmica (por 47,3% de toda a amostra), foi incluída nos modelos como uma influência (com efeitos positivos) sobre a posição que o formado ocupa frente à fronteira das Ciências Sociais, forte o

bastante para concorrer com os efeitos da origem social e das variáveis de status herdados ou inscritos (sexo e cor). Mas sua distribuição é também desigual dentro do grupo dos formados, indicando que os freios ao acesso à pós-graduação são distintos dos relativos ao acesso à graduação – visto que as mulheres são maioria na amostra desta pesquisa e são consideradas o público principal do curso por vários autores. É isso que está indicado com a Tabela 5.8, onde a mesma compilação de testes foi realizada para avaliar os efeitos sobre o fato do respondente ter ou não concluído (ou estar cursando) mestrado ou doutorado.

TABELA 5.8. RESULTADOS ANALÍTICOS DA RELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS INDEPENDENTES E A REALIZAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (1)				
variáveis independentes separadamente (χ^2 em tabelas de contingência e coeficientes das regressões logísticas)	χ^2	B	exp(B) ou odds ratio	intervalo de confiança (95%) da odds ratio
Sexo (<i>dicotômica: 1 = feminino</i>)	7,162 **	-0,710 **	0,491	0,288 — 0,837
Cor (<i>dicotômica: 1 = pardos, negros ou pretos</i>)	0,199	-0,150	0,861	0,373 — 1,984
Educação do pai (<i>ordinal: categorias 1 a 4</i>) ^a	14,172 **	0,374 **	1,453	1,154 — 1,830
Pai analfabeto, com educação primária ou fundamental incompleto (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	5,686 **	-0,774 *	0,461	0,245 — 0,868
Pai com educação fundamental (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	0,038	-0,058	0,944	0,452 — 1,970
Pai com educação secundária ou técnica (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	2,200	-0,499	0,607	0,310 — 1,192
Pai com educação superior ou mais (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	12,940 **	1,047 **	2,848	1,592 — 5,095
Educação da mãe (<i>ordinal: categorias de 1 a 4</i>) ^b	6,464	0,289 *	1,335	1,058 — 1,685
Mãe analfabeta, com educação primária ou fundamental incompleto (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	4,448 *	-0,608 *	0,544	0,306 — 0,968
Mãe com educação fundamental (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	0,040	-0,122	0,885	0,407 — 1,926
Mãe com educação secundária ou técnica (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	0,366	0,197	1,218	0,670 — 2,211
Mãe com educação superior ou mais (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	4,076 *	0,629	1,877	0,979 — 3,596
Ocupação do pai (<i>ordinal: categorias 1 a 4</i>) ^b	7,639	0,261	1,299	0,998 — 1,690
Pai trabalhador manual (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	1,251	-0,325	0,723	0,408 — 1,280
Pai classe média ou outras atividades não-manuais de rotina (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	0,000	-0,006	0,994	0,576 — 1,715
Pai proprietário urbano (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	1,547	-0,592	0,553	0,230 — 1,331
Pai de profissão antiga ou com alto cargo político e empresarial (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	6,585 **	1,022 **	2,778	1,273 — 6,062

[Legenda] * = significativo no nível 0,05 ($p < 0,05$); ** = significativo no nível 0,01 ($p < 0,01$).

a. categorias ordinais para “educação”: 1 = analfabeto, educação primária ou ensino fundamental incompleto; 2 = fundamental ou 1º grau completo; 3 = educação secundária ou ensino médio completo; 4 = ensino superior completo (inclui pós-graduação)

b. categorias ordinais para “ocupação do pai”: 1 = trabalhadores manuais (*IX, X e XI* pela classificação ocupacional utilizada nesta pesquisa); 2 = classe média ou outras atividades não-manuais de rotina (*IV, V, VI e VII*); 3 = proprietários urbanos (*III*); 4 = profissões antigas e altos cargos (*I e II*) / proprietários rurais e aposentados excluídos desta análise.

Os resultados mostram o efeito até agora “oculto” das diferenças entre os sexos – a diferença aparece no teste qui-quadrado e o coeficiente da regressão logística alcança o nível de significância mais exigente: a razão das chances indica 0,491 mulher para cada 1 homem, ou seja, as mulheres tem 50% menos chances de cursar este tipo de pós-graduação. Além disso, é possível perceber um reforço nos efeitos do nível educacional dos pais, mas principalmente do pai, nos modelos bivariados. Essa interpretação é corroborada pelos modelos múltiplos indicados na Tabela 5.9, nos quais, controlado o efeito do sexo, a educação do pai (modelo 1) ou pai com educação superior ou mais (modelo 2) foram as únicas variáveis a alcançar o nível de significância.

TABELA 5.9. MODELOS DE REGRESSÃO LOGÍSTICA MÚLTIPLA PARA REALIZAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

regressão logística múltipla (MODELO 1)	B	erro padrão	Wald	gl	sig.	exp(B)	intervalo exp(B)
Sexo (<i>dicotômica: 1 = feminino</i>)	-0,711	0,310	5,251	1	0,022	0,491	0,267 – 0,902
Cor (<i>dicotômica: 1 = pardos, negros ou pretos</i>)	0,358	0,494	0,526	1	0,468	1,430	0,544 – 3,763
Educação do pai (<i>ordinal: categorias 1 a 4</i>)	0,401	0,198	4,076	1	0,043	1,493	1,012 – 2,202
Educação da mãe (<i>ordinal: categorias de 1 a 4</i>)	0,010	0,186	0,003	1	0,956	1,010	0,702 – 1,454
Ocupação do pai (<i>ordinal: categorias 1 a 4</i>) ^b	-0,092	0,178	0,271	1	0,603	0,912	0,644 – 1,291
Constante	-0,505	0,471	1,151	1	0,283	0,603	
Nagelkerke R ² = 0,101							
regressão logística múltipla (MODELO 2)	B	erro padrão	Wald	gl	sig.	exp(B)	intervalo exp(B)
Sexo (<i>dicotômica: 1 = feminino</i>)	-0,760	0,313	5,891	1	0,015	0,468	0,253 – 0,864
Cor (<i>dicotômica: 1 = pardos, negros ou pretos</i>)	0,289	0,497	0,337	1	0,562	1,335	0,504 – 3,538
Pai analfabeto, com educação primária ou fundamental incompleto (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	-0,106	0,492	0,047	1	0,829	0,899	0,343 – 2,358
Pai com educação superior ou mais (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	1,398	0,487	8,252	1	0,004	4,047	1,559 – 10,505

Mãe analfabeta, com educação primária ou fundamental incompleto (dicotômica: 1 = sim)	-0,222	0,453	0,240	1	0,624	0,801	0,330 – 1,946
Mãe com educação superior ou mais (dicotômica: 1 = sim)	-0,572	0,463	1,529	1	0,216	0,564	0,228 – 1,397
Pai de profissão antiga ou com alto cargo político e empresarial (dicotômica: 1 = sim)	-0,178	0,515	0,119	1	0,730	0,837	0,305 – 2,296
Constante	0,207	0,319	0,423	1	0,515	1,230	
Nagelkerke R ² = 0,143							

[Notas] Coeficientes B não padronizados.

Em suma, há algumas conclusões possíveis de serem retiradas desta parte da análise: considerando a ocupação atual, a posição dentro ou fora da fronteira profissional e acadêmica depende significativamente da origem social do formado, mas também das outras credenciais educacionais que adquiriu. Os formados com extração social originária de trabalhadores manuais apresentaram um processo diferenciado, com sinais trocados: possivelmente um caso de filtro social em que, depois dos dois obstáculos (acesso ao ensino superior e de ingressar em uma área dentro da profissão), se direcionam desproporcionalmente para o topo de prestígio da profissão. Mas essas credenciais educacionais que dão acesso às posições de prestígio (acadêmicas) são desigualmente distribuídas para os homens e para os que possuem pais com educação superior e nas altas posições ocupacionais – uma formação profissional majoritariamente feminina se transforma em um modelo profissional tipicamente masculino. Por outro lado, a composição social não acompanha linearmente, nesse esboço mais geral, a fronteira de prestígio entre acadêmicos e extra-acadêmicos. Linhas mais finas com as quais pretendo tratar um pouco mais esta questão serão delineadas a seguir.

A composição social dos subgrupos intraprofissionais

Quanto mais avançamos na análise (aqui isso significa: na quebra e decomposição dos subgrupos e das relações), menores ficam os subgrupos; temos mais chances de que grandes diferenças percentuais não tenham significado empírico real e menos chances de que encontrar relações no nível de significância. Desse modo, a utilização do segundo

constructo para a análise da composição social dos subgrupos – a hierarquia interna de prestígio ocupacional para os cientistas sociais – foi complementada com agregações intencionais ao longo do contínuo. A intenção era a de preservar os sentidos ordinais e não as distâncias relativas (ou seja, não importam tanto os escores, mas as posições relativas e se são mais ou menos valorizadas). Considerando, então, aquelas 21 atividades que defini como “trabalho dentro da área” (ou seja, em atividades relacionadas, mesmo que no cotidiano não façam trabalhos que possam ser incluídos como devedores do conteúdo de uma formação típica em Ciências Sociais), desenhei 9 grupos, por afinidades e proximidade de escores, tal como indicado na Tabela 5.10.

Parte dessas atividades não foram citadas nenhuma vez depois de tabuladas todas as trajetórias e foram, por isso, retiradas dos grupos (estão destacadas na tabela abaixo). Em dois casos, as atividades retiradas (analistas de temas políticos e sociais e assessoria em sindicatos patronais) poderiam ser incorporadas a um grupo de acordo com seu *prestige score* e por afinidade sem maiores problemas. O mesmo não ocorreria com a última atividade retirada (professores em cursos temporários de curta duração) – talvez a indeterminação do nível a que se refere tenha feito com que fosse pontuada acima das atividades relativas ao ensino médio.

TABELA 5.10. CORRESPONDÊNCIA ENTRE ATIVIDADES DE CIENTISTAS SOCIAIS, RANKING DE SEGMENTAÇÃO INTRAPROFISSIONAL E OS SUBGRUPOS UTILIZADOS NA ANÁLISE

ATIVIDADES DE TRABALHO PARA CIENTISTAS SOCIAIS	<i>prestige scores</i>	ranking de segmentação intraprofissional (= Tabela 4.12)	SUBGRUPOS
Professor em universidade pública	80,9	1	1. acadêmico I (público)
Empresário da área de opinião pública ou de marketing político	77,4	2	2. política e influência
Cargos políticos ou de confiança em instituições públicas	76,4	3	
Analista de temas políticos e sociais nos meios de comunicação de massa (jornais, televisão etc.)	73,6	4	
Consultor (para empresas ou instituições públicas)	70,0	5	3. teóricos especialistas
Editor ou redator de conteúdo em meios de comunicação especializados (revista de divulgação, periódico)	68,4	6	
Pesquisador acadêmico	67,7	7	4. acadêmico II (pesquisador / bolsista)
Professor em universidade particular	65,6	8	5. acadêmico III (privado)

Assessoria em organizações não-governamentais	63,3	9	6. “centro” (sem fins lucrativos)
Analista de dados e pesquisador em instituições governamentais	63,2	10	
Funcionário público, por concurso (exceto professores), como profissionais de Ciências Sociais	61,7	11	
Assessoria em sindicatos patronais	59,1	12	
Funcionário público, por concurso (exceto professores), como profissionais de qualquer curso superior	58,4	13	
Assessoria em sindicatos de trabalhadores	58,3	14	7. empresas
Assalariado da área de opinião pública ou de marketing político	57,1	15	
Analista de dados e pesquisador em empresas	56,1	16	
Assalariados de nível intermediário em empresas (RH, planejamento etc.)	54,7	17	
Professor em cursos temporários de curta duração	52,9	18	
Professor para ensino médio (em aulas de sociologia)	45,4	19	8. Ensino Médio
Professor para ensino médio (em outras disciplinas)	43,9	20	
Entrevistador, pesquisador de campo, coletores de dados	36,7	21	9. entrevistadores

O subgrupo até agora agregado como acadêmico agora está subdividido em três: o “acadêmico I”, isolando os professores em universidades públicas (de maior pontuação no ranking) dos professores em universidades privadas, o “acadêmico III”; e entre estes está o “acadêmico II”, constituído por pesquisadores universitários e bolsistas. Entre os subgrupos acadêmicos há também o que agrega atividades relacionadas à “política e influência” – empresários de opinião pública e cargos de confiança – e os consultores e editores, unidos pelo rótulo de “teóricos especialistas” em razão da proeminência com que lidam com o trabalho intelectual e seus resultados (ainda que envolva também suas aplicações). Com o sexto subgrupo, denominado “centro” (em parte porque apresentou o maior número de respondentes pela ocupação atual), foi possível agregar a parte intermediária da hierarquia ressaltando o fato de existir uma afinidade interna no caráter sem fins lucrativos das instituições onde essas atividades são realizadas. Em seguida estão os três subgrupos formados pelos que trabalham em empresas, pelos professores do ensino médio e pelos pesquisadores de campo.

Com essa nova categorização foi possível tabular toda a trajetória profissional de cada respondente, como consta no Anexo 5.1. Ano a ano, as informações fornecidas pelos respondentes estão dispostas em números (para as atividades da área, de 1 a 9) ou em algarismos romanos (para as atividades fora da área, de *I* a *XIV*, seguindo a classificação ocupacional que utilizo ao longo desta pesquisa) indicando em linhas gerais um retrato

simplificado da trajetória de cada indivíduo de acordo com os critérios que tratamos aqui e, em um nível agregado, representando o resultado dos processos de posicionamento no mercado de trabalho para os formados em Ciências Sociais. Evidentemente que, como toda categorização, está também significando a troca de perda de informação pelo ganho em capacidade analítica e comparativa⁶⁴. De qualquer modo, dentro dos limites desta pesquisa, com esta tabulação foi possível localizar respondentes das mais variadas ocupações atuais que já haviam desempenhado determinada atividade em algum outro momento⁶⁵.

Os subgrupos realizados por meio deste procedimento tem número bem maior do que aqueles realizados apenas com a ocupação atual mas, por outro lado, levam até o limite aquilo que significam os subgrupos aqui: uma agregação analítica baseada em algum atributo comum, sem existência empírica. Uma etapa de pesquisa posterior, a análise dos processos, é que pode encontrar os indícios dessa existência real, de “nichos” no mercado de trabalho – em outros termos, se esses princípios de diferenciação induzem a distinções, perceptíveis o suficiente para seus portadores encontrarem uma base comum de identificação.

A estratégia de análise dos dados que segue é menos robusta que a anterior – em parte porque, como já explicitiei, a solução para a questão do tamanho dos grupos diminui consideravelmente a validade externa, e em parte porque muitas das diferenças destacadas não se apóiam em uma análise estatística dos intervalos de confiança das proporções e médias. Mas será ainda por meio destas diferenças percentuais – como no início do capítulo – e da ordenação dos grupos de acordo com a proporção das variáveis que buscarei tendências, embora frágeis, para as direções marcadas teoricamente. São essas as questões principais: existe uma “convergência” entre a ordem social e a hierarquia profissional (ou seja, indivíduos dos estratos sociais de maior escolarização ou de melhor posicionamento na escala ocupacional concentram-se nas posições intraprofissionais mais valorizadas)?

⁶⁴ Isso implicou, na prática, em uma série de decisões sobre como categorizar respostas ou indicações insuficientes, por exemplo, “professor universitário” (sem referência se em universidades públicas ou privadas) – o procedimento geral adotado foi o de não incluir essas respostas como atividade da área, ou seja, manter-se fiel às respostas, mesmo que indicasse uma diferença frente à resposta para ocupação atual (ver legendas do Anexo 5.1). Isso porque no questionário existe uma lacuna temporal, que exigia que a coleta de dados fosse a mais rápida possível, visto que na questão das trajetórias cabiam respostas até dezembro de 2007 e a ocupação atual era aquela do momento da resposta (entre outubro de 2007 e meados de 2008).

⁶⁵ Este “momento”, para ser incluído na tabulação, teria que durar pelo menos dois meses ou ser recorrente (ou seja, mais de uma indicação no quadro de resposta).

Existem “barreiras progressivas” para mulheres e não-brancos ao longo desse contínuo de posições, o que faz com que se distanciem das recompensas sociais desse tipo de reconhecimento? Há uma relação direta entre a renda das posições e sua hierarquia em termos de prestígio (ou seja, a recompensa social seria totalmente uma recompensa monetária)⁶⁶?

Com a Tabela 5.11 sistematizo a composição social dos subgrupos da profissão, agrupados de acordo com o ranking de prestígio intra-ocupacional (ou seja, estou tratando aqui apenas dos que trabalham dentro da profissão). Quatro desses subgrupos, no entanto, incluíram menos de 10 indivíduos e o de entrevistadores não teve nenhuma resposta. Podemos analisar com um pouco mais de confiança os três grupos acadêmicos e o “centro” (sem fins lucrativos). No que diz respeito às diferenças nas proporções de mulheres – ou, o que faz mais sentido comparativo pela hipótese da convergência nas hierarquias, nas proporções de homens –, os dados indicam uma variação dentro do grupo acadêmico, o subgrupo “acadêmico I” com a maior proporção de homens e o “acadêmico II” com a menor. Com esse dado, é possível retomar o que foi visto mais acima, quando tratei da entrada na pós-graduação. Mesmo com as barreiras à pós-graduação às mulheres, elas compõem a maioria entre pesquisadores e bolsistas, o que já não ocorre com os grupos de professores. Se retirarmos o grupo de pesquisadores, as proporções de homens declinam junto com a diminuição do prestígio dos subgrupos, como indica a parte superior da Tabela 5.13.

Se adicionarmos a essas observações os resultados da análise de todas as trajetórias, como na Tabela 5.12 (isto é, separando todos os respondentes que já exerceram uma determinada atividade e não mais apenas por sua ocupação atual) o quadro fica mais complexo. Com mais observações nos subgrupos, algumas tendências permanecem as mesmas: o “acadêmico I” continua como o subgrupo com a maior proporção de homens, seguido pelo “acadêmico III”, enquanto que, no extremo oposto, ainda está o subgrupo dos

⁶⁶ Há, pelo que foi visto nos capítulos anteriores, questões mais complexas relacionando renda e prestígio ocupacional, já que a dimensão econômica pode ser incluída teoricamente nos dois lados do processo, como determinante das avaliações de prestígio, ainda mais porque são compostas, e como resultado das avaliações diferenciais.

pesquisadores e bolsistas. Em outras palavras, o meio acadêmico polariza as diferenças – e não há uma direção clara entre os outros subgrupos. Os dados indicam que as mulheres elevam o reconhecimento social, próprio e do trabalho que realizam, concentrando-se no subgrupo dos “teóricos especialistas”, enquanto consultoras e editoras.

TABELA 5.11. COMPOSIÇÃO SOCIAL DOS SUBGRUPOS INTRAPROFISSIONAIS (PELA OCUPAÇÃO ATUAL), POR VARIÁVEIS SELECIONADAS

SUBGRUPOS VARIÁVEIS	RANKING SEGMENTAÇÃO INTRAPROFISSIONAL									
	1. acadêmico I (público)	2. política e influência	3. teóricos especialistas	4. acadêmico II (pesquisador / bolsista)	5. acadêmico III (privado)	6. “centro” (sem fins lucrativos)	7. empresas	8. Ensino Médio	9. entrevistadores	Total
<i>(analíticas 1: dummies)</i>										
Sexo (<i>1 = feminino</i>)	41,0 %	45,6 %	94,4 %	66,4 %	42,3 %	58,7 %	51,9 %	85,4 %	---	54,7 %
Cor e raça (<i>1 = pardos, negros ou pretos</i>)	17,3 %	32,4 %	---	7,4 %	1,4 %	8,9 %	7,7 %	---	---	9,5 %
<i>(analíticas 2: ordinais para origem social)</i>										
Pai com educação superior ou mais	51,5 %	18,3 %	14,2 %	49,2 %	26,8 %	55,1 %	60,0 %	14,6 %	---	43,7 %
Mãe com educação superior ou mais	21,8 %	18,3 %	28,5 %	39,2 %	10,9 %	31,2 %	39,9 %	---	---	25,8 %
Pai trabalhador manual	36,5 %	---	10,7 %	22,7 %	37,6 %	18,9 %	17,2 %	49,3 %	---	25,0 %
Pai de profissão antiga ou com alto cargo político e empresarial	26,9 %	18,3 %	14,2 %	10,1 %	18,3 %	12,5 %	17,5 %	---	---	16,9 %
<i>(analíticas 3: mais educação superior)</i>										
Dupla graduação (<i>1 = cursou ou cursa</i>)	13,0 %	18,3 %	28,5 %	7,4 %	26,6 %	27,3 %	7,7 %	75,3 %	---	20,8 %
Pós-graduação (<i>1 = mestrado e doutorado</i>)	100,0 %	86,8 %	19,4 %	85,3 %	100,0 %	48,4 %	47,3 %	---	---	71,8 %
<i>(descritivas)</i>										
Menos de 40 anos de idade	38,5 %	100,0 %	23,8 %	100,0 %	37,9 %	54,5 %	82,4 %	37,1 %	---	55,9 %
Média da renda mensal (da atividade principal) ^a	5.526,00	5.916,00	4.165,00	1.887,00	5.835,00	3.871,00	2.970,00	1.946,00	---	4.332,00
Média da renda mensal (todas as atividades) ^a	5.996,00	7.244,00	4.812,00	2.153,00	6.320,00	4.181,00	3.121,00	2.677,00	---	4.767,00
N do grupo (sem ponderação) ^b	27	5	8	14	19	38	9	4	---	124

[*Legendas*] a. A “atividade principal” a que esta média de renda faz referência é aquela com a qual foram feitas as demais categorizações; a diferença para a renda de todas as atividades seria nula caso todos indicassem apenas uma atividade; evidentemente, há também a possibilidade de não-resposta em cada; quando mais de um valor foi indicado (em faixa ou diferenciando bruto e líquido) foi considerada o menor / b. Não estão incluídas nesses totais as não-respostas para cada uma das variáveis

TABELA 5.12. COMPOSIÇÃO SOCIAL DOS SUBGRUPOS INTRAPROFISSIONAIS (AO LONGO DE TODA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL), POR VARIÁVEIS SELECIONADAS

SUBGRUPOS VARIÁVEIS	RANKING SEGMENTAÇÃO INTRAPROFISSIONAL									
	1. acadêmico I (público)	2. política e influência	3. teóricos especialistas	4. acadêmico II (pesquisador / bolsista)	5. acadêmico III (privado)	6. “centro” (sem fins lucrativos)	7. empresas	8. Ensino Médio	9. entrevistadores	Total
<i>(analíticas 1: dummies)</i>										
Sexo (<i>1 = feminino</i>)	44,4 %	49,7 %	57,3 %	59,3 %	49,0 %	58,6 %	52,1 %	56,6 %	51,3 %	58,6 %
Cor e raça (<i>1 = pardos, negros ou pretos</i>)	13,1 %	14,0 %	11,7 %	10,4 %	12,7 %	12,2 %	1,5 %	1,0 %	---	11,3 %
<i>(analíticas 2: ordinais para origem social)</i>										
Pai com educação superior ou mais	45,5 %	17,3 %	37,5 %	44,3 %	29,8 %	41,6 %	32,0 %	20,3 %	32,1 %	36,4 %
Mãe com educação superior ou mais	20,2 %	12,6 %	22,7 %	27,1 %	19,8 %	26,3 %	10,1 %	7,0 %	11,9 %	23,0 %
Pai trabalhador manual	33,8 %	37,5 %	14,6 %	27,4 %	33,9 %	25,5 %	26,1 %	48,5 %	24,6 %	31,9 %
Pai de profissão antiga ou com alto cargo político e empresarial	35,7 %	8,1 %	23,7 %	13,8 %	13,5 %	14,9 %	13,3 %	16,4 %	29,1 %	15,1 %
<i>(analíticas 3: mais educação superior)</i>										
Dupla graduação (<i>1 = cursou ou cursa</i>)	14,1 %	20,8 %	11,8 %	17,6 %	17,4 %	23,9 %	15,2 %	24,5 %	30,5 %	27,1 %
Pós-graduação (<i>1 = mestrado e doutorado</i>)	98,7 %	59,6 %	62,5 %	87,3 %	90,6 %	56,6 %	59,6 %	48,1 %	43,1 %	47,3 %
N do grupo (sem ponderação) ^a	33	18	33	76	47	77	31	43	18	230 ^b

[*Legendas*] a. Não estão incluídas nesses totais as não-respostas para cada uma das variáveis / b. inclui toda a amostra, inclusive as três respostas em que não foi possível posicionar como dentro ou fora.

Já o elemento racial revela uma outra tendência. Analisando a ocupação atual (e apenas os quatro mencionados), o subgrupo “acadêmico I” tem a maior proporção de não-brancos (ou a menor de brancos), seguido do “centro”. Os dois subgrupos de docentes, próximos na proporção de mulheres, agora são os mais distantes. Mas acrescentando os dados da trajetória é que se percebe nesta a mais próxima de uma relação linear, só que invertida: pressupondo a existência de “barreiras progressivas”, a proporção de brancos acompanharia a ordem das avaliações de prestígio, mas o que os dados indicam é que esta proporção decresce quando avançamos na hierarquia (os primeiros grupos tem a menor proporção e os três de menor avaliação tem a maior proporção). O único subgrupo com maior proporção de não-brancos que já realizaram atividades é o “política e influência” – mais especificamente nas atividades de assessoria política e cargos de confiança. No entanto, este é um dos casos em que as diferenças percentuais entre os grupos são bastante reduzidas e os brancos são a grande maioria em todos. Mas, mesmo sem prestar muita atenção a essas diferenças, os não-brancos compõem apenas os subgrupos superiores em prestígio de modo proporcional a sua representação no total da amostra (com proporções insignificantes abaixo do sétimo subgrupo), o que pode indicar a utilização da segmentação intraprofissional – não-brancos direcionando suas carreiras para partes valorizadas, através de seus esforços individuais ou por redes de relações – para contrabalançar seus outros atributos socialmente desvalorizados, além de uma abertura de parte da profissão a essas estratégias. Os dados da pesquisa não são suficientes para indicar, para o caso das mulheres negras, onde os dois processos acima estão em operação, qual seria o preponderante.

A hipótese da “convergência” tem pouco suporte nos dados sobre a origem social. Observando a composição social dos subgrupos pela ocupação atual e pela trajetória, de acordo com o perfil educacional e ocupacional dos pais, não se consegue definir uma direção única – a ordem decrescente das proporções é bastante diversificada nas diferentes variáveis (Tabela 5.13). O subgrupo “acadêmico I”, com alta proporção de pais com alta escolaridade, é também aquele com a segunda maior proporção de pais trabalhadores manuais. Mesmo assim, no geral, é este grupo que concentra indivíduos oriundos dos estratos mais escolarizados e bem posicionados da escala ocupacional. A ausência de total convergência reside no fato de que não representam o ápice em um contínuo de proporções, mesmo que

representem um ponto de convergência para esses estratos. Isso pode ser visualizado lendo a Tabela 5.13 no sentido de suas colunas – a coluna do primeiro subgrupo é que apresenta o maior número de “1”, ou seja, maiores proporções nas variáveis indicadas. Outros casos chamam a atenção: o subgrupo “política e influência” (sobrerrepresentado pela amostra por cargos políticos em detrimento de empresários de opinião pública) concentra as menores proporções em três das variáveis selecionadas na análise de todas as trajetórias; o caso dos professores de Ensino Médio, com a maior proporção de pais trabalhadores manuais (Tabela 5.12), baixas proporções de alta escolarização dos pais e uma das mais altas proporções de brancos; e, finalmente, o subgrupos de entrevistadores, parece ser a entrada na área para muitos jovens dos estratos superiores não desejosos de entrar no mundo acadêmico (baixa proporção de pós-graduação com alta proporção de pais de profissões antigas).

TABELA 5.13. ORDENAÇÃO DAS PROPORÇÕES E MÉDIAS DOS SUBGRUPOS DE ACORDO COM O RANKING DE SEGMENTAÇÃO PROFISSIONAL

SUBGRUPOS VARIÁVEIS (ranking pelas proporções ou pela média)	RANKING SEGMENTAÇÃO INTRAPROFISSIONAL								
	1. acadêmico I (público)	2. política e influência	3. teóricos especialistas	4. acadêmico II (pesquisador / bolsista)	5. acadêmico III (privado)	6. “centro” (sem fins lucrativos)	7. empresas	8. Ensino Médio	9. entrevistadores
OCUPAÇÃO ATUAL									
Sexo % de homens	1º			4º	2º	3º			
Cor e raça % de brancos	4º			2º	1º	3º			
% de pai com educação superior ou mais	2º			3º	4º	1º			
% de mãe com educação superior ou mais	3º			1º	4º	2º			
% de pai de profissão antiga ou com alto cargo político e empresarial	1º			4º	2º	3º			
Pós-grad. % com mestrado e doutorado	1º			3º	1º	4º			
Renda mensal (da atividade principal)	3º	1º	4º	8º	2º	5º	6º	7º	---
TODA A TRAJETÓRIA									
Sexo % de homens	1º	3º	7º	9º	2º	8º	5º	6º	4º
Cor e raça % de brancos	8º	9º	5º	4º	7º	6º	3º	2º	1º
% de pai com educação superior ou mais	1º	9º	4º	2º	7º	3º	6º	8º	5º
% de mãe com educação superior ou mais	4º	6º	3º	1º	5º	2º	8º	9º	7º
% de pai de profissão antiga ou com alto cargo político e empresarial	1º	9º	3º	6º	7º	5º	8º	4º	2º
Pós-grad. % com mestrado e doutorado	1º	5º	4º	3º	2º	7º	5º	8º	9º

Finalmente, a relação entre renda e prestígio intraprofissional. Foi visto que se em termos teóricos uma relação invertida é possível (mas não necessária), em termos empíricos e analíticos, dentro dos limites dessa pesquisa, é difícil determinar se o fato de ser bem remunerada determina ou é reflexo da alta valorização de uma atividade intraprofissional. A dificuldade é maior porque nosso indicador de prestígio, pela “posição social”, é composto e os critérios utilizados pelos respondentes podem incluir como estes percebem que são as diferenças nos rendimentos. De qualquer forma, dentro do limite do indicador e tomando a renda como pelo menos parcialmente independente do prestígio (dizem respeito a diferentes dimensões da realidade social, mas interrelacionadas), a média de rendimento das atividades não segue a hierarquia intraprofissional, a relação não é nem linear, nem invertida. O subgrupo de atividades com maior rendimento médio é “política e influência”, seguido pelos professores universitários. O subgrupo em atividade em empresas (incluindo as empresas de pesquisa), apesar da mítica em torno de seus ganhos e das referências moralmente desvalorizadoras imbricadas (Braga, 2004), estão apenas acima dos professores de ensino médio e dos pesquisadores e bolsistas em termos de seu salário médio.

Em suma, é a hipótese das barreiras progressivas às mulheres (no acesso à pós-graduação, trabalhando no grupo acadêmico) aquela que os dados dessa pesquisa fornecem evidências mais fortes. Já os grupos de status não-brancos parecem entrar na disputa por posições privilegiadas na hierarquia de prestígio (e fazê-lo transbordar para outras esferas), o que é possível por uma abertura relativa dos grupos. A mesma que faz com que o subgrupo dos professores das universidades públicas, topo da hierarquia, representem tanto um ponto de convergência para os estratos sociais mais altos que entram na profissão quanto um caminho de ascensão para indivíduos oriundas das classes trabalhadoras. São as barreiras ao ensino em geral (ao secundário, e de qualidade, e ao superior) às que filtram demasiadamente esses grupos, enquanto não o fazem com a mesma intensidade para os outros.

Capítulo 6. Em busca de comparação: perfil e composição dos economistas

Os dados até aqui apresentados, mostrando o retrato da profissão de cientista social e a composição social dos seus subgrupos, tomando como critério ordenador avaliações que os próprios realizaram sobre o posicionamento destes subgrupos, ganharão neste capítulo uma possibilidade comparativa utilizando o mesmo procedimento geral. O objetivo é triplo: apresentar resultados paralelos sobre os economistas, fornecer parâmetros comparativos dinâmicos entre as áreas, acrescentando substância para os efeitos e análises já apresentadas e apontar para a extensão e aplicabilidade do mesmo tipo de *survey* em outras profissões.

A importância da comparação faz com que, para o que segue, sejam descartados alguns questionários: não serão incluídas sete respostas de egressos de Economia da PUC-São Paulo, e os resultados serão baseados somente nas respostas de egressos da USP e Unicamp (77 respostas). E, para os cientistas sociais, contaremos com 151 questionários de egressos das mesmas instituições (e não com os 230 que utilizei até o momento). A mesma preocupação fez com que a ponderação fosse refeita, de modo a utilizar procedimentos semelhantes⁶⁷. Espero que o que se ganhará em comparabilidade compense o que se perderá em precisão. Começarei então com uma descrição da amostra, seguirei pelas avaliações de prestígio ocupacionais e depois intraprofissionais até retomar o ponto do final do capítulo anterior, a composição social dos subgrupos que compõem a profissão de economista.

Descrição da amostra

Como no caso dos cientistas sociais, considerando a aleatoriedade de todo o

⁶⁷ A ponderação completa, como foi realizada para o conjunto dos cientistas sociais conforme consta no capítulo 1, calculando a proporção dos estratos “universidade” e “década”, não pode ser realizada porque significaria, em alguns estratos com baixo retorno, pesos muito elevados (já que idealmente eles não devem ser muito diferentes de 1). Refiz então uma ponderação específica para a comparação, apenas considerando a representação proporcional do estrato “universidade” (parte II e parte III do Anexo 1.2). Isso porque, pelo número de formados, a USP corresponde a aproximadamente 74% do conjunto de egressos em Economia e 69% em Ciências Sociais destas duas instituições. Da mesma forma que nos capítulos anteriores, essa ponderação ficará “suspensa” apenas quando tratarmos das avaliações de prestígio.

procedimento da pesquisa, podemos ter uma visão geral do perfil de inserção no mercado de trabalho de uma geração de economistas (formados entre 1970 e 2005) de duas tradicionais instituições de credenciamento educacional (USP e Unicamp), um microcosmo com representatividade para o conjunto dessa geração mas com representatividade indeterminada frente o universo dos egressos (de Economia, no período, no estado ou no Brasil).

A distribuição do período de graduação entre os respondentes indica, para os economistas, no geral, uma concentração nas décadas de 1970 e 1980. Em cada instituição, uma das décadas restantes apresentou baixo retorno. A distribuição dos cientistas sociais é mais equilibrada entre as quatro décadas. Pela Tabela 6.1 também é possível visualizar o efeito da ponderação (que não altera essa distribuição): em parênteses estão, no topo das colunas, o número de respostas obtidas e, na base, o número ponderado de casos.

TABELA 6.1. DISTRIBUIÇÃO DA DÉCADA DE FORMAÇÃO DOS RESPONDENTES DAS AMOSTRAS COMPARATIVAS

CURSO INSTITUIÇÃO (N) DÉCADAS	ECONOMIA			CIÊNCIAS SOCIAIS		
	USP (34)	Unicamp (43)	TOTAL (77)	USP (80)	Unicamp (71)	TOTAL (151)
1970s	26,5	34,9	28,7	23,7	26,8	24,7
1980s	35,3	25,6	32,7	28,8	21,1	26,4
1990s	11,7	30,2	16,7	22,5	29,6	24,7
2000s	26,5	9,3	21,9	25,0	22,5	24,2
TOTAL (N ponderado)	100,0 (57)	100,0 (20)	100,0 (77)	100,0 (104)	100,0 (47)	100,0 (151)

A distribuição dos retornos por décadas reflete na distribuição etária das amostras: 64,6% dos economistas considerados tem mais de 41 anos, sendo que essa faixa compreende 58,5% dos cientistas sociais. Outra informação significativa sobre essa distribuição está nos seus extremos: mesmo subrepresentada nos mais jovens, a amostra de economistas tem respondentes com menos de 24 anos (no momento em que respondiam o questionário) e menos indivíduos que os cientistas sociais com mais de 61 anos.

TABELA 6.2. DISTRIBUIÇÃO DA IDADE DOS RESPONDENTES DA AMOSTRAS COMPARATIVAS, POR FAIXAS

FAIXAS DE IDADE	Economia (em %)	Ciências Sociais (em %)	correspondência com DÉCADAS (considerando graduação aos 22 anos)
Menos de 24 anos	2,8	---	
Entre 25 a 30 anos	14,9	15,7	2000 e 2005 – nascidos entre 1978 e 1983
Entre 31 e 40 anos	17,7	25,8	1990 e 1999 – nascidos entre 1968 e 1977
Entre 41 e 50 anos	33,5	26,6	1980 e 1989 – nascidos entre 1958 e 1967
Entre 51 a 60 anos	28,9	24,9	1970 e 1979 – nascidos entre 1948 e 1957
Mais de 61 anos	2,2	7,0	idade aproximada dos nascidos antes de 1947
TOTAL (N)	100,0 (76)	100,0 (150)	

[Notas] N: sem ponderação

Com o conjunto de variáveis descritas pelas Tabelas 6.3 e pela 6.4, relacionadas à situação econômica atual dos respondentes, é possível concluir que essa geração de economistas possui uma situação mais favorável que os cientistas sociais, causa ou consequência, entre outros fatores, do maior número de indivíduos casados ou em união estável.

TABELAS 6.3. DISTRIBUIÇÃO DE VARIÁVEIS DESCRITIVAS RELACIONADAS A ELEMENTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DOS RESPONDENTES

ESTADO CIVIL	Economia (em %)	Ciências Sociais (em %)
Solteiro(a)	24,4	30,7
Casado(a)	57,7	32,1
União estável	4,9	22,0
Divorciado(a)	12,4	13,9
Viúvo(a)	0,6	1,3
TOTAL (N)	100,0 (77)	100,0 (151)

TIPO DE RESIDÊNCIA	Economia (em %)	Ciências Sociais (em %)
Própria	77,3	75,3
Alugada	19,9	18,2
Emprestada	2,2	5,2
Coletiva/República	0,6	1,3
TOTAL (N)	100,0 (76)	100,0 (151)

AVALIAÇÃO DO BAIRRO QUE RESIDE	Economia (em %)	Ciências Sociais (em %)
Excelente (todo tipo de infra-estrutura e facilidades, seguro e agradável; não pensa em se mudar)	53,0	46,8
Bom	39,1	41,5
Regular	7,9	10,8
Ruim	---	0,9
Péssimo (nenhuma infra-estrutura, violento, desagradável; se pudesse, mudava para outro)	---	---
TOTAL (N)	100,0 (75)	100,0 (151)

AUTOPOSICIONAMENTO EM ESCALA DE BEM-ESTAR FAMILIAR / AUSÊNCIA DE PROBLEMAS FINANCEIROS	Economia (em %)	Ciências Sociais (em %)
5 (maior)	30,3	20,9
4	41,6	47,1
3	24,7	26,7
2	1,2	3,1
1 (menor)	2,2	2,2
TOTAL (N)	100,0 (75)	100,0 (148)

NÚMERO DE CÔMODOS DA RESIDÊNCIA (quartos, salas, banheiros, cozinha)	Economia (em %)	Ciências Sociais (em %)
Até 4	0,6	9,1
Entre 5 e 9	50,2	59,5
Entre 10 e 15	32,8	27,0
16 ou mais	16,4	4,4
TOTAL (N)	100,0 (76)	100,0 (150)

[Notas] N: sem ponderação

TABELA 6.4. DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA POR PADRÃO DE CONSUMO (CRITÉRIO BRASIL 2008)

“CLASSES”	Economia (em %)	Ciências Sociais (em %)	Distribuição de referência Brasil (em %)
A	62,1	39,8	5,0
B	37,9	57,6	24,6
C	---	2,6	42,5
D	---	---	25,4
E	---	---	2,6
TOTAL	100,0 (77)	100,0 (151)	100,0

[Notas] Itens de consumo sem respostas = 0.

[Observação] Procedimento para os cálculos, a partir da posse de bens de consumo, serviços domésticos e da educação do chefe da família (os próprios respondentes), estão disponíveis no site <http://www.abep.org>.

A informação sobre a cidade em que os respondentes residem (que mede também o esforço da fase de localização da pesquisa) está disposta na Tabela 6.5: a amostra de economistas teve maior participação de residentes em outros estados e países do que a de cientistas sociais.

TABELA 6.5. DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE EM QUE RESIDEM OS RESPONDENTES

CIDADE ONDE RESIDE	Economia (em %)	Ciências Sociais (em %)
São Paulo – SP	47,6	60,6
Campinas – SP	12,9	15,0
Outras cidades do estado de São Paulo	18,5	13,5
Outras cidades de outros estados	16,4	9,6
Cidades em outros países	4,6	1,3
TOTAL (N)	100,0 (77)	100,0 (151)

Um atributo complementar de caracterização social das amostras com resultados expressivamente diferentes para os cursos foi o da religião dos entrevistados. As proporções de católicos, sem religião, protestantes e evangélicos podem indicar afinidades prévias que influenciaram as escolhas ou adquiridas, baseadas nas identidades ocupacionais.

TABELA 6.6. DISTRIBUIÇÃO DA RELIGIÃO DOS RESPONDENTES

RELIGIÃO	Economia (em %)	Ciências Sociais (em %)
Católicos	50,8	37,9
Sem religião	21,8	44,3
Espírita	10,7	9,1
Judaica	2,8	1,7
Budista	---	0,9
Protestante	7,9	---
Evangélico	3,5	---
Outras	2,5	6,1
TOTAL (N)	100,0 (76)	100,0 (150)

[Notas] N: sem ponderação

Em todo caso, como nos capítulos anteriores, serão os atributos sexo, cor e raça, origem social e outras credenciais educacionais aqueles que centralizarão as relações a serem decompostas nas análises. A distribuição de acordo com o sexo está disposta abaixo, indicando que, ao contrário dos cientistas sociais, a amostra de economistas é majoritariamente composta por homens.

TABELA 6.7. DISTRIBUIÇÃO DO SEXO DOS RESPONDENTES

SEXO	Economia <i>(em %)</i>	Ciências Sociais <i>(em %)</i>
Feminino	30,5	58,0
Masculino	69,5	42,0
TOTAL (N)	100,0 (77)	100,0 (151)

A distribuição da cor/raça entre os respondentes egressos de Economia – que mostra apenas 3,4% de pardos e nenhum negro – trará alguns obstáculos para a comparação com as Ciências Sociais. Não se pode concluir que isso indique uma característica do conjunto de economistas das instituições em questão ou se é um traço da aleatoriedade da amostra (e do menor número de questionários retornados).

TABELA 6.8. AUTO-ATRIBUIÇÃO DE COR/RAÇA DOS RESPONDENTES

COR/RAÇA	Economia <i>(em %)</i>	Ciências Sociais <i>(em %)</i>
Brancos	85,2	84,8
Pardos	3,4	9,0
Negros ou pretos	---	1,8
Amarelos	11,4	4,4
TOTAL (N)	100,0 (77)	100,0 (147)

[Notas] N: sem ponderação

As duas tabelas que seguem mostram as outras credenciais educacionais superiores obtidas pelos respondentes. A proporção de egressos com pelo menos dupla graduação é maior entre os economistas do que entre os cientistas sociais: 32,7% (sendo que 8,3 cursaram Direito). Além disso, os economistas apresentaram uma menor proporção de indivíduos que cursaram apenas graduação (24,7% contra 29,8% nos cientistas sociais). Estes últimos, no entanto, possuem maiores proporções de concluintes ou alunos de mestrado e doutorado.

TABELA 6.9. RESPONDENTES QUE CURSARAM OUTRO CURSO SUPERIOR

DUPLA GRADUAÇÃO	Economia (em %)	Ciências Sociais (em %)
Não cursou ou está cursando outro curso de graduação	67,3	71,1
Cursou ou está cursando Direito	8,3	12,1
Cursou ou está cursando outra graduação (qualquer outro curso exceto Direito)	26,6	16,8

[Observação] A soma das porcentagens para a Economia não é igual a 100% devido a um caso com cursos superiores dos dois grupos.

TABELA 6.10. PÓS-GRADUAÇÃO – ÚLTIMO NÍVEL – CURSADO (OU EM CURSO) PELOS RESPONDENTES

PÓS-GRADUAÇÃO	Economia (em %)	Ciências Sociais (em %)
Especialização	37,7	19,5
Mestrado	18,2	21,6
Doutorado	19,4	29,1
Cursaram apenas graduação	24,7	29,8
TOTAL (N)	100,0 (77)	100,0 (151)

Com a exceção de algumas poucas categorias, o perfil da origem social (instrução e ocupação) das famílias dos egressos pesquisados nos dois cursos é relativamente parecido: diferenças com algum significado talvez estejam na proporção de pais com educação superior, de classe média e proprietários urbanos nos economistas. Por sua vez, os cientistas sociais apresentaram maiores proporções de mães trabalhando, de pais trabalhadores manuais mas também de pais no topo da escala ocupacional.

TABELA 6.11. DISTRIBUIÇÃO DA ESCOLARIDADE DOS PAIS DOS RESPONDENTES

ORIGEM SOCIAL: EDUCAÇÃO	PAI (em %)		MÃE (em %)	
	Economia	Ciências Sociais	Economia	Ciências Sociais
Analfabeto (ou nenhuma ou semialfabetizado ou apenas alfabetizado)	---	2,3	---	2,3
Ensino Fundamental incompleto (ou primário)	25,6	23,4	31,6	31,2
Ensino Fundamental completo (ou ginásio ou até 8ª série ou 1º grau) / Ensino Médio incompleto	15,0	14,0	14,7	12,1
Ensino Médio completo (ou secundário ou colegial) ou Técnico completo ou Curso Normal (ou Magistério) / Ensino Superior incompleto / Curso de contador / Ensino Básico	17,2	22,5	29,4	27,5
Ensino Superior completo	37,2	31,2	23,7	24,6
Pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado etc.)	5,0	6,6	0,6	2,3
TOTAL (N)	100,0 (75)	100,0 (139)	100,0 (75)	100,0 (140)

[Notas] Ns: sem ponderação

TABELA 6.12. DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO DOS PAIS DOS RESPONDENTES

ORIGEM SOCIAL: OCUPAÇÃO	PAI (em %)		MÃE (em %)	
	Economia	Ciências Sociais	Economia	Ciências Sociais
Profissões antigas, altos cargos políticos e empresariais	14,6	15,9	5,1	0,9
Proprietários urbanos	17,1	12,4	5,7	3,1
Classe média (profissões recentes e assalariados não-manuais, funcionários públicos e professores)	38,7	31,5	20,0	29,8
Outras atividades não-manuais de rotina	3,5	7,0	---	1,3
Proprietários rurais	---	0,5	---	---
Trabalhadores manuais	24,8	28,7	7,0	8,2
Sem remuneração (dona de casa, voluntários)	---	---	61,6	55,8
Aposentados, pensionistas e desempregados	1,3	4,0	0,6	0,9
TOTAL (N)	100,0 (75)	100,0 (147)	100,0 (75)	100,0 (149)

[Observação] Questão solicitava indicação da atividade do pai e da mãe quando o respondente tinha aproximadamente 15 anos.

[Notas] Ns: sem ponderação

Finalmente, pode-se visualizar na Tabela 6.13 abaixo a distribuição ocupacional dos egressos em Economia que constituíram a amostra, esboçando a participação relativa de grandes espaços de inserção profissional na absorção dos diplomados em Economia.

39,5% dos respondentes atuam na área privada (excluindo aqui professores universitários, empresários e pesquisadores, agregados em outras categorias). O equivalente para a área pública abrange 20,7% dos egressos – ainda assim mais que os 15,1% encontrados entre os cientistas sociais.

TABELA 6.13. DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO DOS RESPONDENTES

OCUPAÇÃO ATUAL	(em %)	ÁREAS	(em %)
Cargos de direção (<i>executivos, diretores e presidentes</i>)	11,1	ÁREA PRIVADA	39,5
Técnicos especializados na área privada (<i>economistas, gerentes, analistas, auditores</i>)	18,2		
Técnicos especializados na área privada financeira (<i>gerentes, analistas, bancários, securitários</i>)	9,0		
Quadros de empresas	1,2		
Técnicos especializados na área pública (<i>economistas, coordenadores, analistas, técnicos</i>)	14,8	ÁREA PÚBLICA	20,7
Cargos públicos de direção (<i>dirigentes</i>)	0,6		
Funcionários públicos (em geral)	2,5		
Auditores (fiscais e tributários)	2,8		
Professores universitários	9,0	ENSINO	11,8
Cargos de direção em escolas	0,6		
Professores de idiomas	2,2		
Empresários, micro-empresários (em geral)	1,2	EMPRESÁRIOS	4,6
Comerciantes	0,6		
Industriais	2,8		
Bolsistas (doutorado)	1,2	PESQUISADORES / BOLSISTAS	4,0
Pesquisadores (área privada)	0,6		
Pesquisadores (área pública)	2,2		
Consultores (em geral)	2,2	CONSULTORES	3,4
Consultores-empresários	1,2		
Técnicos especializados em ongs e outras instituições sem fins lucrativos (<i>coordenadores, analistas</i>)	2,8	OUTRAS CARREIRAS FORA DAS ÁREAS PÚBLICA E PRIVADA	2,8
Jornalistas	4,3	OUTRAS PROFISSÕES E FORMAÇÕES	4,3
Aposentados	5,5	APOSENTADOS E OUTROS	8,9
Nenhuma ocupação ou desemprego voluntário	1,2		
Outros (rentistas e investidores)	2,2		
TOTAL (N = 77)	100,0	TOTAL	100,0

[Notas] Categorização considera apenas a atividade considerada principal – a permanente ou a que fornecia maior renda, caso mais de uma tenha sido indicada / no caso de informações insuficientes, foram utilizadas outras respostas do questionário para a categorização (exemplo: professores, sem referência ao nível).

Diferenças relevantes entre as duas profissões estão também na participação da área acadêmica (professores universitários e bolsistas) – pouco mais de 10% para os economistas e de 25% para os cientistas sociais – e na ocupação em outras áreas – a segunda graduação dos economistas não tem a mesma função de inserção no mercado de trabalho que tem para os cientistas sociais. Também não foram encontrados respondentes trabalhando em áreas abaixo de sua qualificação. Os poucos respondentes “fora” da área de trabalho dos economistas (jornalistas, empresários, uma parte da área de ensino e aposentados e desempregados voluntariamente) também colocarão obstáculos para o tipo de análise realizada para os cientistas sociais (tanto pelo número de casos como porque talvez não difiram em suas avaliações e em sua composição dos que tem ocupação atual dentro da área).

Prestígio ocupacional

Seguindo o mesmo procedimento anterior, apresentarei primeiramente os resultados das avaliações de prestígio ocupacional das ocupações e em seguida as de atividades específicas da área de Economia. Como não foram definidas com objetivos substantivos, esta primeira parte tem interesse meramente ilustrativo para o conjunto da análise. Os resultados para os economistas – comparando-os com os cientistas sociais – podem ser encontrados na Tabela 6.14 (a origem desses cálculos está disposta no Anexo 6.1). Com as respostas de 1 a 5 para a “posição social” de cada ocupação foi possível calcular escores e ordená-los de acordo, tudo sem utilizar a ponderação da amostra total, de modo a dar a cada resposta o mesmo peso. Para complementar as comparações, na tabela também estão os mesmos escores encontrados para toda a amostra de cientistas sociais, exatamente como na Tabela 3.2, no capítulo 3.

As primeiras quatro ocupações são as mesmas nas três hierarquias (juízes de direito, empresários, médicos e fazendeiros), assim como sua base (policiais). Mas, logo acima desta ocupação, pode-se ver que a de vendedor, inserida também na base da hierarquia pelos cientistas sociais, posiciona-se bem acima para os economistas, com uma diferença de dez posições. Desagregadas as avaliações para os vendedores da mesma forma

que foi realizado anteriormente (primeira tabela do Anexo 6.2), é possível ver que as respostas (de 1 a 5) para esta ocupação aumentam com as décadas de conclusão e quanto mais descemos na escala ocupacional dos pais dos respondentes. A única diferença significativa nos testes paramétricos e não-paramétricos foi encontrada entre aqueles com pais proprietários urbanos, no sentido de conceder avaliações mais baixas.

Avaliando sua própria profissão, os economistas se posicionaram na nona posição, frente a 14ª conforme os cientistas sociais. Considerando apenas os que indicaram no questionário explicitamente uma ocupação atual como economista, esse auto-posicionamento perde parte de seu viés (conforme tabela encontrada no Anexo 6.2). O intensidade do viés ocupacional pode ser avaliado (por ter número suficiente) em outros dois casos – na avaliação da ocupação de funcionário público por funcionários públicos e na de professores universitários. No entanto, nenhum deles alcançou diferença com significância estatística. Na avaliação de funcionários públicos, essa diferença nas desagregações foi encontrada nos formados entre 2000 e 2005 para mais e entre os ocupantes de altos cargos empresariais para menos.

TABELA 6.14. COMPARAÇÃO DAS HIERARQUIAS DE PRESTÍGIO OCUPACIONAL REALIZADAS POR ECONOMISTAS E CIENTISTAS SOCIAIS

SCORES E RANKINGS OCUPAÇÕES (parte 1)	Ciências Sociais amostra total (= Tabela 3.2)		Economia		Ciências Sociais amostra comparativa	
	<i>prestige score</i>	<i>posto</i>	<i>prestige score</i>	<i>posto</i>	<i>prestige score</i>	<i>posto</i>
JUÍZES DE DIREITO	93,3	1	90,4	1	93,3	1
EMPRESÁRIOS	89,4	2	85,5	2	89,2	2
MÉDICOS	84,4	3	85,2	3	85,5	3
FAZENDEIROS	84,1	4	77,0	4	84,3	4
POLÍTICOS PROFISSIONAIS	79,6	5	75,0	6	78,8	5
ENGENHEIROS	76,9	6	75,3	5	77,9	6
DENTISTAS	74,9	7	72,2	10	76,4	7
ADVOGADOS	73,7	8	73,4	7	74,8	9
PUBLICITÁRIOS	73,4	9,5	69,7	12	75,1	8
ARQUITETOS	73,4	9,5	68,2	13,5	74,4	10
ADMINIST. DE EMPRESAS	72,0	11	73,2	8	72,8	12,5
PSICANALISTAS	71,9	12	68,2	13,5	73,5	11
PROF. UNIVERSITÁRIOS	71,4	13	71,2	11	72,8	12,5
ECONOMISTAS	69,0	14	72,7	9	70,8	14
JORNALISTAS	62,5	15	60,0	16,5	64,7	15
PSICÓLOGOS	61,4	16	58,1	19	62,4	16
BIÓLOGOS	60,4	17	60,6	15	61,3	17
ATOES	59,9	18,5	57,2	21	60,6	18
CIENTISTAS POLÍTICOS	59,9	18,5	60,0	16,5	59,8	19

SCORES E RANKINGS OCUPAÇÕES (parte 2)	Ciências Sociais amostra total (= Tabela 3.2)		Economia		Ciências Sociais amostra comparativa	
	<i>prestige score</i>	<i>posto</i>	<i>prestige score</i>	<i>posto</i>	<i>prestige score</i>	<i>posto</i>
MILITARES	58,1	20	51,8	26	58,4	21
ESTATÍSTICOS	57,0	21	57,0	22	59,2	20
ARTISTAS PLÁSTICOS	56,4	22	55,3	24	58,2	22
SOCIÓLOGOS	55,9	23,5	52,2	25	57,4	23
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	55,9	23,5	59,4	18	56,2	25
MATEMÁTICOS	55,1	25	56,1	23	56,8	24
CONTADORES	54,1	26	57,3	20	54,6	28
ANTROPÓLOGOS	53,6	27	47,7	30	55,6	26
HISTORIADORES	53,2	28	47,7	30	55,2	27
MÚSICOS	52,7	29	48,8	28	53,8	29
PADRES	51,2	30	46,1	34	52,6	30
FILÓSOFOS	50,8	31	47,1	32	52,2	31
ASSISTENTES SOCIAIS	48,3	32	46,6	33	48,6	33
ENFERMEIROS	47,3	33	45,5	35	49,0	32
PROF. ENSINO MÉDIO	46,7	34	47,7	30	47,9	34
PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL	42,7	35	44,8	36	43,8	35
SECRETÁRIAS	42,0	36	42,8	37	43,4	36
VENDEDORES	41,5	37	49,6	27	41,3	37
POLICIAIS	39,2	38	38,9	38	39,7	38

Segmentação intraprofissional de prestígio

É nesse ponto que as avaliações de prestígio (originadas de uma tradição de pesquisa em estratificação social) cruzam com os estudos sobre profissões – na avaliação da “posição social” de um conjunto de atividades de trabalho típicas da profissão de economista. No questionário do *survey* inclui quinze dessas atividades, sendo onze delas compartilhadas com os cientistas sociais. A tabulação das respostas está disposta na Tabela 6.15, com as quatro possibilidades de ordenação. Da lista de atividades, a de empresário na área de fundo de investimentos foi a considerada pelo conjunto dos respondentes a de maior posição social, seguida por cargos executivos em empresas. A atividade de professor em universidade pública – a de mais alta avaliação pelos cientistas sociais – aqui aparece em sexto em todos os *rankings*.

A própria natureza da função de economista traz de volta questões a respeito dos critérios de avaliação das atividades, se estão centradas nas recompensas materiais ou nas simbólicas e de reconhecimento social decorrentes ou independentes daquelas. Duas considerações sobre a hierarquia abaixo complexificam a questão: se, de um lado, a considerável diferença entre a avaliação de professor em universidade pública e privada não poderia estar baseada puramente nas suas remunerações diferenciais, por outro, é grande a distância entre as atividades semelhantes de funcionário público como economista e a de economista em instituição da área financeira, esta última de melhor remuneração (e também o fato de que os pesquisadores não-acadêmicos foram melhor avaliados que os acadêmicos). Como no caso dos advogados, no entanto, poderia se argumentar que não é tanto pelos grandes clientes ou pelos valores envolvidos, mas pelo fato de que não precisam sair da área de conhecimento da Economia, o que faz com que algumas atividades fiquem em alta conta pelos pares profissionais. Para as Ciências Sociais, em função da dinâmica da inserção no mercado de trabalho da área, isto se materializa no campo acadêmico, mas a Economia tem também na área financeira um mundo criado e explicado dentro de parâmetros e conceitos próprios. Ficaria difícil, nos limites desta pesquisa, tentar explicitar qual destes critérios tem preponderância para os respondentes. Em todo caso, se, de um lado, avaliações de posição social são compostas, por outro, as de prestígio, mesmo puras,

não são as únicas em operação quando um jovem economista escolhe, pela valorização diferencial que observa, qual das atividades mais lhe interessa. Conseqüentemente, sobrepõe-se na valorização influência, poder, pureza profissional e remuneração.

As duas áreas são, portanto, bastante diferentes no que se refere às áreas em que seu conhecimento mais específico e técnico é requerido (um conhecimento visto como mais “esotérico” que o das Ciências Sociais). Isto se refletiu na elaboração da lista de atividades de economista a serem avaliadas pelos próprios economistas e no resultado das avaliações de prestígio: diferentemente das Ciências Sociais, nenhuma atividade ficou abaixo do ponto médio da escala de resposta. No entanto, as duas profissões enfrentam questões semelhantes a respeito da delimitação do que é trabalho do seu profissional e a respeito de sua heterogeneidade interna (Lebaron, 2001). Assim, apesar de necessidade de um enfoque teórico e empírico mais específico para a profissão de economista, além dos limites desta pesquisa, os mesmos procedimentos realizados para os cientistas sociais foram seguidos, mesmo que em alguns casos (poucos casos “fora da área” e de acadêmicos, poucos negros e pardos) a amostra impossibilite parte das análises de composição e algumas comparações. Nesse sentido, a abordagem seguida será menos teórica e mais centrada nos dados.

TABELA 6.15. HIERARQUIA DE PRESTÍGIO DAS ATIVIDADES DE ECONOMISTAS LISTADAS NO QUESTIONÁRIO (avaliação dos economistas)

Tipo de escala ATIVIDADES DE TRABALHO PARA ECONOMISTAS	Categórica / ordinal (frequências)							Transformação de escala / ordinal			Ordinal “tomada como” métrica					sem resposta
	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	TOTAL	ranking 1 (freq. 5 + freq. 4)	PRESTIGE SCORES	ranking 2 (pelos escores)	mediana	MÉDIA	ranking 3 (pelas médias)	Desvio padrão	MÉDIA (com pesos)	ranking 4 (pelas médias com pesos)	
Empresário na área de fundo de investimentos	1,4	---	5,5	39,7	53,4	100,0	1	88,7	1	5	4,44	1	0,726	4,39	1	4
Cargos executivos em empresas (direção, supervisão etc.)	1,4	---	6,8	38,4	53,4	100,0	2	88,5	2	5	4,42	2	0,744	4,35	2	4
Analista ou economista em instituições da área financeira	2,8	1,4	12,5	51,4	31,9	100,0	3	81,6	3	4	4,08	3	0,868	4,01	3,5	5
Cargos políticos ou de confiança em instituições públicas	4,1	4,1	16,5	39,7	35,6	100,0	4	79,7	4	4	3,99	4	1,034	4,01	3,5	4
Consultor (para empresas ou instituições públicas)	2,7	2,7	26,1	50,7	17,8	100,0	5	75,6	5	4	3,78	5	0,870	3,77	5	4
Professor em universidade pública	2,7	5,5	42,5	28,8	20,5	100,0	6	71,8	6	3	3,59	6	0,969	3,60	6	4
Funcionário público, por concurso (exceto professores), como profissionais de Economia	5,5	8,2	38,4	39,7	8,2	100,0	7	67,4	8,5	3	3,37	8,5	0,950	3,39	8	4
Pesquisador não-acadêmico (instituições governamentais, empresas, organismos internacionais)	1,4	6,9	47,9	23,3	20,5	100,0	8	70,9	7	3	3,55	7	0,943	3,51	7	4
Editor ou redator de conteúdo em meios de comunicação especializados (revista de divulgação, periódico)	1,4	9,6	46,6	35,6	6,8	100,0	9	67,4	8,5	3	3,37	8,5	0,808	3,34	10	4

(continuação da Tabela 6.15)

Tipo de escala	Categórica / ordinal (frequências)							Transformação de escala / ordinal			Ordinal “tomada como” métrica					sem resposta
	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	TOTAL	ranking 1 (freq. 5 + freq. 4)	PRESTIGE SCORES	ranking 2 (pelos escores)	mediana	MÉDIA	ranking 3 (pelas médias)	Desvio padrão	MÉDIA (com pesos)	ranking 4 (pelas médias com pesos)	
Funcionário público, por concurso (exceto professores), como profissionais de qualquer nível superior	5,5	13,7	45,2	32,9	2,7	100,0	10	62,7	12	3	3,14	12	0,887	3,14	11	4
Professor em universidade particular	1,4	12,3	52,1	24,6	9,6	100,0	11	65,7	10	3	3,29	10	0,858	3,35	9	4
Pesquisador acadêmico	2,8	18,1	47,2	22,2	9,7	100,0	12	63,6	11	3	3,18	11	0,939	3,13	12	5
Assessoria em organizações não-governamentais e sem fins lucrativos	2,7	17,8	50,7	21,9	6,9	100,0	13	62,5	13	3	3,12	13	0,881	3,10	13	4
Assalariado de nível intermediário em empresas (recursos humanos, planejamento etc.)	1,4	23,6	51,4	20,8	2,8	100,0	14	60,0	14	3	3,00	14	0,787	2,97	14	5
Professor em cursos temporários de curta duração	2,7	27,4	52,1	15,1	2,7	100,0	15	57,5	15	3	2,88	15	0,798	2,83	15	4

N (para cada atividade) = 77 – número de “sem resposta”

MATRIZ DE CORRELAÇÕES ENTRE RANKINGS DAS ATIVIDADES (*rho de Spearman*)

	ranking 1	ranking 2	ranking 3	ranking 4
ranking 1	---			
ranking 2	0,983	---		
ranking 3	0,983	1,000	---	
ranking 4	0,985	0,989	0,989	---

De modo geral, os economistas forneceram respostas mais elevadas de posicionamento social que os cientistas sociais para atividades semelhantes: tanto o topo quanto a base da hierarquia de prestígio apresentam maiores escores. Essas e outras informações podem ser extraídas da Tabela 6.16. Na comparação entre as atividades compartilhadas, a maior diferença (5 posições) é para professor em universidade pública – topo da profissão para cientistas sociais e menos prestigiosa que cargos políticos e consultores para os economistas.

TABELA 6.16. COMPARAÇÃO ENTRE HIERARQUIAS DAS ATIVIDADES COMUNS ÀS DUAS PROFISSÕES

ESCORES E RANKINGS	Ciências Sociais amostra total (= Tabela 3.2)		Economia		Ciências Sociais amostra comparativa	
MAIOR ESCORE (1º na ordenação)	Professor em universidade pública (78,2)		Empresário na área de fundo de investimentos (88,7)		Professor em universidade pública (80,1)	
ATIVIDADES	<i>prestige score</i>	<i>posto</i>	<i>prestige score</i>	<i>posto</i>	<i>prestige score</i>	<i>posto</i>
Professor em universidade pública	78,2	1	71,8	6	80,1	1
Cargos políticos ou de confiança em instituições públicas	75,2	3	79,7	4	74,7	4
Consultor (para empresas ou instituições públicas)	70,4	5	75,6	5	70,3	5,5
Editor ou redator de conteúdo em meios de comunicação especializados (revista de divulgação, periódico)	68,7	6	67,4	8,5	70,3	5,5
Professor em universidade particular	66,9	7	65,7	10	67,2	7
Pesquisador acadêmico	64,4	8	63,6	11	65,4	8
Assessoria em organizações não-governamentais	63,0	9	62,5	13	62,4	9
Funcionário público, por concurso (exceto professores), como profissionais de cada área específica	60,7	11	67,4	8,5	60,7	11
Funcionário público, por concurso (exceto professores), como profissionais de qualquer curso superior	59,8	12	62,7	12	60,0	12,5
Assalariados de nível intermediário em empresas (RH, planejamento etc.)	54,4	17	60,0	14	54,0	17
Professor em cursos temporários de curta duração	52,1	18	57,5	15	52,5	18
MENOR ESCORE (21º para Ciências Sociais; 15º para Economia)	Entrevistador, pesquisador de campo, coletores de dados (39,1)		Professor em cursos temporários de curta duração (57,5)		Entrevistador, pesquisador de campo, coletores de dados (37,7)	

Ainda sobre professores universitários, a diferença entre públicos e privados é menor para os economistas, tanto em diferença de postos quanto em diferença de escores. Mas, em linhas gerais, as atividades acadêmicas apresentaram maiores avaliações (respostas em categorias mais altas) dentre as atividades listadas. A correlação dos rankings (rho de Spearman) das atividades da Tabela 6.16 foi de 0,874 entre a amostra de Economia e a comparativa de cientistas sociais (a fonte dos dados para esta última amostra é o Anexo 6.3).

Os passos seguintes, realizados para os cientistas sociais, consistiram na preparação para o *ranking* intraprofissional de prestígio: primeiro, categorização das respostas para ocupação atual seguindo as fronteiras do trabalho na área (dentro ou fora) e da área acadêmica; em seguida, poderia ser obtida uma estimativa da segmentação de prestígio intraprofissional com os que trabalham na área, que não deveria ser alterada substancialmente quando retirado o grupo acadêmico da análise.

1. “DENTRO” (categorias das atividades [**em negrito**] e respostas tal como no questionário [*em itálico*]):

1.1. ACADÊMICOS

- **Professor em universidade (pública e particular)**
- **Pesquisador acadêmico** (inclui bolsista de pós-graduação)
- **Aposentado** com trajetória acadêmica (um caso)

1.2. EXTRA-ACADÊMICOS

- **Cargos executivos em empresas (direção, supervisão etc.)** (*diretores*)
- **Analista ou economista em instituições da área financeira** (*financeira, bancária, gerente sênior, analista financeiro, account manager, securitária*)
- **Consultor (para empresas ou instituições públicas)** (*consultor de projetos, empresa de consultoria*)
- **Funcionário público, como profissionais de Economia** (*economista, coordenador, dirigente, gestor público, técnico de planejamento e pesquisa, analista econômico-financeira, analista do Banco Central, auditor, auditor tributário*)
- **Funcionário público, como profissionais de qualquer curso superior** (*funcionário público federal, servidor público federal*)
- **Assessoria em organizações não-governamentais** (*coordenador, assessoria financeira*)
- **Assalariados de nível intermediário em empresas** (*gerentes, economista, auditoria, analistas*)
- **Pesquisador não-acadêmico** (*instituições governamentais, empresas, organismos internacionais*)
- E um caso de empresário da área de pesquisa de opinião pública

1.3. FORMADOS ENTRE 2000 E 2005

- Não houve caso de egresso desta década em atividade considerada “fora” (único caso está em outra profissão – por outro curso superior)

2. “FORA”

- **Outras profissões e formações** (*jornalistas*)
- **Empresários e comerciantes**
- **Professores de idiomas**
- **Cargos de direção, supervisores e coordenadores em escolas** (*diretora educacional*)
- **Aposentados, rentistas, investidores e desemprego voluntário**

Este procedimento fazia bastante sentido para as Ciências Sociais: tanto para avaliarmos o viés ocupacional do grupo acadêmico, que além de sua alta proporção frente ao todo também apresentava a atividade com maior prestígio, quanto para testar o corolário da teoria de Abbott sobre o status nas profissões, em que as hierarquias deveriam valer nos dois lados da fronteira universitária. O caso dos economistas pode ser avaliado por meio da Tabela 6.17. As hierarquias das atividades realizadas pelos que estão “dentro” e pelos “dentro sem acadêmicos” não indicam muitas diferenças e assim parecem seguir a amostra completa de cientistas sociais, apesar do reduzido número de casos do grupo acadêmico (10) e dos que estão fora da área (14). Talvez por isso, a hierarquia realizada com esses últimos apareça tão diferente dos valores de referência (apenas os dois primeiros postos coincidem) e alguns dos seus resultados pareçam contraditórios (professor em universidade pública abaixo de pesquisador acadêmico).

No entanto, o viés do grupo acadêmico não significa a mesma coisa que para os cientistas sociais e talvez fossem outras as fronteiras mais relevantes (executivos e não-executivos ou dentro e fora da área financeira)⁶⁸. Permanecerei nas mesmas fronteiras em benefício das comparações. Para o que vem a seguir, é preciso ressaltar que os reduzidos números de casos para alguns grupos exigem maior cautela na análise da composição das posições para a amostra de economistas, procedimento que apresento a seguir.

⁶⁸ Entretanto, quanto realizados os testes estatísticos para o viés ocupacional, não foram encontradas diferenças significativas no topo da hierarquia (a atividade “cargos executivos em empresas” foi a única com respondentes), como mostra o Anexo 6.4, à diferença do encontrado para a atividade “professor em universidade pública” nos cientistas sociais.

TABELA 6.17. RANKING DAS ATIVIDADES PELOS ECONOMISTAS ATUANTES NA ÁREA (SEGMENTAÇÃO INTRAPROFISSIONAL)

Posição dos respondentes em relação à área ATIVIDADES	“DENTRO” (N 63) <i>prestige scores</i>	<i>ranking</i>	“DENTRO” sem acadêmicos (N 53) <i>prestige scores</i>	<i>ranking</i>	“FORA” (N 14) <i>prestige scores</i>	<i>ranking</i>	valores de referência amostra total (N 77)
Empresário na área de fundo de investimentos	89,0	1	89,8	1	83,2	1	87,9 / 1
Cargos executivos em empresas (direção, supervisão etc.)	88,8	2	88,3	2	80,3	2	87,1 / 2
Cargos políticos ou de confiança em instituições públicas	83,3	3	81,5	3	67,6	7	80,2 / 3
Analista ou economista em instituições da área financeira	80,4	4	79,2	4	79,0	3	80,1 / 4
Consultor (para empresas ou instituições públicas)	75,0	5	72,7	5	77,2	4	75,4 / 5
Professor em universidade pública	73,5	6	72,3	6	66,3	9	72,1 / 6
Pesquisador não-acadêmico (instituições governamentais, empresas, organismos internacionais)	69,5	7	66,9	8	72,7	5	70,1 / 7
Funcionário público, por concurso (exceto professores), como profissionais de Economia	69,1	8	67,9	7	62,8	12	67,9 / 8
Professor em universidade particular	68,1	9	66,5	9	63,1	11	67,1 / 9
Editor ou redator de conteúdo em meios de comunicação especializados (revista de divulgação, periódico)	66,8	10	65,6	10	67,0	8	66,9 / 10
Funcionário público, por concurso (exceto professores), como profissionais de qualquer nível superior	63,4	12	62,8	11	60,6	14	62,9 / 11
Pesquisador acadêmico	61,1	13	60,8	13	68,6	6	62,7 / 12
Assessoria em organizações não-governamentais e sem fins lucrativos	63,5	11	62,1	12	56,2	15	62,1 / 13
Assalariado de nível intermediário em empresas (recursos humanos, planejamento etc.)	58,7	14	58,5	14	61,9	13	59,4 / 14
Professor em cursos temporários de curta duração	54,9	15	53,3	15	63,8	10	56,7 / 15

[Notas] Cálculos utilizaram amostra ponderada / Tabela ordenada segundo os valores de referência / Ns sem ponderação.

Com a Tabela 6.18 pode-se visualizar diferenças percentuais entre as variáveis relativas a sexo, raça, origem social, outros títulos superiores, idade e renda, nas duas amostras em comparação, ao longo da fronteira da ocupação na área. A diferença dos cientistas sociais, onde o trabalho fora da área tem melhor remuneração que o dentro (o que talvez explique a busca por uma segunda graduação, particularmente no Direito), entre os economistas é o trabalho dentro da área que remunera melhor (e a segunda graduação deve ter um outro significado para os que a cursam). Além das maiores médias de renda, as maiores proporções de mestres e doutores entre os que trabalham dentro de suas profissões também indicam nichos distintos no mercado de trabalho: a necessidade de credenciais educacionais acadêmicas (mestrado e doutorado) não é tão forte para os economistas, que encontram na área extra-acadêmica (empresários, executivos, cargos públicos e consultores) os setores de maior valorização, atração e remuneração, como se pode observar pela Tabela 6.19. Entre os economistas, o grupo extra-acadêmico apresentou 33,2% de alunos ou concluintes de mestrado ou doutorado, contra 52,2% para os cientistas sociais, o que aponta para a mesma interpretação.

O padrão de origem social é semelhante entre os que estão dentro e fora para os dois cursos. A diferença que mais chama a atenção na Tabela 6.18 está na escolaridade dos pais entre os grupos. Quando a desagregação do grupo acadêmico é acrescentada, aparecem indícios de perfis diferentes entre os acadêmicos das duas profissões, o dos economistas com menor proporção de pais de profissões antigas (5,7%), proporcionalmente mais trabalhadores manuais e com menor proporção de pais com educação superior (31,4%) do que os cientistas sociais.

A distribuição das mulheres e dos negros e pardos entre os grupos também apresenta aspectos interessantes, visto principalmente que as profissões tem topo valorativo em subgrupos distintos: em ambos os casos, as mulheres estão subrepresentadas nos subgrupos que concentram as atividades de maior prestígio (24,3% entre os não-acadêmicos para os economistas – esta amostra apresentou 30,5% de mulheres – e 49,4% entre os acadêmicos para os cientistas sociais – 58,0% de mulheres na amostra). Apesar de limitados, os casos de negros e pardos indicam uma composição distinta entre as profissões: estão todos, entre os economistas, no grupo não-acadêmico.

TABELA 6.18. COMPOSIÇÃO SOCIAL DOS SUBGRUPOS DENTRO E FORA, POR VARIÁVEIS SELECIONADAS

PROFISSÃO SUBGRUPOS VARIÁVEIS	Economia			Ciências Sociais amostra comparativa		
	Dentro	Fora	TOTAL	Dentro	Fora	TOTAL
<i>(analíticas 1: dummies)</i>						
Sexo (<i>1 = feminino</i>)	26,8%	46,0%	30,5%	55,1%	60,7%	58,0%
Cor e raça (<i>1 = pardos, negros ou pretos</i>)	4,2%	---	3,4%	8,2%	15,7%	10,8%
<i>(analíticas 2: ordinais para origem social)</i>						
Pai com educação superior ou mais	43,2%	37,7%	42,2%	44,6%	23,0%	37,8%
Mãe com educação superior ou mais	26,6%	14,8%	24,4%	28,8%	22,8%	27,0%
Pai trabalhador manual	23,2%	32,2%	24,8%	22,2%	40,6%	28,7%
Pai de profissão antiga ou com alto cargo político e empresarial	15,1%	12,5%	14,6%	17,6%	11,6%	15,9%
<i>(analíticas 3: mais educação superior)</i>						
Dupla graduação (<i>1 = cursou ou cursa</i>)	29,5%	46,0%	32,7%	22,4%	40,4%	28,9%
Pós-graduação (<i>1 = mestrado e doutorado</i>)	41,4%	22,2%	37,6%	75,4%	14,6%	50,7%
<i>(descritivas)</i>						
Menos de 40 anos de idade	40,5%	14,3%	35,4%	48,6%	32,3%	41,5%
Média da renda mensal (da atividade principal) ^a	15.222,00	5.210,00	13.313,00	4.496,00	6.522,00	5.213,00
Média da renda mensal (todas as atividades) ^a	17.404,00	7.018,00	15.372,00	4.941,00	7.510,00	5.868,00
N do grupo (sem ponderação) ^b	63	14	77	93	56	151 ^c

[*Legendas*] a. A “atividade principal” a que esta média de renda faz referência é aquela com a qual foram feitas as demais categorizações; a diferença para a renda de todas as atividades seria nula caso todos indicassem apenas uma atividade; evidentemente, há também a possibilidade de não-resposta em cada; quando mais de um valor foi indicado (em faixa ou diferenciando bruto e líquido) foi considerada o menor / b. Não estão incluídas nesses totais as não-respostas para cada uma das variáveis / c. inclui toda a amostra, inclusive as duas respostas em que não foi possível posicionar como dentro ou fora.

TABELA 6.19. COMPOSIÇÃO SOCIAL DOS SUBGRUPOS DENTRO (ACADEMICO E NÃO-ACADÊMICO) E FORA, POR VARIÁVEIS SELECIONADAS

VARIÁVEIS	PROFISSÃO	Economia				Ciências Sociais amostra comparativa			
	SUBGRUPOS	Dentro acadêmicos	Dentro não-acadêmicos	Fora	TOTAL	Dentro acadêmicos	Dentro não-acadêmicos	Fora	TOTAL
<i>(analíticas 1: dummies)</i>									
Sexo (<i>1 = feminino</i>)		42,8%	24,3%	46,0%	30,5%	49,4%	61,2%	60,7%	58,0%
Cor e raça (<i>1 = pardos, negros ou pretos</i>)		---	4,9%	---	3,4%	10,2%	6,0%	15,7%	10,8%
<i>(analíticas 2: ordinais para origem social)</i>									
Pai com educação superior ou mais		31,4%	45,1%	37,7%	42,2%	44,1%	45,1%	23,0%	37,8%
Mãe com educação superior ou mais		17,1%	28,1%	14,8%	24,4%	25,2%	32,7%	22,8%	27,0%
Pai trabalhador manual		31,4%	21,9%	32,2%	24,8%	31,9%	12,1%	40,6%	28,7%
Pai de profissão antiga ou com alto cargo político e empresarial		5,7%	16,5%	12,5%	14,6%	20,3%	14,9%	11,6%	15,9%
<i>(analíticas 3: mais educação superior)</i>									
Dupla graduação (<i>1 = cursou ou cursa</i>)		11,4%	32,3%	46,0%	32,7%	16,9%	28,3%	40,4%	28,9%
Pós-graduação (<i>1 = mestrado e doutorado</i>)		94,3%	33,2%	22,2%	37,6%	97,1%	52,2%	14,6%	50,7%
<i>(descritivas)</i>									
Menos de 40 anos de idade		57,1%	37,9%	14,3%	35,4%	48,0%	49,2%	32,3%	41,5%
Média da renda mensal (da atividade principal) ^a		5.353,00	16.663,00	5.210,00	13.313,00	4.926,00	4.052,00	6.522,00	5.213,00
Média da renda mensal (todas as atividades) ^a		7.263,00	18.884,00	7.018,00	15.372,00	5.448,00	4.418,00	7.510,00	5.868,00
N do grupo (sem ponderação) ^b		10	53	14	77	50	43	56	151 ^c

[*Legendas*] a. A “atividade principal” a que esta média de renda faz referência é aquela com a qual foram feitas as demais categorizações; a diferença para a renda de todas as atividades seria nula caso todos indicassem apenas uma atividade; evidentemente, há também a possibilidade de não-resposta em cada; quando mais de um valor foi indicado (em faixa ou diferenciando bruto e líquido) foi considerada o menor / b. Não estão incluídas nesses totais as não-respostas para cada uma das variáveis / c. inclui toda a amostra, inclusive as duas respostas em que não foi possível posicionar como dentro ou fora.

Análises semelhantes às realizadas para os cientistas sociais, utilizando o teste qui-quadrado e regressões logísticas, ficam comprometidas pelos números de casos, e isso particularmente em razão da distribuição dos respondentes nos três grupos citados até aqui (19,4% fora e 10,8% acadêmicos). Uma comparação entre os dados foi realizada apenas para as diferenças na composição do grupo dos pós-graduados (Tabela 6.20), que apresentou uma distribuição mais equilibrada: 37,6% entre os economistas e 50,7% entre os cientistas sociais.

TABELA 6.20. RESULTADOS ANALÍTICOS DA RELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS INDEPENDENTES E A REALIZAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (1)	Economia			Ciências Sociais amostra comparativa		
variáveis independentes separadamente (χ^2 em tabelas de contingência e coeficientes das regressões logísticas)	χ^2	B	exp(B) ou odds ratio	χ^2	B	exp(B) ou odds ratio
Sexo (<i>dicotômica: 1 = feminino</i>)	0,030	0,106	1,112	5,488 *	-0,776 *	0,460 ^Δ
Cor (<i>dicotômica: 1 = pardos, negros ou pretos</i>)	<i>n.i.</i>	<i>n.i.</i>	<i>n.i.</i>	0,171	-0,247	0,781
Educação do pai (<i>ordinal: categorias 1 a 4</i>) ^a	<i>n.i.</i>	0,151	1,163	10,282 *	0,386 **	1,472 ^Δ
Pai analfabeto, com educação primária ou fundamental incompleto (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	0,465	-0,376	0,499	4,789 *	-0,846 *	0,429 ^Δ
Pai com educação fundamental (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	0,074	0,176	1,192	0,006	0,057	1,059
Pai com educação secundária ou técnica (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	<i>n.i.</i>	-0,485	0,616	1,555	-0,528	0,590
Pai com educação superior ou mais (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	0,732	0,462	1,587	8,512 **	1,071 **	2,918 ^Δ
Educação da mãe (<i>ordinal: categorias de 1 a 4</i>) ^a	<i>n.i.</i>	-0,095	0,909	3,625	0,269	1,309
Mãe analfabeta, com educação primária ou fundamental incompleto (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	0,876	0,514	1,672	2,400	-0,602	0,547
Mãe com educação fundamental (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	<i>n.i.</i>	-1,092	0,336	0,005	-0,071	0,931
Mãe com educação secundária ou técnica (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	0,099	0,138	1,148	0,093	0,136	1,146
Mãe com educação superior ou mais (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	0,019	-0,127	0,881	2,700	0,587	1,798
Ocupação do pai (<i>ordinal: categorias 1 a 4</i>) ^b	<i>n.i.</i>	-0,277	0,758	7,438	0,180	1,198
Pai trabalhador manual (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	0,539	-0,456	0,634	0,434	-0,247	0,781
Pai classe média ou outras atividades não-manuais de rotina (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	6,886 **	1,281 *	3,600 ^Δ	0,198	0,161	1,175
Pai proprietário urbano (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	<i>n.i.</i>	-0,810	0,445	4,207 *	-1,063	0,346
Pais de profissão antiga ou com alto cargo político e empresarial (<i>dicotômica: 1 = sim</i>)	<i>n.i.</i>	-1,087	0,337	4,507 *	0,957 *	2,604 ^Δ
Dupla graduação (<i>dicotômica: 1 = cursou ou cursa</i>)	8,298 **	-1,768 **	0,171 ^Δ	5,318 *	-0,848 *	0,428 ^Δ

[Legenda] * = significativo no nível 0,05 ($p < 0,05$); ** = significativo no nível 0,01 ($p < 0,01$); ^Δ = intervalo de confiança no nível 0,05 não inclui o zero; *n.i.* = número de casos insuficiente (para χ^2 , todas as células precisam ter pelo menos 5 observações; para estimar B e exp(B) todas as células precisam ser maiores que zero).

a. categorias ordinais para “educação”: 1 = analfabeto, educação primária ou ensino fundamental incompleto; 2 = fundamental ou 1º grau completo; 3 = educação secundária ou ensino médio completo; 4 = ensino superior completo (inclui pós-graduação)

b. categorias ordinais para “ocupação do pai”: 1 = trabalhadores manuais (IX, X e XI pela classificação ocupacional utilizada nesta pesquisa); 2 = classe média ou outras atividades não-manuais de rotina (IV, V, VI e VII); 3 = proprietários urbanos (III); 4 = profissões antigas e altos cargos (I e II) / proprietários rurais e aposentados excluídos desta análise.

Entre os cientistas sociais, como foi destacado no capítulo anterior, relações significativas foram encontradas entre concluir e cursar mestrado ou doutorado e sexo (com esta amostra as chances das mulheres são ainda menores), educação do pai (principalmente pelo aumento das chances no caso do pai ter cursado educação superior), algumas categorias de ocupação do pai e ter realizado uma segunda graduação. Nos dados para os economistas, apenas foram encontradas relações com a segunda graduação e com a origem social na classe média; aqui, o fato de ser mulher não diminui significativamente as chances de entrar no mundo acadêmico. Mais sobre isso surgirá com a decomposição do grupo que trabalha dentro da área de acordo com o *ranking* de segmentação intraprofissional.

TABELA 6.21. CORRESPONDÊNCIA ENTRE ATIVIDADES DE ECONOMISTAS, RANKING DE SEGMENTAÇÃO INTRAPROFISSIONAL E OS SUBGRUPOS UTILIZADOS NA ANÁLISE

ATIVIDADES DE TRABALHO PARA ECONOMISTAS	<i>prestige scores</i>	ranking de segmentação intraprofissional (= Tabela 6.17)	SUBGRUPOS
Empresário na área de fundo de investimentos	89,0	1	1. topo administrativo e financeiro
Cargos executivos em empresas (direção, supervisão etc.)	88,8	2	
Cargos políticos ou de confiança em instituições públicas	83,3	3	
Analista ou economista em instituições da área financeira	80,4	4	2. especialistas em conhecimento aplicado I
Consultor (para empresas ou instituições públicas)	75,0	5	
Professor em universidade pública	73,5	6	3. acadêmico I (público)
Pesquisador não-acadêmico (instituições governamentais, empresas, organismos internacionais)	69,5	7	4. especialistas em conhecimento aplicado II
Funcionário público, por concurso (exceto professores), como profissionais de Economia	69,1	8	
Professor em universidade particular	68,1	9	5. acadêmico II (privado)
Editor ou redator de conteúdo em meios de comunicação especializados (revista de divulgação, periódico)	66,8	10	
Assessoria em organizações não-governamentais e sem fins lucrativos	63,5	11	6. sem fins lucrativos
Funcionário público, por concurso (exceto professores), como profissionais de qualquer nível superior	63,4	12	
Pesquisador acadêmico	61,1	13	7. acadêmico III (pesquisador / bolsista)
Assalariado de nível intermediário em empresas (recursos humanos, planejamento etc.)	58,7	14	8. “base” em empresas
Professor em cursos temporários de curta duração	54,9	15	

Essa decomposição seguiu o mesmo procedimento feito para os cientistas sociais: excluídas as atividades sem representantes entre os respondentes, as demais foram agregadas por afinidade e por proximidade de escore. O resultado foram os oito grupos indicados na Tabela 6.21, o que, em certa medida, pulverizou as respostas. Entretanto, junções nesses grupos esbarram nos três subgrupos acadêmicos. Assim, apenas três grupos apresentaram mais de 10 respostas, um parâmetro que estabeleci no capítulo anterior para a interpretação destes dados. Esses três grupos incluem atividades significativas da profissão de economista, além da acadêmica – no primeiro, área financeira e consultoria; no segundo, majoritariamente funcionários públicos; e no terceiro, quadros de empresas – e servirão como simplificação heurística.

Considerando apenas a ocupação atual, a proporção de mulheres não segue uma tendência crescente ao longo da linha de prestígio interno. Entretanto, elas estão sobrerrepresentadas no extremo inferior desta hierarquia. No que concerne ao grupo de pardos e negros, todos estão no mesmo subgrupo de atividades, aquele que incorpora funcionários públicos e pesquisadores não-acadêmicos. Também a composição de acordo com as variáveis de origem social não revelam tendências. Dados interessantes, ainda que limitados pelo número de casos, mostram uma grande diferença de perfil entre os dois primeiros subgrupos de prestígio.

Tendências convergentes foram encontradas para os indicadores de renda, mas não parecem que sobreviveriam quando incluídos os três subgrupos dos acadêmicos. Por este ângulo, os acadêmicos parecem deslocados, inseridos como estão em um contínuo de renda significativamente maior que a sua. Isto pode indicar tanto a operação de um critério social diferente do estritamente econômico nas avaliações realizadas pelos economistas quanto o efeito da “pureza profissional” (Abbott, 1981) na sobrevalorização da parcela acadêmica, mesmo quando não constituem o topo da hierarquia, como nas Ciências Sociais.

TABELA 6.22. COMPOSIÇÃO SOCIAL DOS SUBGRUPOS INTRAPROFISSIONAIS (PELA OCUPAÇÃO ATUAL), POR VARIÁVEIS SELECIONADAS

SUBGRUPOS VARIÁVEIS	RANKING SEGMENTAÇÃO INTRAPROFISSIONAL								
	1. topo administrativo e financeiro	2. especialistas em conhecimento aplicado I	3. acadêmico I (público)	4. especialistas em conhecimento aplicado II	5. acadêmico II (privado)	6. sem fins lucrativos	7. acadêmico III (pesquisador / bolsista)	8. “base” em empresas	Total
(analíticas 1: dummies)									
Sexo (1 = feminino)	24,2%	27,6%	50,0%	5,7%	44,0%	26,6%	50,0%	42,9%	27,2%
Cor e raça (1 = pardos, negros ou pretos)	---	---	---	15,7%	---	---	---	---	4,3%
(analíticas 2: ordinais para origem social)									
Pai com educação superior ou mais	20,6%	72,4%	50,0%	35,7%	28,0%	46,8%	50,0%	47,5%	43,9%
Mãe com educação superior ou mais	6,9%	63,9%	50,0%	5,7%	---	60,1%	100,0%	29,5%	27,1%
Pai trabalhadores manuais	7,4%	14,9%	---	35,7%	28,0%	39,9%	50,0%	15,3%	23,1%
Pai de profissão antiga ou com alto cargo político e empresarial	---	49,0%	---	---	---	46,8%	50,0%	11,9%	15,5%
(analíticas 3: mais educação superior)									
Dupla graduação (1 = cursou ou cursa)	6,9%	49,0%	---	45,7%	8,0%	60,1%	50,0%	11,1%	30,0%
Pós-graduação (1 = mestrado e doutorado)	31,0%	38,3%	100,0%	41,4%	100,0%	26,6%	100,0%	23,8%	42,0%
(descritivas)									
Menos de 40 anos de idade	6,9%	53,1%	---	31,4%	64,0%	15,4%	100,0%	53,9%	41,1%
Média da renda mensal (da atividade principal) ^a	41.355,00	25.889,00	6.000,00	9.393,00	5.740,00	6.140,00	3.000,00	9.209,00	15.349,00
Média da renda mensal (todas as atividades) ^a	51.013,00	27.059,00	7.500,00	10.600,00	8.218,00	8.010,00	3.000,00	9.977,00	17.541,00
N do grupo (sem ponderação) ^b	7	11	2	15	5	5	2	14	61

[*Legendas*] a. A “atividade principal” a que esta média de renda faz referência é aquela com a qual foram feitas as demais categorizações; a diferença para a renda de todas as atividades seria nula caso todos indicassem apenas uma atividade; evidentemente, há também a possibilidade de não-resposta em cada; quando mais de um valor foi indicado (em faixa ou diferenciando bruto e líquido) foi considerada o menor; médias em *itálico* precisaram ser calculadas sem a ponderação / b. Não estão incluídas nesses totais as não-respostas para cada uma das variáveis

[*Observação*] Dois casos foram excluídos dessa análise: empresário de opinião pública e aposentado acadêmico.

Conclusão

Ao longo dos capítulos, apresentei um conjunto de teorias, debates, dados e interpretações. Recuperarei nestas últimas considerações parte deles, de modo a oferecer uma leitura geral de seus principais resultados.

O desenho do *survey* com egressos tinha como objetivo fornecer elementos empíricos para uma sociologia dos cientistas sociais, dialogando com a sociologia das profissões – algo em desenvolvimento que não toma a área acadêmica como ponto de partida e de chegada para a disciplina. Adota uma abordagem mais ampla, procurando considerar a situação ocupacional dos cientistas sociais e abarcar a diversidade em suas áreas de atuação. Dito de outra forma, buscou-se representar as Ciências Sociais como atividade acadêmica e não-acadêmica. Por outro lado, será apenas com uma abordagem que ilumine as fronteiras de atuação das Ciências Sociais, e isso nunca será uma tarefa simples e direta, que se poderá analisar as competições de jurisdição que a disciplina disputa e as lutas de empregabilidade que enfrentam seus diplomados no mercado de trabalho.

Com o *survey*, foi possível delinear as dimensões desses segmentos na absorção dos egressos de quatro universidades: o ensino nos vários níveis corresponde a 27,4% (sendo que a docência superior representa 21,9%), a área pública (retirado o ensino) colabora com 15,1%, outras carreiras fora da área pública (incluindo organizações não governamentais e empresas) incluem 8,0% e 3,6% são consultores.

A proporção do ensino universitário é corroborada pela de respondentes que cursaram ou cursam mestrado e doutorado (47,3%) e a reprodução desta área é garantida pela de bolsistas (parte dos 29,4% de pesquisadores e bolsistas entre os formados de 2000 a 2005).

Esses números convivem com uma elevada proporção de ex-alunos que trabalham em outras profissões e formações (12,6%) – no geral, 27,1% cursaram ou cursam outra graduação – e em ocupações que tipicamente não exigem ou são estranhas à sua qualificação (8,5%), além de 8,0% de desempregados entre os formados de 2000 a 2005.

O perfil dos profissionais credenciados mostrou maioria de mulheres, pouco mais de 10% de negros e pardos e uma origem social múltipla, mesclando altas proporções de

pais com alta escolaridade e de trabalhadores manuais. Quando cruzados com as décadas de formação, esses dados sobre origem social não indicam alterações em um sentido democratizante.

Estes resultados não encerram os objetivos do *survey*. A intenção era de, também, contribuir para uma discussão dentro da literatura sobre profissões – diferenciação interna entre os segmentos. Existe, para nossa profissão, assim como para todas, variações em termos de quais de seus segmentos representa *momentaneamente* sua parcela mais desejada e valorizada por seus membros – e isso pode ter inúmeros motivos, parte deles sociais. Isso que no senso comum se reproduz como formas desabonadoras ou engrandecedoras traduz-se sociologicamente em formação de grupos, sentimentos de valor pessoal e prestígio, distância social e racionalizações justificadoras que, se não indicam necessariamente conflitos abertos, delineam aquilo que pode ser entendido por meio dos conceitos de estratificação de status e segmentação intraprofissional.

Seguindo uma tradição que passa pela sociologia clássica, os conceitos de status e prestígio indicam uma distribuição desigual da honra social, operacionalizada (dentro dos limites de uma transição conceitual deste tipo) nos estudos de prestígio ocupacional. Eliminado o viés de procurar o consenso entre as avaliações das ocupações ao longo das sociedades e do tempo, este procedimento de posicionamento das ocupações, empregado para os segmentos internos às profissões, pode também buscar as variações nas preferências e trajetórias relacionadas a atributos definidores da posição social dos indivíduos (segundo outra tradição de conceito de status).

Os cientistas sociais em atividade na área foram solicitados a avaliar uma lista de 21 atividades e deram proeminência social a de professor em universidade pública, e isto se mantém mesmo quando retirados os acadêmicos (professores e bolsistas). Na sequência estão empresários de opinião pública, cargos políticos ou de confiança em instituições públicas, analista em meios de comunicação de massa e consultores. A valorização do ensino não é uniforme: professor em universidade particular aparece em oitavo e professor de Ensino Médio (em aulas de sociologia) em 19º.

Estas atividades, que podem ser incorporadas no grande grupo de atividades dentro da área, foram então consideradas como “posições ocupacionais” e alguns atributos de sua

composição social foram alvo de análise, buscando relações estatisticamente significantes. Trabalhar dentro da área das Ciências Sociais e como parte do grupo acadêmico depende significativamente da origem social do formado (nível escolar e cultural das famílias, ocupação do pai), mas também das outras credenciais educacionais que adquiriu. As relações significativas entre composição e posição aparecem com mais intensidade na passagem da fronteira do trabalho na profissão, à exceção da realização de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), porta de entrada para a vida acadêmica, com influência mais intensa na fronteira universitária dentro das Ciências Sociais.

Nestas duas passagens, algumas relações se invertem: variáveis de origem social que aumentam as chances de pertencer a um grupo (ou seja, trocar de posição), também diminuem as chances de ocupar o outro – é o caso de ter pai trabalhador manual, que diminui as chances de trabalhar na área mas, uma vez transposta esta passagem, tem forte influência positiva no pertencimento ao grupo acadêmico, no topo de prestígio da profissão (o contrário ocorre, mas com menos intensidade, com respondentes com pai proprietário urbano).

A relação da variável sexo, que não aparece nestas fronteiras, emerge nas chances reduzidas (50% a menos) das mulheres em relação aos homens de realizar mestrado ou doutorado, ou seja, há um processo que transforma uma formação profissional majoritariamente feminina (58,6% dos egressos são mulheres) em uma profissão cuja área de maior absorção, e topo de prestígio, tem viés masculino.

Com as posições ocupacionais internas à profissão foi possível testar um conjunto de hipóteses relacionando a hierarquia social profissional e a estrutura social como um todo, utilizando as informações da ocupação atual e de toda a trajetória dos respondentes no mercado de trabalho. Os resultados não mostram “barreiras progressivas” uniformes enfrentadas, como se poderia pressupor à primeira vista, por não-brancos, mulheres e indivíduos de origem social nas camadas de trabalhadores manuais e de menor escolarização ao longo da hierarquia ocupacional. O pouco número de casos faz com que análise não seja ideal, mas parece ocorrer entre negros e pardos, pela relação quase direta entre as proporções e a direção do prestígio ocupacional, uma utilização da segmentação intraprofissional como forma de contrabalançar atributos socialmente desvalorizados, o que

implica em uma abertura de parte da profissão a essas estratégias.

À despeito da particularidade do conjunto de dados, foi possível estabelecer resultados comparativos entre cientistas sociais e economistas, agora limitados a duas instituições. Em vários atributos os economistas diferem: no perfil social, os egressos são majoritariamente homens e brancos, com uma parcela significativa de descendentes de orientais. Já a proporção de negros e pardos é de apenas 3,4%. Uma parcela menor de economistas cursa ou cursou mestrado e doutorado (37,6%) e uma ainda maior que de cientistas sociais terá pelo menos outro curso de graduação concluído (32,7%). Ao contrário dos cientistas sociais, este segundo diploma surge, quando traçada a situação ocupacional dos formados, com uma função auxiliar: poucos estão em áreas de outras profissões e formações ou em atividades de baixa qualificação. E a reduzida proporção de mestres e doutores em áreas exteriores à acadêmica indica que a necessidade deste tipo de credenciais acadêmicas não é tão forte, pois encontram na área extra-acadêmica a maior parte do seu mercado de trabalho.

Para a Economia, os segmentos que mais contribuem para a absorção dos diplomados das duas universidades são: a área privada (39,5%), a área pública (retirado o ensino) (20,7%), o ensino (11,8%), consultorias (3,4%) e organizações não-governamentais (2,8%).

Diferenças também surgem nas avaliações das atividades pelos próprios economistas: a de empresário na área de fundo de investimentos foi a mais valorizada, seguida por cargos executivos em empresas, cargos políticos ou de confiança em instituições públicas, analista ou economista em instituições financeiras e consultores. Uma atividade que representava a área acadêmica (professor em universidade pública) apenas apareceu em sexto na hierarquia de 15 atividades.

Na análise de composição, onde resultados paralelos não estão disponíveis para todos os pontos, ao contrário dos cientistas sociais, o fato de ser mulher não diminui significativamente as chances de entrar no mundo acadêmico. No entanto, o que nas Ciências Sociais pareciam uma abertura para negros e pardos em subgrupos de alto prestígio intraprofissional, na Economia encontra seu reflexo em uma barreira.

Nem tudo entretanto é diferença: não existem grandes distinções no padrão cultural e ocupacional entre as famílias dos economistas e dos cientistas sociais. Também o padrão de origem social é semelhante entre os que estão dentro e fora da área nas respectivas profissões. E, em ambos os casos, essa dimensão social, que não é estritamente econômica nem política e que opera concedendo a algumas atividades recompensas que não se resumem à remuneração direta, contribui para trazer à tona algumas consequências dos processos sociais. Outros dados seriam necessários para dar prosseguimento e maior profundidade a este tipo de análise que, em última instância, diz respeito ao quanto as profissões conseguem dinamizar os destinos sociais de seus membros.

Mas essa dinâmica se desenrola no interior (e fazendo parte) de outras. Nesse cruzamento de processos sociais, uma interpretação mais geral da relação entre profissões e sociedade, por meio de macro-explicações, ficou em segundo plano e direcionei a análise para uma abordagem mais focalizada nos resultados de parte desses processos, a saber, das vinculações entre estrutura social e as hierarquias internas às profissões. E o que esses resultados mostram, nesse mesmo sentido, é que não existe uma direção única que não implique em perda de informação – as variáveis se relacionam de modo complexo e dão resultados distintos mesmo dentro dos limites estreitos de duas formações profissionais, como foi visto aqui no efeito da origem social. Mas isso não significa que, ao final, sobraram apenas relações estatísticas entre variáveis artificialmente separadas de um contexto social. A análise combinada de posição e composição forneceu elementos para tematizar e estimar recorrências que escapam quando observamos as trajetórias individualmente: pontos de convergência, barreiras, estratégias de reconhecimento, compensações de prestígio. Esses resultados e os processos envolvidos apontam para um conjunto de questões que ainda não foram tratadas, caminhos de pesquisa abertos seguindo os passos de uma sociologia dos cientistas sociais.

Referências bibliográficas

- ABBOTT, A. "Status and status strain in the professions", *American Journal of Sociology*, vol. 86, nº 4, 1981.
- ABBOTT, A. *The system of professions: an essay on the division of expert labor*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.
- ABBOTT, A. "Linked ecologies: states and universities as environments for professions", *Sociological Theory*, vol. 23, nº 3, 2005.
- AGUIAR, N. "Hierarquias em classe: uma introdução ao estudo da estratificação social" in AGUIAR, N. (ed.). *Hierarquias em classe*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- ALEXANDER, J. C.; GIESEN, B.; MÜNCH, R.; SMELSER, N. J. (eds.). *The micro-macro link*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1987.
- ALEXANDER JR., C. N. "Status perceptions", *American Sociological Review*, vol. 37, nº 6, 1972.
- ANDRADE, M. A. B. de. *A inserção dos cientistas sociais no mercado de trabalho na Bahia*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFBA, 2002.
- BARBETTA, P. A. *Estatística aplicada às Ciências Sociais*. 7ª edição revisada. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.
- BENGUIGUI, G. "La définition des professions", *Epistemologie Sociologique*, vol. 13, 1972.
- BECKER, H. "The nature of a profession" in BECKER, H. *Sociological Work*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1970.
- BILLS, D. B.; GODFREY, D. S.; HALLER, A. O. "A scale to measure the socioeconomic status of occupations in Brazil", *Rural Sociology*, vol. 50, nº 2, 1985.
- BLAIKIE, N. W. H. "The meaning and measurement of occupational prestige", *Journal of Sociology*, vol. 13, nº 2, 1977.
- BLAU, P. M. "Occupational bias and mobility", *American Sociological Review*, vol. 22, nº 4, 1957.
- BLAU, P. M.; DUNCAN, O. D. *The american occupational structure*. New York: The Free Press, 1967.
- BOMENY, H.; BIRMAN, P. (orgs.). *As assim chamadas Ciências Sociais: formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ; Relume Dumará, 1991.
- BONELLI, M. da G. *Identidade profissional e mercado de trabalho dos cientistas sociais: as Ciências Sociais no sistema das profissões*, tese de doutorado em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp, 1993.

- BONELLI, M. da G.; DONATONI, S. “Os estudos sobre profissões nas Ciências Sociais brasileiras”, *BIB Boletim Informativo e Bibliográficos de Ciências Sociais*, nº 41, 1996.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *Les héritiers: les étudiants et la culture*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964.
- BRAGA, E. C. F. *Ciências Sociais e o mercado da pesquisa: questões de sociologia dos cientistas sociais*, dissertação de mestrado em Sociologia, IFCH/Unicamp, 2004.
- COELHO, E. C. *As profissões imperiais: Medicina, Direito e Engenharia no Rio de Janeiro 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- DAVIES, A. F. “Prestige of occupations”, *British Journal of Sociology*, vol. 3, nº 2, 1952.
- DINIZ, M. “Neomarxistas e neweberianos: sobre natureza do estrato profissional”, *Dados*, vol. 39, nº 1, 1996.
- DUNCAN, O. D. “A socioeconomic index for all occupations” in REISS Jr., A. J. et al. *Occupations and social status*. New York: The Free Press of Glencoe, 1961.
- DURAND, J. C. “A mal-assumida profissão de sociólogo”, *Revista de Administração de Empresas*, vol. 24, nº 3, 1984.
- DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004 [1902].
- EMERSON, J. D.; MOSES, L. E. “A note on the Wilcoxon-Mann-Whitney test for 2 x k ordered tables”, *Biometrics*, vol. 41, nº 1, 1985.
- ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H.; PORTOCARERO, L. “Intergenerational class mobility in three western european societies: England, France and Sweden”, *British Journal of Sociology*, vol. 30, nº 4, 1979.
- ERLANGER, H. S. “The allocation of status within occupations: the case of the legal profession”, *Social Forces*, vol. 58, nº 3, 1980.
- FERNANDES, F. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- FREIDSON, E. “The changing nature of professional control”, *Annual Review of Sociology*, vol. 10, 1984.
- GARBIN, A. P.; BATES, F. L. “Occupational prestige: an empirical study of its correlates”, *Social Forces*, vol. 40, nº 2, 1961.
- GERSTL, J. E.; COHEN, L. K. “Dissensus, situs and egocentrism in occupational ranking”, *British Journal of Sociology*, vol. 15, nº 3, 1964.
- GOLDTHORPE, J. H.; HOPE, K. “Occupational grading and occupational prestige”, *Social Science Information*, vol. 11, nº 5, 1972.

GOODE, W. J. "Community within a community: the professions", *American Sociological Review*, vol. 22, nº 2, 1957.

GOODE, W. *The celebration of heroes: prestige as a social control system*. Berkeley and Los Angeles: University of California, 1978.

GOFFMAN, E. "The nature of deference and demeanor", *American Anthropologist*, vol. 58, nº 3, 1956.

GOUVEIA, A. J. "Desenvolvimento econômico e prestígio de certas ocupações", *América Latina*, ano 8, nº 4, 1965.

GRUSKY, D. "The past, present, and future of social inequality" in GRUSKY, D. (ed.). *Social stratification: class, race and gender in sociological perspective*. 2ª edição. Boulder: Westview, 2001.

GUPPY, L. N. "Dissensus or consensus: a cross-national comparison of occupational prestige scales", *Canadian Journal of Sociology*, vol. 9, nº 1, 1984.

GUPPY, N.; GOYDER, J. C. "Consensus on occupational prestige: a reassessment of the evidence", *Social Forces*, vol. 62, nº 3, 1984.

GUSFIELD, J. R.; SCHWARTZ, M. "The meanings of occupational prestige: reconsideration of the NORC scale", *American Sociological Review*, vol. 28, nº 2, 1963.

HALL, J.; JONES, D. C. "Social grading of occupations", *British Journal of Sociology*, vol. 1, nº 1, 1950.

HALLER, A. O.; HOLSINGER, D. B.; SARAIVA, H. U. "Variations in occupational prestige hierarchies: brazilian data", *American Journal of Sociology*, vol. 77, nº 5, 1972.

HATT, P. K. "Occupation and social stratification" in REISS Jr., A. J. et al. *Occupations and social status*. New York: The Free Press of Glencoe, 1961. Há tradução para o português: HATT, P. K. "Ocupação e estratificação social" in AGUIAR, N. (ed.). *Hierarquias em classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974 [publicado originalmente no *American Journal of Sociology*, 1950].

HODGE, R. W. "The measurement of occupational status", *Social Science Research*, vol. 10, nº 4, 1981.

HODGE, R. W.; TREIMAN, D. J.; ROSSI, P. H. "A comparative study of occupational prestige" in BENDIX, R.; LIPSET, S. M. *Class, status, and power: social stratification in comparative perspective*. 2ª edição. New York: The Free Press, 1966.

HODGE, R. W.; SIEGEL, P. M.; ROSSI, P. H. "Occupational prestige in the United States, 1925-63", *American Journal of Sociology*, vol. 70, nº 3, 1964. Republicado com análises adicionais em HODGE, R. W.; SIEGEL, P. M.; ROSSI, P. H. "Occupational prestige in the United States, 1925-

63” in BENDIX, R.; LIPSET, S. M. *Class, status, and power: social stratification in comparative perspective*. 2ª edição. New York: The Free Press, 1966.

HOFF, T. J. “Same profession, different people: stratification, structure, and physicians’ employment choices”, *Sociological Forum*, vol. 13, nº 1, 1998.

HUGHES, E. *Men and their work*. Glencoe: The Free Press, 1958.

HUTCHINSON, B. “The social grading of occupations in Brazil”, *British Journal of Sociology*, vol. 8, nº 2, 1957.

HUTCHINSON, B. (ed.). *Mobilidade e trabalho: um estudo na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: INEP/CEPE, 1960.

HUTCHINSON, B.; CASTALDI, C. “A hierarquia de prestígio das ocupações” in HUTCHINSON, B. (ed.). *Mobilidade e trabalho: um estudo na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: INEP/CEPE, 1960.

INKELES, A.; ROSSI, P. H. “National comparisons of occupational prestige”, *American Journal of Sociology*, vol. 61, nº 4, 1956.

IUTAKA, S.; BOCK, E. W. “Determinants of occupational status in Brazil”, *Social Science Information*, vol. 11, nº 5, 1972.

KRAUS, V.; SCHILD, E. O.; HODGE, R. W. “Occupational prestige in the collective conscience”, *Social Forces*, vol. 56, nº 3, 1978.

LABOVITZ, S. “Some observations on measurement and statistics”, *Social Forces*, vol. 46, nº 3, 1967.

LABOVITZ, S. “The assignment of numbers to rank order categories”, *American Sociological Review*, vol. 35, nº 3, 1970.

LABOVITZ, S. “In defense of assigning numbers to ranks”, *American Sociological Review*, vol. 36, nº 3, 1971.

LAUMANN, E. O.; HEINZ, J. P. “Specialization and prestige in the legal profession: the structure of deference”, *American Bar Foundation Research Journal* [nome atual do periódico: *Law and Social Inquiry*], vol. 2, nº 1, 1977.

LEBARON, F. “O campo dos economistas franceses no fim dos anos 90: lutas de fronteira, autonomia e estrutura”, *Mana: Estudos de Antropologia Social*, vol. 7, nº 1, 2001.

LEICHT, K.; FENNELL, M. “The changing organizational context of professional work”. *Annual Review of Sociology*, vol 23, 1997.

- LINTON, R. *The study of man: an introduction*. New York: D. Appleton-Century Company, 1936.
- LIMONGI, F. “A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo” in MICELI (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil: volume I*. São Paulo: Vértice; IDESP, 1989.
- MARINHO, M. J. M. da C. A profissionalização da Sociologia no Brasil. *Dados*, vol. 30, nº 2, 1987.
- MARSH, R. M. “The explanation of occupational prestige hierarchies”, *Social Forces*, vol. 50, nº 2, 1971.
- MARSHALL, T. H. “Citizenship and social class” in MARSHALL, T. H. *Class, citizenship, and social development*. Westport: Greenwood Press, 1973.
- MIGLIEVICH, A. “O sociólogo nos anos 90: uma profissão em redefinição?”, texto apresentado no X Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Porto Alegre, 1999 [Disponível no site: <http://www.sociologos.org.br/textos/sociol/mercado2.htm>].
- MOMMSEN, W. J. “Max Weber’s ‘grand sociology’: the origins and composition of *Wirtschaft und Gesellschaft*. *Soziologie*” in CAMIC, C.; GORSKI, P. S.; TRUBEK, D. M. (eds.). *Max Weber’s Economy and Society: a critical companion*, Stanford: Stanford University Press, 2005.
- MOONEY, C. Z.; DUVAL, R. D. *Bootstrapping: a nonparametric approach to statistical inference*. Newbury Park: Sage, 1993.
- MORAES FILHO, E. de. “Regulamentação da profissão de sociólogo”, *Síntese Política Econômica Social*, ano 8, nº 31, 1966.
- MORGAN, S. P.; TEACHMAN, J. D. “Logistic regression: description, examples, and comparisons”, *Journal of Marriage and the Family*, vol. 50, nº 4, 1988.
- NAKAO, K.; TREAS, J. *Computing 1989 occupational prestige scores*. GSS Methodological Report, 1990.
- NAKAO, K.; TREAS, J. “Updating occupational prestige and socioeconomic scores: how the new measures measure up”, *Sociological Methodology*, vol. 24, 1994.
- NATIONAL OPINION RESEARCH CENTER. “Jobs and occupations: a popular evaluation” in BENDIX, R.; LIPSET, S. M. (eds.). *Class, status and power: a reader in social stratification*. Glencoe: The Free Press, 1953. Parte publicado em NORTH, C. C.; HATT, P. H. “Jobs and occupations: a popular evaluation” in WILSON, L.; KOLB, W. L. (eds.). *Sociological analysis: an introductory text and case book*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1949 [publicado originalmente no *Opinion News*, 1947].
- O’CONNELL, A. A. *Logistic regression models for ordinal response variables*. Thousand Oaks: Sage, 2006.

- OLIVEIRA, L. L. "Donald Pierson e a Sociologia no Brasil", *BIB Boletim Informativo e Bibliográficos de Ciências Sociais*, nº 23, 1987.
- OLLIVIER, M. "'Too much money off other people's backs': status in late modern societies", *Canadian Journal of Sociology*, vol. 25, nº 4, 2000.
- PAMPEL, F. C. *Logistic regression: a primer*. Thousand Oaks: Sage, 2000.
- PESSANHA, E. G. da F.; VILLAS BÔAS, G. *Ciências Sociais: ensino e pesquisa na graduação*. Rio de Janeiro: J. C. Editora, 1995.
- REISS Jr., A. J.; DUNCAN, O. D.; HATT, P. K.; NORTH, C. C. *Occupations and social status*. New York: The Free Press of Glencoe, 1961.
- RIDGEWAY, C.; WALKER, H. "Status structures" in BRANAMAN, A. (ed.), *Self and society*. Blackwell Publishing, 2001 [1995].
- SAES, D. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- SANDEFUR, R. L. "Work and honor in the law: prestige and the division of lawyers' labor", *American Sociological Review*, vol. 66, nº 3, 2001.
- SCAFF, L. "Weber before weberian sociology", *British Journal of Sociology*, vol. 35, nº 2, 1984.
- SCHWARTZMAN, S. "O lugar das Ciências Sociais no Brasil dos anos 90" in BOMENY, H.; BIRMAN, P. (orgs.). *As assim chamadas Ciências Sociais: formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ; Relume Dumará, 1991.
- SCHWARTZMAN, S. *Carreiras universitárias na USP*. mimeo, 1992 [Disponível no site: <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/carusp.pdf>].
- SCHWARTZMAN, S. "Os estudantes de Ciências Sociais" in PESSANHA, E. G. da F.; VILLAS BÔAS, G. *Ciências Sociais: ensino e pesquisa na graduação*. Rio de Janeiro: J. C. Editora, 1995.
- SCHWARTZMAN, S.; CASTRO, M. H. M. *A trajetória acadêmica e profissional dos alunos da USP*, NUPES/USP, Documento de trabalho 2/91, 1991.
- SCIULLI, D. "Continental sociology of professions today: conceptual contributions", *Current Sociology*, vol. 53, nº 6, 2005.
- SHILS, E. "Charisma, order, and status", *American Sociological Review*, 30 (2), 1965.
- SHILS, E. "Deference" in JACKSON, J. A. (ed.). *Social stratification*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.
- SIEGEL, S. *Nonparametric statistics for the behavioral sciences*. New York: McGraw-Hill Book Company, 1956.

- SILVA, N. do V. *Posição social das ocupações*. IBGE, mimeo, 1974.
- SILVA, N do V. *Introdução à análise de dados qualitativos*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- SILVA, N. do V. “O esquema analítico e a classificação ocupacional” in HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. (org.). *Origens e destinos: desigualdades ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- SORENSEN, A. “The basic concepts of stratification research: class, status and power” in GRUSKY, D. (ed.), *Social stratification: class, race and gender in sociological perspective*. 2ª edição. Boulder: Westview, 2001.
- STEHR, N. “Consensus and dissensus in occupational prestige”, *British Journal of Sociology*, vol. 25, nº 4, 1974.
- STEVENS, G.; FEATHERMAN, D. L. “A revised socioeconomic index of occupational status”, *Social Science Research*, vol. 10, nº 4, 1981.
- STEVENS, S. S. “On the theory of scales of measurement”, *Science*, vol. 103, nº 2634, 1946.
- STRODTBECK, F. L.; JAMES, R. M.; HAWKINS, C. “Social status in jury deliberations”, *American Sociological Review*, vol. 22, nº 6, 1957.
- SVALASTOGA, K. “The determination of occupational prestige”, *International Journal of Comparative Sociology*, vol. 16, nºs 1-2, 1975.
- TREIMAN, D. J. *Occupational prestige in comparative perspective*. New York: Academic Press, 1977.
- TURNER, B. *Status*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.
- VALDES, D. M.; DEAN, D. G. “The North-Hatt occupational prestige-scale: a modest replication”, *American Journal of Economics and Sociology*, vol. 24, nº 3, 1965.
- VELLEMAN, P. F.; WILKINSON, L. “Nominal, ordinal, interval, and ratio typologies are misleading”, *The American Statistician*, vol. 47, nº 1, 1993.
- WEBER, M. “Developmental tendencies in the situation of East Elbian rural labourers, *Economy and Society*, vol. 8, nº 2, 1979 [1894].
- WEBER, M. “O Estado nacional e a política econômica” in COHN, G. (org.). *Max Weber: sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1979 [1895].
- WEBER, M. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* (edição de Antônio Flávio Pierucci) São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1904-05 e 1920].

WEBER, M. “Classe, ‘status’, partido” in VELHO, O., PALMEIRA, M., BERTELLI, A. (eds.), *Estrutura de classe e estratificação social*. 7ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1977 [1922].

WEBER, M. *Economy and society: an outline of interpretive sociology*. 2 volumes (edited by Guenther Roth and Claus Wittich) Berkeley: University of California Press, 1978 [1922].

WEGENER, B. “Concepts and measurement of prestige”, *Annual Review of Sociology*, vol. 18, 1992.

WERNECK VIANNA, L.; CARVALHO, M. A. R. de; MELO, M. P. C. “Cientistas sociais e vida pública: o estudante de graduação em Ciências Sociais”, *Dados*, vol. 37, nº 3, 1994. Parte publicado em WERNECK VIANNA, L.; CARVALHO, M. A. R. de; MELO, M. P. C. “O perfil do estudante de Ciências Sociais” in PESSANHA, E. G. da F.; VILLAS BÔAS, G. *Ciências Sociais: ensino e pesquisa na graduação*. Rio de Janeiro: J. C. Editora, 1995.

WILENSKY, H. “The professionalization of everyone?”, *American Journal of Sociology*, vol. 70, nº 2, 1964.

ZELDITCH Jr., M. “Status, social” in SILLS (ed.), *International Encyclopedia of the Social Sciences*, vol. 15. The Macmillan Company e The Free Press, 1968.

ZHOU, X. “The institutional logic of occupational prestige ranking: reconceptualization and reanalyses”, *American Journal of Sociology*, vol. 111, nº 1, 2005.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO EGRESSOS 2007/08

PESQUISA PARA TESE DE DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – IFCH/UNICAMP

Prezado(a) ex-aluno(a) de **Ciências Sociais da PUC-Campinas**,

Nº

INSTITUIÇÃO:

CURSO:

CONCLUSÃO:

(ENVIO)

(RECEBIMENTO)

Este questionário foi elaborado como instrumento para a investigação empírica de algumas questões centrais sobre mercado de trabalho e a dinâmica das profissões de nível superior, em uma abordagem comparativa. Infelizmente, até agora, se sabe muito pouco sobre essas e várias outras questões abordados por este questionário ainda não fazem parte de pesquisas sistemáticas no país.

Suas respostas vão permitir produzir conhecimento a respeito de aspectos importantes para a compreensão da complexa relação entre o ensino universitário, o sistema de profissões e o mercado de trabalho. Quanto mais fidedignas forem suas respostas, mais fácil será para esta pesquisa fornecer uma representação robusta do conjunto dos profissionais formados nesta disciplina.

É importante que as informações sobre sua trajetória profissional sejam as mais detalhadas possíveis, mesmo que não sejam sempre atividades relevantes para sua formação ou que você não se orgulhe muito. Para todas as respostas fornecidas a esta pesquisa serão preservadas as identidades dos respondentes e as informações serão utilizadas única e exclusivamente para fins acadêmicos.

PARTE I – INFORMAÇÕES SOCIODEMOGRÁFICAS

1. Qual o seu sexo? 1. feminino 2. masculino
2. Qual a sua idade atual? _____ anos completos
3. Qual o seu estado civil? 1. solteiro 2. casado 3. união estável 4. divorciado 5. viúvo
4. Qual você diria que é sua cor? _____
5. E utilizando os critérios do IBGE, qual destas alternativas você indicaria?
 1. branco 2. pardo 3. preto 4. amarelo 5. indígena
6. Sua família foi constituída a partir de quais origens? _____
(**exemplo:** japoneses e portugueses)
7. Possui filhos? 1. sim 2. não 7.1. Quantos? _____
8. Cidade onde reside? _____
9. Você diria que o bairro onde reside é:
 1. excelente (todo tipo de infra-estrutura e facilidades, seguro e agradável; não pensa em se mudar)
 2. bom 3. regular 4. ruim
 5. péssimo (nenhuma infra-estrutura, violento, desagradável; se pudesse, mudava para outro)
10. Sua residência é: 1. própria 2. alugada 3. emprestada 4. coletiva/república
- 10.1. Quantos cômodos (quartos, salas, banheiros, cozinha) possui? _____
11. Quantas pessoas vivem em sua residência (incluindo você)? _____
12. Quantos dos seguintes itens existem em sua residência (ou na residência de seus pais, caso seja dependente):

12.1. Televisão em cores	0	1	2	3	4 ou +
12.2. Rádio	0	1	2	3	4 ou +
12.3. Banheiro	0	1	2	3	4 ou +
12.4. Automóvel	0	1	2	3	4 ou +
12.5. Empregada mensalista	0	1	2	3	4 ou +
12.6. Aspirador de pó	0	1	2	3	4 ou +
12.7. Máquina de lavar	0	1	2	3	4 ou +
12.8. Videocassete e/ou DVD	0	1	2	3	4 ou +
12.9. Geladeira	0	1	2	3	4 ou +
12.10. Freezer	0	1	2	3	4 ou +

(aparelho independente ou parte da geladeira duplex)

13. Qual a sua religião? 1. católico 2. evangélico 3. protestante 4. budista
5. espírita 6. judaica 7. outras 8. sem religião

14. Em uma escala de 1 a 5 (5 para completo bem-estar, ausência de necessidades e problemas financeiros), você diria que sua família está, aproximadamente, em: 1 2 3 4 5

PARTE II – EDUCAÇÃO

15. Em que tipo de escola você cursou o Ensino Médio?

1. todo em escola pública 2. a maior parte em escola pública
3. metade em escola pública, metade em escola particular
4. a maior parte em escola particular 5. todo em escola particular

16. Cidade onde cursou a maior parte do Ensino Médio: _____

Graduação

17. Agora, a respeito de sua graduação em **Ciências Sociais**:

17.1. Qual o ano de ingresso? _____ 17.2. O curso foi: 1. integral ou diurno 2. noturno

Outra graduação

18.1. Você **concluiu** outros cursos de graduação? 1. sim 2. não

18.2. Se sim, indique a área e a instituição: 1. _____

2. _____ 3. _____

18.3. Em relação aos cursos citados, eles foram realizados integralmente **antes**, integralmente **depois** ou pelo menos parte **ao mesmo tempo** que o curso de **Ciências Sociais**: 1. _____ 2. _____ 3. _____

18.4. Para os mesmos cursos concluídos, indique também o ano de conclusão: 1. _____ 2. _____ 3. _____

18.5. Você **está cursando atualmente** outro curso de graduação? 1. sim 2. não

18.6. Se sim, indique a área e a instituição: _____

Especialização

19.1. Você **concluiu** algum curso de especialização *lato sensu*? 1. sim 2. não

19.2. Se sim, indique a área e a instituição: 1. _____

2. _____ 3. _____

19.3. Para esses mesmos cursos concluídos, indique o ano de conclusão: 1. _____ 2. _____ 3. _____

19.4. Você **está cursando atualmente** algum curso de especialização *lato sensu*? 1. sim 2. não

19.5. Se sim, indique a área e a instituição: _____

Mestrado

20.1. Você **concluiu** algum curso de mestrado? 1. sim 2. não

20.2. Se sim, indique a área e a instituição: 1. _____

2. _____ 3. _____

20.3. Para esses mesmos cursos concluídos, indique o ano de conclusão: 1. _____ 2. _____ 3. _____

20.4. Você **está cursando atualmente** algum curso de mestrado? 1. sim 2. não

20.5. Se sim, indique a área e a instituição: _____

Doutorado

21.1. Você **concluiu** algum curso de doutorado? 1. sim 2. não

21.2. Se sim, indique a área e a instituição: 1. _____

2. _____ 3. _____

21.3. Para esses mesmos cursos concluídos, indique o ano de conclusão: 1. _____ 2. _____ 3. _____

21.4. Você **está cursando atualmente** algum curso de doutorado? 1. sim 2. não

21.5. Se sim, indique a área e a instituição: _____

22. **[Somente para casados ou em união estável]:**

Qual a escolaridade de seu(sua) cônjuge ou companheiro(a)? _____

23. Qual a escolaridade de sua mãe? _____

24. Qual a escolaridade de seu pai? _____

25. **[Somente para quem tem filhos]:** Qual a idade (em anos completos) e a escolaridade de seus filhos?

25.1. Filho nº 1: idade _____ escolaridade _____

25.2. Filho nº 2: idade _____ escolaridade _____

25.3. Filho nº 3: idade _____ escolaridade _____

PARTE I I I – TRABALHO, RENDA E TRAJETÓRIAS

26. Atualmente qual a sua atividade profissional principal, que fornece a maior parte ou toda a sua renda?

27. Qual o setor dessa atividade? 1. público 2. privado 3. sociedade civil (ou ong's)

28. Qual a renda mensal (apenas dessa atividade)? _____

29. Você atualmente realiza mais de uma atividade remunerada? 1. sim (quantas? _____) 2. não

30. Qual a sua renda mensal **pessoal total** (inclui todas suas as fontes de receita)? _____

31. Qual a sua renda mensal **familiar** (inclui todas as pessoas de seu núcleo familiar)? _____

32. **[Somente para casados ou em união estável]:**

Qual a atividade principal de seu(sua) cônjuge ou companheiro(a)?

33. Qual a atividade de sua mãe **[quando você tinha aproximadamente quinze anos]**? Se falecida, antes de falecer.

34. Qual a atividade de seu pai **[quando você tinha aproximadamente quinze anos]**? Se falecido, antes de falecer.

35. **[Somente para quem tem filhos]:** Qual a idade e a atividade remunerada de seus filhos atualmente?

35.1. Filho nº 1: idade _____ atividade _____

35.2. Filho nº 2: idade _____ atividade _____

35.3. Filho nº 3: idade _____ atividade _____

36. Você trabalhava enquanto cursava a graduação em **Ciências Sociais**?

1. Só estudei.

2. Estudei e fiz estágio.

3. Estudei e trabalhei na própria universidade, em bolsa de assistência estudantil.

4. Estudei e trabalhei para obter minha independência financeira.

5. Estudei e trabalhei para sustentar minha família.

PARTE IV – PRESTÍGIO E PROFISSÕES

38. Indique segundo uma escala de 1 a 5 (1 para o nível mais baixo e 5 para o nível mais alto) qual você considera que é a **posição social** que as pessoas (homens ou mulheres) em geral conseguem por estarem nessas ocupações, considerando-se em atividade remunerada nas suas formações:

38.1. advogados _____	38.20. matemáticos _____
38.2. contadores _____	38.21. administradores de empresas _____
38.3. vendedores _____	38.22. sociólogos _____
38.4. padres _____	38.23. economistas _____
38.5. militares _____	38.24. professores de ensino médio _____
38.6. enfermeiros _____	38.25. psicanalistas _____
38.7. jornalistas _____	38.26. arquitetos _____
38.8. engenheiros _____	38.27. policiais _____
38.9. professores de educação infantil _____	38.28. psicólogos _____
38.10. historiadores _____	38.29. músicos _____
38.11. antropólogos _____	38.30. fazendeiros _____
38.12. atores _____	38.31. assistentes sociais _____
38.13. publicitários _____	38.32. médicos _____
38.14. filósofos _____	38.33. biólogos _____
38.15. políticos profissionais _____	38.34. dentistas _____
38.16. cientistas políticos _____	38.35. artistas plásticos _____
38.17. empresários _____	38.36. secretárias _____
38.18. funcionários públicos _____	38.37. professores universitários _____
38.19. juízes de direito _____	38.38. estatísticos _____

39. Analisando agora somente o mercado de trabalho para **cientistas sociais**, segundo escala de 1 a 5, em qual posição social você considera que estão aqueles que trabalham nas seguintes atividades:

39.1. cargos políticos ou de confiança em instituições públicas (assessoria em câmaras legislativas, etc.) _____

39.2. assessoria em organizações não-governamentais _____

39.3. professor em universidade pública _____

39.4. assessoria em sindicatos de trabalhadores _____

39.5. empresário da área de opinião pública ou de marketing político _____

39.6. assalariado da área de opinião pública ou de marketing político _____

39.7. pesquisador acadêmico _____

39.8. assalariados de nível intermediário em empresas (recursos humanos, planejamento, etc.) _____

39.9. professor em universidade particular _____

39.10. professor para ensino médio (em aulas de sociologia) _____

39.11. professor para ensino médio (em outras disciplinas) _____

39.12. entrevistador, pesquisador de campo, coletores de dados _____

39.13. funcionário público, por concurso (exceto professores), como profissionais de Ciências Sociais _____

39.14. funcionário público, por concurso (exceto professores), como profissionais de qualquer nível superior _____

39.15. consultor (para empresas ou instituições públicas) _____

39.16. analista de temas políticos e sociais nos meios de comunicação de massa (jornais, televisão, etc.) _____

39.17. professor em cursos temporários de curta duração _____

39.18. analista de dados e pesquisador em empresas _____

39.19. analista de dados e pesquisador em instituições governamentais _____

39.20. editor ou redator de conteúdo em meios de comunicação especializados (revista de divulgação, periódico) _____

39.21. assessoria em sindicatos patronais _____

PARTE IV – PRESTÍGIO E PROFISSÕES

38. Indique segundo uma escala de 1 a 5 (1 para o nível mais baixo e 5 para o nível mais alto) qual você considera que é a **posição social** que as pessoas (homens ou mulheres) em geral conseguem por estarem nessas ocupações, considerando-se em atividade remunerada nas suas formações:

38.1. advogados _____	38.20. matemáticos _____
38.2. contadores _____	38.21. administradores de empresas _____
38.3. vendedores _____	38.22. sociólogos _____
38.4. padres _____	38.23. economistas _____
38.5. militares _____	38.24. professores de ensino médio _____
38.6. enfermeiros _____	38.25. psicanalistas _____
38.7. jornalistas _____	38.26. arquitetos _____
38.8. engenheiros _____	38.27. policiais _____
38.9. professores de educação infantil _____	38.28. psicólogos _____
38.10. historiadores _____	38.29. músicos _____
38.11. antropólogos _____	38.30. fazendeiros _____
38.12. atores _____	38.31. assistentes sociais _____
38.13. publicitários _____	38.32. médicos _____
38.14. filósofos _____	38.33. biólogos _____
38.15. políticos profissionais _____	38.34. dentistas _____
38.16. cientistas políticos _____	38.35. artistas plásticos _____
38.17. empresários _____	38.36. secretárias _____
38.18. funcionários públicos _____	38.37. professores universitários _____
38.19. juízes de direito _____	38.38. estatísticos _____

39. Analisando agora somente o mercado de trabalho para **economistas**, segundo escala de 1 a 5, em qual posição social você considera que estão aqueles que trabalham nas seguintes atividades:

39.1. cargos políticos ou de confiança em instituições públicas _____

39.2. assessoria em organizações não-governamentais e sem fins lucrativos _____

39.3. professor em universidade pública _____

39.4. assalariado de nível intermediário em empresas (recursos humanos, planejamento, etc.) _____

39.5. cargos executivos em empresas (direção, supervisão etc.) _____

39.6. pesquisador acadêmico _____

39.7. empresário na área de fundo de investimentos _____

39.8. analista ou economista em instituições da área financeira _____

39.9. pesquisador não-acadêmico (instituições governamentais, empresas, organismos internacionais) _____

39.10. professor em universidade particular _____

39.11. funcionário público, por concurso (exceto professores), como profissionais de Economia _____

39.12. funcionário público, por concurso (exceto professores), como profissionais de qualquer nível superior _____

39.13. consultor (para empresas ou instituições públicas) _____

39.14. professor em cursos temporários de curta duração _____

39.15. editor ou redator de conteúdo em meios de comunicação especializados (revista de divulgação, periódico) _____

ANEXO 1.2. PROCEDIMENTO PARA ELABORAÇÃO DOS PESOS UTILIZADOS NA ANÁLISE DOS DADOS

I. CIENTISTAS SOCIAIS (230 respostas)

Número de casos nos estratos (N_{ij}) e universo (N)

Universidade	DÉCADA (número de alunos formados)				SOMA
	1970s	1980s	1990s	2000s	
USP	871	587	834	653	2.945
Unicamp	174	353	396	418	1.341
PUC-SP	133	---	---	253	386
PUC-Campinas	125	91	130	110	456
SOMA	1.303	1.031	1.360	1.434	N = 5.128

1ª parte: Proporção nos estratos: N_{ij} / N

Universidade	DÉCADA				SOMA
	1970s	1980s	1990s	2000s	
USP	0,169852	0,11447	0,162637	0,12732	0,574298
Unicamp	0,033931	0,068838	0,077223	0,081513	0,261505
PUC-SP	0,025936	---	---	0,049337	0,075273
PUC-Campinas	0,024376	0,017746	0,025351	0,021451	0,088924
SOMA	0,254095	0,201054	0,265211	0,279621	1

Número de casos da amostra planejada e da amostra efetiva (n_{ijp} e n_{ije})

Universidade	DÉCADA								SOMA	
	1970s		1980s		1990s		2000s			
USP	30	19	30	23	30	18	30	20	120	80
Unicamp	30	19	30	15	30	21	30	16	120	71
PUC-SP	30	19	---	---	---	---	30	11	60	30
PUC-Campinas	30	13	30	16	30	9	30	11	120	49
SOMA	120	70	90	54	90	48	120	58	420	230

2ª parte: Correção amostra planejada / amostra efetiva (n_{ijp} / n_{ije})

Universidade	DÉCADA			
	1970s	1980s	1990s	2000s
USP	1,578947	1,304348	1,666667	1,5
Unicamp	1,578947	2	1,428571	1,875
PUC-SP	1,578947	---	---	2,727272
PUC-Campinas	2,307692	1,875	3,333334	2,727272

Peso: Proporção nos estratos x Correção amostra planejada / efetiva: 1ª parte x 2ª parte

Universidade	DÉCADA			
	1970s	1980s	1990s	2000s
USP	0,268187	0,149309	0,271062	0,19098
Unicamp	0,053575	0,137676	0,110319	0,152837
PUC-SP	0,040952	---	---	0,134555
PUC-Campinas	0,056252	0,033274	0,084503	0,058503

Peso N: Correção do n (x 7,667)

Universidade	DÉCADA			
	1970s	1980s	1990s	2000s
USP	2,056190	1,144752	2,078232	1,464244
Unicamp	0,410760	1,055562	0,845816	1,171801
PUC-SP	0,313979	---	---	1,031633
PUC-Campinas	0,431284	0,255112	0,647885	0,448543

II. ECONOMISTAS (77 respostas)

Proporção no estrato universidade

Universidade	Nº de casos (formados entre 1970-2005) <i>Nij</i>	a. <i>Nij / N</i>	amostra planejada (<i>nijp</i>) — amostra efetiva (<i>nije</i>)	b. <i>nijp / nije</i>	a x b	correção do n (x 0,64167) PESO E
USP	4.475	0,735294	120 — 34	3,529412	2,595155	1,665233
Unicamp	1.611	0,264706	120 — 43	2,790697	0,738714	0,47401
SOMA	N = 6.086	1				

III. CIENTISTAS SOCIAIS PARA COMPARAÇÃO COM ECONOMISTAS (151 respostas)

Proporção no estrato universidade

Universidade	Nº de casos (formados entre 1970-2005) <i>Nij</i>	a. <i>Nij / N</i>	amostra planejada (<i>nijp</i>) — amostra efetiva (<i>nije</i>)	b. <i>nijp / nije</i>	a x b	correção do n (x 1,25834) PESO C
USP	2.945	0,687121	120 — 80	1,5	1,030682	1,296948
Unicamp	1.341	0,312879	120 — 71	1,69014	0,528809	0,665421
SOMA	N = 4.286	1				

ANEXO 3.1. COMPARAÇÃO ENTRE “PRESTIGE SCORES” DAS OCUPAÇÕES CONSIDERADAS POR ESTA PESQUISA E ALGUNS ESTUDOS ANTERIORES

OCUPAÇÕES	I. NORC 1947 (NORTH-HATT)		II. NORC 1963		III. TREIMAN 1977 (SIOPS)		IV. NORC 1989		V. ESTA PESQUISA		
	SCORES	posto	SCORES	posto	OCUPAÇÕES / ISCO-68 (correspondências)	SCORES	OCUPAÇÕES / CENSUS 80 (correspondências)	SCORES ¹	OCUPAÇÕES (correspondências)	SCORES ²	posto
US Supreme Court Justice	96	1	94	1	01221 Supreme Court Justice	82	Justice of a municipal court	71	Juizes de direito	93	1
County judge	87	13	88	14	01222 Local court judge	73					
					01220 Judge	78					
Owner of a factory that employs about 100 people	82	26,5	80	31,5	02111 Head of large firm	70	Owner of a manufacturing plant	68	Empresários	89	2
Owner-operator of a printing shop	74	42,5	75	41,5	02190 Businessman	58	Businessman	59			
					04100 Shop keeper	42	Owner-operator of a printing shop	51			
Owner-operator of lunch stand	62	62	63	62,5	05101 Lunchroom, Coffee shop operator	35	Lunchroom operator	27			
Physician	93	2,5	93	2	00610 Physician	78	Physician	86	Médicos	84	3
Farm owner and operator	76	39	74	44	06110 Farmer	47	Farm owner and operator	53	Fazendeiros	84	4
					06111 Large farmer	63					
State governor	93	2,5	91	5,5	02011 Provincial governor	82	Mayor of a large city	76	Políticos profissionais	80	5
Mayor of a large city	90	6	87	17,5	02013 Head, Large city	75					
US Representative in Congress	89	8	90	8	02022 Member Lower House	72	Member of a city council	61			
Civil engineer	84	23	86	21,5	00220 Engineer, Civil engineer	70	Civil engineer	69	Engenheiros	77	6
Railroad engineer	77	37,5	76	39	00240 Mechanical engineer	66	Mechanical engineer	64			
Dentist	86	18	88	14	00630 Dentist	70	Dentist	72	Dentistas	75	7
Lawyer	86	18	89	11	01210 Lawyer, Trial lawyer	71	Lawyer	75	Advogados	74	8
Architect	86	18	88	14	00210 Architect	72	Architect	73	Arquitetos	73	9,5
Manager of a small store in a city	69	49	67	54,5	02113 Head of a small firm	52	A manager	50	Administradores de empresas	72	11
					02194 Business executive	67	General manager of a manufacturing plant	62			
College professor	89	8	90	8	01310 University professor	78	College professor	74	Professores universitários	71	13
Economist	79	34	78	34,5	00900 Economist	60	Economist	63	Economistas	69	14

(continuação da página anterior)

OCUPAÇÕES	I. NORC 1947 (NORTH-HATT)		II. NORC 1963		III. TREIMAN 1977 (SIOPS)		IV. NORC 1989		V. ESTA PESQUISA		
	SCORES	posto	SCORES	posto	OCUPAÇÕES / ISCO-68 (correspondências)	SCORES	OCUPAÇÕES / CENSUS 80 (correspondências)	SCORES ¹	OCUPAÇÕES (correspondências)	SCORES ²	posto
Newspaper columnist	74	42.5	73	46	01590 Journalist	55	Journalist	60	Jornalistas	62	15
Reporter in a daily newspaper	71	48	71	48							
Psychologist	85	22	87	17.5	01921 Psychologist	66	Psychologist	69	Psicólogos	61	16
Biologist	81	29	85	24.5	00510 Biologist	69	Biologist	73	Biólogos	60	17
Captain in the regular army	80	31.5	82	27.5	10001 Armed Forces Officer	63	(sem título correspondente)	---	Militares	58	20
Corporal in the regular army	60	64,5	62	65,5	10003 Soldier	39	(sem título correspondente)	---			
Artist who paints pictures that are exhibited in galleries	83	24,5	78	34,5	01610 Artist	57	Commercial artist	52	Artistas plásticos	56	22
Sociologist	82	26,5	83	26	01920 Sociologist	67	Sociologist	61	Sociólogos	56	23,5
Accountant for a large business	81	29	81	29.5	01100 Accountant	55	Accountant	65	Contadores	54	26
Bookkeeper	68	51.5	70	49.5	03310 Bookkeeper	49	Bookkeeper	47			
Musician in a symphony or orchestra	81	29	78	34,5	01710 Musician, classical musician	56	Musician in a symphony orchestra	59	Músicos	53	29
Singer in a night club	52	74,5	54	74	01712 Musical entertainer	32	Jazz musician	48			
Minister	87	13	87	17.5	01410 Clergyman	60	Clergyman	67	Padres	51	30
Priest	86	18	86	21,5			Minister	69			
							Priest	71			
Welfare worker for a city government	73	45	74	44	01930 Social worker	56	Social worker	52	Assistentes sociais	48	32
Traveling salesman for a whole concern	68	51,5	66	57	04320 Traveling salesman	47	Traveling salesman for a wholesale concern	40	Vendedores	41	37
Clerk in a store	58	68	56	70	04510 Sales clerk	34	Sales clerk in a store	36			
Policeman	67	55	72	47	05820 Policeman	40	Policeman/policewoman	60	Policiais	39	38

III. TREIMAN 1977 (SIOPS)		IV. NORC 1989		V. ESTA PESQUISA	
OCUPAÇÕES / ISCO-68 (correspondências)	SCORES	OCUPAÇÕES / US CENSUS 80 (correspondências)	SCORES	OCUPAÇÕES (correspondências)	SCORES ²
01592 Advertising writer	47	Advertising executive	63	Publicitários	73
01995 Advertising executive	57				
01730 Actor	52	Actor/actress	58	Atores	60
01924 Social scientist n.e.c.	69	Social scientist, n.e.c.	65	Cientistas políticos	60
				Antropólogos	54
00810 Statistician	55	Statistician	56	Estatísticos	57
03100 Middle rank civil servant	66	(sem título correspondente)	---	Funcionários públicos	56
03101 Civil servant, Minor civil servant	54				
00820 Mathematician	69	Mathematician	63	Matemáticos	55
01923 Historian	67	(sem título correspondente)	---	Historiadores	53
00710 Professional nurse, Nurse	54	Registered nurse	66	Enfermeiros	47
01320 High school teacher	64	High school teacher	66	Professores do ensino médio	47
01330 Pre-primary teacher	49	Nursery school teacher	55	Professores de educação infantil	43
03211 Secretary	53	Secretary	46	Secretárias	42

[Fontes] I. NORC, 1953 [1947]; II. HODGE et alii. (1964); III. TREIMAN (1977); IV. NAKAO e TREAS, 1994.

[Notas] 1. Apesar de ser uma pesquisa NORC, os escores de IV apresentam diferenças significativas (respostas de 1 a 9, não-categóricas e cálculo ponderado diferente) – as comparações possíveis devem ser feitas apenas em linhas gerais.

2. Escores para as ocupações desta pesquisa calculados sem ponderação da amostra (quando os cálculos são feitos com os dados da amostra ponderada, a diferença se mantém, nos casos em que há diferença, em um ponto, e apenas em quatro casos a diferença é de dois pontos). Os escores em V foram calculados seguindo o procedimento realizado em I e II, por utilizarem 5 categorias de resposta. Os números são os mesmos que constam na Tabela 3.2, arredondados.

INTERVALO DOS ESCORES: I, II E V: 20-100; III E IV. 0-100

ANEXO 4.1. CLASSIFICAÇÃO OCUPACIONAL UTILIZADA NESTA PESQUISA E OCUPAÇÕES QUE AS CONSTITUEM (extraídas das respostas abertas do questionário para as perguntas sobre ocupação)

I. Profissões estabelecidas em prática privada + Industriais + Grandes produtores ou proprietários rurais
Médicos, Juizes de direito, Advogados, Advogados autônomos, Industriais, Dentistas

II. Executivos em corporações + Cargos públicos de alta posição + Cargos políticos (alta administração pública e privada)

Dirigentes de instituição sem fins lucrativos, Dirigentes de empresa, Cargos executivos (diretores), Dirigentes em instituições de ensino superior (pró-reitores), Executivos de indústrias ou de grandes empresas, Diretores de fundações públicas

III. Proprietários urbanos

Empresários, Microempresários, Comerciantes, Donos ou proprietários de escola particular, Joalheiros

IV. Profissões recentes em prática privada + Profissões antigas em situação de assalariamento (com perfil técnico-profissional) + Professores universitários + Altas carreiras da administração pública (concurso para curso superior específico)

Professores universitários, Engenheiros agrônomos, Psicanalistas clínicos, Psicólogos clínicos, Procurador de justiça, Procurador do estado ou municipal, Engenheiros, Consultores, Jornalistas, Médicos veterinários, Promotores públicos, Técnico jurídico (graduado em Direito), Médicos militares, Assessores políticos (cargos de confiança), Auditores fiscais, Economistas, Estatísticos, Publicitários, Redatores publicitários, Fonoaudiólogos (como autônoma), Delegados de polícia, Programadores, Administradores de empresas, Médico sanitário do Estado, Comunicadores sociais, Dentistas em escolas

V. Profissões recentes em situação de assalariamento (com perfil técnico-profissional) + Carreiras públicas (por concurso para qualquer nível superior)

Arquivistas (técnicos de documentação), Diretor e vice-diretor em escolas, Sociólogos (governo etc.), Editores, Pesquisadores de mercado, Pesquisadores, Administradores (também supervisores, orientadores, coordenadores em escolas), Funcionários públicos, servidores públicos (com nível superior), Quadros de empresa I (atividade “técnico-profissional”: consultores internos, supervisores, “altos gerentes”, coordenadores), Bibliotecários, Formadores sindicais, Psicólogos judiciários, Produtores culturais e artísticos, Analistas de sistemas (com curso superior), Pedagogos, Geógrafos, Antropólogos (em empresas), Assessores de comunicação, Assessores técnicos

VI. Ocupações não-manuais em geral + Professores não-universitários

Gerentes, Gerentes de vendas, Corretores de seguros ou imóveis, Professores de idiomas e de aulas particulares, Tradutores (sem curso superior em tradução), Professores de atividades corporais (também de instrumentos musicais, de línguas e de cursos de curta duração), Analistas de marketing (também assistentes de marketing, analistas financeiros, assistentes de custos), Quadros de empresa II (pode ter nível superior, mas sem menção de atividades “técnico-profissionais”), Contadores (sem curso superior), Bancários, Professores (em geral), Professores de ensino infantil, fundamental e de jovens e adultos (também ensino médio), Terapeutas holísticos e outros terapeutas, Desenhistas, Enfermeiros e auxiliares de enfermagem (sem nível superior), Analistas de sistemas e programadores (sem nível superior), Roteiristas, Técnicos judiciários ou oficiais de justiça (nível médio), Fotógrafos, Escriturários e escreventes (por concurso de nível médio), Agentes de viagens, Funcionários públicos, servidores públicos (sem nível superior), Encarregados de cobrança e cobrador de títulos, Educadores populares, Agrimensores, Revisores (sem curso superior), Técnicos agrícolas, Topógrafos, Paisagistas (sem curso superior), Designer de roupas e acessórios, Técnicos em petróleo

VII. Ocupações não-manuais baixo (vendas, secretárias) + Serviços pessoais

Secretárias, Secretárias executivas, Serviços administrativos (também atendentes, agentes, assistentes, auxiliares administrativos, auxiliares de escritório ou de contabilidade, almoxarifes), Babás, Recepcionistas

e “hostess”, Vendedores, Assistentes comerciais, Datilógrafos, Digitadores, Operadores de computador, Balconistas, Caixas, Estagiários (também bolsa-trabalho e pesquisadores em iniciação científica), Garçons, Representantes comerciais, Trabalhadores do comércio ou comerciários, Massagistas, Autônomos (prestação de serviços), Office-boys, Cabeleireiros, Atendentes de telemarketing

VIII. Pequenos proprietários rurais (com empregados)

Produtores rurais

IX. Ocupações manuais qualificadas

Ferrovários, Cozinheiros e auxiliares de cozinha, Costureiras, Técnicos em equipamentos, Mecânicos e mecânicos de manutenção (aviões), Carpinteiros, Tintureiros, Mestres de obras, Açogueiros, Doceiras, Tipógrafos, Tecelões, Urdideiras, Eletricistas, Marceneiros, Chefe de linha de produção (indústria), Coordenadores ou supervisores de qualidade (metalúrgica), Alfaiates, Gráficos, Aeroviários, Jardineiros, Construtores, Pedreiros, Padeiros, Bordadeiras, Encanadores

X. Ocupações manuais semi ou não-qualificadas

Vigilantes particular, Vigias, Taxistas, Motoristas, Zeladores, Serviços gerais, Metalúrgicos, Seguranças, Serventes, Petroleiros, Industriários, Operários

XI. Trabalhadores agrícolas e serviço doméstico

Empregadas domésticas, Camponeses, agricultores, sitiantes, lavradores, posseiros, Prestadores de serviços em fazendas, trabalhadores rurais, Prostitutas

XII. Sem remuneração de trabalho (voluntários, dona de casa)

Dona de casa, do lar, prendas domésticas, Afastamento voluntário (maternidade), Sem emprego (diferente de desemprego), Trabalho voluntário (sem remuneração), Capitalistas (rentistas, investidores)

XIII. Aposentados (e pensionistas)

XIV (ou D). Desempregados

ANEXO 4.2. CRUZAMENTOS E TESTES ESTATÍSTICOS DE ALGUMAS OCUPAÇÕES SELECIONADAS

PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	1,5	7,5	43,2	40,3	7,5	0,128	69,0	3	3,45	0,803	13°	0,147	67
	1980s	5,8	7,7	36,5	34,6	15,4	0,479	69,2	3,5	3,46	1,038	13°	0,363	52
	1990s	---	4,4	39,1	43,5	13,0	0,600	73,0	4	3,65	0,766	12°	0,436	46
	2000s	---	5,6	29,6	48,1	16,7	0,067	75,2	4	3,76	0,799	9,5°	0,054	54
UNIVERSIDADES	USP	1,3	5,1	38,5	43,6	11,5	0,873	71,8	4	3,59	0,813	14°	0,804	78
	Unicamp	---	3,0	37,9	45,5	13,6	0,233	73,9	4	3,70	0,744	10°	0,125	66
	PUC Campinas	6,4	12,8	38,3	27,6	14,9	0,057	66,4	3	3,32	1,086	10°	0,063	47
	PUC SP	---	7,1	32,1	50,0	10,8	0,635	72,9	4	3,64	0,780	13°	0,609	28
SEXO	homens	3,4	5,6	34,8	47,2	9,0	0,808	70,6	4	3,53	0,867	11°	0,546	89
	mulheres	0,8	6,9	39,2	37,7	15,4		72,0	4	3,60	0,859	13°		130
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	---	---	27,3	54,5	18,2	0,182	78,2	4	3,91	0,701	10°	0,132	11
	2 (<i>III</i>)	5,6	---	27,8	44,4	22,2	0,198	75,5	4	3,78	1,003	9°	0,367	18
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	2,0	6,7	38,3	40,9	12,1	0,507	70,9	4	3,54	0,866	12°	0,496	149
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	3,4	6,9	41,4	41,4	6,9	0,333	68,3	3	3,41	0,867	14°	0,301	29
	2 (<i>III</i>)	---	3,3	36,7	43,3	16,7	0,333	74,7	4	3,73	0,785	8°	0,236	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	---	7,6	36,4	45,4	10,6	0,913	71,8	4	3,59	0,784	12°	0,811	66
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	3,0	7,5	37,3	37,3	14,9	0,776	70,7	4	3,54	0,943	12°	0,718	67
VIÉS PRÓPRIO / FAMILIAR ^b	mesma ocupação do respondente	4,5	4,5	48,8	42,2	---	0,018	65,7	3	3,29	0,757	14°	0,008	45
	mesma ocupação de familiares	---	---	46,2	53,8	---	0,805	70,8	4	3,54	0,519	8°	0,829	14
valores de referência	toda a amostra	1,8	6,4	37,4	41,6	12,8		71,4	4	3,57	0,861	13°		219

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio e familiar foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / nos casos em que a ocupação indicada é a mesma do respondente e também de familiares, foi incluído apenas como “mesma ocupação do respondente” / na lista de “empresários”, não foram incluídas para o viés as menções a “comerciantes” / na lista de “funcionários públicos” estão incluídas menções a carreiras públicas como auditores fiscais; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

JUIZES DE DIREITO		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	1,5	1,5	6,1	30,3	60,6	0,001	89,4	5	4,47	0,808	1,5°	0,014	66
	1980s	1,9	---	9,6	11,6	76,9	0,937	92,3	5	4,62	0,820	1°	0,604	52
	1990s	---	---	2,2	13,0	84,8	0,105	96,5	5	4,83	0,437	1°	0,021	46
	2000s	1,9	---	---	11,1	87,0	0,028	96,3	5	4,81	0,617	1°	0,053	54
UNIVERSIDADES	USP	---	---	10,2	16,7	73,1	0,357	92,6	5	4,63	0,667	1°	0,558	78
	Unicamp	1,5	1,5	---	18,5	78,5	0,526	94,2	5	4,71	0,701	1°	0,563	65
	PUC Campinas	4,3	---	2,1	17,0	76,6	0,964	92,3	5	4,62	0,898	1°	0,664	47
	PUC SP	---	---	3,6	17,8	78,6	0,691	95,0	5	4,75	0,518	1,5°	0,388	28
SEXO	homens	2,2	---	6,7	14,6	76,4	0,918	92,6	5	4,63	0,803	1°	0,554	89
	mulheres	0,8	0,8	3,1	19,4	76,0		93,8	5	4,69	0,647	1°		129
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	9,1	---	9,1	---	81,8	0,861	89,1	5	4,45	1,293	3°	0,584	11
	2 (<i>III</i>)	---	---	11,1	16,7	72,2	0,637	92,2	5	4,61	0,698	1°	0,736	18
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	1,3	0,7	3,4	17,6	77,0	0,604	93,7	5	4,68	0,700	1°	0,612	148
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	---	---	10,4	10,4	79,2	0,766	93,8	5	4,69	0,660	1°	0,833	29
	2 (<i>III</i>)	---	---	3,3	30,0	66,7	0,269	92,7	5	4,63	0,556	1°	0,750	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	3,1	1,5	3,1	18,5	73,8	0,560	91,7	5	4,58	0,882	1°	0,344	65
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	1,5	---	4,5	19,4	74,6	0,765	93,1	5	4,66	0,708	1°	0,908	67
VIÉS PRÓPRIO / FAMILIAR ^b	mesma ocupação do respondente													---
	mesma ocupação de familiares													2
valores de referência	toda a amostra	1,4	0,5	4,6	17,4	76,1		93,3	5	4,67	0,714	1°		218

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio e familiar foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / nos casos em que a ocupação indicada é a mesma do respondente e também de familiares, foi incluído apenas como “mesma ocupação do respondente” / na lista de “empresários”, não foram incluídas para o viés as menções a “comerciantes” / na lista de “funcionários públicos” estão incluídas menções a carreiras públicas como auditores fiscais; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

ANTROPÓLOGOS		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	7,5	34,3	47,8	8,9	1,5	0,451	52,5	3	2,63	0,813	29°	0,536	67
	1980s	11,5	28,9	38,5	19,2	1,9	0,780	54,2	3	2,71	0,977	25°	0,787	52
	1990s	4,4	30,4	50,0	13,0	2,2	0,454	55,6	3	2,78	0,814	27°	0,353	46
	2000s	16,7	18,6	51,8	11,1	1,8	0,859	54,5	3	2,63	0,958	27°	0,647	54
UNIVERSIDADES	USP	5,1	33,3	44,9	12,8	3,9	0,497	55,4	3	2,77	0,882	24,5°	0,270	78
	Unicamp	6,1	25,8	53,0	13,6	1,5	0,225	55,7	3	2,79	0,814	27°	0,219	66
	PUC Campinas	27,7	25,5	34,0	12,8	---	0,006	46,4	2	2,32	1,024	30,5°	0,006	47
	PUC SP	3,6	25,0	60,7	10,7	---	0,446	55,7	3	2,79	0,686	27,5°	0,411	28
SEXO	homens	9,0	32,6	47,2	10,1	1,1	0,348	52,3	3	2,62	0,833	27°	0,381	89
	mulheres	10,8	25,4	46,9	14,6	2,3		54,4	3	2,72	0,924	28,5°		130
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	9,1	9,1	54,5	27,3	---	0,149	60,0	3	3,00	0,894	22°	0,249	11
	2 (<i>III</i>)	16,7	16,7	27,8	33,3	5,5	0,181	58,8	3	2,94	1,211	25°	0,337	18
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	6,0	33,6	49,7	8,7	2,0	0,499	53,4	3	2,67	0,801	27°	0,839	149
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	6,9	27,6	44,8	20,7	---	0,422	55,9	3	2,79	0,861	23°	0,456	29
	2 (<i>III</i>)	3,3	33,3	50,0	6,7	6,7	0,679	56,0	3	2,80	0,887	27°	0,431	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	7,6	31,8	47,0	10,6	3,0	0,965	53,9	3	2,70	0,877	26°	0,855	66
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	13,4	26,9	47,8	11,9	---	0,400	51,6	3	2,58	0,873	30°	0,274	67
VIÉS PRÓPRIO / FAMILIAR ^b	mesma ocupação do respondente													1
	mesma ocupação de familiares													---
valores de referência	toda a amostra	10,1	28,3	47,0	12,8	1,8		53,6	3	2,68	0,887	27°		219

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio e familiar foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / nos casos em que a ocupação indicada é a mesma do respondente e também de familiares, foi incluído apenas como “mesma ocupação do respondente” / na lista de “empresários”, não foram incluídas para o viés as menções a “comerciantes” / na lista de “funcionários públicos” estão incluídas menções a carreiras públicas como auditores fiscais; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	10,8	27,7	46,1	15,4	---	0,142	53,2	3	2,66	0,871	27°	0,143	65
	1980s	12,0	30,0	56,0	---	2,0	0,003	50,0	3	2,50	0,789	29°	0,004	50
	1990s	4,3	19,6	52,2	21,7	2,2	0,134	59,6	3	2,98	0,830	22,5°	0,101	46
	2000s	9,3	9,3	48,1	31,5	1,8	0,002	61,4	3	3,07	0,929	17,5°	0,011	54
UNIVERSIDADES	USP	10,4	24,7	51,9	11,7	1,3	0,155	53,8	3	2,69	0,862	28°	0,181	77
	Unicamp	4,7	20,3	50,0	25,0	---	0,077	59,1	3	2,95	0,805	22°	0,074	64
	PUC Campinas	13,0	21,7	45,7	15,2	4,4	0,713	55,3	3	2,76	1,015	20°	0,789	46
	PUC SP	10,7	17,9	53,5	17,9	---	0,944	55,7	3	2,79	0,876	27,5°	0,951	28
SEXO	homens	11,5	21,8	44,8	19,6	2,3	0,982	55,9	3	2,79	0,966	20°	0,976	87
	mulheres	7,8	21,9	53,9	15,6	0,8		55,9	3	2,80	0,826	25°		128
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	9,1	9,1	54,5	27,3	---	0,340	60,0	3	3,00	0,894	22°	0,452	11
	2 (<i>III</i>)	5,9	17,6	53,0	17,6	5,9	0,390	60,0	3	3,00	0,935	23°	0,357	17
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	9,6	20,5	52,7	15,8	1,4	0,888	55,8	3	2,79	0,873	23°	0,856	146
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	13,8	20,7	62,1	3,4	---	0,123	51,0	3	2,55	0,783	28,5°	0,085	29
	2 (<i>III</i>)	6,7	13,3	63,3	16,7	---	0,421	58,0	3	2,90	0,759	23,5°	0,433	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	9,5	25,4	39,7	23,8	1,6	0,746	56,5	3	2,83	0,959	23,5°	0,761	63
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	9,1	22,7	47,0	18,2	3,0	0,763	56,7	3	2,83	0,938	21°	0,686	66
VIÉS PRÓPRIO / FAMILIAR ^b	mesma ocupação do respondente	---	25,0	62,5	12,5	---	0,873	57,5	3	2,88	0,641	29°	0,734	8
	mesma ocupação de familiares	17,6	35,3	41,2	---	5,9	0,037	48,3	2	2,41	1,004	30°	0,114	17
valores de referência	toda a amostra	9,3	21,9	50,2	17,2	1,4		55,9	3	2,80	0,883	23°		215

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio e familiar foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / nos casos em que a ocupação indicada é a mesma do respondente e também de familiares, foi incluído apenas como “mesma ocupação do respondente” / na lista de “empresários”, não foram incluídas para o viés as menções a “comerciantes” / na lista de “funcionários públicos” estão incluídas menções a carreiras públicas como auditores fiscais; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

SECRETÁRIAS		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	16,4	52,2	20,9	9,0	1,5	0,121	45,4	2	2,27	0,898	36°	0,052	67
	1980s	19,2	53,9	26,9	---	---	0,989	41,5	2	2,08	0,682	35°	0,785	52
	1990s	17,4	54,3	28,3	---	---	0,723	42,2	2	2,11	0,674	35°	0,929	46
	2000s	29,6	50,0	20,4	---	---	0,045	38,2	2	1,91	0,708	38°	0,026	54
UNIVERSIDADES	USP	16,7	53,8	26,9	2,6	---	0,338	43,1	2	2,15	0,722	35°	0,432	78
	Unicamp	19,7	48,5	27,3	3,0	1,5	0,384	43,6	2	2,18	0,840	36°	0,330	71
	PUC Campinas	31,9	55,3	8,5	4,3	---	0,006	37,0	2	1,85	0,751	37°	0,012	47
	PUC SP	14,3	53,6	32,1	---	---	0,410	43,6	2	2,18	0,670	36,5°	0,522	28
SEXO	homens	23,6	50,6	23,6	2,2	---	0,440	40,9	2	2,04	0,752	36°	0,373	89
	mulheres	18,5	53,8	23,8	3,1	0,8		42,8	2	2,14	0,775	36°		130
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	---	54,5	45,5	---	---	0,069	49,1	2	2,45	0,522	34,5°	0,044	11
	2 (<i>III</i>)	22,2	33,3	44,5	---	---	0,345	44,5	2	2,22	0,808	34,5°	0,511	18
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	20,8	55,0	21,5	2,0	0,7	0,319	41,4	2	2,07	0,750	36°	0,360	149
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	27,6	41,4	27,6	3,4	---	0,829	41,4	2	2,07	0,842	34°	0,828	29
	2 (<i>III</i>)	13,3	46,7	36,7	3,3	---	0,089	46,0	2	2,30	0,750	35,5°	0,126	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	25,8	54,5	18,2	---	1,5	0,073	39,4	2	1,97	0,764	37°	0,098	66
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	20,9	49,2	23,9	6,0	---	0,617	43,0	2	2,15	0,821	36°	0,549	67
VIÉS PRÓPRIO / FAMILIAR ^b	mesma ocupação do respondente													2
	mesma ocupação de familiares													2
valores de referência	toda a amostra	20,6	52,5	23,7	2,7	0,5		42,0	2	2,10	0,766	36°		219

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio e familiar foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / nos casos em que a ocupação indicada é a mesma do respondente e também de familiares, foi incluído apenas como “mesma ocupação do respondente” / na lista de “empresários”, não foram incluídas para o viés as menções a “comerciantes” / na lista de “funcionários públicos” estão incluídas menções a carreiras públicas como auditores fiscais; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

CIENTISTAS POLÍTICOS		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	4,5	19,4	52,2	17,9	6,0	0,899	60,3	3	3,01	0,896	17°	0,832	67
	1980s	1,9	25,0	46,2	21,2	5,7	0,846	60,8	3	3,04	0,885	18°	0,691	52
	1990s	---	17,4	60,9	15,2	6,5	0,476	62,2	3	3,11	0,767	17°	0,287	46
	2000s	14,8	14,8	46,3	20,4	3,7	0,317	56,7	3	2,83	1,042	21°	0,173	54
UNIVERSIDADES	USP	2,6	20,5	56,4	15,4	5,1	0,864	60,0	3	3,00	0,822	18,5°	0,954	78
	Unicamp	6,1	19,7	50,0	18,1	6,1	0,892	59,7	3	2,98	0,936	20,5°	0,912	66
	PUC Campinas	12,8	17,0	42,6	19,1	8,5	0,744	58,7	3	2,94	1,111	15°	0,667	47
	PUC SP	---	17,9	53,6	28,6	---	0,404	62,2	3	3,11	0,685	17,5°	0,385	28
SEXO	homens	7,9	15,7	57,3	15,7	3,4	0,370	58,2	3	2,91	0,874	18°	0,245	89
	mulheres	3,9	21,5	46,9	20,8	6,9		61,1	3	3,05	0,926	19°		130
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	9,1	9,1	63,6	---	18,2	0,872	61,8	3	3,09	1,136	18,5°	0,778	11
	2 (<i>III</i>)	5,6	5,6	44,4	33,3	11,1	0,038	67,7	3	3,39	0,979	13°	0,088	18
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	3,4	22,1	53,0	17,5	4,0	0,347	59,3	3	2,97	0,834	19°	0,526	149
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	6,9	10,3	62,1	20,7	---	0,906	59,3	3	2,97	0,778	18°	0,830	29
	2 (<i>III</i>)	3,4	13,3	50,0	23,3	10,0	0,133	64,6	3	3,23	0,935	16°	0,140	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	6,1	27,3	46,9	13,6	6,1	0,092	57,3	3	2,86	0,943	21°	0,169	66
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	3,0	20,9	53,7	19,4	3,0	0,896	59,7	3	2,99	0,807	18,5°	0,905	67
VIÉS PRÓPRIO / FAMILIAR ^b	mesma ocupação do respondente													---
	mesma ocupação de familiares													---
valores de referência	toda a amostra	5,5	19,2	51,1	18,7	5,5		59,9	3	3,00	0,906	18,5°		219

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio e familiar foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / nos casos em que a ocupação indicada é a mesma do respondente e também de familiares, foi incluído apenas como “mesma ocupação do respondente” / na lista de “empresários”, não foram incluídas para o viés as menções a “comerciantes” / na lista de “funcionários públicos” estão incluídas menções a carreiras públicas como auditores fiscais; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

EMPRESÁRIOS		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	1,5	1,5	1,5	39,4	56,1	0,575	89,4	5	4,47	0,749	1,5°	0,999	66
	1980s	2,0	4,0	6,0	28,0	60,0	0,727	88,0	5	4,40	0,926	2°	0,531	50
	1990s	---	2,2	15,2	23,9	58,7	0,454	87,8	5	4,39	0,829	2°	0,469	46
	2000s	1,9	1,9	---	26,4	69,8	0,098	92,1	5	4,60	0,768	2°	0,154	53
UNIVERSIDADES	USP	1,3	3,9	5,1	28,2	61,5	0,992	88,9	5	4,45	0,863	2°	0,781	78
	Unicamp	1,6	---	4,6	36,9	56,9	0,623	89,5	5	4,48	0,731	2°	0,929	65
	PUC Campinas	2,3	4,5	9,1	27,3	56,8	0,333	86,4	5	4,32	0,983	2°	0,236	44
	PUC SP	---	---	---	25,0	75,0	0,065	95,0	5	4,75	0,441	1,5°	0,003	28
SEXO	homens	2,3	2,3	5,7	25,3	64,4	0,545	89,4	5	4,47	0,887	2°	0,983	87
	mulheres	0,8	2,3	4,7	33,6	58,6		89,4	5	4,47	0,763	2°		128
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	---	---	---	36,4	63,6	0,687	92,7	5	4,64	0,505	1,5°	0,300	11
	2 (<i>III</i>)	---	---	11,8	29,4	58,8	0,821	89,4	5	4,47	0,717	2°	0,996	17
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	1,4	2,7	5,4	27,9	62,6	0,593	89,5	5	4,48	0,830	2°	0,862	147
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	---	3,5	13,8	24,1	58,6	0,562	87,6	5	4,38	0,862	2°	0,544	29
	2 (<i>III</i>)	---	3,3	3,3	40,0	53,4	0,473	88,7	5	4,43	0,728	2°	0,773	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	3,1	4,7	3,1	18,8	70,3	0,155	89,7	5	4,48	0,992	2°	0,880	64
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	1,5	---	3,1	29,2	66,2	0,216	91,7	5	4,58	0,705	2°	0,143	65
VIÉS PRÓPRIO / FAMILIAR ^b	mesma ocupação do respondente	---	---	14,3	14,3	71,4	0,668	91,4	5	4,57	0,787	1°	0,740	7
	mesma ocupação de familiares	---	---	20,0	40,0	40,0	0,304	84,0	5	4,20	0,837	4°	0,504	5
valores de referência	toda a amostra	1,4	2,3	5,1	30,3	60,9		89,4	5	4,47	0,813	2°		215

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio e familiar foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / nos casos em que a ocupação indicada é a mesma do respondente e também de familiares, foi incluído apenas como “mesma ocupação do respondente” / na lista de “empresários”, não foram incluídas para o viés as menções a “comerciantes” / na lista de “funcionários públicos” estão incluídas menções a carreiras públicas como auditores fiscais; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

ENGENHEIROS		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	---	---	35,8	52,2	12,0	0,129	75,2	4	3,76	0,653	6°	0,253	67
	1980s	3,9	---	27,4	56,9	11,8	0,356	74,5	4	3,73	0,827	6,5°	0,237	51
	1990s	2,2	---	30,4	41,3	26,1	0,607	77,8	4	3,89	0,875	6,5°	0,673	46
	2000s	---	3,7	16,7	53,7	25,9	0,041	80,4	4	4,02	0,765	6°	0,057	54
UNIVERSIDADES	USP	1,3	---	26,9	53,8	18,0	0,730	77,4	4	3,87	0,745	6°	0,689	78
	Unicamp	---	---	28,8	50,0	21,2	0,477	78,5	4	3,92	0,708	6,5°	0,292	66
	PUC Campinas	4,3	4,3	34,8	45,7	10,9	0,011	70,9	4	3,54	0,912	6°	0,011	46
	PUC SP	---	---	17,9	57,1	25,0	0,104	81,4	4	4,07	0,663	6°	0,065	28
SEXO	homens	1,1	2,2	33,7	46,1	16,9	0,118	75,1	4	3,75	0,802	7°	0,155	89
	mulheres	1,6	---	24,0	55,0	19,4		78,1	4	3,91	0,755	6°		129
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	---	9,1	9,1	45,4	36,4	0,193	81,8	4	4,09	0,944	6,5°	0,389	11
	2 (<i>III</i>)	5,6	---	11,1	50,0	33,3	0,091	81,1	4	4,06	0,998	4°	0,351	18
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	1,4	---	28,4	54,7	15,5	0,611	76,6	4	3,83	0,732	6°	0,737	148
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	---	---	34,5	48,3	17,2	0,709	76,5	4	3,83	0,711	7°	0,896	29
	2 (<i>III</i>)	---	---	30,0	60,0	10,0	0,584	76,0	4	3,80	0,610	6,5°	0,687	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	---	3,0	30,3	42,4	24,3	0,783	77,6	4	3,88	0,814	6,5°	0,673	66
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	4,5	---	25,8	51,5	18,2	0,874	75,8	4	3,79	0,903	6°	0,522	66
VIÉS PRÓPRIO / FAMILIAR ^b	mesma ocupação do respondente													---
	mesma ocupação de familiares	---	---	52,9	41,2	5,9	0,035	70,6	3	3,53	0,624	7°	0,047	17
valores de referência	toda a amostra	1,4	0,9	28,0	51,4	18,3		76,9	4	3,84	0,776	6°		218

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio e familiar foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / nos casos em que a ocupação indicada é a mesma do respondente e também de familiares, foi incluído apenas como “mesma ocupação do respondente” / na lista de “empresários”, não foram incluídas para o viés as menções a “comerciantes” / na lista de “funcionários públicos” estão incluídas menções a carreiras públicas como auditores fiscais; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

ANEXO 4.3. CRUZAMENTOS E TESTES ESTATÍSTICOS DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS DOS CIENTISTAS SOCIAIS

PROF. UNIVERSIDADE PARTICULAR		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	---	12,1	54,6	31,8	1,5	0,108	64,5	3	3,23	0,675	7°	0,121	66
	1980s	1,9	15,7	45,1	31,4	5,9	0,272	64,7	3	3,24	0,862	7°	0,289	51
	1990s	4,4	4,4	54,3	21,7	15,2	0,865	67,8	3	3,39	0,954	7°	0,716	46
	2000s	3,6	3,6	35,7	48,2	8,9	0,009	71,0	4	3,55	0,851	6°	0,036	56
UNIVERSIDADES	USP	1,3	5,2	54,5	31,2	7,8	0,781	67,8	3	3,39	0,764	7°	0,564	77
	Unicamp	3,0	10,4	47,8	28,4	10,4	0,742	66,6	3	3,33	0,911	7°	0,835	67
	PUC Campinas	4,3	10,6	40,4	38,3	6,4	0,961	66,4	3	3,32	0,911	6°	0,810	47
	PUC SP	---	14,3	39,3	46,4	---	0,997	66,4	3	3,32	0,723	9°	0,846	28
SEXO	homens	3,3	12,1	49,4	28,6	6,6	0,081	64,6	3	3,23	0,870	7°	0,087	91
	mulheres	1,6	7,0	46,1	37,5	7,8		68,6	3	3,43	0,800	7°		128
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	---	---	41,7	16,6	41,7	0,020	80,0	4	4,00	0,953	3,5°	0,030	12
	2 (<i>III</i>)	5,9	---	41,2	41,2	11,7	0,255	70,6	4	3,53	0,943	6°	0,413	17
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	2,7	10,1	51,4	29,7	6,1	0,024	65,3	3	3,26	0,828	7°	0,033	148
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	3,5	10,3	58,6	24,1	3,5	0,129	62,8	3	3,14	0,789	8,5°	0,137	29
	2 (<i>III</i>)	3,3	6,7	40,0	43,3	6,7	0,398	68,7	3,50	3,43	0,858	6°	0,555	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	1,5	12,3	52,3	27,7	6,2	0,168	65,0	3	3,25	0,811	7,5°	0,239	65
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	3,0	7,6	47,0	34,8	7,6	0,776	67,3	3	3,36	0,853	7°	0,849	66
VIÉS PRÓPRIO ATUAL / NA TRAJETÓRIA ^b	mesma atividade atual	---	15,8	52,6	21,1	10,5	0,462	65,3	3	3,26	0,872	5°	0,664	19
	ao menos um ponto na trajetória	2,3	9,1	63,6	18,2	6,8	0,066	63,6	3	3,18	0,786	8°	0,129	44
valores de referência	toda a amostra	2,3	9,1	47,5	33,8	7,3		66,9	3	3,35	0,834	7°		219

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio atual e na trajetória foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / o viés na trajetória não inclui a atividade atual de trabalho; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

CARGOS POLÍTICOS		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	3,1	1,5	43,1	29,2	23,1	0,189	73,5	4	3,68	0,954	2°	0,433	65
	1980s	3,9	5,9	21,6	43,1	25,5	0,634	76,1	4	3,80	1,020	2°	0,707	51
	1990s	6,5	8,7	23,9	41,3	19,6	0,284	71,8	4	3,59	1,107	4,5°	0,235	46
	2000s	3,6	5,3	12,5	50,0	28,6	0,055	78,9	4	3,95	0,980	2°	0,100	56
UNIVERSIDADES	USP	3,9	3,9	28,6	42,8	20,8	0,616	74,5	4	3,73	0,968	4°	0,745	77
	Unicamp	1,5	7,6	22,7	51,5	16,7	0,677	74,9	4	3,74	0,882	3°	0,881	66
	PUC Campinas	8,5	6,4	19,2	31,9	34,0	0,485	75,3	4	3,77	1,237	1°	0,953	47
	PUC SP	3,6	---	39,3	21,4	35,7	0,668	77,1	4	3,86	1,044	3°	0,588	28
SEXO	homens	6,7	3,3	25,6	44,4	20,0	0,439	73,5	4	3,68	1,047	4°	0,339	90
	mulheres	2,3	6,3	26,6	37,5	27,3		76,2	4	3,81	0,986	3°		128
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	16,7	8,3	---	41,7	33,3	0,668	73,3	4	3,67	1,497	7°	0,831	12
	2 (<i>III</i>)	11,8	11,8	23,5	29,4	23,5	0,292	68,2	4	3,41	1,326	8°	0,270	17
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	3,4	4,8	27,2	42,8	21,8	0,616	75,0	4	3,75	0,964	3°	0,864	147
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	6,9	6,9	20,7	44,8	20,7	0,714	73,1	4	3,66	1,111	4°	0,595	29
	2 (<i>III</i>)	3,3	6,7	20,0	46,7	23,3	0,770	76,0	4	3,80	0,997	1°	0,800	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	3,1	3,1	32,3	38,4	23,1	0,746	75,1	4	3,75	0,952	3°	0,976	65
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	3,1	4,6	23,1	36,9	32,3	0,125	78,1	4	3,91	1,011	2°	0,153	65
VIÉS PRÓPRIO ATUAL / NA TRAJETÓRIA ^b	mesma atividade atual	---	16,6	16,7	50,0	16,7	0,801	73,4	4	3,67	1,033	2°	0,836	6
	ao menos um ponto na trajetória	---	5,9	41,2	41,2	11,7	0,257	71,4	4	3,59	0,795	4,5°	0,385	17
valores de referência	toda a amostra	4,1	5,0	26,2	40,4	24,3		75,2	4	3,76	1,012	3°		218

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio atual e na trajetória foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / o viés na trajetória não inclui a atividade atual de trabalho; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

PESQUISADOR ACADÊMICO		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	---	18,2	56,1	22,7	3,0	0,186	62,1	3	3,11	0,726	9°	0,196	66
	1980s	3,8	23,1	38,5	23,1	11,5	0,517	63,1	3	3,15	1,036	8°	0,603	52
	1990s	10,9	10,9	36,9	30,4	10,9	0,811	63,9	3	3,20	1,128	9,5°	0,875	46
	2000s	1,8	16,1	35,7	30,3	16,1	0,072	68,6	3	3,43	1,006	7,5°	0,069	56
UNIVERSIDADES	USP	7,8	10,4	41,5	26,0	14,3	0,319	65,7	3	3,29	1,086	8°	0,475	77
	Unicamp	---	17,9	43,3	34,3	4,5	0,689	65,1	3	3,25	0,804	8°	0,693	67
	PUC Campinas	4,2	27,1	45,8	12,5	10,4	0,027	59,6	3	2,98	1,000	10,5°	0,062	48
	PUC SP	---	17,9	39,3	32,1	10,7	0,448	67,1	3	3,36	0,911	8°	0,398	28
SEXO	homens	5,4	17,4	41,3	23,9	12,0	0,791	63,9	3	3,20	1,040	8°	0,775	92
	mulheres	2,3	17,2	43,8	28,1	8,6		64,7	3	3,23	0,918	8°		128
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	---	8,3	50,0	25,0	16,7	0,350	70,0	3	3,50	0,905	8°	0,290	12
	2 (<i>III</i>)	5,6	5,6	38,9	33,3	16,6	0,162	69,9	3,50	3,50	1,043	7°	0,243	18
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	4,7	18,9	39,9	27,7	8,8	0,387	63,4	3	3,17	0,992	8°	0,268	148
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	3,5	13,8	44,8	27,6	10,3	0,716	65,5	3	3,28	0,960	7°	0,731	29
	2 (<i>III</i>)	3,3	3,3	53,4	26,7	13,3	0,185	68,7	3	3,43	0,898	6°	0,171	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	3,1	16,9	44,6	23,1	12,3	0,885	64,9	3	3,25	0,985	7,5°	0,784	65
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	6,0	23,9	37,3	23,9	8,9	0,121	61,2	3	3,06	1,043	11°	0,126	67
VIÉS PRÓPRIO ATUAL / NA TRAJETÓRIA ^b	mesma atividade atual	---	7,7	38,5	53,8	---	0,245	69,2	4	3,46	0,660	7°	0,205	13
	ao menos um ponto na trajetória	1,4	13,7	39,7	32,9	12,3	0,037	68,2	3	3,41	0,925	6°	0,034	73
valores de referência	toda a amostra	3,6	17,3	42,7	26,4	10,0		64,4	3	3,22	0,969	8°		220

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio atual e na trajetória foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / o viés na trajetória não inclui a atividade atual de trabalho; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

ENTREVISTADOR		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	26,1	50,8	20,0	3,1	---	0,504	40,0	2	2,00	0,771	21°	0,570	65
	1980s	29,4	51,0	13,7	3,9	2,0	0,947	39,6	2	1,98	0,883	21°	0,800	51
	1990s	40,9	38,6	20,5	---	---	0,161	35,9	2	1,80	0,765	21°	0,133	44
	2000s	28,6	44,6	25,0	1,8	---	0,514	40,0	2	2,00	0,786	21°	0,612	56
UNIVERSIDADES	USP	36,9	44,7	15,8	2,6	---	0,118	36,8	2	1,84	0,784	21°	0,129	76
	Unicamp	27,3	53,0	18,2	1,5	---	0,963	38,8	2	1,94	0,721	21°	0,854	66
	PUC Campinas	29,8	38,3	25,5	4,3	2,1	0,273	42,1	2	2,11	0,961	21°	0,202	47
	PUC SP	22,2	51,9	25,9	---	---	0,410	40,7	2	2,04	0,706	21°	0,524	27
SEXO	homens	26,7	52,2	20,0	1,1	---	0,716	39,1	2	1,96	0,718	21°	0,976	90
	mulheres	33,3	42,9	19,8	3,2	0,8		39,1	2	1,95	0,857	21°		126
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	25,0	33,3	41,7	---	---	0,279	43,3	2	2,17	0,835	21°	0,380	12
	2 (<i>III</i>)	23,5	52,9	17,7	5,9	---	0,594	41,2	2	2,06	0,827	21°	0,591	17
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	32,2	50,7	16,4	0,7	---	0,031	37,1	2	1,86	0,705	21°	0,019	146
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	34,5	44,8	20,7	---	---	0,590	37,2	2	1,86	0,743	21°	0,485	29
	2 (<i>III</i>)	26,6	50,0	16,7	6,7	---	0,637	40,7	2	2,03	0,850	21°	0,580	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	24,6	52,3	23,1	---	---	0,448	39,7	2	1,98	0,696	21°	0,689	65
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	41,5	38,5	16,9	3,1	---	0,066	36,3	2	1,82	0,827	21°	0,104	65
VIÉS PRÓPRIO ATUAL / NA TRAJETÓRIA ^b	mesma atividade atual													---
	ao menos um ponto na trajetória	52,9	35,3	11,8	---	---	0,044	31,8	1	1,59	0,712	21°	0,041	17
valores de referência	toda a amostra	30,6	46,7	19,9	2,3	0,5		39,1	2	1,95	0,800	21°		216

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio atual e na trajetória foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / o viés na trajetória não inclui a atividade atual de trabalho; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

ENSINO MÉDIO (SOCIOLOGIA)		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	12,1	50,0	33,3	4,6	---	0,395	46,1	2	2,30	0,744	19°	0,326	66
	1980s	17,3	40,4	34,6	5,8	1,9	0,685	46,9	2	2,35	0,905	19°	0,739	52
	1990s	10,9	47,8	34,8	6,5	---	0,957	47,4	2	2,37	0,771	19°	0,905	46
	2000s	8,9	41,1	42,8	3,6	3,6	0,180	50,4	2,50	2,52	0,853	19°	0,164	56
UNIVERSIDADES	USP	11,7	48,0	32,5	6,5	1,3	0,826	47,5	2	2,38	0,828	19°	0,945	77
	Unicamp	9,0	50,7	38,8	---	1,5	0,703	46,9	2	2,34	0,708	19°	0,619	67
	PUC Campinas	22,9	33,3	31,3	10,4	2,1	0,695	47,1	2	2,35	1,021	19°	0,824	48
	PUC SP	3,6	42,8	50,0	3,6	---	0,184	50,7	3	2,54	0,637	19°	0,198	28
SEXO	homens	10,9	54,4	29,3	4,3	1,1	0,155	46,1	2	2,30	0,767	19°	0,226	92
	mulheres	13,3	38,3	41,4	5,5	1,5		48,7	2	2,44	0,849	19°		128
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	---	25,0	50,0	25,0	---	0,007	60,0	3	3,00	0,739	15,5°	0,011	12
	2 (<i>III</i>)	11,1	22,2	55,6	11,1	---	0,069	53,3	3	2,67	0,840	18°	0,148	18
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	13,5	50,7	32,4	2,7	0,7	0,003	45,3	2	2,26	0,750	19°	0,004	148
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	13,8	31,0	51,7	3,5	---	0,391	49,0	3	2,45	0,783	19°	0,629	29
	2 (<i>III</i>)	6,7	40,0	43,3	10,0	---	0,145	51,3	3	2,57	0,774	19°	0,170	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	6,1	50,8	38,5	3,1	1,5	0,582	48,6	2	2,43	0,728	19°	0,541	65
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	19,4	47,8	28,3	3,0	1,5	0,018	43,9	2	2,19	0,839	19°	0,027	67
VIÉS PRÓPRIO ATUAL / NA TRAJETÓRIA ^b	mesma atividade atual													1
	ao menos um ponto na trajetória	7,7	38,5	46,1	7,7	---	0,400	50,8	3	2,54	0,776	19°	0,467	13
valores de referência	toda a amostra	12,2	45,0	36,4	5,0	1,4		47,7	2	2,38	0,816	19°		220

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio atual e na trajetória foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / o viés na trajetória não inclui a atividade atual de trabalho; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

ENSINO MÉDIO (EXCETO SOCIOLOGIA)		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	13,6	48,5	33,3	4,6	---	0,765	45,8	2	2,29	0,760	20°	0,754	66
	1980s	17,3	38,5	38,5	5,7	---	0,814	46,5	2	2,33	0,834	20°	0,896	52
	1990s	21,8	39,1	30,4	8,7	---	0,602	45,2	2	2,26	0,905	20°	0,652	46
	2000s	17,8	35,7	39,3	5,4	1,8	0,567	47,5	2	2,38	0,906	20°	0,549	56
UNIVERSIDADES	USP	16,9	40,2	35,1	7,8	---	0,751	46,8	2	2,34	0,852	20°	0,758	77
	Unicamp	14,9	44,8	37,3	1,5	1,5	0,839	46,0	2	2,30	0,798	20°	0,856	67
	PUC Campinas	22,9	37,5	29,2	10,4	---	0,630	45,4	3	2,27	0,939	20°	0,715	48
	PUC SP	14,3	39,3	42,8	3,6	---	0,671	47,1	2	2,36	0,780	20°	0,757	28
SEXO	homens	19,6	44,6	30,4	5,4	---	0,145	44,3	2	2,22	0,823	20°	0,149	92
	mulheres	15,6	38,3	39,1	6,2	0,8		47,7	2	2,38	0,852	20°		128
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	---	33,3	41,7	25,0	---	0,016	58,3	3	2,92	0,793	17,5°	0,019	12
	2 (<i>III</i>)	16,7	33,3	38,9	11,1	---	0,487	48,9	2,50	2,44	0,922	20°	0,534	18
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	18,9	44,6	32,4	3,4	0,7	0,019	44,5	2	2,22	0,815	20°	0,026	148
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	20,7	24,1	48,3	6,9	---	0,372	48,3	3	2,41	0,907	20°	0,523	29
	2 (<i>III</i>)	13,3	36,7	36,7	13,3	---	0,216	50,0	2,50	2,50	0,900	20°	0,225	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	9,2	47,7	40,0	3,1	---	0,452	47,4	2	2,37	0,698	20°	0,484	65
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	23,9	41,8	29,8	4,5	---	0,061	43,0	2	2,15	0,839	20°	0,057	67
VIÉS PRÓPRIO ATUAL / NA TRAJETÓRIA ^b	mesma atividade atual													3
	ao menos um ponto na trajetória	21,2	33,3	45,5	---	---	0,652	44,9	2	2,24	0,792	20°	0,383	33
valores de referência	toda a amostra	17,3	40,9	35,4	5,9	0,5		46,3	2	2,31	0,842	20°		220

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio atual e na trajetória foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / o viés na trajetória não inclui a atividade atual de trabalho; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

CONSULTOR		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	1,5	10,8	32,3	49,2	6,2	0,677	69,6	4	3,48	0,831	5°	0,646	65
	1980s	2,0	7,8	45,1	35,3	9,8	0,270	68,6	3	3,43	0,855	5°	0,418	51
	1990s	2,2	6,5	41,3	37,0	13,0	0,851	70,4	3,50	3,52	0,888	6°	0,977	46
	2000s	7,1	3,6	26,8	42,9	19,6	0,093	72,9	4	3,64	1,069	5°	0,291	56
UNIVERSIDADES	USP	---	7,8	39,0	45,4	7,8	0,838	70,6	4	3,53	0,754	6°	0,855	77
	Unicamp	4,5	6,0	40,3	34,3	14,9	0,730	69,8	3	3,49	0,975	5°	0,789	67
	PUC Campinas	6,4	10,6	31,9	38,3	12,8	0,503	68,1	4	3,40	1,056	5°	0,389	47
	PUC SP	3,7	3,7	22,2	55,6	14,8	0,106	74,8	4	3,74	0,903	5,5°	0,181	27
SEXO	homens	5,5	2,2	46,1	34,1	12,1	0,274	69,0	3	3,45	0,934	5°	0,357	91
	mulheres	1,6	11,0	28,3	47,3	11,8		71,3	4	3,57	0,896	5°		127
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	---	---	33,3	50,0	16,7	0,250	76,7	4	3,83	0,718	5°	0,148	12
	2 (<i>III</i>)	6,2	---	18,8	62,5	12,5	0,159	75,0	4	3,75	0,931	4°	0,315	16
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	3,4	8,1	38,5	40,5	9,5	0,069	68,9	3,50	3,45	0,898	5°	0,093	148
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	3,5	6,9	34,5	44,8	10,3	0,968	70,3	4	3,52	0,911	5,5°	0,994	29
	2 (<i>III</i>)	3,3	13,4	23,3	56,7	3,3	0,798	68,7	4	3,43	0,898	6°	0,581	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	1,5	6,2	41,5	36,9	13,9	0,973	71,1	4	3,55	0,867	5°	0,701	65
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	3,0	4,5	39,4	37,9	15,2	0,649	71,6	4	3,58	0,912	5°	0,542	66
VIÉS PRÓPRIO ATUAL / NA TRAJETÓRIA ^b	mesma atividade atual	---	---	28,6	42,8	28,6	0,172	80,0	4	4,00	0,816	2,5°	0,161	7
	ao menos um ponto na trajetória	---	3,7	33,3	51,9	11,1	0,304	74,1	4	3,70	0,724	3°	0,180	27
valores de referência	toda a amostra	3,2	7,3	35,8	41,8	11,9		70,4	4	3,52	0,912	5°		218

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio atual e na trajetória foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / o viés na trajetória não inclui a atividade atual de trabalho; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

ASSESSORIA EM ONGS		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	---	16,7	51,5	30,3	1,5	0,978	63,3	3	3,17	0,714	8°	0,838	66
	1980s	3,9	17,7	51,0	23,5	3,9	0,332	61,2	3	3,06	0,858	10°	0,377	51
	1990s	4,4	15,2	54,3	23,9	2,2	0,332	60,9	3	3,04	0,815	13°	0,318	46
	2000s	1,8	16,1	35,7	42,8	3,6	0,069	66,1	3	3,30	0,851	11°	0,116	56
UNIVERSIDADES	USP	2,6	11,7	51,9	32,5	1,3	0,589	63,6	3	3,18	0,756	9°	0,666	77
	Unicamp	---	23,9	49,2	25,4	1,5	0,124	60,9	3	3,04	0,747	12°	0,181	67
	PUC Campinas	6,4	12,8	48,9	27,7	4,2	0,811	62,1	3	3,11	0,914	7°	0,700	47
	PUC SP	---	17,9	32,1	42,9	7,1	0,100	67,8	3,50	3,39	0,875	7°	0,122	28
SEXO	homens	3,3	15,4	46,1	34,1	1,1	0,865	62,9	3	3,14	0,811	9°	0,904	91
	mulheres	1,6	17,2	49,2	28,1	3,9		63,1	3	3,16	0,808	9°		128
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	---	8,3	50,0	41,7	---	0,396	66,7	3	3,33	0,651	10,5°	0,343	12
	2 (<i>III</i>)	5,8	11,8	35,3	35,3	11,8	0,268	67,1	3	3,35	1,057	9°	0,414	17
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	2,7	19,6	46,0	29,7	2,0	0,124	61,7	3	3,09	0,824	9°	0,088	148
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	3,5	17,2	51,7	27,6	---	0,456	60,7	3	3,03	0,778	11°	0,396	29
	2 (<i>III</i>)	3,3	26,7	43,3	20,0	6,7	0,210	60,0	3	3,00	0,947	13°	0,344	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	1,5	13,9	50,8	32,3	1,5	0,681	63,7	3	3,18	0,748	9°	0,674	65
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	3,0	12,1	47,0	34,9	3,0	0,290	64,6	3	3,23	0,819	8°	0,362	66
VIÉS PRÓPRIO ATUAL / NA TRAJETÓRIA ^b	mesma atividade atual	---	---	50,0	50,0	---	0,253	70,0	3,50	3,50	0,548	7°	0,173	6
	ao menos um ponto na trajetória	4,5	22,7	45,5	27,3	---	0,330	59,1	3	2,95	0,844	14°	0,318	22
valores de referência	toda a amostra	2,3	16,4	48,0	30,6	2,7		63,0	3	3,15	0,807	9°		219

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio atual e na trajetória foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / o viés na trajetória não inclui a atividade atual de trabalho; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

FUNC. PÚBLICO (CIÊNCIAS SOCIAIS)		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	3,1	33,8	44,6	18,5	---	0,004	55,7	3	2,78	0,780	15°	0,004	65
	1980s	9,6	17,3	53,9	15,4	3,8	0,150	57,3	3	2,87	0,929	13,5°	0,128	52
	1990s	4,4	13,0	45,7	30,4	6,5	0,098	64,3	3	3,22	0,917	8°	0,135	46
	2000s	3,6	7,1	51,8	26,8	10,7	0,004	66,8	3	3,34	0,900	10°	0,004	56
UNIVERSIDADES	USP	5,2	24,7	42,8	24,7	2,6	0,318	59,0	3	2,95	0,902	12°	0,287	77
	Unicamp	4,5	10,4	56,7	23,9	4,5	0,227	62,7	3	3,13	0,833	10°	0,268	67
	PUC Campinas	8,3	22,9	43,8	16,7	8,3	0,332	58,8	3	2,94	1,040	12°	0,442	48
	PUC SP	---	14,8	55,6	22,2	7,4	0,329	64,4	3	3,22	0,801	11°	0,214	27
SEXO	homens	6,5	18,5	48,9	19,6	6,5	0,686	60,2	3	3,01	0,955	11°	0,725	92
	mulheres	3,9	18,9	48,9	24,4	3,9		61,1	3	3,06	0,867	11,5°		127
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	---	16,6	41,7	41,7	---	0,328	65,0	3	3,25	0,754	13°	0,337	12
	2 (<i>III</i>)	11,8	---	64,7	17,6	5,9	0,751	61,2	3	3,06	0,966	12,5°	0,922	17
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	4,7	21,0	46,0	23,6	4,7	0,807	60,5	3	3,03	0,911	11°	0,822	148
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	3,4	13,8	55,2	24,2	3,4	0,631	62,1	3	3,10	0,817	10°	0,644	29
	2 (<i>III</i>)	6,6	16,7	46,7	26,7	3,3	0,889	60,7	3	3,03	0,928	11°	0,984	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	4,6	15,4	47,7	27,7	4,6	0,283	62,5	3	3,12	0,893	10°	0,356	65
	4 (<i>LX, X e XI</i>)	6,0	22,4	50,7	11,9	9,0	0,208	59,1	3	2,96	0,976	13°	0,400	67
VIÉS PRÓPRIO ATUAL / NA TRAJETÓRIA ^b	mesma atividade atual	---	11,1	72,2	16,7	---	0,953	61,1	3	3,06	0,539	12°	0,886	18
	ao menos um ponto na trajetória	---	21,1	60,5	18,4	---	0,549	59,5	3	2,97	0,636	13°	0,545	38
valores de referência	toda a amostra	5,0	18,7	48,9	22,4	5,0		60,7	3	3,04	0,903	11°		219

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio atual e na trajetória foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / o viés na trajetória não inclui a atividade atual de trabalho; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

FUNC. PÚBLICO (QUALQUER CURSO SUPERIOR)		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	1,5	30,8	43,1	23,1	1,5	0,323	58,5	3	2,92	0,816	12°	0,431	65
	1980s	7,7	13,5	55,8	19,2	3,8	0,948	59,6	3	2,98	0,896	11,5°	0,925	52
	1990s	4,4	15,2	47,8	30,4	2,2	0,202	62,2	3	3,11	0,849	11°	0,291	46
	2000s	3,6	17,8	58,9	16,1	3,6	0,826	59,7	3	2,98	0,798	12°	0,926	56
UNIVERSIDADES	USP	3,9	27,7	43,4	21,1	3,9	0,344	58,7	3	2,93	0,899	13°	0,482	76
	Unicamp	2,9	14,7	57,4	22,1	2,9	0,328	61,5	3	3,07	0,779	11°	0,309	68
	PUC Campinas	8,3	12,5	54,2	22,9	2,1	0,829	59,6	3	2,98	0,887	10,5°	0,917	48
	PUC SP	---	25,9	51,9	22,2	---	0,779	59,3	3	2,96	0,706	15,5°	0,832	27
SEXO	homens	6,6	20,9	51,6	18,7	2,2	0,172	57,8	3	2,89	0,862	12,5°	0,137	91
	mulheres	2,4	19,5	50,8	24,2	3,1		61,2	3	3,06	0,811	11,5°		128
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	---	18,2	36,4	45,4	---	0,206	65,4	3	3,27	0,786	12°	0,249	11
	2 (<i>III</i>)	11,8	---	58,8	29,4	---	0,429	61,2	3	3,06	0,899	12,5°	0,748	17
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	4,0	24,8	51,0	16,8	3,4	0,009	58,2	3	2,91	0,841	13°	0,026	149
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	3,5	17,2	62,1	17,2	---	0,710	58,6	3	2,93	0,704	13°	0,636	29
	2 (<i>III</i>)	6,7	16,7	43,3	33,3	---	0,531	60,6	3	3,03	0,890	11°	0,778	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	3,0	19,7	57,6	15,2	4,5	0,733	59,7	3	2,98	0,813	12°	0,943	66
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	4,5	22,4	47,7	22,4	3,0	0,796	59,4	3	2,97	0,870	12°	0,812	67
VIÉS PRÓPRIO ATUAL / NA TRAJETÓRIA ^b	mesma atividade atual													4
	ao menos um ponto na trajetória	---	40,0	40,0	20,0	---	0,543	56,0	3	2,80	0,837	10,5°	0,632	5
valores de referência	toda a amostra	4,1	20,1	51,2	21,9	2,7		59,8	3	2,99	0,835	12°		219

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio atual e na trajetória foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / o viés na trajetória não inclui a atividade atual de trabalho; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

ASSESSORIA SIND. TRABALHADORES		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	---	40,9	45,5	12,1	1,5	0,060	54,8	3	2,74	0,730	17°	0,155	66
	1980s	5,8	25,0	50,0	15,4	3,8	0,985	57,3	3	2,87	0,886	13,5°	0,912	52
	1990s	4,4	21,7	56,5	17,4	---	0,749	57,4	3	2,87	0,749	14°	0,876	46
	2000s	7,3	12,7	56,4	23,6	---	0,095	59,3	3	2,96	0,816	13°	0,248	55
UNIVERSIDADES	USP	3,9	26,0	49,3	18,2	2,6	0,649	57,9	3	2,90	0,836	14°	0,573	77
	Unicamp	4,5	21,2	57,6	16,7	---	0,724	57,3	3	2,86	0,742	13°	0,902	66
	PUC Campinas	6,2	35,4	41,7	14,6	2,1	0,119	54,2	3	2,71	0,874	16°	0,185	48
	PUC SP	---	21,4	60,7	17,9	---	0,425	59,3	3	2,96	0,637	15,5°	0,351	28
SEXO	homens	5,4	20,7	56,5	17,4	---	0,653	57,2	3	2,86	0,764	15°	0,939	92
	mulheres	3,2	29,9	48,0	16,5	2,4		57,0	3	2,85	0,817	16°		127
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	---	8,3	66,7	25,0	---	0,130	63,3	3	3,17	0,577	14°	0,081	12
	2 (<i>III</i>)	11,1	22,2	55,5	5,6	5,6	0,466	54,5	3	2,72	0,958	17°	0,544	18
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	4,8	27,7	49,3	18,2	---	0,368	56,2	3	2,81	0,786	14°	0,253	148
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	3,5	31,0	51,7	13,8	---	0,479	55,2	3	2,76	0,739	17°	0,466	29
	2 (<i>III</i>)	6,6	30,0	50,0	6,7	6,7	0,359	55,4	3	2,77	0,935	16°	0,577	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	4,6	20,0	56,9	18,5	---	0,466	57,9	3	2,89	0,753	14°	0,633	65
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	4,5	26,8	46,3	20,9	1,5	0,739	57,6	3	2,88	0,844	15°	0,750	67
VIÉS PRÓPRIO ATUAL / NA TRAJETÓRIA ^b	mesma atividade atual													4
	ao menos um ponto na trajetória	---	27,3	54,5	18,2	---	0,840	58,2	3	2,91	0,701	13,5°	0,795	11
valores de referência	toda a amostra	4,1	26,0	51,6	16,9	1,4		57,1	3	2,85	0,794	15°		219

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio atual e na trajetória foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / o viés na trajetória não inclui a atividade atual de trabalho; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

ASSESSORIA SIND. PATRONAIS		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	1,5	31,8	37,9	25,8	3,0	0,720	59,4	3	2,97	0,877	10°	0,937	66
	1980s	13,5	15,4	34,6	32,7	3,8	0,655	59,6	3	2,98	1,093	11,5°	0,978	52
	1990s	2,2	13,0	54,4	23,9	6,5	0,107	63,9	3	3,20	0,833	9,5°	0,057	46
	2000s	10,9	21,8	47,3	16,4	3,6	0,116	56,0	3	2,80	0,970	16,5°	0,118	55
UNIVERSIDADES	USP	3,9	16,9	48,0	22,1	9,1	0,082	63,1	3	3,16	0,947	10°	0,041	77
	Unicamp	9,0	24,3	42,4	24,3	---	0,150	56,4	3	2,82	0,910	16°	0,098	66
	PUC Campinas	10,4	27,1	39,6	18,7	4,2	0,120	55,8	3	2,79	1,010	14°	0,147	48
	PUC SP	3,5	17,9	35,7	42,9	---	0,156	63,6	3	3,18	0,863	12°	0,201	28
SEXO	homens	10,9	18,5	44,5	22,8	3,3	0,374	57,8	3	2,89	0,988	12,5°	0,262	92
	mulheres	4,0	23,6	41,7	26,0	4,7		60,8	3	3,04	0,921	13°		127
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	8,3	---	41,7	41,7	8,3	0,068	68,3	3,50	3,42	0,996	9°	0,141	12
	2 (<i>III</i>)	11,1	11,1	33,3	44,5	---	0,327	62,2	3	3,11	1,023	11°	0,566	18
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	7,4	22,3	43,9	22,3	4,1	0,287	58,7	3	2,93	0,952	12°	0,315	148
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	13,8	13,8	48,3	20,7	3,4	0,611	57,2	3	2,86	1,026	14°	0,516	29
	2 (<i>III</i>)	3,3	26,7	36,7	30,0	3,3	0,766	60,7	3	3,03	0,928	11°	0,724	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	7,7	21,5	46,2	20,0	4,6	0,540	58,5	3	2,92	0,957	13°	0,587	65
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	6,0	14,9	43,3	29,8	6,0	0,064	63,0	3	3,15	0,957	9°	0,078	67
VIÉS PRÓPRIO ATUAL / NA TRAJETÓRIA ^b	mesma atividade atual													---
	ao menos um ponto na trajetória													---
valores de referência	toda a amostra	6,8	21,5	42,9	24,7	4,1		59,6	3	2,98	0,950	13°		219

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio atual e na trajetória foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / o viés na trajetória não inclui a atividade atual de trabalho; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

ANALISTA DE DADOS NO GOVERNO		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	---	30,8	50,8	16,9	1,5	0,008	57,8	3	2,89	0,732	13°	0,009	65
	1980s	5,8	19,2	48,1	15,4	11,5	0,635	61,5	3	3,08	1,026	9°	0,781	52
	1990s	4,4	15,2	54,3	19,6	6,5	0,863	61,7	3	3,09	0,890	12°	0,843	46
	2000s	1,8	9,1	40,0	43,6	5,5	0,001	68,4	3	3,42	0,809	9°	0,002	55
UNIVERSIDADES	USP	2,6	18,2	51,9	24,7	2,6	0,691	61,3	3	3,06	0,800	11°	0,560	77
	Unicamp	---	18,2	54,5	19,7	7,6	0,740	63,3	3	3,17	0,815	9°	0,515	66
	PUC Campinas	8,3	23,0	35,4	25,0	8,3	0,540	60,4	3	3,02	1,082	8,5°	0,498	48
	PUC SP	---	18,5	44,5	29,6	7,4	0,376	65,2	3	3,26	0,859	10°	0,343	27
SEXO	homens	5,5	17,4	47,8	22,8	6,5	0,760	61,5	3	3,08	0,940	10°	0,633	92
	mulheres	0,8	20,6	48,4	24,6	5,6		62,7	3	3,13	0,833	10°		126
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	---	25,0	58,3	16,7	---	0,403	58,3	3	2,92	0,669	17,5°	0,330	12
	2 (<i>III</i>)	11,8	5,9	41,2	23,5	17,6	0,314	65,8	3	3,29	1,213	10°	0,515	17
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	2,7	20,9	47,3	23,7	5,4	0,472	61,6	3	3,08	0,877	10°	0,481	148
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	3,4	13,8	55,2	20,7	6,9	0,852	62,8	3	3,14	0,875	8,5°	0,855	29
	2 (<i>III</i>)	3,3	20,0	46,7	20,0	10,0	0,972	62,7	3	3,13	0,973	9°	0,887	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	1,5	18,5	52,3	24,6	3,1	0,892	61,9	3	3,09	0,785	11°	0,836	65
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	4,5	22,4	41,8	22,4	8,9	0,762	61,8	3	3,09	0,996	10°	0,831	67
VIÉS PRÓPRIO ATUAL / NA TRAJETÓRIA ^b	mesma atividade atual													3
	ao menos um ponto na trajetória	---	40,0	40,0	20,0	---	0,221	56,0	3	2,80	0,789	13°	0,234	10
valores de referência	toda a amostra	2,7	19,3	48,2	23,8	6,0		62,2	3	3,11	0,878	10°		218

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio atual e na trajetória foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / o viés na trajetória não inclui a atividade atual de trabalho; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

ANALISTA DE DADOS EM EMPRESAS		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	---	36,9	49,2	13,9	---	0,339	55,4	3	2,77	0,679	16°	0,400	65
	1980s	11,5	21,2	51,9	7,7	7,7	0,606	55,8	3	2,79	1,016	15°	0,689	52
	1990s	4,3	24,0	58,7	8,7	4,3	0,972	56,9	3	2,85	0,816	15,5°	0,910	46
	2000s	7,2	19,6	46,4	25,0	1,8	0,141	58,9	3	2,95	0,903	14,5°	0,281	56
UNIVERSIDADES	USP	2,6	26,0	57,1	11,7	2,6	0,827	57,1	3	2,86	0,756	15°	0,772	77
	Unicamp	7,5	23,9	50,7	13,4	4,5	0,987	56,7	3	2,84	0,914	14,5°	0,998	67
	PUC Campinas	10,4	27,1	43,7	14,6	4,2	0,452	55,0	3	2,75	0,978	15°	0,480	48
	PUC SP	---	29,6	48,2	22,2	---	0,545	58,5	3	2,93	0,730	17°	0,507	30
SEXO	homens	7,7	26,4	50,5	12,1	3,3	0,356	55,4	3	2,77	0,883	16°	0,337	91
	mulheres	3,9	25,8	51,6	15,6	3,1		57,6	3	2,88	0,829	14°		128
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	---	33,3	58,3	----	8,4	0,754	56,7	3	2,83	0,835	19°	0,992	12
	2 (<i>III</i>)	11,1	16,7	44,4	22,2	5,6	0,489	58,9	3	2,94	1,056	14,5°	0,648	18
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	6,8	27,7	49,3	13,5	2,7	0,159	55,5	3	2,78	0,864	15°	0,135	148
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	3,5	24,1	58,6	13,8	---	0,932	56,5	3	2,83	0,711	15°	0,950	29
	2 (<i>III</i>)	3,3	26,7	43,3	26,7	---	0,414	58,7	3	2,93	0,828	14°	0,493	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	4,6	23,1	56,9	10,8	4,6	0,694	57,5	3	2,88	0,839	15°	0,639	65
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	8,9	26,9	44,8	13,4	6,0	0,631	56,1	3	2,81	0,988	16°	0,755	67
VIÉS PRÓPRIO ATUAL / NA TRAJETÓRIA ^b	mesma atividade atual													2
	ao menos um ponto na trajetória	---	28,6	42,8	28,6	---	0,586	60,0	3	3,00	0,816	13°	0,607	7
valores de referência	toda a amostra	5,5	26,0	51,1	14,2	3,2		56,7	3	2,84	0,852	16°		219

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio atual e na trajetória foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / o viés na trajetória não inclui a atividade atual de trabalho; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

ASSALARIADOS DA ÁREA DE OPINIÃO PÚBLICA		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann- Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	3,0	25,8	48,5	18,2	4,5	0,409	59,1	3	2,95	0,867	11°	0,346	66
	1980s	11,8	27,4	45,1	11,8	3,9	0,120	53,7	3	2,69	0,969	16°	0,126	51
	1990s	4,3	26,1	54,4	10,9	4,3	0,798	57,0	3	2,85	0,842	15,5°	0,862	46
	2000s	8,9	21,4	41,1	23,2	5,4	0,381	59,0	3	2,95	1,017	14,5°	0,490	56
UNIVERSIDADES	USP	9,2	23,7	44,7	18,4	4,0	0,890	56,9	3	2,84	0,967	16°	0,772	76
	Unicamp	4,5	28,4	52,2	8,9	6,0	0,533	56,7	3	2,84	0,881	14,5°	0,730	67
	PUC Campinas	8,3	25,0	43,8	20,8	2,1	0,911	56,7	3	2,83	0,930	13°	0,774	48
	PUC SP	3,6	21,4	46,4	21,4	7,2	0,232	61,4	3	3,07	0,940	14°	0,226	28
SEXO	homens	9,9	18,7	50,5	16,5	4,4	0,754	57,4	3	2,87	0,957	14°	0,994	91
	mulheres	4,7	29,7	44,5	16,4	4,7		57,3	3	2,87	0,908	15°		128
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	---	25,0	33,3	25,0	16,7	0,132	66,7	3	3,33	1,073	10,5°	0,145	12
	2 (<i>III</i>)	11,1	16,7	50,0	11,1	11,1	0,756	58,9	3	2,94	1,110	14,5°	0,759	18
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	8,8	27,2	46,3	15,0	2,7	0,018	55,1	3	2,76	0,911	16°	0,011	147
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	3,4	24,1	51,7	10,4	10,4	0,574	60,1	3	3,00	0,964	12°	0,429	29
	2 (<i>III</i>)	3,3	36,7	43,3	13,4	3,3	0,403	55,3	3	2,77	0,858	16°	0,498	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	4,7	29,7	45,3	15,6	4,7	0,797	57,2	3	2,86	0,906	16°	0,932	64
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	10,4	17,9	46,3	22,4	3,0	0,480	57,9	3	2,90	0,971	14°	0,774	67
VIÉS PRÓPRIO ATUAL / NA TRAJETÓRIA ^b	mesma atividade atual													2
	ao menos um ponto na trajetória	11,1	---	55,6	33,3	---	0,245	62,2	3	3,11	0,928	13°	0,443	9
valores de referência	toda a amostra	6,9	25,1	47,0	16,4	4,6		57,3	3	2,87	0,927	14°		219

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio atual e na trajetória foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / o viés na trajetória não inclui a atividade atual de trabalho; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

ASSAL. (NÍVEL INTERM) EM EMPRESA		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	1,5	30,3	54,6	12,1	1,5	0,332	56,4	3	2,82	0,721	14°	0,186	66
	1980s	9,8	33,3	49,0	7,9	---	0,094	51,0	3	2,55	0,783	18°	0,082	51
	1990s	8,7	28,3	50,0	13,0	---	0,768	53,5	3	2,67	0,818	17°	0,685	46
	2000s	5,4	25,0	55,4	14,2	---	0,380	55,7	3	2,79	0,756	18°	0,434	56
UNIVERSIDADES	USP	6,5	29,9	50,6	13,0	---	0,867	54,0	3	2,70	0,779	17°	0,826	77
	Unicamp	4,5	27,3	62,1	6,1	---	0,872	54,0	3	2,70	0,656	17°	0,784	66
	PUC Campinas	10,4	37,5	41,7	10,4	---	0,048	50,4	3	2,52	0,825	17°	0,061	48
	PUC SP	---	17,9	53,6	25,0	3,6	0,004	62,9	3	3,14	0,756	13°	0,003	28
SEXO	homens	8,7	26,1	57,6	6,5	1,1	0,386	53,0	3	2,65	0,777	17°	0,291	92
	mulheres	3,9	31,5	48,8	15,8	---		55,3	3	2,76	0,731	17°		127
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	---	8,3	83,4	8,3	---	0,148	60,0	3	3,00	0,426	15,5°	0,041	12
	2 (<i>III</i>)	16,7	11,1	44,4	27,8	---	0,307	56,7	3	2,83	1,043	16°	0,620	18
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	6,1	31,3	52,4	10,2	---	0,181	53,3	3	2,67	0,743	17°	0,181	147
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	3,4	27,6	55,2	13,8	---	0,573	55,9	3	2,79	0,726	16°	0,551	29
	2 (<i>III</i>)	3,3	33,3	46,7	16,7	---	0,786	55,4	3	2,77	0,774	16°	0,706	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	1,6	29,7	57,8	10,9	---	0,495	55,6	3	2,78	0,654	17°	0,386	64
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	11,9	31,3	47,8	9,0	---	0,041	50,8	3	2,54	0,823	17°	0,029	67
VIÉS PRÓPRIO ATUAL / NA TRAJETÓRIA ^b	mesma atividade atual	20,0	20,0	40,0	20,0	---	0,863	52,0	3	2,60	1,140	12,5°	0,827	5
	ao menos um ponto na trajetória	---	15,8	63,2	21,0	---	0,042	61,0	3	3,05	0,621	10°	0,024	19
valores de referência	toda a amostra	5,9	29,2	52,5	11,9	0,5		54,4	3	2,72	0,768	17°		219

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio atual e na trajetória foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / o viés na trajetória não inclui a atividade atual de trabalho; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

ANALISTA NOS MEIOS DE COMUNIC.		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	---	13,9	32,3	36,9	16,9	0,053	71,4	4	3,57	0,935	4°	0,112	65
	1980s	3,9	9,6	19,2	44,2	23,1	0,873	74,6	4	3,73	1,050	4°	0,999	52
	1990s	2,2	6,5	23,9	30,4	37,0	0,104	78,7	4	3,93	1,041	3°	0,136	46
	2000s	5,4	5,4	21,4	44,6	23,2	0,723	75,0	4	3,75	1,049	4°	0,872	56
UNIVERSIDADES	USP	1,3	7,8	23,4	39,0	28,5	0,201	77,1	4	3,86	0,969	3°	0,167	77
	Unicamp	4,5	8,9	26,9	38,8	20,9	0,351	72,5	4	3,63	1,057	4°	0,329	67
	PUC Campinas	4,1	12,5	25,0	41,7	16,7	0,161	70,9	4	3,54	1,051	4°	0,159	48
	PUC SP	---	7,4	22,2	37,0	33,4	0,226	79,3	4	3,96	0,940	2°	0,184	27
SEXO	homens	3,3	7,6	26,1	41,3	21,7	0,722	74,1	4	3,71	1,000	3°	0,765	92
	mulheres	2,4	10,2	23,6	37,8	26,0		75,0	4	3,75	1,031	4°		127
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	---	8,3	25,0	25,0	41,7	0,344	80,0	4	4,00	1,044	3,5°	0,375	12
	2 (<i>III</i>)	5,9	5,9	11,7	35,3	41,2	0,145	80,0	4	4,00	1,173	1,5°	0,332	17
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	3,4	10,1	26,4	39,2	20,9	0,062	72,8	4	3,64	1,030	4°	0,057	148
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	3,5	10,4	17,2	44,8	24,1	0,774	75,1	4	3,76	1,057	3°	0,878	29
	2 (<i>III</i>)	3,3	6,7	33,3	36,7	20,0	0,491	72,7	4	3,63	0,999	4°	0,571	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	1,5	10,8	26,1	38,5	23,1	0,734	74,2	4	3,71	0,996	4°	0,827	65
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	3,0	3,0	26,9	40,2	26,9	0,284	77,0	4	3,85	0,957	3°	0,232	67
VIÉS PRÓPRIO ATUAL / NA TRAJETÓRIA ^b	mesma atividade atual													---
	ao menos um ponto na trajetória													---
valores de referência	toda a amostra	2,7	9,1	24,7	39,3	24,2		74,6	4	3,73	1,016	4°		219

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio atual e na trajetória foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / o viés na trajetória não inclui a atividade atual de trabalho; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

EDITOR MEIOS ESPECIALIZADOS		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	---	15,4	40,0	36,9	7,7	0,331	67,4	3	3,37	0,840	6°	0,490	65
	1980s	5,8	9,6	34,6	40,4	9,6	0,820	67,7	3,50	3,38	0,993	6°	0,681	52
	1990s	4,3	8,7	32,6	32,6	21,7	0,213	71,7	4	3,59	1,066	4,5°	0,265	46
	2000s	5,4	8,9	35,7	37,5	12,5	0,938	68,6	3,50	3,43	1,006	7,5°	0,964	56
UNIVERSIDADES	USP	2,6	5,2	35,1	44,1	13,0	0,062	71,9	4	3,60	0,877	5°	0,055	77
	Unicamp	---	13,4	41,8	34,3	10,5	0,572	68,4	3	3,42	0,855	6°	0,864	67
	PUC Campinas	10,4	20,8	31,3	31,3	6,2	0,003	60,4	3	3,02	1,101	8,5°	0,003	48
	PUC SP	3,7	3,7	33,3	33,3	26,0	0,079	74,8	4	3,74	1,023	5,5°	0,103	27
SEXO	homens	6,5	7,6	42,4	33,7	9,8	0,190	66,5	3	3,33	0,985	6°	0,164	92
	mulheres	1,6	13,4	31,5	39,3	14,2		70,2	4	3,51	0,950	6°		127
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	8,4	---	33,3	25,0	33,3	0,212	75,0	4	3,75	1,215	6°	0,368	12
	2 (<i>III</i>)	11,8	5,9	11,8	52,9	17,6	0,224	71,7	4	3,59	1,228	5°	0,590	17
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	3,4	10,8	37,8	36,5	11,5	0,652	68,4	3	3,42	0,948	6°	0,749	148
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	3,5	10,3	31,0	41,4	13,8	0,568	70,3	4	3,52	0,986	5,5°	0,627	29
	2 (<i>III</i>)	3,4	20,0	33,3	33,3	10,0	0,304	65,3	3	3,27	1,015	8°	0,334	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	4,6	6,2	36,9	38,5	13,8	0,420	70,1	4	3,51	0,970	6°	0,465	65
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	4,5	6,0	37,3	38,8	13,4	0,418	70,1	4	3,51	0,959	6°	0,454	67
VIÉS PRÓPRIO ATUAL / NA TRAJETÓRIA ^b	mesma atividade atual													1
	ao menos um ponto na trajetória	16,7	---	50,0	33,3	---	0,351	60,0	3	3,00	1,095	6,5°	0,367	6
valores de referência	toda a amostra	3,6	11,0	36,1	37,0	12,3		68,7	3	3,43	0,967	6°		219

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio atual e na trajetória foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / o viés na trajetória não inclui a atividade atual de trabalho; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

PROF. CURSOS CURTA DURAÇÃO		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	7,6	46,9	37,9	7,6	---	0,032	49,1	2	2,45	0,748	18°	0,058	66
	1980s	7,7	28,8	55,8	7,7	---	0,655	52,7	3	2,63	0,742	17°	0,743	52
	1990s	10,9	34,8	43,4	10,9	---	0,568	50,9	3	2,54	0,836	18°	0,573	46
	2000s	7,1	21,4	55,4	16,1	---	0,019	56,1	3	2,80	0,796	16,5°	0,031	56
UNIVERSIDADES	USP	5,2	32,5	53,2	9,1	---	0,434	53,2	3	2,66	0,718	18°	0,406	77
	Unicamp	9,0	32,8	49,2	9,0	---	0,829	51,6	3	2,58	0,781	18°	0,779	67
	PUC Campinas	14,6	35,4	39,6	10,4	---	0,170	49,2	2,50	2,46	0,874	18°	0,182	48
	PUC SP	3,5	35,7	42,9	17,9	---	0,379	55,0	3	2,75	0,799	18°	0,308	28
SEXO	homens	12,0	39,1	40,2	8,7	---	0,017	49,1	2	2,46	0,818	18°	0,019	92
	mulheres	5,5	29,7	53,1	11,7	---		54,2	3	2,71	0,744	18°		128
OCUPAÇÃO ATUAL ^a	1 (<i>I e II</i>)	---	41,7	50,0	8,3	---	0,877	53,3	3	2,67	0,651	20°	0,743	12
	2 (<i>III</i>)	11,1	27,8	50,0	11,1	---	0,898	52,2	3	2,61	0,850	19°	0,973	18
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	9,5	33,1	45,9	11,5	---	0,829	51,9	3	2,59	0,815	18°	0,779	148
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	10,4	24,1	51,7	13,8	---	0,448	53,8	3	2,69	0,850	18°	0,562	29
	2 (<i>III</i>)	6,7	30,0	50,0	13,3	---	0,473	54,0	3	2,70	0,794	18°	0,482	30
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	6,2	35,4	49,2	9,2	---	0,948	52,3	3	2,62	0,744	18°	0,891	65
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	11,9	37,3	41,8	9,0	---	0,118	49,6	3	2,48	0,823	18°	0,124	67
VIÉS PRÓPRIO ATUAL / NA TRAJETÓRIA ^b	mesma atividade atual													---
	ao menos um ponto na trajetória													1
valores de referência	toda a amostra	8,2	33,6	47,7	10,5	---		52,1	3	2,60	0,784	18°		220

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes para analisar o viés próprio atual e na trajetória foram computados apenas quando apresentaram 5 ou mais casos / o viés na trajetória não inclui a atividade atual de trabalho; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

ANEXO 5.1. TABELAÇÃO DAS TRAJETÓRIAS (CLASSIFICAÇÃO OCUPACIONAL E HIERARQUIA INTERNA DAS ATIVIDADES DOS CIENTISTAS SOCIAIS)

n.º	Dupla grad.	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	atual			
1	.					7	4	4	4	.	.	.	.	.	.	.	.	.	III 4	III 4	III 4	III 4	III 4	III 4	III 4	III 6	6	6	6	6	6	6	6	6	6*	6	6	6	6	6			
3	.					VII	VII	VII	VII	VII	VII	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI		
4	.				VII	VII	7	7	XII	XII	XII	XII	XII	XII	XII	XII	XII	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VII 7	7	7	7	7	7	7	7		
5	.						9D VII	VII 4 4D	2D 4	4	4	VI	VI 6D	9D 1	2D 5 1	4	4	4	4 *	4 5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5		
6	.								VII 4	4	4	4	4 6D	3D 5	5 6 *	6	6 1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1**	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
7	.											5D 6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6		
8	.									VI	VI 4	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
9	.								2D VI	VI	VI	VI	VI	III	III	III	VI	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	XII	XII	.	.	.	.	.	.	.	.	
10	.									VI	VI	VI	7 VI VII	7 VI	7 VI	7 VI	7 VI	7 VI	7 VI	7 VI	7 VI	7 VI	7 VI	7 VI	7 VI	7 VI	7 VI	7 VI	7 VI	7 VI	7 VI	7 VI	7 VI	7 VI	7 VI	7	7	7	7 5	7	7		
11	+ 92					VI	VII	9	9	9	IX	IX	.	xD	xD VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI 6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	
12	+ ?					VII	VII	4	8 4	8 4	.	8	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	
13	.	VII	VII	VII	VII							6	.	.	.	.	5	5 *	5 6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	.	.	
14	+ 81						3D 8	2D 8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
15	.				VII	VII	VII	VII	VII 4	4	4	4	4	1 *	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
16	.	VII	VII	VI			VI	3	3	3	3	3	3	3	3	3 6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6*	6	6	6	6	6	6	6	6	6
17	+						3D 4	4	4 8 VI	8 VI	D *	2D 1 4	4	4	4	4 4D	6D VI **	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
19	.											6	6	6	6	6	6 IV	6 IV	6 IV	6 4 IV	4 IV	4 IV	4 IV	4 IV	4 IV	4 IV	4 IV	4 IV	4 IV	4 IV	4 IV	4 IV	4 IV	4 IV	4 IV	4 IV	4 IV	4 IV	4 IV	4 IV	4 IV	4 IV	4 IV
20	.				4	4	4	4 IV	4 IV	4 IV	4	4	4 IV	4 IV *	4 IV	IV	IV	IV 2	IV 2	IV	IV 3	IV 3	IV 3	IV 3	IV 3	IV 3	IV 3	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV XII I	IV XIII	IV XIII	IV XIII	IV XII I	5		
21	+ 97				VII 6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6 VI	6 VI	6	6	6 VI IV	6 VI IV	6 VI IV	6 VI IV	6 VI IV	6 VI IV	6 VI IV	6 VI IV	6 VI IV	6 VI IV	6 VI IV	6 VI IV	6 VI IV	6 VI IV	6

n.º	Dupla grad.	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	atual		
22	+ 81	8	8 9	8	8 VII	8 VII	8 VII	8 VII	8 VII	8 VII	8 VII	8	8	8	V	V	V	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I		
23	.										VII	VII	VII	VII	VII	VII XII	XII	VII	VII XII	XII	XII	.	.	.	VII	VII	VII	VII VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI
24	+ 88							VII	VII	VII	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2 XIII	XIII VI	XIII XII	XIII XII	XIII XII VI	XIII XII VI	XIII XII	XIII XII VI	XIII		
25	.			8 VI 7	8 VI 7	8 VI V	8 VI 6	8 VI 6	8 VI 6 5	5 7	7	7	7 *	7	7	7	7	7	7	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3 3D 4	4	4 2D **	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI		
26					8	8 *	8	8	8	1	1	1	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6		
27	.	VII	VII	VII	VII	6	6	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7 5	7 5	5	5	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	
28	+ 81					7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7 IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV *	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	
29	.					VI	VI	VI	VI VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	VII	VII	VII	VII	VII	VII	
30	.				.	2	2	2	2	2	2	7	7	7	7 2	2	2 III	III	III	III	III	III IV	III IV	III IV	III IV	III IV	III	III	III	III	III	III	III	III	III 3	III	III	III	III	III	III	III
31	.								8	8 4	8 2	2	2 4	2 4 5	2 4 5	4 5	4 5	4 5 *	4 5	4 5	4 5	4 5	4 5	4 5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
32	.									VII 6	6	6	6	6	6	6	6	6 7	7	7	7	7	7	7 3 III	3 III	3 III	3 III	3 III	3 III	3 III	3 III	7	7 5 *	5	5	5	5	5	5 3	5 **	5	
33	.	VI	VI 8	8 7	8 7	8 7	8 7	7 4	1D 7	7 *	7	7	7	7	7	7 2	2	2	2 **	2 1	2 1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1 5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
34	.			8	8 6	6	6 5D	D	2D 4	4	4 1	1	1	1	1 *	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
35	.						III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	
36	+ 73					VI	VI	VI III	VI III	VI III	VI III	VI III	VI III	VI III	III V	III V	III V	III V	III V	III V	III V	III V	III V	III V	III V	III V	III V	III V	III V	III V	III V	III V	III V	III V	III V	III V	III V	III V	III V	III V	V	
37	+ 89												D	VII	VII 1D	D	D	D	1D VII	VII	VII	D	4	4	1D 4 V	4 V IV	V IV	V IV	V IV	V IV	V IV	V IV	V IV	V IV	V IV	V IV	V IV	V IV	V IV	V IV	V IV	V
38	.														VII	4	4	4	4	4	4	4 VII	VII	7	7	7 3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
39	+ 96																III	III	IV	IV	IV	.	.	.	.	.	.	4	4 *	4	4	4	4	4	4 **	1	1	1	1	1	1	1
40	.							6D 9	2D 9 8	4D 8	8D 8	2D 8	2D 4	4	4 *	6D 5	2D 4	4	4 1	1	1	1	1	1	1	1	1	1 VI	VI	VI	VI 3	VI 3	VI 3	VI 3	VI 3	VI 3	VI 3	VI 3	VI 3	VI 3	3	

n.º	Dupla grad.	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	atual					
41	.																					7	.	.	.	.	.	1 *	III 3	III 3	III 3	III 3	III 3 **	III 3	III 3	III 3	III 3	III 3	III 3	III 3	III				
42	.												6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	D	4D VI	3D VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI					
43	.											2D 6	6	6 1	6 1	6 1	6 1 3	3	3	3	III	III	III	III	III	III	III	III	III 3	III 3	III 3	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III		
44	+ 88												VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI 6	6	6	6	6	6 VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII 6	6	6	6	6	6	6	6	6	6		
45	+ 70	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8					4	4	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI			
46	.																VI	6	6	6	6	D	D	5	5	5	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6			
47	.														VI	4	4	4	4	4 1 *	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1 **	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		
48	.															2D 9	9 8 VI	9 8 VI	9 8 VI	6	6	6 8 VI	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6		
49	.																				*	.	.	.	1	1 5	1 5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		
50	.																	8	4 9	4 9	4 VII	VII 6	5 8	5 8 *	5 8	5 8	5 8	5	5 4	5 4	5	5	5 **	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5		
51	.																8	8	8	8	.	.	.	.	VII	VII	VII 8	8	8	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	.		
53	.																		D	D	D	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII 9D	2D 8	8 9	8 VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII		
54	+ 84					VII	VII	VII	VII	VII 6	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	IV	.	4	4	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6 2	.	.	.	.	.	.	.	XIII			
55	.																					4	4	4 8 VI	8 VI *	8 VI 1	1	1 4	1 4	1 4	1 4	1 4	1 4 **	1	1	1	1 4	1 4	1	1	1	1	1		
56	+ 80													VI 6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6 5	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	.	.	.	3 5	3				
57	.								VII 8	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6		
58	+ 92									VI	VII	VII	VII	VII			.	.	.	.	VII	VII	VII	VII	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	
59	.														VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI X	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	
60	.																	4	4	4	4	4	9D 6	6 *	6	6	6 4	6 4	6 4	6 4	6 4	6 4	6 **	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6

n ^o	Dupla grad.	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	atual				
61	+ 91														2D 9	.	5	5	5	5 6	6	6	6 3	6	2D 5 I	5 I	5 I	5 I	5 I	5 I	5	5	5	5 *	5	5	5	5	5	5	5			
62	.													VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII 6	6	6	6	6	6	6	6	6	6 VI	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6			
63	.															6	6	6	6	6	6 3D V	V	V 6D	VI 3D	VI	VI 4D	2D IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV *	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	1		
64	+ 03														1	1	1	1	1	1	1 **	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		
65	.								VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI 4	VI 4 3	VI 4	1	1	1 *	1	1	1	1	1 **	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
67	.																6	6	VII	VII 2D	6	6	6	2	6	6	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	4D VI	VI	VI	VI	VI		
68	+ 94													VII	VII	VII	VII	VII	VII	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6		
69	.													9	9 6D	D	VII	VII	VII	VII	VII	VII VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI
70	+ 96											VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	
71	.																					V	V III	III IV 8	V 8	V IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV 7	7	7 IV	IV	IV	IV	IV		
72	.													VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI 8	VI	VI	VI IV	VI	VI 8	VI	VI *	VI	VI	VI	VI 4	4 VI	1 **	1	1	1	1	1	1	1	1	
73	+ 94														6	6	6	6	6	6	6	6	6	6 VI	VI	VI IV I	I IV	I IV	I IV	I IV	I IV	I IV	I IV	I IV	I IV 3	I 3	I 3	I 3	I 3	I 3	I 3	I		
74	+																		2D 8	8 2D	1D 6	6 3D	D	1D 6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	
75	.													9	4	4	4	4	4	4	4	4	4	1 *	1	1	1	1	1	1	1 **	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
76	.												.	.	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV
77	.																										VII VI	VI V 3D	2D 4	4	4	4	4 *	4	4	4	4	4	4	4 3D **	1	1	1	1
78	.																										4	4	4	4	4	4	4	4 6 5 *	6 5	6	6	6	6	6	6	6	6	
79	+ 05																						2D 4	4	4 4D	VI 3D	4D VI 5	5 VI	VI 5	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI

№.	Dupla grad.	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	atual					
80	.																					VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI				
81	.																										VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI		
82	.																							4	4 5	5	5 *	5	5	5	5	5	5 **	5	5	5	5 2	5 2	2	2	2	2	2	2	
83	.																								VII 6	6	6 III 4	III 4	4	4 *	4	4	4	4	4	4 6 **	6 5	5 6 4	5 6 4	4	4	4			
84	+ 93																								4	4	4	4	4 5	4 5	4 5 *	5 1	5 1	5 1	5 1	1	1	1	1	1	1	1	1		
85	.																						4	4	4	4 5	4 5 *	4 5	4 5	4 5 **	5	5	5	5	5	5	5 1	1	1	1	1	1	1		
86	.																									8	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	VI	
87	.																									4	4	4 1 7	1 7	1 7	1 7	1 7	1 5 7	5 7 *	5 7	5 8 7	5 7	5 7	5 7	5 8 VI	5	5			
88	.																										VII	VII 4D	VII 2D 4	4	4	4 5 *	4 5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
89	+ 97																												1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		
90	.																													2	2 III	III 6	6 2	2	2	2	2	2	2	2 3	2 3	2	2	2	
91	.																								III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	
92	.																													4	4	4 *	4	4	4	4	4	4 VI 5 **	5 4	4	4	4	4	4	
93	+ 02																											2 5	2D 5	5	5	5	5	5 2 *	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
94	.																				VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI III 4	4	4	4 2D *	2D 4	4	4	4	4 9D **	D	1D 4	4	4	4	4		
95	.																										VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI
96	.																									VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI
97	.																												VII	4	4	4	4	4	4 3D	2D 4	4 5	5 **	5 1	1	1	1	1	1	1

n ^o	Dupla grad.	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	atual				
98	+ 89																VII	VII	VII	VII	VII	I	I 8 6	I 8 6	I 8 6	I 8 6	I 8 6	I IV	I IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV			
99	.																						VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI			
100	+ 91																																VI	VI	VI	VI	D	8D 6	6	6	6	6		
101	.																				VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI			
102	.																							VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII		
104	.																								2D 4	4	4	5D 4 5 *	4	4	4	4	4	6	6	6 **	6 5 1	6 1	6 1	6 6D 1	1	1	1	1
105	+ 79																											VI IV	VI IV	VI V IV	V IV	V IV	V IV	V IV	V IV	V IV	V IV	V IV	V IV	V IV	V	V		
106	.																									.	.	3	3	3	.	6	6	6 5 **	6 5	6 5	5	5 1	1	1	1	1		
107	.																	VII	VII	VII	VII	VI	VI	VI	VII	VII	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VII	VII	VII	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI		
108	+ 95																				VI	VI	VII	VII	VII	VII	VII I	I	I XII	XII	XII I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	
109	+ 94																								VII	VII	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	
110	.																					6	6	6	6	4	4	4	4	4	6 *	6	6	6	6	4	4	4	4	6 **	6			
111	.																							9 4	9 4	6 4	6 4	6 4	6 4	6 4	6 4	4 6 3 *	4 6 3	4 6 3	4 6 3	4 6 3	4 6 3	6 3	6 3	6 3	6 3	6	6	
112	+ 99																					9 4	9 4	9 4	VI	VI VII	VII	6	6 VII	VII	VII	VII	VII	VII I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
113	.																				VI	VI	VI	VI	VI 4	VI 4	4	4	4	4 *	4 3 5 6	4 3 5 6	4 3 5 6	4 6	4	4	4	4	5	5	6	6 2 **	2	
114	.																							VII 8 4	VII 8 4	8 4	8 4	4	4	4 VI	VII 2 IV *	2 IV	IV	IV	.	.	.	.	.	**	5			
115	.																													4	4	4	4 *	4 7	4	4	4 5 7	6 **	4	1				

n ^o	Dupla grad.	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	atual			
116	.																				VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII				6	6	6	6	6	6	6	6			
117	.																																		VI	D	D	D	D	6			
118	.																															9	2D 9	1D 9 6	4D 9 3	5D 8	8 V	V	V	V			
119	.																																VII 2D	1D VII	VII	VII	VII 8	8	8 4D 4	4			
120	.																																	2 VI	2 VI	2 VI	2 VI	D	VII 5D	XIV			
121	.																																		4D VII 4	2D VII 4	4 6	6	6 *	6	6		
122	.																																	4	4	4	4	4 6 2D *	8D VI	3D 4	4		
123	+ 98																																	2	2	2	2	2	2	2	2		
124	+ 93																																		4	4	4	VII	4	4	4		
125	.																																				VI	VI	VI	VI 4	4	4	4
126	.																																			2D 4 VII	4	4	4 *	4 9	4	4	
127	+																																					4	4	4 5 *	5	5	
128	.																																	VII	4	4	4 8D XII *	XII 5D	5	5 2D 4	5	5	5
129	.																																				XII	XII	XII	XII VII	VII		
130	.																																	V	4 V	4 V	4 V	4 V *	V	V	V	V	V
131	.																																				VI	VI	VI	VI	VI	VI	
132	.																																					VII 5	3D 4	4 5 6	6		

n°	Dupla grad.	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	atual				
133	.																																	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI				
134	.																												VII	VII				6	6 4	4	4 *	VII	VII 4	4				
135	+ 99																																			7	7	*	.	XII				
136	+ 93																																	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV			
137	+ 04																																				4	4	4 VI *	VI 6	6			
138	+ 98																																	VII	7	7 2D 5	5	5 5D 4	4 5	4 5	5			
139	.																																						3D 4	4	4			
140	.																																			VII	VII	6	6	4	4			
141	.																																		4	4	4	4	4 *	XII	XII			
142	.																																		6 VI	4 6 VI	4 6 VI	4 VI 6 *	6 3	6 VI	7			
143	.																																		VII 6	6	6	6	6	6 3	3	3		
144	.																																		6	6	6	6 3	6 *	6	6	6		
145	.																																					4	4	4	4 *	4		
146	.																																		VII	6 2	2	2	2 5	2 5	2 5	2 5	2	
147	.																																					4	4	4 7 *	3 7	7		
148	.														VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	6	6	6	6	6	6	6	6		
149	.																																								7	7	7	
150	.																												VII	VII	VII	VII	VII	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	
151	.	8	VII	8 6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6		
152	+ 76			8	8 6	8 6	8 6	8 6	8 6	8 6	8 6	8 6	8 6	8 6	8 6	8 6	8 6	8 6	8 6	8 6	8 6	8 6	8 6	8 6	8 6	8 6	8 6	8 6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6

n.º	Dupla grad.	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	atual					
153	.		.	.	VI	VII	VII 7	7	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	.	.	.	.	.	.	.	.	VII					
154	.										VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII				
155	.	VI		6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	XIII					
156	.				5	5	5	5	XII	XII	XII	XII	XII	.	1	1	1 6	1 6	6	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		
157	.					4 5	5	5	5	5	5 *	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5 6	5	5 6	5	5	5	5 **	5	5 6	5	5	5 6	5	5	5	5 6	5	5	5	5	5	5	5	5	
158						VI 9	6	6	6	4	4 5 5D	D	D	D	III	III 9D	D	D	8D VI	VI	VI	VI	7	7 2D	2D VI	3 7D	3	3 5D	7	3D 3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3		
159	.			VI III	VI III	VI	VI	.	.	.	.	.	.	.	.	.	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III		
160	.					.	6	6	6	6 *	6	6	6	6	6	6	6	6	6 II	II	II	II	II	II	II III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III
161	.	8 5	8 VII	4D 7	7 VII	D	7D VII	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D VI	VI	VI	D	D	VI	VI	D	3D VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	D	III	III			
162	.		IV *	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	5		
163	+ 80					VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	.	.	.	.	IV I	IV I	IV I	IV I *	IV I	IV I	XIII			
164	.	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI 7	7 3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3 6D	3	5D III 3	III 3	III 3	III 3	III 3	III 3	III 3	III 3	III 3	III	III		
165	.	*9	8 V	8 V	8 V	8 V	8 V	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	II	II	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	III 3	III 3	III 3	III 3	III 3	III 3	III 3	III 3	III	III	
166	.	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI 5	VI 5	VI 5	VI 5	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII		
167	+ 95				VI			D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	2D VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I		
168	.		7	7 5	5	5	5	5	5	D	D	D	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	
169	.					VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	9	VI	VI	VI 9	VI XIII	XIII	XIII 9 VII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII
171	.						.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI V	8 VI V	8 VI V	8 VI V	8 VI V	8 VI V	8 VI V	8 VI V	8				
173	+ ?		VI	VI	VI	VI	VI	.	VI	VI	VI	VI	VI	.	.	.	.	.	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	XIII		
174	.						.	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	XIII	XIII			

n.º	Dupla grad.	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	atual			
175	.						.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
176	+ 81										VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI		
177	+ ?							VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII		
178	.							7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	
179	.				7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	VII	VII	VII	VII	VII		
181	+ 98																	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII		
182	+ 81																				6	8 6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6		
183	+ ?								6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6		
184	+ ?								VII	VII	.	VII	VII	VII	VII	VII	VII	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV
185	+ 80												8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8		
186	.																			VI	VI	VI	VI	VI	.	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	
187	.													VI	VI	VI	VI			VII	4	6	6	6	6	6	6	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		
188	+ 90																	VI	8	VI	VI	VI	VI	VI	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	
189	+												VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	
190	.																			VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	III	D	5D 6 7	D	8D 7	6D 9 III	III			
192	.	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII		
193	.													8 VI	8 VI	6 *	6	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	IV	
195	.																		VI	VI	VI	VI	VI		VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	5 1 6	5 1	5 1	1	1	1	1	1	1	1	
196	+																																	4D 8	6D 8	8	8	8	8	8	8	8	
197	.																										6	6	6	2	2	2	2	2	3	3	6	6	6	6	6	6	

n°	Dupla grad.	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	atual		
198	.																										VI 9	VI			VI 9	.	.	.	.	.	III	III	III	III		
199	.																				4 6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6		
200	.																																			6	6	6 XII 8D	6			
201	.																																9	4	4	4	4	4 *	7	7	7	
202	.																																					3D VII	4 6	6		
203																																			V	V	V	V	V	V		
204	.																																	D	4	1	1 *	1 4	4	4		
205	.																																						6	6	6	
207	+ 05																															VII 4	4	V	VII V	VII	VII 4	4 1	4 1 *	5	5	
208	.																												VII	VII	VII		VII	VII	VII 7	7	7	7	7	7	7	
209	.																																	D	D	5 *	5	5	5	5	5	
210	.		8	VI 8	VI 8	VI 8	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII V	XIII V	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	XIII	
211	.																																	VII	VI	VII		VII	VII	7	7	7
212	.																																				4 3 2D	4D 3 XII	3 XII	XII	XII	
213	.															VII	VII	VII	VII	VII VI	VI	VI	VI	VI	VI	5 6	5 6	6	6	6	6	4	4	6 *	3 4	4 3	3 4	4 3	4 3 1 **	1	1	1
214	.																																	.	6	6 3	3	6	6	6	6	
215	.																																III	III	III	III	III	III	III	III	III	
216	.																																	VI	VI	VI		VI	VI	VI	VI	
217	.																																				VII 7	.	.	D		
218	.																																				6	6	6	6	6	

nº	Dupla grad.	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	atual			
219	.																																	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII			
220	.																																				VII	VII	VII	VII	VII		
221	.																															VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	.	.	.		
222	.																						8	8	8	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VI	4	4*	5	5	5	4	4	4	D		
223	.																	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VII	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	III	III	III	III	III	III			
224	.																															4	4	4*	5	5	5	5	5	5	6D **	6D 4	4
225	+ 02																																		VII 2D	I	I	I	I VI	I VI	I		
226	.																																			2D 8 VI	VI	VI	VI	VI	6		
228	.																			VII	VII	VII	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III		
229	.	*?					VI	VI 8	8 VI	8 VI	8 VI	8 VI	VI	VI	VI	VI	VI	1 1D VI	VI V	VI V	VI V	VI V	VI V	VI V	VI V	VI V	VI V	VI V	VI V	VI V	VI V	VI V	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	VI	XIII	
230	.																																	V	V	V 3	3	3	3	3	3		

[Legenda] Ponto (.) = sem informação / * = conclusão de mestrado / ** = conclusão de doutorado / D = com números, meses completos de desemprego; sem número, ano inteiro de desemprego; com x, sem informação sobre a quantidade de meses / *? ou **? = falta informação sobre o ano de conclusão do mestrado ou do doutorado / + = pelo menos mais uma graduação e ano da conclusão (sem ano = ainda está cursando)

[Notas] Cada célula equivale a um ano. Mais de um número (arábico ou romano) em uma célula indica ocupações ou atividades desenvolvidas no ano, em seqüência ou concomitantemente / Duas ou mais ocupações ou atividades com o mesmo código na mesma célula são inseridas apenas uma vez / Apenas foram inseridas ocupações ou atividades com pelo menos dois meses de duração, salvo os casos de desemprego

Tabulação seguiu os seguintes princípios, nos casos com informação insuficiente ou de difícil tabulação:

1. Na dúvida, sem referência a hierarquia interna às Ciências Sociais;
2. Para as menções a “**professor**”: indicação apenas de “professor universitário” (poderia ser 1 ou 5) = IV / “professores universitários” em disciplinas não afins à sociologia (ou como resultado de outras formações) = IV / apenas “professor” (1, 5, 8, IV ou VI) = com mestrado, IV / sem mestrado, VI / “professores da rede municipal” ou ensino fundamental = VI / “professores da rede estadual” ou ensino médio = 8 / apenas “professores de ensino médio” = 8 / “professores de supletivo” = 8 (como ensino médio) / “professores de primeiro e segundo grau” = 8 e VI / apenas “professor de História” (8 ou VI) = VI
3. Para as menções a “**funcionário público**”: Apenas “trabalho em instituição do governo” ou apenas “funcionário público” (sem menção a concurso público ou indicação) = 6 / indicação ambígua a “por concurso público e em confiança” (poderia ser 2 ou 6) = metade das células 2, metade 6
4. Para as menções a “**ongs**”: “assessoria em organizações não-governamentais” (categoria 6) também inclui dirigentes e pesquisadores de ONGs.
5. Para as respostas de “sociólogos”, sem indicação de ambiente de trabalho ou função: V
6. Categoria “Editor ou redator de conteúdo em meios de comunicação especializados (revista de divulgação, periódico)”, ou seja, categoria 3, inclui também editores em geral.

[Observação] 12 questionários não indicaram informações suficientes para a tabulação das trajetórias.

ANEXO 6.1. HIERARQUIA DE PRESTÍGIO DAS OCUPAÇÕES LISTADAS NO QUESTIONÁRIO (economistas)

Tipo de escala	Categórica / ordinal (frequências)							Transformação de escala / ordinal			Ordinal “tomada como” métrica					sem resposta
	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	TOTAL	ranking 1 (freq. 5 + freq. 4)	PRESTIGE SCORES	ranking 2 (pelos scores)	mediana	MÉDIA	ranking 3 (pelas médias)	Desvio padrão	MÉDIA (com pesos)	ranking 4 (pelas médias com pesos)	
OCUPAÇÕES																
JUÍZES DE DIREITO	2,7	1,4	4,1	24,7	67,1	100,0	1	90,4	1	5,00	4,52	1	0,868	4,45	1	4
MÉDICOS	1,4	---	15,1	38,3	45,2	100,0	2	85,2	3	4,00	4,26	3	0,817	4,18	3	4
EMPRESÁRIOS	1,4	2,8	12,5	33,3	50,0	100,0	3	85,5	2	4,50	4,28	2	0,892	4,22	2	5
POLÍTICOS PROFISSIONAIS	15,3	2,8	12,5	30,5	38,9	100,0	4	75,0	6	4,00	3,75	6	1,402	3,77	5	5
ENGENHEIROS	1,4	1,4	31,5	50,7	15,0	100,0	5	75,3	5	4,00	3,77	5	0,773	3,83	4	4
FAZENDEIROS	4,1	4,1	27,4	31,5	32,9	100,0	6	77,0	4	4,00	3,85	4	1,063	3,74	7	4
ADMINISTRADORES DE EMPRESAS	2,7	4,1	37,0	37,0	19,2	100,0	7	73,2	8	4,00	3,66	8	0,931	3,59	9	4
DENTISTAS	1,4	2,8	40,3	44,4	11,1	100,0	8	72,2	10	4,00	3,61	10	0,779	3,52	12	5
ADVOGADOS	1,4	5,5	38,4	34,2	20,5	100,0	9	73,4	7	4,00	3,67	7	0,914	3,75	6	4
ECONOMISTAS	1,4	4,2	40,3	37,5	16,6	100,0	10	72,7	9	4,00	3,64	9	0,861	3,68	8	5
PROF. UNIVERSITÁRIOS	2,7	5,5	41,1	34,3	16,4	100,0	11	71,2	11	4,00	3,56	11	0,928	3,58	10	4
PSICANALISTAS	2,7	11,0	35,6	43,8	6,9	100,0	12	68,2	13,5	4,00	3,41	13,5	0,879	3,33	14	4
PUBLICITÁRIOS	2,8	4,2	44,4	38,9	9,7	100,0	13	69,7	12	3,00	3,49	12	0,839	3,53	11	5
ARQUITETOS	1,4	13,7	37,0	38,3	9,6	100,0	14	68,2	13,5	3,00	3,41	13,5	0,895	3,36	13	4
ATORES	5,6	33,3	36,1	19,4	5,6	100,0	15	57,2	21	3,00	2,86	20,5	0,983	2,82	22	5
CIENTISTAS POLÍTICOS	8,2	13,7	53,4	19,2	5,5	100,0	16	60,0	16,5	3,00	3,00	16,5	0,943	2,98	16	4
JORNALISTAS	5,5	15,1	57,5	17,8	4,1	100,0	17	60,0	16,5	3,00	3,00	16,5	0,850	3,00	15	4
FUNC. PÚBLICOS	4,1	20,6	53,4	17,8	4,1	100,0	18	59,4	18	3,00	2,97	18	0,849	2,92	18,5	4
MATEMÁTICOS	4,1	34,3	41,1	17,8	2,7	100,0	19	56,1	23	3,00	2,81	23	0,877	2,80	23	4
BIÓLOGOS	2,7	17,8	60,3	12,3	6,9	100,0	20	60,6	15	3,00	3,03	15	0,833	2,97	17	4
CONTADORES	2,7	31,5	46,6	15,1	4,1	100,0	21	57,3	20	3,00	2,86	20,5	0,855	2,92	18,5	4
PSICÓLOGOS	4,1	21,9	54,8	17,8	1,4	100,0	22	58,1	19	3,00	2,90	19	0,785	2,83	21	4

(continuação da página anterior)

Tipo de escala	Categórica / ordinal (frequências)							Transformação de escala / ordinal			Ordinal “tomada como” métrica					sem resposta
	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	TOTAL	ranking 1 (freq. 5 + freq. 4)	PRESTIGE SCORES	ranking 2 (pelos scores)	mediana	MÉDIA	ranking 3 (pelas médias)	Desvio padrão	MÉDIA (com pesos)	ranking 4 (pelas médias com pesos)	
OCUPAÇÕES																
ESTATÍSTICOS	4,1	27,4	49,3	17,8	1,4	100,0	23	57,0	22	3,00	2,85	22	0,811	2,84	20	4
MILITARES	12,3	37,0	34,3	12,3	4,1	100,0	24	51,8	26	3,00	2,59	26	0,998	2,62	25	4
ARTISTAS PLÁSTICOS	6,9	30,1	47,9	9,6	5,5	100,0	25	55,3	24	3,00	2,77	24	0,921	2,70	24	4
PADRES	27,8	29,2	31,9	6,9	4,2	100,0	26	46,1	34	2,00	2,31	34	1,083	2,28	33,5	5
VENDEDORES	12,3	42,5	34,2	6,9	4,1	100,0	27	49,6	27	2,00	2,48	27	0,944	2,55	27	4
FILÓSOFOS	20,5	37,0	32,9	5,5	4,1	100,0	28	47,1	32	2,00	2,36	32	1,005	2,32	32	4
PROF. EDUC. INFANTIL	20,8	47,2	23,6	4,2	4,2	100,0	29	44,8	36	2,00	2,24	36	0,971	2,19	36	5
SOCIÓLOGOS	11,1	26,4	54,2	6,9	1,4	100,0	30	52,2	25	3,00	2,61	25	0,832	2,57	26	5
ENFERMEIROS	20,6	43,8	27,4	4,1	4,1	100,0	31	45,5	35	2,00	2,27	35	0,976	2,28	33,5	4
HISTORIADORES	12,3	46,6	32,9	6,8	1,4	100,0	32	47,7	30	2,00	2,38	30	0,844	2,37	29	4
ANTROPÓLOGOS	16,4	37,0	39,7	5,5	1,4	100,0	33	47,7	30	2,00	2,38	30	0,876	2,34	31	4
MÚSICOS	9,5	45,2	39,7	2,8	2,8	100,0	34	48,8	28	2,00	2,44	28	0,816	2,42	28	4
PROF. ENSINO MÉDIO	9,6	49,3	35,6	4,1	1,4	100,0	35	47,7	30	2,00	2,38	30	0,775	2,35	30	4
ASSISTENTES SOCIAIS	15,1	43,8	35,6	4,1	1,4	100,0	36	46,6	33	2,00	2,33	33	0,834	2,25	35	4
SECRETÁRIAS	16,4	58,9	20,6	2,7	1,4	100,0	37	42,8	37	2,00	2,14	37	0,769	2,09	37	4
POLICIAIS	30,1	50,7	15,1	2,7	1,4	100,0	38	38,9	38	2,00	1,95	38	0,832	1,96	38	4

N (para cada ocupação) = 77 – número de “sem resposta”

MATRIZ DE CORRELAÇÕES ENTRE RANKINGS DAS OCUPAÇÕES (*rho de Spearman*)

	ranking 1	ranking 2	ranking 3	ranking 4
ranking 1	---			
ranking 2	0,960	---		
ranking 3	0,960	1,000	---	
ranking 4	0,960	0,995	0,994	---

HIERARQUIA DE PRESTÍGIO DAS OCUPAÇÕES LISTADAS NO QUESTIONÁRIO (cientistas sociais para comparação com economistas)

Tipo de escala	Categórica / ordinal (frequências)							Transformação de escala / ordinal			Ordinal “tomada como” métrica					sem resposta
	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	TOTAL	ranking 1 (freq. 5 + freq. 4)	PRESTIGE SCORES	ranking 2 (pelos scores)	mediana	MÉDIA	ranking 3 (pelas médias)	Desvio padrão	MÉDIA (com pesos)	ranking 4 (pelas médias com pesos)	
OCUPAÇÕES																
JUÍZES DE DIREITO	0,7	0,7	5,6	17,5	75,5	100,0	1	93,3	1	5,00	4,66	1	0,681	4,65	1	8
EMPRESÁRIOS	1,4	2,1	4,9	32,2	59,4	100,0	2	89,2	2	5,00	4,46	2	0,803	4,46	2	8
FAZENDEIROS	2,8	4,2	9,8	35,0	48,2	100,0	3	84,3	4	4,00	4,22	4	0,980	4,23	3,5	8
MÉDICOS	---	---	17,4	37,5	45,1	100,0	4	85,5	3	4,00	4,28	3	0,743	4,23	3,5	7
POLÍTICOS PROFISSIONAIS	7,6	5,5	14,6	29,9	42,4	100,0	5	78,8	5	4,00	3,94	5	1,219	3,92	5	7
ENGENHEIROS	0,7	---	27,8	52,1	19,4	100,0	6	77,9	6	4,00	3,90	6	0,726	3,89	6	7
DENTISTAS	0,7	2,8	29,2	48,6	18,7	100,0	7	76,4	7	4,00	3,82	7	0,790	3,79	7	7
PSICANALISTAS	---	8,3	29,2	49,3	13,2	100,0	8	73,5	11	4,00	3,67	11	0,809	3,70	11	7
ADVOGADOS	0,7	5,6	31,7	43,0	19,0	100,0	9	74,8	9	4,00	3,74	9	0,856	3,72	10	9
PUBLICITÁRIOS	0,7	3,5	34,0	43,0	18,8	100,0	10	75,1	8	4,00	3,76	8	0,821	3,77	8	7
ARQUITETOS	---	4,9	34,0	45,1	16,0	100,0	11	74,4	10	4,00	3,72	10	0,788	3,74	9	7
PROF. UNIVERSITÁRIOS	0,7	4,2	38,2	44,4	12,5	100,0	12	72,8	12,5	4,00	3,64	12,5	0,781	3,62	13	7
ADMINISTRADORES DE EMPRESAS	0,7	2,8	42,3	40,3	13,9	100,0	13	72,8	12,5	4,00	3,64	12,5	0,781	3,68	12	7
ECONOMISTAS	---	6,3	45,5	36,4	11,9	100,0	14	70,8	14	3,00	3,54	14	0,785	3,56	14	8
JORNALISTAS	0,7	13,2	52,1	29,8	4,2	100,0	15	64,7	15	3,00	3,24	15	0,757	3,27	15	7
ATORES	4,9	25,9	39,8	20,3	9,1	100,0	16	60,6	18	3,00	3,03	18	1,014	3,02	18	8
MILITARES	6,9	27,1	38,9	21,5	5,6	100,0	17	58,4	21	3,00	2,92	21	0,993	2,87	22	7
PSICÓLOGOS	2,1	12,5	59,7	22,9	2,8	100,0	18	62,4	16	3,00	3,12	16	0,734	3,13	16	7
BIÓLOGOS	0,7	18,0	59,0	18,8	3,5	100,0	19	61,3	17	3,00	3,06	17	0,731	3,05	17	7
CIENTISTAS POLÍTICOS	4,2	20,1	53,5	16,7	5,5	100,0	20	59,8	19	3,00	2,99	19	0,873	3,00	19	7
ARTISTAS PLÁSTICOS	6,3	23,6	48,6	16,0	5,5	100,0	21	58,2	22	3,00	2,91	22	0,931	2,94	21	7
ESTATÍSTICOS	2,8	20,8	56,3	18,0	2,1	100,0	22	59,2	20	3,00	2,96	20	0,765	2,95	20	7

(continuação da página anterior)

Tipo de escala	Categórica / ordinal (frequências)							Transformação de escala / ordinal			Ordinal “tomada como” métrica					sem resposta
	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	TOTAL	ranking 1 (freq. 5 + freq. 4)	PRESTIGE SCORES	ranking 2 (pelos scores)	mediana	MÉDIA	ranking 3 (pelas médias)	Desvio padrão	MÉDIA (com pesos)	ranking 4 (pelas médias com pesos)	
OCUPAÇÕES																
PADRES	13,5	34,0	32,6	15,6	4,3	100,0	23	52,6	30	3,00	2,63	30	1,038	2,56	31	10
FUNC. PÚBLICOS	7,8	22,7	51,1	17,7	0,7	100,0	24	56,2	25	3,00	2,81	25	0,844	2,77	25,5	10
SOCIÓLOGOS	4,2	23,6	55,	14,6	2,1	100,0	25	57,4	23	3,00	2,87	23	0,787	2,86	23	7
ANTROPÓLOGOS	5,5	29,9	48,6	13,2	2,8	100,0	26	55,6	26	3,00	2,78	26	0,848	2,77	25,5	7
MÚSICOS	6,9	35,4	41,7	13,9	2,1	100,0	27	53,8	29	3,00	2,69	29	0,873	2,68	29	7
MATEMÁTICOS	2,8	27,8	53,4	14,6	1,4	100,0	28	56,8	24	3,00	2,84	24	0,754	2,85	24	7
HISTORIADORES	4,2	32,2	49,6	11,2	2,8	100,0	29	55,2	27	3,00	2,76	27	0,813	2,76	27	8
CONTADORES	4,9	33,3	48,6	10,4	2,8	100,0	30	54,6	28	3,00	2,73	28	0,821	2,73	28	7
FILÓSOFOS	6,9	40,3	39,6	11,1	2,1	100,0	31	52,2	31	3,00	2,61	31	0,854	2,63	30	7
ENFERMEIROS	11,1	40,3	42,3	4,9	1,4	100,0	32	49,0	32	2,00	2,45	32	0,809	2,42	32,5	7
ASSISTENTES SOCIAIS	9,9	43,7	40,8	4,9	0,7	100,0	33	48,6	33	2,00	2,43	33	0,766	2,42	32,5	9
PROF. ENSINO MÉDIO	10,6	44,4	40,1	4,9	---	100,0	34	47,9	34	2,00	2,39	34	0,743	2,40	34	9
PROF. EDUC. INFANTIL	18,2	49,6	28,0	3,5	0,7	100,0	35	43,8	35	2,00	2,19	35	0,796	2,16	35,5	8
VENDEDORES	22,2	54,2	19,4	3,5	0,7	100,0	36	41,3	37	2,00	2,06	37	0,786	2,06	37	7
SECRETÁRIAS	18,1	51,4	27,1	2,8	0,7	100,0	37	43,4	36	2,00	2,17	36	0,775	2,16	35,5	7
POLICIAIS	22,2	58,3	18,1	1,4	---	100,0	38	39,7	38	2,00	1,99	38	0,679	1,96	38	7

N (para cada ocupação) = 151 – número de “sem resposta”

MATRIZ DE CORRELAÇÕES ENTRE RANKINGS DAS OCUPAÇÕES (*rho de Spearman*)

	ranking 1	ranking 2	ranking 3	ranking 4
ranking 1	---			
ranking 2	0,985	---		
ranking 3	0,985	1,000	---	
ranking 4	0,982	0,999	0,999	---

ANEXO 6.2. CRUZAMENTOS E TESTES ESTATÍSTICOS DE ALGUMAS OCUPAÇÕES SELECIONADAS (avaliação dos economistas)

VENDEDORES		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^d (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	27,3	27,3	31,8	9,1	4,5	0,481	47,2	2	2,36	1,136	36°	0,544	22
	1980s	9,1	50,0	27,3	9,1	4,5	0,969	50,0	2	2,50	0,964	27,5°	0,905	22
	1990s	6,3	50,0	37,4	---	6,3	0,966	50,0	2	2,50	0,894	25,5°	0,919	16
	2000s	---	46,2	46,2	7,6	---	0,398	52,3	3	2,62	0,650	24°	0,462	13
UNIVERSIDADES	USP	14,7	29,4	41,2	8,8	5,9	0,207	52,4	3	2,62	1,045	26°	0,253	34
	Unicamp	10,3	53,8	28,2	5,1	2,6		47,2	2	2,36	0,843	33°		39
SEXO	homens	10,4	39,6	39,6	8,3	2,1	0,353	50,4	2,5	2,52	0,875	26°	0,632	48
	mulheres	16,0	48,0	24,0	4,0	8,0		48,0	2	2,40	1,080	29°		25
OCUPAÇÃO ATUAL ^{a, b}	1 (<i>I e II</i>)	20,0	40,0	20,0	10,0	10,0	0,811	50,0	2	2,50	1,269	31°	0,956	10
	2 (<i>III</i>)													3
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	5,7	45,3	39,6	7,5	1,9	0,144	50,9	2	2,55	0,798	27°	0,422	53
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	25,0	37,5	37,5	---	---	0,328	42,5	2	2,13	0,835	35,5°	0,241	8
	2 (<i>III</i>)	12,5	62,5	25,0	---	---	0,088	42,5	2	2,13	0,619	33,5°	0,032	16
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	3,8	42,3	46,2	7,7	---	0,269	51,6	3	2,58	0,703	25,5°	0,467	26
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	17,6	35,3	17,6	17,6	11,8	0,550	54,1	2	2,71	1,312	24°	0,390	17
VIÉS PRÓPRIO ^c	mesma ocupação do respondente													---
valores de referência	toda a amostra	12,3	42,5	34,2	6,9	4,1		49,6	2	2,48	0,944	27°		73

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes foram computados apenas quando os subgrupos apresentaram 5 ou mais casos; c. na análise do viés próprio, considerou-se apenas casos em que o respondente indicou explicitamente o termo em questão, exceto para “funcionários públicos”, onde foram incluídas menções a carreiras públicas como auditores fiscais; d. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

ECONOMISTAS		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^d (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	---	4,5	45,5	27,3	22,7	0,953	73,6	3,5	3,68	0,894	9,5°	0,786	22
	1980s	---	4,8	52,4	33,3	9,5	0,221	69,5	3	3,48	0,750	11°	0,272	21
	1990s	6,2	---	37,5	43,8	12,5	0,919	71,3	4	3,56	0,964	7°	0,715	16
	2000s	---	7,7	15,4	53,8	23,1	0,138	78,5	4	3,92	0,862	8°	0,206	13
UNIVERSIDADES	USP	---	5,9	41,2	29,4	23,5	0,691	74,1	4	3,71	0,906	7°	0,538	34
	Unicamp	2,6	2,6	39,5	44,8	10,5		71,6	4	3,58	0,826	9°		38
SEXO	homens	---	4,2	45,8	33,3	16,7	0,575	72,5	3,5	3,63	0,815	10°	0,857	48
	mulheres	4,2	4,2	29,2	45,8	16,6		73,3	4	3,67	0,963	7°		24
OCUPAÇÃO ATUAL ^{a, b}	1 (<i>I e II</i>)	---	---	30,0	50,0	20,0	0,297	78,0	4	3,90	0,738	5,5°	0,261	10
	2 (<i>III</i>)													3
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	1,9	3,9	44,2	34,6	15,4	0,308	71,5	3,50	3,58	0,871	8°	0,322	52
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	---	---	37,5	25,0	37,5	0,263	80,0	4	4,00	0,926	6,5°	0,270	8
	2 (<i>III</i>)	---	6,3	62,5	25,0	6,3	0,048	66,3	3	3,31	0,704	11,5°	0,057	16
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	---	4,0	28,0	56,0	12,0	0,306	75,2	4	3,76	0,723	7°	0,352	25
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	5,9	5,9	35,3	29,4	23,5	0,983	71,7	4	3,59	1,121	7,5°	0,822	17
VIÉS PRÓPRIO ^c	mesma ocupação do respondente	---	---	40,0	40,0	20,0	0,705	76,0	4	3,80	0,837	12°	0,676	5
valores de referência	toda a amostra	1,4	4,2	40,3	37,5	16,6		72,7	4	3,64	0,861	9°		72

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes foram computados apenas quando os subgrupos apresentaram 5 ou mais casos; c. na análise do viés próprio, considerou-se apenas casos em que o respondente indicou explicitamente o termo em questão, exceto para “funcionários públicos”, onde foram incluídas menções a carreiras públicas como auditores fiscais; d. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^d (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	---	31,8	50,0	4,6	13,6	0,607	60,0	3	3,00	0,976	20°	0,869	22
	1980s	9,1	27,3	50,0	13,6	---	0,078	53,6	3	2,68	0,839	24°	0,058	22
	1990s	6,2	12,5	62,5	18,8	---	0,953	58,8	3	2,94	0,772	15°	0,843	16
	2000s	---	---	53,8	46,2	---	0,008	69,2	3	3,46	0,519	12,5°	0,003	13
UNIVERSIDADES	USP	2,9	23,5	55,9	17,7	---	0,453	57,7	3	2,88	0,729	19°	0,392	34
	Unicamp	5,1	17,9	51,3	17,9	7,7		61,0	3	3,05	0,944	16°		39
SEXO	homens	4,1	16,7	60,4	16,7	2,1	0,980	59,2	3	2,96	0,771	17,5°	0,856	48
	mulheres	4,0	28,0	40,0	20,0	8,0		60,0	3	3,00	1,000	17,5°		25
OCUPAÇÃO ATUAL ^{a, b}	1 (<i>I e II</i>)	10,0	40,0	50,0	---	---	0,019	48,0	2,5	2,40	0,699	34,5°	0,017	10
	2 (<i>III</i>)													3
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	3,8	17,0	50,9	24,5	3,8	0,051	61,5	3	3,08	0,851	15°	0,088	53
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	---	25,0	50,0	25,0	---	0,908	60,0	3	3,00	0,756	19,5°	0,917	8
	2 (<i>III</i>)	---	18,8	62,5	12,5	6,2	0,759	61,2	3	3,06	0,772	17,5°	0,613	16
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	7,7	15,4	53,8	23,1	---	0,980	58,5	3	2,92	0,845	20,5°	0,713	26
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	5,9	29,4	47,0	5,9	11,8	0,391	57,7	3	2,88	1,054	18,5°	0,674	17
VIÉS PRÓPRIO ^c	mesma ocupação do respondente	---	---	90,0	10,0	---	0,527	62,0	3	3,10	0,316	14,5°	0,337	10
valores de referência	toda a amostra	4,1	20,6	53,4	17,8	4,1		59,4	3	2,97	0,849	18°		73

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes foram computados apenas quando os subgrupos apresentaram 5 ou mais casos; c. na análise do viés próprio, considerou-se apenas casos em que o respondente indicou explicitamente o termo em questão, exceto para “funcionários públicos”, onde foram incluídas menções a carreiras públicas como auditores fiscais; d. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^d (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	4,5	9,1	50,0	18,2	18,2	0,197	67,3	3	3,36	1,049	14,5°	0,273	22
	1980s	---	4,5	41,0	50,0	4,5	0,903	70,9	4	3,55	0,671	7,5°	0,909	22
	1990s	6,2	6,2	37,5	43,8	6,2	0,510	67,5	3,50	3,38	0,957	11,5°	0,383	16
	2000s	---	---	30,8	23,1	46,1	0,016	83,1	4	4,15	0,899	5°	0,017	13
UNIVERSIDADES	USP	---	5,9	47,1	29,4	17,6	0,906	71,7	3	3,59	0,857	9°	0,819	34
	Unicamp	5,1	5,1	35,9	38,5	15,4		70,8	4	3,54	0,996	11°		39
SEXO	homens	---	6,2	41,7	33,3	18,8	0,466	72,9	4	3,65	0,863	8°	0,317	48
	mulheres	8,0	4,0	40,0	36,0	12,0		68,0	3	3,40	1,041	13°		25
OCUPAÇÃO ATUAL ^{a, b}	1 (<i>I e II</i>)	---	10,0	30,0	60,0	---	0,905	70,0	4	3,50	0,707	12°	0,783	10
	2 (<i>III</i>)													3
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	1,9	3,8	49,0	26,4	18,9	0,689	71,3	3	3,57	0,910	9°	0,950	53
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (<i>I e II</i>)	---	---	37,5	25,0	37,5	0,195	80,0	4	4,00	0,926	6,5°	0,190	8
	2 (<i>III</i>)	6,2	6,2	56,3	18,8	12,5	0,117	65,0	3	3,25	1,000	13,5°	0,163	16
	3 (<i>IV, V e VI</i>)	---	3,8	42,3	46,2	7,7	0,980	71,6	4	3,58	0,703	9°	0,908	26
	4 (<i>IX, X e XI</i>)	5,9	5,9	35,3	23,5	29,4	0,584	72,9	4	3,65	1,169	5,5°	0,719	17
VIÉS PRÓPRIO ^c	mesma ocupação do respondente	---	---	50,0	16,7	33,3	0,572	76,7	3,5	3,83	0,983	9°	0,505	6
valores de referência	toda a amostra	2,7	5,5	41,1	34,3	16,4		71,2	4	3,56	0,928	11°		73

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes foram computados apenas quando os subgrupos apresentaram 5 ou mais casos; c. na análise do viés próprio, considerou-se apenas casos em que o respondente indicou explicitamente o termo em questão, exceto para “funcionários públicos”, onde foram incluídas menções a carreiras públicas como auditores fiscais; d. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.

ANEXO 6.3. HIERARQUIA DE PRESTÍGIO DAS ATIVIDADES DE CIENTISTAS SOCIAIS LISTADAS NO QUESTIONÁRIO (cientistas sociais para comparação com economistas)

Tipo de escala	Categórica / ordinal (frequências)							Transformação de escala / ordinal			Ordinal “tomada como” métrica					sem resposta
	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	TOTAL	ranking 1 (freq. 5 + freq. 4)	PRESTIGE SCORES	ranking 2 (pelos escores)	mediana	MÉDIA	ranking 3 (pelas médias)	Desvio padrão	MÉDIA (com pesos)	ranking 4 (pelas médias com pesos)	
Empresário da área de opinião pública ou de marketing político	4,2	6,9	11,1	47,9	29,9	100,0	1	78,5	2	4	3,92	2	1,032	3,98	2	7
Professor em universidade pública	---	4,2	25,0	36,8	34,0	100,0	2	80,1	1	4	4,01	1	0,873	4,00	1	7
Cargos políticos ou de confiança em instituições públicas	2,8	5,6	25,9	46,8	18,9	100,0	3	74,7	4	4	3,73	4	0,927	3,73	4	8
Analista de temas políticos e sociais nos meios de comunicação de massa (jornais, televisão etc.)	2,8	8,3	25,0	38,9	25,0	100,0	4	75,0	3	4	3,75	3	1,014	3,79	3	7
Editor ou redator de conteúdo em meios de comunicação especializados (revista de divulgação, periódico)	1,4	9,0	38,2	39,6	11,8	100,0	5	70,3	5,5	4	3,51	5,5	0,869	3,54	5	7
Consultor (para empresas ou instituições públicas)	2,1	6,9	39,6	40,3	11,1	100,0	6	70,3	5,5	4	3,51	5,5	0,861	3,52	6	7
Pesquisador acadêmico	4,2	13,9	42,3	29,9	9,7	100,0	7	65,4	8	3	3,27	8	0,962	3,28	8	7
Professor em universidade particular	2,1	7,6	51,4	29,9	9,0	100,0	8	67,2	7	3	3,36	7	0,833	3,37	7	7
Assessoria em organizações não-governamentais	1,4	17,3	50,7	29,2	1,4	100,0	9	62,4	9	3	3,12	9	0,753	3,14	9	7
Assessoria em sindicatos patronais	6,3	20,3	45,4	23,1	4,9	100,0	10	60,0	12,5	3	3,00	12,5	0,942	3,05	11	8
Funcionário público, por concurso (exceto professores), como profissionais de Ciências Sociais	4,9	18,0	49,3	24,3	3,5	100,0	11	60,7	11	3	3,03	11	0,872	3,01	12	7
Analista de dados e pesquisador em instituições governamentais	1,4	18,2	53,1	22,4	4,9	100,0	12	62,2	10	3	3,11	10	0,806	3,10	10	8

(continuação da página anterior)

Tipo de escala	Categórica / ordinal (frequências)							Transformação de escala / ordinal			Ordinal “tomada como” métrica					sem resposta
	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	TOTAL	ranking 1 (freq. 5 + freq. 4)	PRESTIGE SCORES	ranking 2 (pelos escores)	mediana	MÉDIA	ranking 3 (pelas médias)	Desvio padrão	MÉDIA (com pesos)	ranking 4 (pelas médias com pesos)	
ATIVIDADES DE TRABALHO PARA CIENTISTAS SOCIAIS																
Funcionário público, por concurso (exceto professores), como profissionais de qualquer curso superior	3,5	21,5	50,0	21,5	3,5	100,0	13	60,0	12,5	3	3,00	12,5	0,845	2,98	13	7
Assalariado da área de opinião pública ou de marketing político	7,0	25,9	48,2	14,0	4,9	100,0	14	56,8	16	3	2,84	16	0,924	2,84	16	8
Assessoria em sindicatos de trabalhadores	4,2	23,8	53,1	17,5	1,4	100,0	15	57,6	14	3	2,88	14	0,792	2,89	14	8
Analista de dados e pesquisador em empresas	4,8	25,0	54,2	12,5	3,5	100,0	16	57,0	15	3	2,85	15	0,831	2,85	15	7
Assalariados de nível intermediário em empresas (RH, planejamento etc.)	5,6	28,7	55,9	9,8	---	100,0	17	54,0	17	3	2,70	17	0,722	2,70	17	8
Professor em cursos temporários de curta duração	7,0	32,6	51,4	9,0	---	100,0	18	52,5	18	3	2,63	18	0,747	2,64	18	7
Professor para ensino médio (em outras disciplinas)	16,0	42,3	36,1	4,9	0,7	100,0	19	46,4	20	2	2,32	20	0,825	2,33	20	7
Professor para ensino médio (em aulas de sociologia)	10,4	49,3	35,4	3,5	1,4	100,0	20	47,2	19	2	2,36	19	0,772	2,37	19	7
Entrevistador, pesquisador de campo, coletores de dados	32,4	48,6	16,9	2,1	---	100,0	21	37,7	21	2	1,89	21	0,754	1,87	21	9

N (para cada ocupação) = 151 – número de “sem resposta”

MATRIZ DE CORRELAÇÕES ENTRE RANKINGS DAS ATIVIDADES (*rho de Spearman*)

	ranking 1	ranking 2	ranking 3	ranking 4
ranking 1	---			
ranking 2	0,984	---		
ranking 3	0,984	1,000	---	
ranking 4	0,987	0,997	0,997	---

ANEXO 6.4. CRUZAMENTOS E TESTES ESTATÍSTICOS DA ATIVIDADE “CARGOS EXECUTIVOS EM EMPRESAS” PELOS ECONOMISTAS

CARGOS EXECUTIVOS EM EMPRESAS		Categórica / ordinal (frequências)						Transformação de escala / ordinal		Ordinal “tomada como” métrica				N
DESAGREGAÇÕES POR	GRUPOS (classificação desta pesquisa)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	U de Mann-Whitney (two-tailed p)	Prestige scores	mediana	MÉDIA	Desvio padrão	Posto na ordem (pela média)	Teste T ^c (two-tailed p)	
DÉCADAS	1970s	---	---	18,2	31,8	50,0	0,413	86,4	4,5	4,32	0,780	1,5°	0,440	22
	1980s	4,6	---	---	40,9	54,5	0,792	88,1	5	4,41	0,908	2°	0,918	22
	1990s	---	---	---	43,7	56,3	0,574	91,3	5	4,56	0,512	1°	0,294	16
	2000s	---	---	7,7	38,5	53,8	0,955	89,2	5	4,46	0,660	1,5°	0,831	13
UNIVERSIDADES	USP	2,9	---	8,8	41,2	47,1	0,242	85,9	4	4,29	0,871	2°	0,174	34
	Unicamp	---	---	5,1	35,9	59,0		90,8	5	4,54	0,600	1°		43
SEXO	homens	2,1	---	6,2	47,9	43,8	0,040	86,3	4	4,31	0,776	2°	0,059	48
	mulheres	---	---	8,0	20,0	72,0		92,8	5	4,64	0,638	1°		25
OCUPAÇÃO ATUAL ^{a, b}	1 (I e II)	---	---	---	50,0	50,0	0,964	90,0	4,5	4,50	0,527	2°	0,657	10
	2 (III)													3
	3 (IV, V e VI)	1,9	---	5,7	39,6	52,8	0,939	88,3	5	4,42	0,770	1°	0,852	53
ORIGEM SOCIAL ^a (ocupação do pai)	1 (I e II)	---	---	---	62,5	37,5	0,532	87,5	4	4,38	0,518	2,5°	0,792	8
	2 (III)	---	---	---	43,7	56,3	0,574	91,3	5	4,56	0,512	1°	0,294	16
	3 (IV, V e VI)	3,8	---	3,8	27,0	65,4	0,176	90,0	5	4,5	0,906	2°	0,564	26
	4 (IX, X e XI)	---	---	17,6	41,2	41,2	0,161	84,7	4	4,24	0,752	1°	0,245	17
VIÉS PRÓPRIO ATUAL	mesma atividade atual	---	---	---	33,3	66,7	0,429	93,3	5	4,67	0,516	2°	0,289	6
valores de referência	toda a amostra	1,4	---	6,8	38,4	53,4		88,5	5	4,42	0,744	2°		73

[Notas] a. nem todas as categorias ocupacionais fazem parte destes agrupamentos; b. as porcentagens e testes foram computados apenas quando os subgrupos apresentaram 5 ou mais casos; c. teste T realizado sem assumir variâncias iguais para os grupos.